



Maura Leal da Silva

TERRITÓRIO IMAGINADO

DE AMAPÁ FEDERAL A AUTONOMIA
POLÍTICA (1943-1988)

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

330

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Neste livro, a professora Maura Leal da Silva apresenta um legado inestimável para compreendermos a série de eventos que culminaram com a criação do estado do Amapá. Ao reivindicar uma trajetória singular para o Amapá, desde o conflito geopolítico de fronteira entre o Brasil e a França, que culminou no Contestado, até a busca por autonomia e reconhecimento após a pacificação dessa questão diplomática, a autora nos situa nas várias dimensões simbólicas e memoriais deste território: a originária dos povos indígenas; a que vai se redefinindo nos espaços coletivos constituídos em torno da cultura da Vila de Macapá, ainda paraense; a institucional, que emerge com a criação do Território Federal do Amapá, desenhado na linha das conexões ribeirinhas estabelecidas com Macapá.

Com o advento do Território, o mito do desenvolvimento econômico alinhado aos interesses nacionais e estrangeiros constrói as condições materiais e subjetivas para a exploração da extensa província mineral amapaense. Na subsequente expansão urbana, constituiu-se a consciência de uma cidadania local, e uma nova geração de amapaenses com sentimentos identitários fortes contribuiu para forjar uma unidade histórica e cultural que definiria o Amapá e a resistência do seu povo.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série Edições do Senado Federal apresenta títulos de interesse público sobre os mais variados temas, tais como História, Literatura, Ciência Política e Direito. Com mais de trezentos títulos lançados, reúne autores de prestígio, incluindo Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo Varnhagen, Machado de Assis e Juscelino Kubitschek.

As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT), órgão instituído pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, com o objetivo de definir e implementar a política editorial da Casa. O Conselho Editorial avalia, tanto editorial quanto tecnicamente, propostas de publicação que estejam alinhadas às diretrizes de seu regimento interno.

Autores interessados em publicar por meio do Conselho Editorial devem encaminhar o manuscrito e a proposta de publicação para o e-mail: cedit@senado.leg.br

A presente obra é fruto do trabalho de servidores e colaboradores do Senado Federal, que se empenharam para assegurar ao leitor uma publicação de qualidade. O objetivo é proporcionar uma experiência enriquecedora, promovendo a valorização da leitura, o incentivo à formação cultural e intelectual, e a ampliação do acesso a livros que contribuam para a educação e o desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, esperamos que esta obra inspire, informe e fortaleça o hábito de ler, contribuindo para uma sociedade mais instruída e culturalmente rica.

Para saber mais, visite:

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

<https://livraria.senado.leg.br/>

Território imaginado

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Maura Leal da Silva

Território imaginado

de Amapá federal a autonomia política
(1943-1988)

Edições do Senado Federal
vol. 330

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 330

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Cristiano Ferreira, Laércio Franzon, Marco Couto e Mariana Sanmartin

Capa: Thomas Gonçalves e Nely Graça

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Eduardo Franco e Nely Graça

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Silva, Maura Leal da.

Território imaginado: de Amapá federal a autonomia política (1943-1988) / Maura Leal da Silva. — Brasília : Senado Federal, 2024.

354 p. : il. — (Edições do Senado Federal ; v. 330).

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-563-1

1. Amapá (Estado), história. 2. Amapá (Estado), autonomia política.
I. Título. II. Série.

CDD 981.116

Para o amigo Elfredo Felix Távora Gonsalves (*in memoriam*).

Para os meus pais, José e Josefa.

Para os meus filhos, Max e Laura.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal</i>	
PREFÁCIO	11
<i>Francisco Bento da Silva</i>	
INTRODUÇÃO	15
1 TERRITÓRIO IMAGINADO	37
1.1 Os municípios imaginados: Macapá, Mazagão e Amapá	57
1.2 “Tudo Estava por Fazer”: a implantação do Amapá federal	80
1.3 As administrações territoriais	100
1.4 A administração territorial amapaense	108
2 O TERRITÓRIO MILITARIZADO	141
2.1 A reforma administrativa dos Territórios Federais amazônicos	146
2.2 “Amapá, terra dos jovens”: a primeira geração de amapaenses	184
2.3 “O Povo todo Enjoo do Capitão”: o Amapá sem Janary	205
3 TERRITÓRIO EMANCIPADO	231
3.1 “Efetivamente Barcellos”: o barcelismo e o movimento autonomista amapaense	236
3.2 Os municípios amapaenses às vésperas da emancipação política	263
3.3 “O Futuro é Agora”: a emancipação política amapaense	279
3.4 A criação simbólica do estado do Amapá	300
CONSIDERAÇÕES FINAIS	323
REFERÊNCIAS	333

PREFÁCIO

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

A Universidade Federal do Amapá tem contribuído de forma relevante para uma historiografia crítica da Amazônia e do Amapá, enfrentando o silêncio das narrativas hegemônicas sobre o Brasil. Neste livro, a professora Maura Leal da Silva apresenta um legado inestimável para compreendermos a série de eventos que culminou com a criação do estado do Amapá.

Ao reivindicar uma trajetória singular para o Amapá, desde o conflito geopolítico de fronteira entre o Brasil e a França, que resultou no Contestado, até a busca por autonomia e reconhecimento após a pacificação dessa questão diplomática, a autora nos situa nas várias dimensões simbólicas e memoriais desse território: a originária dos povos indígenas; a que aos poucos se define nos espaços coletivos constituídos em torno da cultura da Vila de Macapá, ainda paraense; a institucional, que emerge com a criação do território federal do Amapá, desenhado na linha das conexões ribeirinhas estabelecidas com Macapá.

Com o advento do território, o mito do desenvolvimento econômico, alinhado aos interesses nacionais e estrangeiros, constrói as condições materiais e subjetivas para a exploração da extensa província mineral amapaense.

Na subsequente expansão urbana, constituiu-se a consciência de uma cidadania local e uma nova geração de amapaenses com sentimentos identitários fortes contribuiu para forjar uma unidade histórica e cultural que definiria o Amapá e a resistência do seu povo.

Porém, chegada a tão desejada autonomia, o território, emancipado como estado da Federação, não conseguirá tão cedo livrar-se da tutela do governo federal, o que deixará um legado de dependência política e econômica em relação à União.

É o que se deduz da relação entre os movimentos políticos, sociais e culturais que constituíram o Amapá e foram neste livro apresentados. São imagens que desvelam não apenas o passado, mas também as causas radicais que plasmaram a atual realidade amapaense, traduzida pelos desafios significativos que permanecem para o estado, como a concentração e a metropolização do seu desenvolvimento, os elevados índices de desigualdade e a economia pouco industrializada, dependente do extrativismo mineral.

Espero que esta fonte tão abundante de conhecimento ajude a refletir e a buscar uma inflexão com o passado, não para negá-lo, mas como chave para adentrar o futuro imaginado por nosso povo.

Macapá, 18 de setembro de 2024.

PREFÁCIO

Francisco Bento da Silva

Gostaria de começar dizendo que o território federal no Brasil como entidade política sempre foi uma excrescência federativa, um arranjo político imposto pelo alto que representou um rebaixamento da cidadania daquelas pessoas que, em algum momento, viveram sob esta jurisdição política. A existência dos territórios federais brasileiros é criação essencialmente republicana e teve início em fins de 1903 com a incorporação do Acre ao Brasil com o idiossincrático estatuto de território federal, pois a Constituição de 1891 não o permitia. Eles só se extinguem com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nesse ínterim, foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha (1942/1988); do Amapá (1943/1988); do Rio Branco (1943/1960), que depois de 1960 foi rebatizado de território federal de Roraima e existiu até 1988; do Guaporé, criado em 1946, tornou-se território federal de Rondônia entre 1956 e 1981; do Iguaçu, desmembrado dos estados de Santa Catarina e Paraná em 1943 e reincorporado a ambos três anos depois; e, por fim, de Ponta Porã criado em 1946 e incorporado ao Mato Grosso em 1977.

Um ponto comum que une os territórios federais no Brasil é a crença do poder metropolitano de que esses espaços nacionais — assim nomeados — eram até então locais vistos como inferiores dentro da lógica geográfica, demográfica e de progresso da nação em curso em cada momento. A tutela passa a ser vista como um período de transição, uma proteção paternalista da União e uma dependência político-econômica que vigoraria até se atingir a “maioridade” necessária para a “independen-

dência”. As lógicas da propalada “integração nacional” e “segurança” de fronteiras geralmente foram álibis recorrentes para suas criações e continuidades.

A publicação deste livro da professora Maura Leal, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), derivado da sua tese de doutoramento defendida na UnB em 2017, expressa parte significativa do que eu disse acima. Na sua Banca de Defesa, da qual tive a honra de participar, realcei então que a autora lançava luz sobre parte dessas questões, descritas agora brevemente por mim, em forma de contextualização ligeira aos menos afeitos ao tema. Isso ocorre principalmente em relação ao seu foco de pesquisa, que é a trajetória do Amapá como território federal até sua autonomia em 1988. Como afirmei durante a minha arguição na sua Defesa de Tese, este é um trabalho de grande fôlego e dedicação, com análises bem construídas, texto corretamente escrito e fundamentado como pede uma boa tese de doutoramento.

Uma das questões que Maura Leal evidencia com grande rigor, na sua pesquisa de historiadora competente, é que as autoridades federais, ao longo de 45 anos, não apresentaram nenhum projeto formal e de caráter duradouro que demonstrasse os elementos essenciais em que o Amapá deixaria de ser tutelado pela União após sua criação em 1943. Havia, nesse caso e em alguns outros, a indeterminação temporal marcando a existência dos territórios federais como idiosincrasias federativas.

Com maestria e propriedade, a autora nos aponta a natureza errática das administrações territoriais no Amapá ao longo de pouco mais de quatro décadas, tocadas sem planejamento definido, em muito marcadas pelos improvisos e o “agora” de cada governador e sua trupe. Disso talvez derive outra questão esmerilhada pela Maura Leal, que é sobre a necessidade sentida por indivíduos e grupos locais de se contraporem ao poder federal no âmbito discursivo e de ação, com a construção de uma *comunidade imaginada* de amapaenses.

São fragmentos de forças que irão ao longo das décadas criando fissuras imperceptíveis — muitas vezes — aos olhares dessas autoridades que se ligavam mais aos ditames da capital federal que aos anseios e às demandas da população local. Os territórios federais, creio que o livro de Maura Leal explicita isso, são expressões exacerbadas em nível local

do autoritarismo e do personalismo tão indelevelmente presentes na história da República no Brasil. Eles — os territórios federais — são a fisionomia maior do rebaixamento de cidadania em que populações brasileiras foram submetidas enquanto vigoraram tais unidades federativas.

Isso é trazido pela a autora com um exemplo cadente, quando populações de afrodescendentes têm suas terras desapropriadas e são expulsas da área central de Macapá de forma mais intensa quando ocorreu a criação do território federal. De fato, essas pessoas são rechaçadas às margens da sociedade tornada capital, abandonando, compulsoriamente, seus lugares sociais e culturais carregados de vivências. Outros sujeitos, em muitos forâneos, talvez vistos como portadores de uma nova estética desejada, irão ocupar esses espaços *re-territorializados* na lógica do poder político que chegava para impor outros ordenamentos.

Em *Território Imaginado: de Amapá federal a autonomia política (1943-1988)* a autora transita pelos bastidores do poder político, aspectos da cultura negra, movimentos culturais e artísticos presentes em Macapá durante sua fase territorial em que vão tecendo os muitos imaginários que envolvem o Amapá e os amapaenses como *comunidade imaginada*. Parte deles são movimentos sociais antissistêmicos, que confrontam essas vozes e práticas autoritárias no poder. São contrapontos que contribuíram para o amálgama de identidades locais fluidas e diversas, mas que significativamente carregavam cores locais.

Com este livro, estudiosos e curiosos sobre a história dos territórios federais e da trajetória (administrativa, social e política) do Amapá têm agora a oportunidade de ler uma obra que vem preencher as ainda grandes lacunas da história política nacional e regional.

Rio Branco – AC, 2 de setembro de 2020.
Universidade Federal do Acre – Ufac.

INTRODUÇÃO

Jeito Tucuju

(Joãozinho Gomes e Val Milhomem)

Quem nunca viu o Amazonas

Nunca irá entender a vida de um povo

De alma e cor brasileiras

Suas conquistas ribeiras

Seu ritmo novo

Não contará nossa história

Por não saber e por não fazer jus

Não curtirá nossas festas tucujú

Quem avistar o Amazonas nesse momento

E souber transbordar de tanto amor

Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui

Quem nunca viu o Amazonas

Jamais irá compreender a crença de um povo

Sua ciência caseira

A reza das benzedadeiras

O dom milagroso¹.

1 A composição acima foi interpretada pela cantora amapaense Patrícia Bastos, na abertura da sessão solene especial comemorativa aos 68 anos de criação do Território Federal do Amapá, ocorrido no dia 13 de setembro de 2011, no Senado Federal. O evento, ao ser rememorado pelo discurso político de seu proponente, o senador pelo Amapá Randolfe Rodrigues, à época do PSOL, remete-nos à criação oficial desse território federal como um momento que se requer inaugural, fundador de uma vertente interpretativa desse acontecimento, bastante recorrente no imaginário social amapaense, e nos levou a querer inquirir sobre esse passado.

Passados quatro anos da conclusão da escrita de “Território Imaginado”, reescrevo sua introdução em meio ao caos, em um momento em que o Amapá enfrenta a maior crise energética de sua história recente. O cenário que se instalou após o apagão em 13 dos 16 municípios do estado é desolador². Os relatos das pessoas nas ruas de Macapá, na imprensa e nas redes sociais retratam uma realidade muito difícil para os amapaenses. Crises como essa infelizmente não se instalam sozinhas e agravam as já existentes. A falta de energia elétrica levou a uma grave crise de fornecimento de água potável, de abastecimento e do aumento abusivo dos preços dos produtos de gêneros de primeira necessidade, além de colapsar o sistema de telecomunicação do estado, dificultando a comunicação entre as pessoas. Tudo isso em meio a uma pandemia que assola o mundo, sem precedentes na história recente da humanidade. O apagão também dificultou o combate ao coronavírus, sobretudo, em razão da suspensão da contagem oficial dos contaminados e mortos, e provocou o agravamento da crise sanitária no estado (que já vinha registrando aumento do número de casos) e elevou o número de contaminados, em decorrência da falta de água, de medidas básicas de higiene e das aglomerações de pessoas em diversas filas que se formaram pelas cidades em razão da escassez de produtos necessários à sobrevivência.

Para mim, como historiadora e amapaense, que se debruçou a estudar o período em que o Amapá esteve sob a tutela da União, buscando entender como esse período transitório determinou a criação do estado em 1988, é difícil não relacionar esse momento com todo esse passado que inquiri durante o meu doutoramento. Um passado que não passa,

-
- 2 No dia 3 de novembro de 2020, após fortes chuvas, uma explosão seguida de um incêndio comprometeu os três transformadores na mais importante subestação do estado, localizada na capital, Macapá, deixando praticamente todo o estado do Amapá no escuro por 22 dias. A retomada da energia elétrica aconteceu somente em 7 de novembro de 2020, em alguns bairros de Macapá e em parte de Santana, a partir de um sistema de rodízio, com exceção de perímetros que atendiam serviços essenciais, que passaram a ter a energia por 24 horas. No dia 17 de novembro de 2020, ocorreu um segundo apagão após uma falha na distribuição de energia, sendo solucionado na madrugada do dia 18. No dia 24 de novembro de 2020, a energia foi totalmente estabelecida.

assim como muitos outros passados que esse estudo recupera, a exemplo da ditadura brasileira. É bem como sabiamente nos ensinou Marc Bloch (2001, p. 65): “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

Foram exatamente as inquietações no presente que me fizeram querer publicar o passado que trazemos aqui. Digo isso, porque o retrato do Amapá do hoje está entrelaçado à história de sua formação como federação brasileira: apagões, racionamentos, crises de abastecimentos, aumentos dos preços, falta de água potável, desemprego e fome, agravados por problemas políticos, de governabilidade e de falta de fiscalização dos serviços públicos essenciais. Experiências essas recorrentes durante a sua permanência como território federal. Por isso, não há nenhum exagero quando afirmamos que esse modelo político-administrativo, criado como etapa transitória, deixou marcas permanentes nos atuais estados que nasceram dessa experiência, e o Amapá é um deles.

Entre as notícias divulgadas pela imprensa nacional com relação ao apagão no Amapá, chamou-me atenção a manchete da *BBC News Brasil* de São Paulo: “Somos excluídos do país”³. Essa frase publicada em 2020 reportou-me a muitas outras que li nas várias fontes que utilizei para subsidiar essa pesquisa, tais como: “tudo estava por fazer”, “aqui é o fim do mundo”. Mesmo se tratando de frases separadas pelo tempo, elas fazem parte de um mesmo processo histórico, levando-me a pensar que a história do Amapá enquanto estado da federação se originou de um processo difícil de luta pelo pertencimento de ser brasileiro ainda não devidamente concluído. Porém, por trás dessa luta de integração, existe a história de homens e mulheres que, estrategicamente, construíram formas de viver nos espaços geridos pelo poder público sem exatamente partilharem dessa luta nacionalista. O sentimento de pertencimento a um lugar só se manifesta para muitas pessoas quando junto com ele outros direitos, como moradia, alimentação, saúde e educação, vão sendo assegurados.

3 Reportagem de 11 de novembro de 2020, por Leandro Machado e Vitor Tavares em colunistas da *BBC News Brasil* de São Paulo.

Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* (2008), leva-nos a refletir que mais do que inventadas, nações são imaginadas e se constituem objetos de desejos e projeções. A nação é *imaginada*, como nos lembra Anderson (2008, p. 32), porque “mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Para o autor, tanto a nacionalidade (ou a condição nacional) quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos, que dispõem de uma legitimação ao apelo emocional profundo, pois, independentemente das limitações, das desigualdades e da exploração afetiva que existem dentro de uma nação, esse sentimento de nacionalidade e de nacionalismo são sempre concebidos como uma profunda camaradagem horizontal: “no fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se [disposto] não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias ilimitadas”. Pode-se dizer que as “amnésias” do nacionalismo, difundidas pelos ideais de progresso de que é possível começar de novo, encontrou no Amapá, do tempo de “invenção” do território federal, um campo de expansão da nação moderna.

O nascimento do Amapá, como um dos mais jovens estados da Federação brasileira, está inserido na experiência dos territórios federais no contexto político brasileiro. Sua criação ocorreu com o Decreto-Lei nº 5.812⁴, de 13 de setembro de 1943, que também criou os territórios federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, de partes desmembradas, respectivamente, dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. De sua criação de território federal até a transição para

4 BRASIL. (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu, com partes desmembradas dos estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

estado da Federação, foram percorridos 45 anos, em períodos estudados como distintos pela historiografia brasileira: o Estado Novo; 1945 a 1964, período compreendido como primeira experiência democrática; a Ditadura Civil-Militar; e a Nova República.

O Amapá, enquanto ente federado, emergiu em cenário turbulento nacional e internacionalmente. Os anos finais do Estado Novo no Brasil, assim como no mundo, foram marcados por uma série de acontecimentos que ditaram o ritmo da história e seus contornos. Os cinco territórios federais do Decreto-Lei nº 5.812/43 foram criados em plena Segunda Guerra Mundial, quando o mundo vivenciava o acirramento das ideias nacionalistas, com forte apelo ao emocional e simbólico como elementos definidores da nacionalidade. E, com base nesse amplo apelo nacionalista, o Brasil se redividiu para a criação de novas unidades político-administrativas, sob o controle direto do governo federal, e suas origens justificadas como regiões estratégicas para o país, tendo em vista a intensificação da ocupação de áreas fronteiriças cobiçadas por países vizinhos (a exemplo da França, no caso do território amapaense).

A criação do Território Federal do Amapá também visou garantir a proteção de parte da fronteira norte do país e atender, por meio da conciliação, aos interesses de uma elite regional e local que reivindicava uma atuação política mais efetiva para essas regiões, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas; entretanto, pouco se avançou com relação aos desdobramentos dessa política de “dependência” na sua formação em estado da federação.

Passei a interrogar: Quais os elementos que determinaram a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e a do estado, em 1988? Como o Estado brasileiro foi administrando a permanência do Amapá federal, ao longo desses diversos momentos em que a República passou por transformações significativas na sua condução político-administrativa? Quais os interesses que mantiveram sua permanência por quase cinco décadas e sua extinção depois desse período? Como a experiência territorial foi determinante ou não na criação do estado do Amapá, em 1988?

Esta pesquisa buscou compreender como foram sendo criadas as condições objetivas e subjetivas durante a fase federal para a criação do

estado do Amapá, em 1988. Em um primeiro momento, pretendi examinar, entre os anos de 1943 a 1988, a típica experiência de um modelo político-administrativo que ficou conhecido nos inúmeros documentos oficiais como “Administração Territorial”, partindo da compreensão de que o Amapá federal se derivou de um processo longo, gestacionado ainda no pós-independência, mas só consolidado no processo de formação do Estado-Nação (inaugurado no Brasil pelo projeto pós-1930). No decorrer da pesquisa, os ensinamentos de Anderson (2008) nos fizeram perceber que se um Amapá político-administrativo pós-1943 foi produto de um amplo diálogo com vários projetos políticos vigentes no Brasil ao longo desses quase 45 anos de existência do território federal, o Amapá, que conquistará *status* de unidade federada autônoma, foi decorrente de um processo social muito mais complexo, instaurado na região muito antes desse período, e envolveu sentimentos de identidade, de pertencimento, e de re(criação) de novos laços comunitários e identitários.

Nesse sentido, compreendo que sua emancipação, em 1988 — que decorreu de uma medida constitucional —, não deixou de representar uma conquista pela autonomia política, mesmo que não tenha significado aquela pretendida. Se, por um lado, economicamente o Amapá político-administrativo não apresentava condições autossuficientes para se manter quando o estado foi criado, em 1988, da perspectiva regionalista mostrava reunir os elementos identitários que o fazia se diferenciar enquanto entidade autônoma, fator importante na individualização de qualquer estado federado.

A constatação de que o projeto Amapá-Estado, implantado, primeiramente, a partir da perspectiva do território federal, pareceu-me vencedor nesse aspecto de suscitar na sociedade, com ações e propaganda governamentais, um sentimento de “ser amapaense”, mesmo compreendendo que isso fez parte de um processo muito mais longo e complexo, que envolve todo um modo de vida ali instituído muito antes de um Amapá político-administrativo. Daí porque foi fundamental, também, trazer experiências de pessoas que não fizeram parte diretamente do campo político de decisão, mas que já residiam em território amapaense antes de 1943, ou que migraram para a região após o Decreto-Lei nº 5.812/43, e como foram construindo suas próprias percepções e táticas de sobrevivências nesse período.

O tratamento dispensado ao Amapá pelo Estado brasileiro (com exceção dos anos finais do território federal) seguiu um direcionamento muito aproximado ao longo de sua existência. Mesmo em momentos de grande abertura política, ainda era visto com o mesmo fundamento de sua origem, como unidades políticas que deveriam permanecer sob a intervenção federal. Porém, durante toda a sua permanência (mesmo se tratando de região considerada estratégica para o país), o Amapá federal foi sendo administrado por meio de alianças conciliatórias, nem sempre claras, entre uma elite local e nacional, conforme as demandas que iam surgindo ao longo do percurso, sem que houvesse, claramente, uma definição acerca do conteúdo jurídico-administrativo a ser implementado, apesar de existir um planejamento direcionado para que se atingisse o desenvolvimento econômico e autônomo. Esse modelo de administração favoreceu a prática do improvisado, da exacerbação da autoridade e da centralização política, ao ponto de ampliar o grau de atuação das representações administrativas territoriais para muito além de suas funcionalidades.

Dessa forma, a adoção de perspectiva de análise histórica que abarcou toda a vigência do Território Federal do Amapá permitiu perceber continuidades de uma política que vigorou durante toda a sua permanência, com reminiscências no presente, mas que não pode ser compreendida sem que se faça uma relação de forma mais abrangente com a experiência republicana brasileira. Esse modelo se formou, conforme definiu o jurista e político acreano Océlio de Medeiros⁵, a partir de uma grande concentração do poder central nessas regiões, e, ao mesmo tempo,

5 Océlio de Medeiros pode ser considerado um grande estudioso das questões territoriais do Brasil. Acreano e advogado desempenhou várias funções administrativas na época do Acre federal. Por causa deste desempenho foi escolhido pelo governo Vargas, no final dos anos 1930, para elaborar pesquisas sobre a questão territorial brasileira as quais foram submetidas à Conferência dos Interventores do Norte, que acabou por despertá-lo para os estudos dos problemas da territorialidade brasileira, sobretudo em regiões afastadas do grande centro político brasileiro. Grande parte desses estudos está reunida nas obras: *Territórios Federais* (1944) e *Administração Territorial (Comentários, subsídios e novas leis)* (1946).

adquiriu certo grau de *auto-administração*⁶, em razão do enfraquecimento natural da própria linha de subordinação, decorrente das condições internas. Entretanto, para Medeiros se tratava de uma entidade não autônoma sob a linha de subordinação, coordenação e controle do executivo central, mas que, em razão da impossibilidade de seu administrador, concede, paralelamente, a outra pessoa uma estreita competência, em um limitado poder de autoadministração. Inexistia, portanto, na visão de Medeiros, um governo nos territórios federais, considerando que a entidade territorial não constituía um autogoverno, e sim era constitutiva do Estado brasileiro.

Em *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo do Acre (1921-1964)*⁷, Francisco Bento da Silva analisa a experiência acreana buscando compreender os elementos que caracterizam a política territorial à qual Medeiros se refere, analisando como os governadores delegados pela União exerciam esse poder dentro da administração pública local. Para o autor, o autoritarismo foi a base principal de sustentação desse modelo político, em outras palavras, o autoritarismo foi a base do poder dos burocratas e de uma oligarquia que estiveram à frente da administração política durante toda a fase do Acre federal (1904-1962), “percebendo-o como uma prática originária de um processo longo e duradouro, indelevelmente, associado à própria formação política dessa unidade federativa” (Silva, 2012, p. 19).

Portanto, a autoadministração à qual Medeiros se refere carece de ser mais bem analisada para além da perspectiva legal, pois mesmo se tratando de um modelo de gestão direta da União, precisa ser compreendida a

6 Em 1942, Océlio de Medeiros realizou uma densa pesquisa, tomando como exemplo a experiência do Acre, com o objetivo de subsidiar o Decreto-Lei nº 5.812. Publicado dois anos depois, com o título de *Territórios Federais*, não chegou ao conhecimento dos idealizadores do DL. Escrito no calor dos acontecimentos, sua obra fornece elementos fundamentais para se pensar a questão da estrutura jurídica e administrativa dos Territórios Federais.

7 Fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2002, o texto foi revisado e atualizado com a inclusão, no último capítulo, de uma parte escrita depois da defesa quando do contato com o Fundo Documental José Augusto de Araújo, doado pela família do ex-governador do território do Acre ao CDIH-UFAC, no final de 2003.

partir da lógica do seu interior, uma vez que existe sempre uma distância — que não pode ser desprezada — entre o que pensa o legislador e o que se executa. Dessa forma, o mecanismo de poder delegado a essas entidades administrativas permitiu o estabelecimento de uma prática política sedimentada em uma forte base autoritária, com a prevalência do executivo, marca bastante presente na cultura política republicana brasileira, mas que, nos territórios federais, assumiu contornos específicos por se tratar de uma unidade federada sem autonomia política, do ponto de vista jurídico. Portanto, parece pertinente questionar a “autonomia” vista apenas pelo viés da formalidade “legal”, pois foi também na “ausência” dessa (e não foram poucas vezes que isso ocorreu) que o Amapá foi existindo como entidade política. O que implica perceber que nem sempre as explicações para o fazer humano estão na “superfície”. É preciso, conforme nos orienta Paul Veyne (1998), buscá-las na parte oculta do *iceberg*, naquilo que não está aparente, mas que está lá: “não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas” (Veyne, 1998, p. 248).

Do ponto de vista nacional, em meados da década de 1980, os territórios federais já não eram vistos com o mesmo interesse de quando de suas criações, além de onerarem significativamente os cofres públicos. O quadro descrito para a realidade amapaense, que justificara sua criação como Território Federal do Amapá — de que não era possível a autonomia política sem a conquista da autonomia econômica — ainda permanecia praticamente inalterado quando da sua transição para estado da federação, o que indica que a autonomia política não se deu em razão do seu amadurecimento econômico, como assim defenderam os idealizadores do projeto que originou o Decreto-Lei nº 5.812/43, atendendo mais aos interesses imediatos de uma elite local que via na estadualização possibilidades de aquisição de novos cargos públicos e eletivos.⁸

8 Ainda em 1991, em *Políticas Públicas e Administrativas dos Territórios Federais do Brasil*, Luiz Aimberê Soares de Freitas realizou uma pesquisa de vanguarda ao inquirir sobre a problemática dos territórios federais dentro do sistema republicano brasileiro

Os territórios federais seguiram uma trajetória muito particular dentro do sistema republicano brasileiro. Uma reflexão histórica do Amapá federal, em uma temporalidade que abranja toda sua existência, poderá ajudar não só na compreensão dos elementos que mantiveram a permanência dessas unidades administrativas em um período tão longo, como também para desvendar mais um dos capítulos da história da República brasileira. Com exceção do Acre, que nasceu da anexação de território estrangeiro, os demais foram criados com o desmembramento de territórios durante o Estado Novo, em pleno período ditatorial. Observados os desdobramentos dessa política em cada um deles (uma vez que os territórios federais criados pelo Decreto-Lei nº 5.812/43 seguiram temporalidades e trajetórias distintas), o do Amapá e o de Roraima sobreviveram quase meio século de experiência republicana (os demais tiveram permanências mais curtas).

É fato que ao estudar a experiência individual do Amapá, acabei por me deparar, também, com a realidade dos demais territórios federais. Porém, a região emerge como ponto central nesta análise, como desconstrução desse discurso regional não dito e nas ações dos atores envolvidos nessa trama. A narrativa centra-se, então, nos microespaços, em uma comunidade local fragmentada de uma comunidade nacional, mas interligada a ela. Nesse ponto, é imprescindível o reconhecimento

de forma mais substancial, a partir da experiência de Roraima (recém-transformada em estado). Sustenta Freitas que a criação dos territórios federais brasileiros foi uma medida de integração, resultante do processo de ocupação da terra, de povoamento e de defesa de regiões estratégicas para o país; porém, critica a ausência de planejamento e de políticas públicas específicas para essas unidades administrativas como aspecto de estrangulamento e insucesso do programa que os criou. Para ele, movidos pelo paradigma técnico-burocrático-militar e pelo improviso, os “planejadores” — embora desejassem — não avançaram em termos de políticas de desenvolvimento para a Amazônia, pois a região era vista apenas como área de Segurança Nacional e refúgio insustentável para migrantes de outros lugares do país: “os territórios são transformados em estados após 47 anos, sem que estejam aptos a tal, pela simples constatação da não formulação de um Planejamento Estratégico para os territórios, quando de sua criação” (Freitas, 1991, p. 164). No entanto, dada a proximidade ainda em curso da transição para o estado, o autor acaba não aprofundando sobre o processo de criação do estado de Roraima.

de que a história regional/local contribui de forma decisiva para o conhecimento de uma história nacional. Sem esse conhecimento regional e local, a história nacional estaria fadada a generalizações e cada vez mais distante de uma escrita da história que considere que o fazer humano é múltiplo e diverso.

É reconhecido metodologicamente que a história regional/local ao aproximar ainda mais o historiador de seu objeto de estudo, ao trazer à luz uma narrativa que incorpora fenômenos históricos da região, de estados, de municípios ou de localidades, tem aberto novos caminhos e novos temas de pesquisa, contribuindo para uma renovação e um avanço do saber histórico, bem como para a inclusão de espaços antes relegados à invisibilidade. Ambas, a história regional e a local, conforme Erivaldo Fagundes Neves (2002), constituem-se em uma proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente em um território, conscientemente integradas por afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, econômicas e culturais, em constantes interações internas e articulações exteriores na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou genéricas.

Tanto a *região* quanto o *local* são categorias de análise socialmente construídas portadoras de sentidos que revelam uma diversidade de características específicas dos viveres e saberes ali praticados, mas não dissociados das relações com a totalidade histórica. Portanto, compartilho da visão de que não há como se escrever uma história nacional sem esse conhecimento da história regional/local. Ao apreender o tempo social em um mesmo contexto histórico vivido por uma localidade, onde as experiências são particularizadas daquelas comumente estudadas pela história nacional ou global, outros aspectos antes não observados passam a ser evidenciados. Como afirma Janaína Amado (1990, p. 4), “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional, lida com as diferenças, com a multiplicidade. [...] tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado”; por isso, não é pretensioso afirmar que este estudo poderá, sim, contribuir na compreensão de historiografia reconhecidamente nacional sobre a experiência republicana brasileira.

Alguns poucos estudos (Porto, 2003; Freitas, 1991; Silva, 2012; Marques, 2009) sobre o tema subsidiaram essa pesquisa: seja pela contribuição conceitual e histórica, seja como referenciais para se apontar outras perspectivas de análise, das habitualmente abordadas. Observou-se que, das raras pesquisas que versam sobre estados amazônicos que nasceram de territórios federais, a maioria concentra-se nas áreas da geografia, da economia e da ciência jurídica. Apesar de buscarem se apropriar, também, da análise histórica como fio condutor, são abordagens que pouco ou nada valorizam as ações dos sujeitos históricos. O federalismo é a temática que mais tem merecido atenção destas pesquisas.

Entre essas publicações, cito *Território Federal e Mineração de Manganês: gênese do Estado do Amapá*, em que Indira Marques (2009) analisa o território e o estado como partes de um mesmo processo histórico-geográfico no Amapá, mas com momentos e particularidades próprias. Ao apresentar uma abordagem social do espaço amapaense não como fruto somente de uma ação externa, mas principalmente como parte de uma construção geográfica, histórica e política que possui uma vontade própria, “o Amapá, vivo, real e humano” (Marques, 2009, p. 32), a autora nos ajudou a pensar a tese central que defendo aqui, de que esse período não pode ser compreendido como algo dissociado da formação do estado, mas enquanto momento em que se fundou uma sociedade de “amapaenses” e se construíram as condições objetivas e simbólicas para que a autonomia ocorresse.

Para Marques, a Icomi teve papel central na consolidação do território federal, assim como para a criação do estado, em 1988. Apesar de concordar com Marques, que estado e território fazem parte de um mesmo processo histórico, parto da premissa de que a decisão da criação do território federal não teve como motivação central a preparação para o estado, e nem tão pouca sua transformação em estado decorreu, necessariamente, do fato do Amapá já estar consolidado como território federal. Possivelmente, se a Icomi estivesse dando lucros para o estado brasileiro teria ocorrido resistência por parte do poder central no processo de sua autonomia

Em pesquisa anterior⁹, mostrei que os vários estudos cartográficos e estatísticos, produzidos no final dos anos 1930 sobre os diversos municípios brasileiros, resultaram, pela primeira vez, em um conhecimento populacional detalhado de todos os cantos do país, e reafirmaram a imagem que se tinha do Norte como uma região de grande vazio demográfico e abandonada¹⁰, possibilitando, enfim, a justificativa necessária para o Estado brasileiro propor a redivisão territorial almejada desde o Império. Não é por acaso que os territórios federais criados em 1943 estão todos concentrados em regiões fronteiriças e, grande parte deles, na Amazônia. À época, o foco não era exatamente a problemática território e estado, mas o projeto político que foi pensado para esses lugares pelo varguismo, idealizador e executor do Decreto-Lei nº 5.812/43, e como especificamente ele foi sendo executado pela primeira administração territorial no Amapá. A análise feita, à época, seguiu uma tendência dos estudos locais sobre esse período, que pouco tem dialogado com a problemática território e estado. Essa forma de não problematizar as experiências de estados que surgiram de territórios federais, tem sido, também, predominante na historiografia regional como um todo. Não que seja obrigatória essa abordagem, mas pode-se afirmar que esse é um campo de estudo ainda não devidamente explorado pela historiografia profissional até o presente.

É fato que, desde os anos 1990, com a transformação do Amapá em estado e com a criação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), vem surgindo um número significativo de pesquisas de história local que abarcam o período pós-1943. Essa é uma das características dessa

9 Pesquisa realizada durante o mestrado (2005-2007), publicada com o título “Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional”, na coletânea AMARAL, Alexandre et al. *Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açaí, 2011.

10 À época, a fronteira Oiapoque/Guiana era vista como a região mais despovoada do Brasil. Estudos de 1941 realizados por Moacir M. F. Silva (SILVA, 1942), consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, apontavam que, na década de 1940, a densidade das cidades fronteiriças, situadas na região amapaense, era uma das mais baixas do país (SILVA, 2007).

historiografia: grande concentração de pesquisas no período contemporâneo, talvez em razão do que o historiador francês Henri-Irinée Marrou avaliou em *Sobre o Conhecimento Histórico*, “o que normalmente se verifica em história contemporânea, onde o investigador sucumbe ao peso dos arquivos acumulados e a partir de agora muito bem conservados” (MARROU, 1978, p. 57). De fato, a maioria da documentação referente aos municípios que vão integrar o Território Federal do Amapá, anterior ao Decreto-Lei nº 5.812/43, perderam-se ou ficaram sob a guarda do estado do Pará¹¹.

Outra característica dessa historiografia é a incidência de estudos que privilegiam o período em que o Amapá foi governado pelo paraense Janary Gentil Nunes. Além de ter sido o primeiro governador da fase de território federal, permaneceu no cargo por quase 12 anos; as marcas de sua administração estão presentes em muitos lugares de Macapá, uma memória que continua em muitos atores que vivenciaram a época. Contudo, uma das questões sobre a administração de Nunes, que até o presente não foi respondida satisfatoriamente, diz respeito ao momento posterior à saída de Vargas do comando do país. No recorte que se inicia com o pós-1945, a administração pública no Amapá acaba sendo analisada como fruto da política do Estado Novo, assumindo características aproximadas daquelas apontadas pela historiadora Lucília Almeida Neves para o Brasil do período pós-1930, de “um paternalismo autoritário, implantado em consonância com a concepção tutelar, que se orientava por objetivos simultaneamente modernizantes e conservadores” (NEVES, 1997, p. 95).

Ocorre que esse período, encerrado em 1964, é pouco ou quase nada pesquisado, o que corrobora com uma ideia de que no Amapá a mudança do regime político transcorreu sem grandes abalos, e que, portanto, esse período teria sido mais brando em nível local, ou que sequer teria ocorrido uma ditadura na região. Porém, não há como ignorar que as políticas modernizantes daqueles anos se sustentaram em pilares de

11 Até o presente, o Amapá não possui um arquivo público que possa lhe fornecer as condições materiais para que reivindique que essa documentação (caso exista) possa ser transferida do Pará para o Amapá.

desenvolvimento conservadores e autoritários, mantendo e elevando a exclusão de grande parte da população brasileira, e aumentando, consequentemente, as desigualdades sociais, acentuando ainda mais as desigualdades regionais; os territórios federais não foram poupados dessa dinâmica, com o agravamento da dependência política e econômica, assentada no extrativismo das riquezas minerais e naturais.

A maioria das pesquisas históricas que versa sobre esse tema na atualidade se concentra em períodos e espaços fragmentados ou em pesquisas que perpassam esta temática, mas não necessariamente como análise central. Mesmo com as contribuições desses estudos, importa amadurecer uma historiografia que eleja como objeto central de análise a formação de estados que surgiram de experiências de territórios federais. Uma possível explicação para essa reduzida representatividade do tema, dentro da produção historiográfica do presente, talvez possa estar na pouca incidência de pesquisas relacionadas à *História do Tempo Presente*¹². De acordo com Marieta Ferreira e Lucília Delgado, mesmo com as inovações teóricas e metodológicas no campo da produção

12 Segundo Ferreira e Delgado (2013), a *História do Tempo Presente* constitui um campo científico singular pela sua própria definição. Para alguns historiadores como François Bédarida, este tipo de história tem como característica básica a presença de testemunhos vivos que podem vigiar e contestar o pesquisador, em razão de terem estado presente no momento do desenrolar dos fatos. Sendo assim, com base nesse argumento, a *História do Tempo Presente* teria balizas móveis, “moradas provisórias” que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas. Para outros pesquisadores, reporta-se à época em que vivemos e de que temos lembranças, ou ainda, como afirma Hobsbawm (1998), seria o período segundo o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele atribui ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, a olhar em função do hoje para um passado que somente sob essa luz adquire significação. O termo história do tempo presente também convive com outras denominações que têm no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca, como história imediata, história contemporânea, história recente e história atual, que mesmo não tendo exatamente o mesmo significado, fazem do passado próximo o objeto de estudo, isto porque dedicam-se, “na maioria das vezes, à pesquisar experiências históricas específicas, espacialmente delimitadas e, portanto, pouco compatíveis com critérios universais e abrangentes de definições cronológicas” (DELGADO; FERREIRA, 2003, p. 24).

historiográfica, “a história do tempo presente nem sempre tem sido bem assimilada por parte da comunidade de historiadores, pois ainda é sólida a concepção de que o estudo da história deve distanciar-se do tempo do acontecido” (Delgado; Ferreira, 2003, p. 22-23).

Por fim, deve-se acrescentar que a extinção dos territórios federais, dentro da história política brasileira, é bastante recente. Eles tiveram início em 1904, com a anexação do Acre, e foram extintos em 1988, com as transformações de Roraima e Amapá em estados, pondo fim a um ciclo que durou 84 anos. Contudo, se há escassa motivação para investigar os territórios federais atualmente, desde o início da República eles têm sido centro das preocupações, tanto no âmbito do poder público quanto fora dele. Os territórios federais, criados em 1943, foram pautas permanentes das Assembleias Constituintes de 1946, 1967 e 1987-1988, e nas diversas plenárias do parlamento brasileiro, em muitos discursos de políticos, principalmente daqueles que defendiam interesses relacionados à sua permanência. Igualmente, suas transformações em estados não ocorreram sem que se tenha sido feito um amplo debate, a exemplo do caso de Rondônia¹³, que só foi transformado em estado em 1982, depois de um longo embate que durou quase 20 anos.

Assim, legou-se uma significativa produção escrita sobre eles: são ensaios, artigos, reportagens, relatórios, legislações, processos judiciais, livros, memórias, diários, cartas, telegramas, discursos e decretos que acabaram por se apresentar como um acesso ao passado, como um *stock* de documentos inesgotáveis de ensinamentos. Pouco a pouco fui interpelando e montando os fragmentos desse passado como um quebra-cabeça, interrogando seus vestígios, sem esquecer que essa não é uma tarefa fácil, e exige um exercício constante de disciplina, ainda mais quando essas fontes foram produzidas por atores que estiveram diretamente ligados aos espaços ocupados pelo papel hegemônico do Estado.

13 Pela Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, o território de Guaporé passou a ser denominado território federal de Rondônia. Em 1963, José Kairala apresentou no Senado Federal o PLS nº 128/1963, para a criação do estado de Rondônia, o que só veio ocorrer por meio da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.

Marrou (1978) não nos deixou esquecer de que “ninguém se importa com o historiador”, a escrita da história é uma arte, com regras, instrumentos, metodologia própria, exigindo, desta maneira, preparação para conseguir fugir da armadilha da seleção viciada dos textos, para se desvencilhar da tentação da mentira e da ocultação das informações a que se tem acesso. Enfim, não basta apenas ler o que o documento diz, é preciso saber como ele diz o que diz para, assim, entender o pronunciamento veiculado nesses discursos; em outras palavras, é necessário submeter o documento a um processo de interpretação que busca sentido naquilo que é dito e na maneira como é dito, pois apenas assim é possível alcançar os sentidos implicados e escondidos entre as linhas do texto. Esse processo de ressemiotização (interpretação) resulta do esforço e da disposição de conhecer e de ouvir o que os documentos históricos têm a revelar, não projetando sobre essas ideias pré-estabelecidas. Fazer o que Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e Método*, considera essencial no processo de compreensão, desprender-se de preconceitos, libertar-se “contra a arbitrariedade da ocorrência de ‘felizes ideias’ e contra a limitação dos hábitos imperceptíveis do pensar, e orientar sua vista às coisas elas mesmas” (GADAMER, 1999, p. 402).

Dito isso, passo para a descrição das fontes. O primeiro contato com a documentação referente ao tempo do Amapá federal ocorreu no final dos anos 1990, por meio do *Amapá*¹⁴, jornal criado em 1945 pela primeira administração local com o objetivo de ser um informativo das ações do governo junto à população. Nele, estava registrada uma variedade de informações e imagens sobre o período, como, por exemplo: instalação da administração pública, inaugurações de prédios públicos, sanções de leis, viagens, discursos de políticos, ações do governo nas áreas de povoamento, saneamento, saúde e educação, políticas trabalhistas, construção de ruas e moradias para trabalhadores. Essa documentação

14 A primeira publicação do jornal *Amapá* ocorreu em 19 de março de 1945 e circulou até 1976, com periodicidade semanal e tiragem média de mil exemplares. O jornal era impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do governo do Território Federal do Amapá, em tipografia, e teve como primeiro diretor o servidor público Paulo Eleutério Cavalcante de Albuquerque.

nos pareceu, a princípio, como um *inventário* do Amapá do tempo do território federal. Mas, como lidar com uma narrativa que se apresentava como o próprio acontecimento? Como não se deixar levar por um discurso que quis se cristalizar, impondo-se como verdade? É difícil não se deixar envolver pela sensação de retorno ao passado que o manuseio de um jornal de época desperta.

Acabei por analisar o jornal *Amapá* como uma fonte que se dilata, apenas como uma parte do *iceberg*, de um *corpus* documental, que apesar de se constituir de várias tipologias, dialogam entre si. Em *Arqueologia do saber*, Foucault nos fez perceber que os discursos (e o jornal é uma forma discursiva) são constituídos de materialidades e determinados por uma regularidade que permite ou proíbe suas realizações, que os definiu como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Para Foucault, o dito instaura uma realidade discursiva que permite desvendar como o homem constrói sua própria existência; é preciso só ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas como estão postas, o que significa trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na sua complexidade.

Essa forma de interrogar as fontes a partir de Foucault foi fundamental para a análise das demais fontes produzidas pelo discurso oficial, a exemplo dos conjuntos de discursos e notas taquigráficas dos deputados federais, em especial, os dos territórios federais, transcritos nos *Diários do Congresso Nacional* e nos *Anais das Assembleias Constituintes* da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Essas fontes forneceram elementos que me permitiram perceber toda uma movimentação política em torno dos territórios federais, que, relacionadas aos *Relatórios Anuais dos Governos do Território Federal do Amapá*, de 1946, 1955, 1967, 1968 e 1987, além de livros de memórias de secretários de governo e governadores, ajudaram a reconstruir alguns fragmentos desse passado, tais como: *Uma Excursão ao Amapá* (1947), de Arthur Miranda Bastos; *Relações Públicas Governamentais no Amapá* (1954), de Álvaro da Cunha;

Barcellos: síntese de dois governos (1994), de Hélio Pennafort; e, *Primeiro Passo da Segunda Caminhada* (1992), do ex-governador Anníbal Barcellos.

A utilização de outros dois jornais de circulação local, *Folha do Povo* e a *Voz Católica*, foi fundamental para confrontar os dados oficiais. O primeiro circulou entre os anos de 1959-1964 e pertenceu ao PTB, grupo de oposição dos governos amapaenses no período de sua circulação; ele nos levou a uma leitura diversa daquela fornecida pela imprensa oficial. Já o segundo era de propriedade da Prelazia de Macapá, circulou de 1962 a 1974; as várias fases e mudanças no seu editorial permitiram perceber, sobretudo nesses momentos de oscilações, um ambiente plural e de disputas, o que diferia muito daquilo que a administração territorial amapaense representava em sua propaganda política.

Mas foi com os livros de memórias e das narrativas de homens e mulheres simples, que não estiveram diretamente no campo de decisão do poder, que se tornou possível trazer à tona um Amapá que se fez como fruto das lutas e estratégias cotidianas em espaços que sofriam a ação direta da intervenção hegemônica do Estado. Não realizei entrevistas para fins deste estudo, mas minha participação no projeto de pesquisa *Salvando Memórias da Cidade de Macapá – 1943-1988*¹⁵ e minha atuação como membro do colegiado da *Comissão Estadual da Verdade do Amapá*¹⁶ me forneceram o material oral que utilizei ao longo da escrita deste texto.

Como se vê, o encontro até as fontes contempla toda uma trajetória de pesquisa, que me possibilitou escrever este livro dividido em três capítulos, descritos a seguir:

15 Projeto de Pesquisa *Salvando Memórias da Cidade de Macapá*. UNIFAP. Pesquisadoras: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Ano do início: 2011. Em andamento.

16 A Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP), *Francisco das Chagas Bezerra* – “Chaguinha”, foi criada por iniciativa do governo do estado do Amapá, 1.756, de 24 de junho de 2013, publicada no *Diário Oficial* nº 5.490/13, e alterada pela Lei nº 1.771, de 30 de setembro de 2013, durante o governo de Camilo Capiberibe (2011-2014). Após um período de paralização de seis meses, foi reativada pelo atual governador, Antônio Waldez Góes da Silva, conforme o Decreto nº 3.482, de 6 de julho de 2015, vigente até o presente. É a primeira comissão criada na Amazônia objetivando, assim como as demais comissões estaduais, municipais e institucionais, oferecer subsídios aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

No primeiro capítulo, “Território Imaginado”, percorri os primeiros vinte anos entre a implantação e a consolidação de um Amapá político-administrativo que foi sendo “imaginado” como território federal, buscando ressaltar que esse período, também, significou a formação de novos laços comunitários e identitários, tanto para os que ali já viviam antes de 1943 como para os que foram chegando depois desse período.

No segundo capítulo, “Território Militarizado”, analiso as duas décadas de território federal, em um momento em que o Amapá foi diretamente afetado pela Ditadura Militar. Os índices de desenvolvimento econômico esperado, além de não terem sido alcançados, agravaram-se em decorrência da política autoritária vigente. Porém, foi em meados dos anos 1960 que se observa de forma mais nítida a formação de uma sociedade de “amapaenses”, constituída não só dos que já viviam na região, mas dos imigrantes que chegaram após 1943, formando uma primeira geração de jovens que nasceram ou cresceram no Amapá.

No terceiro e último capítulo, “Território Emancipado”, busquei demonstrar que a decisão de se criar o estado do Amapá, em 1988, construiu-se ao longo de um percurso arenoso, nem sempre estabelecido de forma clara e objetiva, decorrente de uma variedade de fatores, alguns de ordens estruturais e outros conjunturais, sem que o Amapá reunisse a maturidade econômica para que conquistasse a autonomia política. Porém, do ponto vista simbólico, o Amapá já reuniu em 1988 elementos identitários para se caracterizar enquanto estado da Federação brasileira.

* * *

Ao decidir publicar este trabalho em formato de livro, tendo em vista as críticas acatadas pela banca de defesa, em 2017, e em razão do distanciamento que experienciei durante esse tempo, senti um desejo enorme de reformulá-lo, mas isso demandaria mais algum tempo de pesquisa e escrita. Como toda escrita de história, este é um trabalho datado de uma trajetória que me trouxe até aqui, ressignificado aos meus olhos pelos acontecimentos do presente. Penso nele com urgência, por acreditar que ele pode nos ajudar a responder como chegamos até este

momento, em que o Amapá vive a maior crise energética de sua história recente, quando essa questão já deveria ter sido resolvida.

Decidi apenas fazer correções e cortes para torná-lo mais acessível para o alcance de um público que ultrapasse os muros da universidade. Tentei fazer uma versão mais resumida, sem o uso exagerado das referências. Acredito que a história só faz realmente sentido se estiver inserida em um debate público que ajude de alguma forma a transformar o mundo em que vivemos. Porém, confesso que a minha ambição espacial é bem menor.

Aproveito para agradecer aqueles que me ajudaram mais diretamente nessa escrita com críticas e contribuições: Albene Miriam Menezes Klemi (minha orientadora), Francisco Bento da Silva, Lucília de Almeida Neves Delgado, Diva Gontijo Muniz, Ana Catarina Zema de Resende, Júlia Monnerat Barbosa e Meire Adriana da Silva, a quem devo as inclusões à temática indígena nessa nova versão.

Como diz Caroline Bauer (2017, p. 29): “poucas pessoas estabelecem um antes e um depois em nossas vidas”. Agradeço imensamente a Márcia D’Alessio (*in memoriam*), a quem tive o privilégio de conviver durante o mestrado. Márcia foi mais que uma orientadora, depois de conhecê-la, o lugar que a pesquisa histórica ocupou na minha vida, bem como as pessoas que nela transitam, que sempre me pareceram estranhas, passou a ser mais tolerável e prazerosa. Muita agradecida a ela por continuar a guiar meus passos.

Por fim, dedico esse trabalho para todas as mulheres, mães e trabalhadoras – assim como eu – que tentam seguir ativas em um mundo que sempre as penaliza. Revisar este trabalho em meio a uma crise sanitária de proporções como esta que assola o mundo, agravada no Brasil pela crise de governança, e no Amapá de maneira particular pelo momento atual que atinge o estado, foi demasiadamente exaustivo. Minha pequena Laura foi a mais prejudicada pela minha ausência presente, a crença de que poderei ajudá-la, por meio do meu exemplo, a lidar melhor com este universo que atinge nós mulheres retroalimenta minha esperança e me mantém firme.

Macapá, 11 de novembro de 2020.

TERRITÓRIO IMAGINADO

A criação dos territórios federais implicou o desmembramento de grandes áreas de terras dos respectivos estados, que, diga-se de passagem, eram tidas como, improdutivas, inúteis, por isso, desprezadas pelos administradores da época, mesmo assim, os homens que orientavam a economia, bem como, os poderosos latifundiários existentes por estas regiões, por considerarem-se prejudicados em seus interesses particulares, iniciaram uma frente de protesto tentando reverter a decisão presidencial, para que tudo voltasse a que era anteriormente, isto é, o marasmo administrativo, decadência social, miséria, fome, doenças, as mais diversas, absoluta falta de assistência sob todos os aspectos, de parte dos estados. Refiro-me a mais de perto ao caso do Amapá, quando município do Pará, e igualmente aos demais municípios do mesmo estado.

Com relação aos desmembramentos, hoje, poderíamos questionar, por que toda aquela polêmica, protestos e reclamações pelo desmembramento das áreas, por desventura, a faixa de terra que formou o território do Amapá, e que, hoje configura o estado do Amapá, fez falta ao estado do Pará? Diminuíram os tributos arrecadados? Atingiu negativamente o bom funcionamento do Estado? Qual o prejuízo?

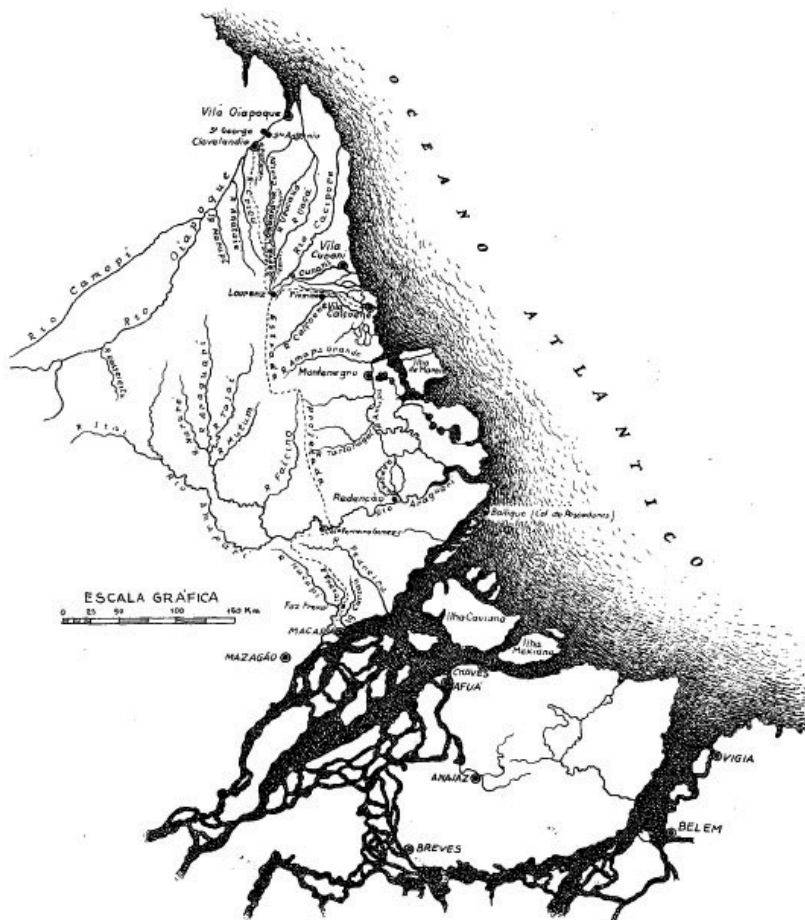
Adamor de Sousa Oliveira (2013)

O relato acima, extraído do livro *Tesouros de Memórias*, do paraense Adamor de Sousa Oliveira, publicado em 2013, é elucidativo para introduzir este capítulo. Por se tratar de uma memória escrita por um dos personagens que vivenciou, como servidor público, não só o momento da implantação do Território Federal do Amapá, mas de um Amapá que foi sendo moldado pelas ações governamentais, leva-me a pensar, conforme afirmou Anderson (2008), no papel ativo que o Estado desempenha na

construção de memórias nacionais. O memorialista reconstrói uma narrativa que se assemelha àquela reproduzida pelos diversos documentos oficiais que justificaram a criação do Território Federal do Amapá, em 1943. Para ele, o ato de criação do Amapá como unidade política: “Foi a salva-guarda de um povo que vivia o verdadeiro abandono, sem ter para quem reclamar” (OLIVEIRA, 2013). Esse instante fundacional, em que parte das terras paraenses foram desmembradas para dar origem ao Amapá, tornou-se um dos acontecimentos de maior destaque no imaginário social dos amapaenses, e, não é por acaso, que ganhou relevo nas diversas narrativas que visam explicar o “Amapá” desse período.

Abandono, vazio, atraso, marasmo, decadência, miséria, epidemias, assim eram retratadas nestas narrativas, as regiões que foram desmembradas do Pará para dar origem ao Território Federal do Amapá. A grande extensão do território justificava a precariedade do poder público, que rememorava os tempos da capitania de Bento Maciel Parente, quando, em meados do século XVII, ocorreram as primeiras iniciativas de ocupação pelo governo português nas regiões que atualmente compreende o estado do Amapá. Foi a partir dos anos de 1930, que o “atraso” dos imensos estados, principalmente os do Norte, passou a ser atribuído por uma retórica política nacional à incapacidade dos poderes públicos de governarem esses espaços, que deveriam passar por uma ação direta da União, com a redivisão de seus imensos territórios (SILVA, 2007).

Em 14 de setembro de 1943, um dia após a expedição do Decreto-Lei nº 5.812/43, pelo presidente Getúlio Vargas, o jornal paraense *Folha do Norte* noticiou com a seguinte manchete: “Criados mais cinco territórios federais”, a execução do primeiro Plano de Redivisão Territorial da República brasileira, que criava os territórios federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu, todos em regiões fronteiriças. Dizia a matéria: “os bens pertencentes aos estados e municípios nos novos territórios passam para o domínio da União. A administração dos territórios será regulada por lei especial e decreto-lei que entra em vigor no dia primeiro de outubro próximo” (*Folha do Norte*, 14 de set., 1943). Conforme outro decreto — o Decreto-Lei nº 5.839/43, de 21 de setembro de 1943 — o Amapá seria criado a partir do desmembramento de três municípios paraenses, e teriam as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão.



Mapa da região dos municípios paraenses que serão desmembrados para a criação do Território Federal do Amapá (1942).

Fonte: *Revista Brasileira de Geografia*, ano 4, nº 3, jul./set. 1942.

A região delimitada pelos técnicos do IBGE, que compreenderá o Território Federal do Amapá, em 1943, teve uma história de conflitos e de disputas pela posse do seu território, baseada nos velhos tratados territoriais indefinidos e de lutas entre soberanias, que pouco dialogou com a dinâmica social desses lugares. Desde a instalação da República,

já havia o propósito da União administrar diretamente a área, não só em razão dos motivos históricos, mas, sobretudo, “em virtude de ser a região norte-oriental do Pará via de acesso aos centros de exploração de produtos estratégicos da Amazônia” (MEDEIROS, 1946, p. 138). Porém, somente na Ditadura Vargas, após o fechamento do Congresso Nacional, quando se neutralizou qualquer divergência a esta medida, que surgiu o dispositivo constitucional para se criar, com desmembramento de parte do território de estados, unidades políticas administradas diretamente pela União. O artigo 6º da nova Constituição de 1937 estabelecia que “a União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos estados, territórios federais, cuja administração será regulada em especial”. Esses seriam compostos por áreas incorporadas à União, conforme as regras do direito internacional, provenientes da perda de autonomia dos estados que revelassem incapacidade financeira para se administrar, ou de áreas que pertencessem à direção dos estados, mas que representassem interesse de defesa nacional (SILVA, 2007).

Com base neste dispositivo legal, a criação dos territórios federais de 1943 obedeceu a um duplo objetivo: militar e administrativo, o que fez o governo federal, desde o princípio, concentrar tropas do Exército na região. Para o governo federal, essa parte do território brasileiro não estava devidamente povoada, uma vez que não possuía eficientes núcleos governativos e estava sujeita à ação “nefasta” dos comerciantes das Guianas, ocasionando focos de desnacionalização que colocavam em perigo a proteção da fronteira. Em 1945, o secretário-geral da presidência da Câmara dos Deputados, Otto Prazeres, foi taxativo sobre a motivação que levou o governo brasileiro a criar os territórios federais de 1943: “não podia ser outra senão o de aproximar livremente esses territórios do governo federal, tendo este completa liberdade de ação de escolha do tipo político-administrativo a ser escolhido” (PRAZERES, 1945, p. 68).

Mesmo que os documentos analisados não me permitam afirmar categoricamente (possivelmente, em razão de tentativas de silenciamento de qualquer posicionamento contrário ao Decreto-Lei nº 5.812/43), os desmembramentos de parte do território de estados, a exemplo do Pará,

para dar origem às novas unidades administrativas, não ocorreram sem que muitos homens e mulheres tivessem suas vidas afetadas e que, portanto, manifestassem sua aprovação ou não com essa medida. É sabido que toda vez que o Estado brasileiro tentou ou realizou qualquer medida no sentido de redivisão de territórios, uma forte reação regionalista se excitou, principalmente nas capitais ou em lugarejos onde havia uma elite preocupada com a manutenção de fortes privilégios assentados, principalmente, na posse de terras devolutas.

Reconheço que a reação local aos desmembramentos de estados para criação de território federais precisa ser melhor investigada pela historiografia; porém, no caso do amapaense, havia uma forte defesa não só pelo Estado brasileiro, mas também por uma elite local, para que ocorresse uma ação direta do poder central nessas áreas, sustentada no argumento de que governo paraense demonstrava grande incapacidade de administrar seu imenso território; essa forma de pensar a República federativa nesses locais é embrionária de um pensamento político que se delineou ainda nos primeiros anos do Império, que infelizmente não será possível aprofundar aqui.

Ainda durante o Império, os moradores da comarca de Macapá, futura capital do Território Federal do Amapá nutriram o sonho da autonomia. Isso ocorreu logo após o Projeto de Lei nº 48, de 1853, entregue à Assembleia Geral Legislativa do Brasil, pelo deputado maranhense Candido Mendes de Almeida, sugerindo a criação da província, inicialmente denominada de *Oyapóckia*, e, posteriormente, de *Pinsonia*.

Aqui abro um parêntese que considero importante para se compreender as motivações que levariam a Candido Mendes de Almeida a elaborar o projeto de criação da província *Pinsonia*. Seu autor parecia compartilhar de uma forma de pensar a organização do espaço brasileiro, representada pelos defensores de um federalismo às avessas, que propunha, conforme Gomes (1998), a conciliação entre um poder central, que se reivindicava cada vez mais absorvente, e poderes locais de oposição a essa autoridade, que se tornavam cada vez mais resistentes. Um federalismo sem excessos, conforme defendeu

Rui Barbosa¹⁷, em 1890, espelhado nas teorias modernizadoras (em moda nos países desenvolvidos europeus e nos Estados Unidos), mas, sobretudo, no que ele acreditava possível de ser feito no Brasil, por meio da conciliação entre um poder central portador da hierarquia e da ordem e a descentralização política traduzida em liberdade moderada para os estados da federação.

Como afirmou Gomes (1998, p. 491), “Rui foi e continua sendo uma das mais sólidas representações da República”, portanto, uma das figuras mais influentes da época. Porém, a fórmula para melhor se compreender a interlocução entre a centralização e a descentralização dentro do federalismo brasileiro, está mais perceptível nas ideias de um dos seus mais reconhecidos doutrinadores, Paulino Soares de Sousa (Visconde do Uruguai). Como político partidário da centralização, elaborou uma das mais conhecidas obras sobre o assunto intitulada *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1862, onde defendeu que a melhor saída para a resolução do empasse entre a centralização e descentralização no Brasil estaria da conveniência da administração pública. Para ele, o melhor sistema para o país era a descentralização administrativa com centralização política, pois era preciso “não querer governar com razões de Estado os negócios domésticos das localidades, as quais têm outras razões para os governarem” (SOUSA, 1862, p. 352). Fica claro em Visconde do Uruguai que a dicotomia entre centralização e descentralização deveria ser resolvida pela ótica do poder central, em aliança com os poderes regionais; este último teria uma maior ou menor influência na federação dependendo do grau de desenvolvimento econômico e político local.

Nos embates de ideias e doutrinas, Rui Barbosa, como liberal, era o oposto de Visconde do Uruguai, um conservador. Porém, na interseção entre ambos, é possível identificar a aplicação de muitos dos preceitos que o Estado brasileiro vai se valer na condução da redivisão territorial de 1943, como bem enfatizou, em *Políticas Públicas e Administrativas de*

17 Discurso proferido por Rui Barbosa no Parlamento Brasileiro, em 16 de dezembro de 1890.

Territórios Federais, Aimberê Freitas (1991, p. 28): “que, arbitrariamente, criou os Territórios Federais, desmembrando terras dos estados, sem consultá-los e neutralizando, por completo, suas soberanias”. Seus discursos ilustram, de forma pragmática, como que, no interior de múltiplas correntes de pensamento, foi sendo desenhada uma forma de pensar a República e de um formato de federalismo que pactuou com a centralização e a descentralização de forma muito particular, ultrapassando a própria órbita do Direito Administrativo, resultando daí uma tendência do uso das doutrinas como conveniência política (MEDEIROS, 1946).

Portanto, essa forma de ver a República recém-instalada no Brasil é precursora de uma tendência de recomposição do espaço brasileiro como estratégia para melhor administrá-lo, por meio da divisão em partes menores mais ou menos iguais entre os estados sob a intervenção do poder central, com a manutenção dos poderes regionais ali instituído. Na opinião dos seus defensores, a intervenção centralizadora era justificável quando essa vinha, ou para defender os interesses nacionais ameaçados, ou em razão da fragilidade de um poder regional, incapaz de gerir seus domínios, em áreas localizadas em pontos estratégicos para o país, a exemplo das terras fronteiriças onde o Amapá estava localizado. Candido Mendes de Almeida defendia exatamente como fórmula de criação de uma província nessas regiões a conciliação da intervenção do poder central e, ao mesmo tempo, a garantia da manutenção ou fortalecimentos dos poderes regionais.

Separados das províncias os territórios desabitados, sem prejuízo de sua natural circunscrição, podiam estes ficar sob a direção do governo geral; que fazendo-o convenientemente dividir em áreas regulares, podia mui cômoda e utilmente encetar logo o povoamento dos que por sua situação e recursos, obtivessem em breve a cifra de população indispensável para se constituírem em províncias. É o sistema dos Estados Unidos, que a meu ver mui sensato e proveitoso (ALMEIDA, 1873, p. 6).

No entanto, a proposta de criação de áreas administrativas “sob a direção do governo geral”, a exemplo do que ocorria nos Estados

Unidos, esbarrava em uma questão legal: era uma medida não prevista pela Constituição vigente no Brasil. Talvez, em razão desse fato, o autor do projeto tenha proposto a criação de uma província, ao invés de “Territórios Especiais”, como assim foram primeiramente chamados os territórios federais no Brasil na época do Império. Mesmo assim, deixou subentendido que se o governo imperial, assim o quisesse, poderia promover a criação de unidades administrativas controladas pelo Império; “o art. 2º, ainda literal e estritamente entendidas, não impedem a reforma no sentido que opino” (ALMEIDA, 1873, p. 6).

Nos quase 20 anos que se seguiram ao projeto do deputado Candido Mendes de Almeida, ocorreu uma movimentação entre os macapaenses no sentido de pressionar a aprovação da criação província *Pinsonia*. A fim de obter esclarecimentos da Comissão de Estatística da Câmara, essa movimentação foi recuperada por Candido de Almeida, em 1873, coligida em uma série de documentos e informações sobre o desenrolar da questão, reunidos em uma memória intitulada *Pinsonia, ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de província*, que nos possibilitou reconstruir, ainda que parcialmente, um cenário do município de Macapá (que será mais tarde a capital do Território Federal do Amapá) anterior aos desmembramentos.

Entre os documentos coligidos por Candido de Almeida está a representação assinada por 387 moradores da comarca de Macapá, datada de 8 de junho de 1870. Nesta representação, além dos macapaenses rebaterem os argumentos dos opositores ao projeto, alegando que Macapá era uma região insalubre para se viver “horrivelmente *doentio*, um verdadeiro *matadouro*”, denunciavam o descaso do governo paraense com relação à comarca, que se agravava, segundo este documento, com o projeto de criação de *Oyapóckia*, “um mal fado pesa sobre os habitantes de Macapá desde que se tratou de criar uma Província na Foz do Amazonas, porque desde esse tempo que os homens da Capital da Província nos votarão ao maior desprezo” (ALMEIDA, 1873, p. 14).

A representação escrita pelos macapaenses, em 1870, separada por um pouco mais de sete décadas do Decreto-Lei nº 5.812/43, evidencia problemas de condução político-administrativa e abandono do município de Macapá, conforme trecho a seguir:

[...] deixaram cair os nossos melhores edifícios públicos como fosse a grande casa destinada para a Alfândega, Cadeia, Casa da Câmara, a mesma Matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não a aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a desmoronar-se, se o Governo não se apressar em garanti-la contra a queda de ribanceira do rio.

A Assembleia Legislativa da Província em seus orçamentos anuais nunca decretou obra alguma ou quantia equivalente para as obras de que necessitamos. He sabido que a cidade de Macapá, onde tem um comércio não pequeno, pela especialidade do seu porto, necessita de uma ponte, e calando no espírito de toda essa grande necessidade, apenas decretaram quantia de cinco contos de réis por saberem que não chegava nem para aquisição de madeiras, no entanto que por mero luxo decretaram-se somas fabulosas para pontes em Santana e Cametá onde nenhuma necessidade se tem [...] (ALMEIDA, 1873, p. 15).

A representação de 1870 denunciava que a maior preocupação do governo do Pará, caso ocorresse a criação da província, seria com relação às perdas financeiras provenientes do fracionamento dessa parte do seu território. Para os macapaenses, o caminho para a resolução dos graves problemas administrativos que a região enfrentava era a separação do Pará com o estabelecimento de um novo governo: “os abaixo assignados, estão convencidos que criada a Província na Foz do Amazonas, e estabelecido um governo em Macapá para de pronto curar as necessidades públicas, desapareceram todos os sofrimentos, comunicando a este lugar uma nova vida” (ALMEIDA, 1873, p. 15).

Além de Macapá, em 1920, os moradores do município de Montenegro¹⁸, antigo Amapá (outro município que será desmembrado para dar origem ao Território Federal do Amapá), também documentaram seu descontentamento com a condução da política do governo

18 A Lei nº 798, de 22 de outubro de 1901, criou os municípios de Amapá e Montenegro. Pouco depois, pela Lei nº 820, de 14 de outubro de 1903, os municípios foram reunidos num só, sob a denominação de Montenegro (REIS, 1949). Somente pelo Decreto Estadual nº 78, de 27 de dezembro de 1930, que a região voltaria a denominar-se de município do Amapá.

paraense, duas décadas antes do Decreto-Lei nº 5.812/43, ao enviaram ao presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) uma representação onde declaravam estar “cansados de suportar a incúria, o desleixo, o esquecimento e abandono dos dirigentes públicos por esse ferocíssimo trecho da pátria que o laudo de Berna em primeiro de dezembro integrou no território nacional”, e sugeriam à União que fizesse “uma administração totalmente federal, a exemplo do que o governo do país praticou no território do Acre” (REIS, 1949, p. 178).

As razões alegadas pelos amapaenses para a reivindicação de uma intervenção governamental semelhante à acreana fundamentavam-se nos argumentos de que o estado do Pará, mesmo que quisesse administrar a contento a região, encontrava-se “assoberbado por uma tremenda crise financeira e econômica de que tão cedo se não poderá libertar” (REIS, 1949, p. 178). Segundo os peticionários, a ausência do poder público só não se fazia sentir “na cobrança de impostos vexatórios e draconianos e o governo municipal, entregue ao descortino de um analfabeto, satisfaz-se plenamente em imitar o do Estado” (REIS, 1949, p. 178-179).

Assim como a representação dos macapaenses, a dos amapaenses também permite descrever, ainda que superficialmente, quais as razões do descontentamento com o governo paraense que levaram esses moradores a solicitar uma mudança radical da condução política local. Para seus assinantes, o abandono era perceptível no cenário que se observava na precária edificação construída para abrigar a única sede do judiciário instalada em toda região, onde funcionavam, ao mesmo tempo, uma cadeia e um quartel; nas condições hostis e insalubres das trinta e poucas habitações existentes em toda vila do Amapá; na precariedade de instrução pública, refletida na única escola que atendia todo o município; na deficitária assistência hospitalar; e na pouca oferta de mão de obra especializada. Ainda, conforme o relato dos moradores do município de Amapá, o único benefício concedido àquele município era uma navegação fluvial que, subvencionada pelos cofres da União, consistia numa embarcação à vela, que fazia linha pelo sul da Ilha do Marajó. No entanto, alegavam que nas condições que vinham sendo realizadas não trazia nenhum ganho à região, pois além da cobrança de preços exorbitantes para passagens e fretes, intercalava em vários

portos intermediários, prologando a viagem até a vila por cinco ou seis dias. Além disso, a embarcação só transportava

as malas do correio e jornais, de mês e mês, e um ou outro passageiro abastado, receoso da perigosa, mas até então necessária navegação em barcos a vela. Mesmo esta navegação é perseguida; para todos os portos do estado os barcos têm livre trânsito; para o Amapá precisam de arqueação e despacho da alfândega e capitania do porto (REIS, 1949, p. 179-180).

Em 1920 (no ano da representação dos amapaenses ao governo brasileiro), segundo Reis (1949), a crise que assolava o estado do Pará, em decorrência da desvalorização da borracha, ecoava dolorosamente na região. O censo daquele ano apontava uma população de 6.000 habitantes no município de Montenegro (antigo Amapá), mas, com a decadência da pequena produção do pau rosa e da borracha, tudo indicava que o povoamento, que já era considerado insignificante, poderia se reduzir ainda mais.

A região retratada na representação descrita pelos moradores do município de Montenegro era parte do território Contestado Franco-Brasileiro, limítrofe com a Guiana Francesa, que protagonizou o litígio entre o Estado brasileiro e o francês pela posse de parte desse município. A pendência diplomática foi resolvida por arbitragem internacional feita pela Suíça, por meio da assinatura do Laudo Berna, em 1900, que garantiu o direito definitivo da soberania brasileira sobre a região¹⁹. Durante todo o período de contestação da região pela França

19 O escândalo internacional entre os dois países pela posse do Contestado Franco-Brasileiro levou a França a aceitar, em 1897, a proposta brasileira de uma arbitragem internacional para resolver o litígio. A Suíça foi escolhida e aceita por ambas as partes, por ser o país de origem do famoso cientista Emílio Goeldi, que sempre demonstrou grande interesse pela causa. Em 1900, o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser, atribuiu o Território Contestado ao Brasil, reconhecendo definitivamente o Oiapoque como fronteira. A França mandou representantes que não conheciam o terreno, que se apoiavam nos trabalhos do grande geógrafo Paul Vidal de La Blache, que havia se dedicado a comprovar que o rio “Japoc ou Vicente Pinhão” do tratado de Utrecht não era o Oiapoque, mas sim um braço enlameado do

(1841-1900)²⁰, a ausência de uma política efetiva de controle por parte do Estado brasileiro contribuiu, de certa maneira, para a consolidação de um considerável fluxo comercial entre a população da fronteira norte do Brasil com os demais mercados estrangeiros, principalmente com Caiena (capital da Guiana Francesa). Essa realidade se estendeu mesmo após a assinatura do Tratado na Suíça, conforme o que escreveu, em 1908, em seu livro de memórias, Manuel Buarque, que foi Juiz de direito substituto do município de Amapá, à época.

Todos que conhecem esta terra, desde o tempo do antigo Contestado, sabem perfeitamente que os negociantes desta região mantinham sempre relações comerciais com Caiena, Barbados e Demerara e nunca o governo federal aqui procurou salvaguardar os interesses do fisco nacional (BUARQUE, 1908, p. 27).

Segundo Reis (1949), uma vez definida a incorporação do território Contestado como possessão brasileira, ainda se chegou a cogitar duas opções: a região passaria a compor como parte integrante do estado do Pará ou seria organizada pelo governo federal, como unidade

Araguari, que teria sido escolhido como fronteira, por já ter sido parte do Atlântico e por isso podia ter sido escolhido como fronteira. Essa versão era enfraquecida pelo fato de os franceses, em dois séculos de litígio, terem alegado vários rios entre Oiapoque e Amazonas como “Japoc ou Vicente Pinhão” (Cassiporé, Calçoene, Araguari, Carapaporis e Maiacaré), enquanto o Brasil só identificou o Oiapoque. Do lado brasileiro, coube ao diplomata Barão do Rio Branco a tarefa de representar o Brasil no litígio contra a França, que escreveu duas memórias em nove volumes, intituladas *Questões de Limites: Guiana Francesa*, redigidas diretamente em francês, e dois atlas com 150 mapas anteriores ou contemporâneos do Tratado de Utrecht, que comprovavam, com base em argumentos históricos, a incoerência da posição francesa e da falta de legitimidade de suas reivindicações, demonstrando com sucesso que o Araguari, sendo um afluente do Amazonas, os franceses não podiam reivindicá-lo como fronteira. O julgamento foi aceito sem contestação pela França, em uma total indiferença da população e da imprensa francesa (GRANGER, 2012).

20 Ver: CARDOSO, Francinete do S. Santos. *O contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações*. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 573-626.

autônoma, conforme posteriormente se fez com o Acre. Em 1901, a região voltou ao domínio do Pará²¹, sem sofrer grandes alterações na realidade descrita pelas autoridades brasileiras que atuaram na solução do litígio, como as memórias *Questões de Limites: Guiana Francesa* (2008), do diplomata Barão do Rio Branco. Nas primeiras duas décadas que se seguiram à euforia causada após a descoberta de ouro na localidade próxima, em Calçoene, em 1893, observou-se a intensificação da movimentação entre as fronteiras, levando os moradores de Montenegro a, também, chamarem a atenção do Estado brasileiro para o trânsito contínuo da “crioulada francesa”, a murmurarem frases como essa: “*cette région, que vous avez usurpé à la France, reviendra à nous par le droit du plus fort*”²².

Ao estudar a história de ocupação do território Contestado Franco-Brasileiro, sob uma perspectiva francesa, Stéphane Granger (2012) demonstrou que a vontade expressa dos moradores que habitavam a região, após a decisão do Laudo de Berna, era o de constituir um Estado distinto dentro da federação brasileira. Nos anos seguintes a 1920, a região foi objeto de uma vontade de afirmação de soberania nacional alimentada, sobretudo, depois da visita de Cândido Rondon que, dentre outras medidas nacionalistas, decidiu rebatizar os topônimos de nacionalidade francesa para combater uma influência que ele achava forte demais, inclusive entre os índios (GRANGER, 2012). Assim, por exemplo, o povoado de Martinica, na margem brasileira do Oiapoque, foi rebatizado, em 1927, como Vila Rica do Espírito Santo do Oiapoque. Segundo Granger:

[...] o Brasil precisava reapoderar-se deste espaço em uma margem ameaçada pela influência de uma França mais atraente pelo nível de vida, aliás uma preocupação frequente por parte de muitos políticos locais e nacionais,

21 Decretos 938 e 939, de 21 de janeiro de 1901 (REIS, 1949).

22 Representação dirigida por habitantes do Amapá, em 1920, ao presidente da República (edições do jornal de Belém, *A Razão*, de 16, 17, 19 e 20 de abril de 1920) (REIS, 1949, p. 179). Tradução livre: “essa região, que vós usurpastes da França, voltará a nós pelo direito do mais forte”.

prova de uma certa desconfiança em relação à Guiana Francesa (GRANGER, 2012, p. 32).

De fato, foi o que acabou acontecendo em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá. Para Granger (2012), nos rumos políticos, que foram dados para a antiga região que abrangia o território Contestado Franco-Brasileiro, prevaleceu a vontade da soberania brasileira, que desejando proteger as fronteiras mais sensíveis do país, decidiu pela criação de territórios “tampão”, militarizados e diretamente administrados pelo governo federal, em um momento que a França havia acabado de declarar guerra à Alemanha nazista, e temendo que essa, ocupando a França, utilizasse a Guiana Francesa para agredir o território brasileiro, “ele separou do Pará o ex-Contestado mais a margem esquerda do Amazonas com Macapá para constituir o Território Federal do Amapá, que quase cercava a Guiana francesa” (GRANGER, 2012, p. 32).

Porém, deve-se ponderar que, nos meandros políticos que condicionaram a separação do território do Pará para a criação do Território Federal do Amapá, em um momento político ditatorial, não é demasiadamente simples localizar discursos contrários ao ato que criou os territórios federais, em 1943; já que, nas regiões paraenses que foram desmembradas para formar o Território Federal do Amapá, havia uma parcela da elite que se sentia prejudicada com as condições relatadas nas representações enviadas ao Estado brasileiro e, por isso mesmo, nutria um certo desejo de autonomia ou de separação do estado a que pertencia, manifestando aceitação de um controle direto do poder central sobre a região, justificada, sobretudo, em razão da frágil presença do poder público na região.

Do lado do Pará, de acordo com Adamor Oliveira (2013), teria ocorrido uma frente de protesto tentando reverter a decisão presidencial de 1943. Entretanto, em dois relatórios de governadores paraenses, enviados ao presidente Vargas, é possível perceber preocupação com a administração do extenso território que estava sob as suas jurisdições, principalmente, as áreas com que não existiam, por parte do governo paraense, grandes laços políticos e econômicos, como as dos municípios que seriam desmembrados, em 1943.

No primeiro, de 1940, o interventor José Carneiro da Gama Malcher esclareceu que, apesar de todos os investimentos e melhorias que vinham sendo realizados desde a implantação do Estado Novo, seu alcance estava “circunscrito ao litoral, às cidades, resta levar ao trabalhador rural, precisamente o que faz a produção da riqueza na mata, no campo, nos rios, na maior parte do interior, os favores e amparos de que já gozam seus irmãos” (PARÁ, 1940, s/n). Alegava o interventor que, em razão da grandiosidade do território paraense, ficava difícil atender às necessidades de comunidades rurais localizadas no interior do estado e distante da capital.

No segundo, de 1944, Magalhães Barata, de forma mais incisiva do que Malcher, ressaltou as dificuldades financeiras que o estado enfrentava diante da grandiosidade do território que, para o interventor havia “um contraste flagrante entre a grandeza e exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e da floresta sem fim” (PARÁ, 1944, p. 5). Ao expor a falta de recursos que o Pará enfrentava para resolver os problemas decorrentes da extensão e do povoamento desordenado, também compactuava da solução intervencionista do governo federal na região.

Aqui a intervenção oficial na ordem econômica, dentro dos postulados da defesa nacional, tem que ser mais direta e extensa possível, pela situação singular e peculiar que nos encontramos, em relação à economia nacional, pela zona de produção e pela grande desproporção entre os meios de que dispomos para esse aproveitamento, e as dificuldades que temos que enfrentar, de toda a sorte, para efetiva ocupação da terra e sua exploração (PARÁ, 1944, p. 121).

Magalhães deixava entender, à época, que havia pouco interesse do governo paraense pelas terras que seriam desmembradas do Pará para a criação do Amapá, em 1943. Vale lembrar que caberia a um paraense, Janary Nunes, a implantação e a primeira administração dessa nova unidade política, o que demonstra laços de vizinhança e camaradagens políticas entre estas regiões durante a criação do Amapá. Talvez aí esteja

uma explicação para a ausência de manifestações políticas durante a Assembleia Constituinte de 1946, quando os parlamentares paraenses se mostraram contrários a uma possível reincorporação do território amapaense ao Pará. Durante a Constituinte de 1946, como abordarei mais adiante, a bancada paraense deixaria claro que os ressentimentos do Pará com relação ao desmembramento do seu território, em 1943, decorriam do fato de o governo federal não o ter indenizado por essa perda.

Ao pesquisar a história de ocupação da região do Contestado Franco-Brasileiro, Francinete Cardoso (2008) nos leva a refletir que “a nacionalidade, assim como território nacional correspondem, em síntese, a uma construção que tenta transformar acontecimentos locais em causas nacionais; para isto, ignora ou sufoca a diversidade social” (CARDOSO, 2008, p. 217). Ao intencionarem forjar uma imagem da região favorável às pretensões intervencionistas do Estado, os documentos oficiais desconsideraram toda uma diversidade social ali existente, e pouco fazem referências aos demais sujeitos históricos que habitavam esses espaços, dentre eles indígenas e negros escravizados, fugitivos e libertos. Quando assim o fizeram foi de forma depreciativa, como a representação de 1920, assinada por moradores da sede do município de Amapá. Portanto, se, por um lado as negociações e os conflitos entre franceses e brasileiros estão bem documentados em correspondências entre as duas soberanias, por outro, “poucas vezes se encontra a fala dos próprios sujeitos históricos do Contestado” (CARDOSO, 2008, p. 46).

Ao compreender o Contestado como fruto de conflitos e negociações que abrigaram diversos sujeitos históricos, como: indígenas, pessoas escravizadas alforriadas, garimpeiros, pescadores, soldados desertores, crioulos, palicurs, refugiados, mocambeiros, cabanos fugitivos, entre outros, Cardoso traz da invisibilidade outras vivências nesse espaço que não aquelas pautadas no caráter nacionalista, que nem sempre correspondiam aos interesses defendidos pelo Estado, mas necessidades e lógicas próprias, que “dependendo da situação, poderiam estar de acordo com os interesses do estado francês ou brasileiro” (CARDOSO, 2008, p. 47).

Segundo Cardoso, muitos foram os fatores que favoreceram esta grande movimentação de sujeitos históricos nessa região litigiosa, “desde o século XVII, diversas correspondências mostravam que os índios do

extremo norte prefeririam manter relações comerciais com os hereges (não católicos) a travá-las com os portugueses, em virtude da extrema violência destes últimos” (CARDOSO, 2008, p. 48). Caiena era bem mais atrativa, não só por favorecer um comércio mais vantajoso para estes sujeitos históricos (Caiena se abastecia de alimentos provenientes da região situada entre Cunani e Calçoene), mas também pelo fato de a abolição da escravidão na França ter acontecido muito anterior à do Brasil, “Esta situação permitiu a ex-escravos brasileiros circularem de forma ainda mais livre pelo Território Contestado [...]” (CARDOSO, 2008, p. 48). Portanto, nas suas conclusões o que condicionou estas escolhas não tinha a ver necessariamente com um sentimento de nacionalidade, mas motivadas por interesses ditados pelas circunstâncias e necessidades impostas pela dinâmica social ali instituída.

No que se refere às populações indígenas (primeiros habitantes do Amapá), não é pretensão adentrar em um tema que exige pesquisas mais aprofundadas para se fazer afirmações, mas julgo relevante tecer algumas linhas, com base em autoras que estudam essa temática, no sentido de confrontar um discurso que pretendeu forjar uma imagem da região em consonância com as pretensões nacionalistas e intervencionistas, que pouco consideraram a realidade social existente dos municípios que fizeram parte do Território Federal do Amapá. Como a intenção é tão somente fazer o anunciado, vou me deter à região dos povos indígenas que se situaram na região da fronteira Brasil/Guiana Francesa, no atual município de Oiapoque. Para isso, utilizei como referência principal a tese de doutorado intitulada *GALIBI MARWORNO, PALIKUR, GALIBI KALIÑA E KARIPUNA: demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia*, de Meire Adriana da Silva, em que a autora faz uma síntese histórica dos povos indígenas do Oiapoque, utilizando-se de vários autores (TASSINARI, 2003; VIDAL, 2016; CAPIBERIBE, 2007; ROMANI, 2013; ROCHA, 2013; FARAGE, 1991; PAES, 2017; entre outros) que estudaram essas etnias.

Em relação aos povos indígenas do Oiapoque, os conceitos de fronteira, território e identidade são basilares para a compreensão de todo um modo de vida, referenciado e circunscrito aos espaços onde essas populações vivem e constroem seus próprios significados (BASTOS

& GARCIA, 2013); são conceitos que permitem historicizar toda uma trajetória de luta pela demarcação, pela proteção e preservação de suas terras e seus lugares sagrados, e pela perpetuação de sua cultura. As regiões indígenas do Oiapoque, portanto, formam um complexo único de terras ligadas por rios e igarapés que facilitaram os contatos e interações sociais constantes entre vários grupos diferenciados ao longo dos séculos, levando à formação dos atuais povos palikur, karipuna, galibi-marworno e galibi do Oiapoque, espalhados em 38 aldeias ao longo desse território (BASTOS & GARCIA). Por exemplo, no caso dos Karipunas “é necessário diferenciar a história dos etnônimos da trajetória de vida do grupo atual e de seus antepassados” (TASSINARI, 2003 *apud* SILVA, 2020, p. 60).

A história de ocupação dessas terras por esses povos obedece à cronologias e formações distintas: os palikur aparecem nos relatos dos viajantes por volta de 1513 como os primeiros habitantes (tanto do lado brasileiro quanto do lado francês); os karipuna, de origem heterogênea, teriam migrado de famílias paraenses para a região no início do XIX; os galibi-marworno, provenientes da Guiana Francesa, chegaram na região entre os séculos XVII e XVIII, originaram-se da fusão de diferentes povos indígenas, como os aruã, maraon, karipuna, galibi e também não indígenas; já os galibi do Oiapoque, vieram do litoral da Guiana Francesa, e migraram para a região por volta de 1950, em um pequeno grupo de 38 pessoas (SILVA, 2020).

Foi fato que houve desde o princípio na região da fronteira Brasil-Guiana, primeiramente, pelo governo português, e, posteriormente, pelo Estado brasileiro ações no sentido de promover políticas indigenistas de assimilação dessas populações, vistos como potenciais “brasileiros”, trabalhadores a serviço do Estado. “Desse modo, o território não ficaria com os denominados ‘espaços vazios’, além de não ser alvo de pretensas invasões de países estrangeiros” (ROMANI, 2013 *apud* SILVA, 2020, p. 97). Como destaca Silva, nos relatos dos viajantes, a região do Cabo Norte já registrava a presença de populações indígenas desde o século XVI, o que levou a “convivências com várias frentes de contato e colonização” (SILVA, 2020, p. 97), e exigiu estratégias e escolhas destas populações na luta pela sobrevivência, nos vários momentos

em que a região foi sendo alvo de investidas colonizadoras e de políticas indigenistas assimiladoras praticadas pelo Estado. Na época da colonização, o auge dessas políticas assimiladoras na região ocorreu durante o governo pombalino na Amazônia, e teve como ponto forte os intercassamentos e incentivos à agricultura (FARAGE, 1991 *apud* SILVA, 2020), como “tentativas do governo português de total integração das populações indígenas ao conjunto dos demais segmentos da sociedade colonial” (SILVA, 2020, p. 95).

Entretanto, foi na região do Contestado Franco-Brasileiro (atual município do Oiapoque), no ínterim do litígio entre França e Brasil, onde a presença indígena foi mais numerosa e marcante que se observou um protagonismo²³ dos indígenas, onde vários povoados teriam gozado de certa autonomia; portanto, “as instabilidades políticas no contexto da neutralização desse território, bem como as indecisões sobre a posse dessa região desde o século XVIII, teriam sido vistas pelas várias populações, como um imenso campo de possibilidades” (PAES, 2017 *apud* 2020, p. 96).

A definição do litígio a favor do Brasil não ocasionou grandes mudanças no cotidiano das populações indígenas que viviam nesse território, permanecendo os conflitos entre as duas soberanias (mesmo que em proporções menores do que se registrou anteriormente), agravados pelas políticas indigenistas rondonianas e as promovidas por meio do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), criado em 1910, que depois passou a se chamar somente Serviço de Proteção aos Índios, em 1918, como é mais conhecido²⁴. Foram dessa época as missões enviadas pelo governo paraense para a região dos rios Uaçá, Curipi e Roucauara (atual Urukauá), com o objetivo de abasileiramento dessas populações, e foi também “nesse

23 Fazendo uma comparação com outros territórios indígenas da Amazônia brasileira, Silva (2020) chama atenção para a influência que esse protagonismo pode ter exercido na proteção de parte dos territórios indígenas localizados no Oiapoque, vistos como áreas de refúgio na segunda metade do século XX, no que tange às políticas desenvolvimentistas e de expansão econômica da época.

24 O SPI, em 1967, foi substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

contexto da atuação do SPI em todo território nacional que Rondon teve contato com os galibi, palikur e karipuna na década de 1920, na região denominada por ele de Vale do Uaçá” (SILVA, 2020, p. 98). Entre as ações de Rondon na região de Oiapoque, merece destaque o estudo da viabilidade da estrada que ligaria o município de Macapá à Clevelândia. Para Silva o que estava por trás dessas ações colonizadoras promovidas pelo Estado brasileiro era a clara intenção “de apagamento da identidade indígena, pois, uma vez deixando de ser indígenas e se tornando brasileiros ‘evoluídos’, contribuiriam ainda mais com o desenvolvimento da região de Oiapoque” (SILVA, 2020, p. 99).

Como se vê, a presença indígena na região fronteiriça que abrangeria o Território Federal do Amapá obedeceu a um fluxo contínuo e dinâmico, e que, apesar das ações do Estado no sentido de assimilação dessas populações, os povos indígenas definiram suas próprias concepções de fronteira e território, diferentemente das estabelecidas pelas soberanias francesa e brasileira, e posteriormente pelo projeto do Estado-Nação no Brasil do pós-30:

A intensidade e a multiplicidade desses contatos com diferentes grupos sociais possibilitaram aos indígenas do Oiapoque compartilhar redes de relações históricas, comerciais, linguísticas, religiosas e culturais e a definir suas concepções místicas, seus conhecimentos tradicionais e suas práticas comerciais e políticas (BASTOS & GARCIA, 2013, p. 100).

Francinete Cardoso (2008), compreende o Contestado Franco-Brasileiro como uma representação que “está, em grande parte, relacionada com a construção do estado nacional [...]. Nesta construção, tentam-se apagar as diversidades em nome de um passado comum” (CARDOSO, 2008, p. 35). Ao contrário do discurso oficial, que tentava mascarar esta diversidade, essa era uma região constituída por uma sociedade plural e pelas identidades múltiplas que, na sua maioria, pouco ou nada tinham a ver com as disputas entre as duas soberanias. Para Cardoso, a conquista da soberania brasileira no Contestado Franco-Brasileiro foi algo que extrapolou o movimento vivido dentro do próprio território em litígio, onde se tentou impor um discurso de unidade nacional.

Diria que a mesma lógica teria ocorrido durante o processo que deu origem a um Amapá político-administrativo, com os desmembramentos dos municípios de Macapá, Amapá e Mazagão — cada um com trajetórias distintas —, para constituírem um dos cinco territórios federais criados pelo Decreto-Lei nº 5.812/43, onde se tentou apagar toda essa diversidade. Assim nos demais territórios federais, a marca central dessa política intervencionista e uniformizadora foi de subordinação ao Estado Nacional, por meio da nomeação de governadores como representantes diretos da União nessas regiões, promotores da integração nacional, agentes por excelência da formação da nação brasileira nessas novas unidades políticas.

Porém, é preciso não esquecer que a escrita da história busca acessar a realidade para muito além dos discursos hegemônicos dos que se reivindicam como verdade.

1.1 OS MUNICÍPIOS IMAGINADOS: MACAPÁ, MAZAGÃO E AMAPÁ

Nossa cidade de Macapá é uma cidade capital. Sede de um governo. Porto das esperanças, das aventuras. Porto das ilusões.

Porto da tranquilidade. Porto do desembarque do passado e do embarque para o futuro. [...].

Nela, existia o Igarapé das Mulheres onde elas lavavam a roupa suja que vestiam e, não sei porque, o Formigueiro...O Marabaixo que se foi...E o Batuque, onde está? [...].

Nela não existiam doutores nem “marajás”, nem ricos, nem pobres. As ruas mal delineadas começaram a tomar novas formas. As placas indicativas foram se multiplicando nas esquinas. A multidão foi aumentando a cada vez que os barcos com velas coloridas animando a monotonia do verde singravam a Baía de Macapá, neste rio enxerido a mar e batizado com o nome de Amazonas, aportavam no Igarapé da Fortaleza ou no Trapiche Eliezer Levy, de 510m de extensão, tinha-se a certeza de que estavam desembarcando futuros sonhadores das esperanças que aqui chegavam para ajudar no inchamento de Macapá dos idos 40.

Amaury Farias (2001).

A epígrafe acima faz referência saudosista a uma Macapá antiga do momento de implantação do Território Federal do Amapá, em 1944, quando a cidade passou por transformações decorrentes da chegada de muitos imigrantes e dos investimentos públicos. A história do ribeirinho Aurélio Silva é uma entre tantas que se cruzaram ao acontecimento de fundação desse Amapá político-administrativo. Nascido em 1922, em Chaves, município localizado nas proximidades de Macapá, na Ilha do Marajó, no Pará, Aurélio era filho mais velho de uma família de dois irmãos, não conheceu o pai, João Gomes da Silva, um pequeno comerciante de gêneros alimentícios. Com a mãe, a dona de casa Maria Deolinda da Silva, teve uma convivência curta. Aos oito anos de idade, em troca de comida e abrigo, foi trabalhar como ajudante de canoa, e aos 16 anos, já no distrito do Cajari, no município de Afuá, passou a pilotar uma canoa transportando passageiros e madeira entre os municípios de Afuá, Breves, Anajás, Chaves, Belém e Macapá. Na segunda metade do ano de 1943, viu, da embarcação à vela que pilotava, a cidade escolhida para sediar o centro administrativo do recém-instalado Território Federal do Amapá transformar-se. Ao ver sua atividade marítima se expandindo, também foi atraído pela euforia provocada pelos primeiros anos de implantação do território federal e foi residir em Macapá²⁵.

Por meio das memórias desse personagem é possível afirmar que, para muitos homens e mulheres que transitavam entre os rios dos municípios do extremo norte do Pará, esse foi um tempo de grande aceleração histórica, descontínuo e de mudanças, ainda que circunscrito às regiões atingidas diretamente por essas medidas. Um tempo de ritmo acelerado em que a capital Macapá modificava seu traçado urbano, herdado do período pombalino na Amazônia, em meados do século XVIII, quando foi elevada à condição de Vila.

Assim, apesar das significativas mudanças terem se processado no cenário local em um curto período, e de uma narrativa que insiste em se impor como a síntese desse tempo, o termo paradoxal pode ser o que

25 Entrevista realizada em setembro, 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP. 2011. Ano do Fim: 2013.

melhor caracteriza o Amapá desse momento. Como todo instante que se requer inaugural, e por mais que se imponha como homogeneizador, também é permeado por contradições que têm se tornado desafiadoras para quem se dedica a interpretá-las, dado, sobretudo, pela pouca evidência de manifestações divergentes ao evento que originou o território do Amapá, enquanto marco divisor de um novo tempo. Como ressalta Jacques Derrida (2001, p. 29): “o arquivamento tanto produz quanto registra o evento”, e quando assim o faz, é fruto de operações políticas dotadas de sentidos de apagamentos e censuras. Portanto, as evidências são, como diz Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 25): “produtos de uma certa vidência, de uma forma de ver, de visibilidade e dizibilidade social historicamente localizadas”.

A narrativa sobre a vida do ribeirinho Aurélio Silva refere-se a um *modo de vida*²⁶ talvez pouco conhecido pelos idealizadores do projeto de criação dos territórios federais em 1943. As várias localidades dos municípios que Aurélio transitava, nos anos que antecederam o Decreto-Lei nº 5.812/43, tinham suas fronteiras fluídas e ainda não definidas pela separação das naturalidades amapaense e paraense. O comércio de uma variedade de tipos de mercadorias, realizado pelos rios e igarapés por meio da navegação de pequenas embarcações, era a principal atividade econômica que ligava as populações desses municípios, e pelo qual é possível compreender toda uma rede de sociabilidades, nem sempre fácil de ser decifrada em razão dos escassos registros e dos filtros oficiais que dominaram as narrativas sobre esses lugares.

Os rios, igarapés e pequenos lagos também foram os locais de trabalho de vendedores itinerantes de diversas outras localidades espalhadas pela Amazônia, onde se desenvolveu um ramo comercial típico da região, o comércio clandestino dos *regatões*²⁷, que já em meados do século XIX, como demonstrou Siméia Lopes (2002), desempenhavam um papel fundamental

26 Ler: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

27 *Regatão* serve tanto para se referir ao comerciante da embarcação, quanto para a embarcação que servia para transportar os gêneros e as mercadorias, e de loja para se trocar e vender esses produtos pelos rios e as casas do interior. Ler: COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão* (2008).

no abastecimento de gêneros alimentícios e de produtos contrabandeados para as diversas comunidades ribeirinhas, espalhadas por toda a costa e interior do Pará, desde o Gurupi até o Cabo do Norte. Esse comércio clandestino, comum em vários cantos do país, mas em graus diferenciados, não seguiria a mesma lógica estabelecida pela economia de mercado, sustentando-se por meio da troca de mercadorias. Uma realidade que revela a baixa densidade da monetarização do comércio regional/local.

Os rios foram os caminhos naturais desbravados pelos diversos homens e mulheres que se estabeleceram na Amazônia, a expressão de todo um *modo de vida* que se construiu por meio da relação sempre presente com os rios, e com os fascínios que despertavam. Para Paulo Marcelo Cambraia da Costa, a relação homem/rio externa todo um modo de vida próprio da região amazônica, pautada na relação íntima com os rios e na experiência vivida, que “é delineada por uma prática que extrapola a simples explicação econômica e a necessidade natural” (COSTA, 2008, p. 73).

As localidades acessíveis ao personagem Aurélio faziam parte de um complexo de pequenas ilhas da região do Marajó, no braço norte da Foz do Rio Amazonas, onde se desenvolveu um comércio fluvial quase que à parte, em razão da proximidade a Macapá e da pouca fiscalização governamental. Alguns núcleos populacionais dispersos pelos interiores de Macapá, Breves, Gurupá, Anajás, Chaves, Afuá e das ilhas adjacentes, como por exemplo Pedreiras, Sant’Ana, Cajari, Caruá, Caviana, Mexiana e outras menores, dependiam quase que exclusivamente desse comércio clandestino (Figura 1, em anexo).

Comerciantes ambulantes, com embarcações de grande ou de pequeno porte, como a do patrão anônimo de Aurélio, aventuravam-se clandestinamente pela região e vendiam e trocavam quase tudo, exercendo um certo monopólio que acabava por favorecer a exploração e a cobrança de preços exorbitantes. Alfredo Távora Gonsalves narrou em entrevista que, quando saiu de Belém, em fins de março de 1943, pelo Porto de Vigia em direção à região do Araguari, a atividade comercial era até certo ponto intensa nessa região. Segundo ele, “Macapá era a ‘capital’ das ilhas do Pará, Afuá, Chaves, Mexiana, Caviana, Gurupa, Óbidos, Portel, faziam seus negócios de troca e venda de produtos em

Macapá, que por sua vez se comunicava com Belém”²⁸. Naquela época, toda a extensão do rio Araguari até o Oiapoque não tinha qualquer comunicação direta com Macapá, e sim com Belém, por meio de barcos e canoas à vela, e, esporadicamente, por um pequeno navio da Companhia de Docas do Pará (SNAP), que fazia viagem ao Oiapoque.

A região do Araguari era, na época, um importante fornecedor da praça de Belém. Gado, farinha de mandioca, peixe seco e salgado do Aporema e Terra Firme, peles de animais silvestres, sementes de muru-muru e de andiroba, in natura ou transformadas de forma artesanal em óleo, eram transportadas de semanal ou quinzenalmente para o Ver-o-Peso, matadouro do Maguary, fábricas de sabão, e para serem vendidas a negociantes e atravessadores de peles de animais, em Belém (GONSALVES, 2010, p. 24).

Quando da implantação do governo territorial, em 1944, segundo Costa (2008), toda essa dinâmica foi desqualificada e desprezada pela retórica do progresso, e os rios enquanto via principal de locomoção social passaram a ser vistos como sinônimo de atraso e de estagnação. De fato, uma das frentes de ações descritas no Relatório de Governo de 1946, pelo qual a nova administração deveria agir em caráter emergencial, dizia respeito à abertura de vias terrestres que pudessem interligar os municípios e as diversas localidades do Território, que seguiam quase que isolados entre si²⁹. Segundo o relatório, “os núcleos de população

28 Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP.

29 No Plano Rodoviário, descrito no Relatório de 1946, constava a conclusão da construção da estrada *Macapá-Clevelândia*, que ligaria o sul do território de Macapá, na margem esquerda do Rio Amazonas, a Clevelândia, no norte do Território, na margem direita do Oiapoque, que já havia sido demarcada pela Comissão Rondon, quando da sua passagem pela região, em 1929: “a Comissão RONDON previu perfeitamente as necessidades rodoviárias do Amapá, embora só tenha estudado a primeira seção da estrada Macapá-Clevelândia. Porém, visualizando magistralmente o conjunto, assim se expressou o grande general sertanista: o traçado da estrada compreende 3 seções distintas: a primeira, puramente de campo plano, entre Macapá e a margem direita do Araguari; a segunda, de campo e mato, entre a margem esquerda desse

do território achavam-se bastante isolados uns dos outros” (NUNES, 1946, p. 132).

Porém, embora a retórica de progresso defendesse a abertura de estradas como sinônimo de desenvolvimento, o próprio governo amapaense reconhecia as peculiaridades regionais amazônicas que tornavam a economia local dependente quase que exclusivamente desse comércio fluvial. A não ser pela fronteira do município de Monte Alegre — que fica mais a sudoeste do Pará e distante de Macapá —, o acesso do Amapá com o resto do Brasil só é possível até hoje ou por via marítima ou aérea.

Desde o início do século XVII, as embocaduras do Amazonas e do Tocantins despertaram a atenção dos colonizadores europeus, em razão das variedades de rios e das riquezas naturais, como destacou o Técnico da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, Nunes Pereira, ao desenvolver estudos sobre a região que resultaram na publicação *Ilha de Marajó: estudo econômico-social* (1956). Apesar disso, talvez tenha sido do Pará a região que menos mereceu a atenção dos idealizadores do projeto que criou os Territórios Federais em 1943. Segundo Pereira (1957, p. 9-10),

considere-se, portanto, como tem sido precária a apreciação dos aspectos físicos e aferição dos recursos da Amazônia de modo especial do arquipélago marajoara, por viajantes, de hoje, que se utilizam apenas, preferentemente, de um meio de transporte o avião — e que visitam um ou outro centro de atividade das capitais dos estados e dos territórios. E saiba-se, igualmente, que não bastam o barco a motor, a canoa e o animal de sela: é preciso que percorramos a pé a mais típica extensão das suas áreas geoeconômicas, entre as quais se inscrevem — não só pelo seu pitoresco, ofertado à vista pela fauna e pela flora, mas pelo drama da gente que ali vive e trabalha — as que constituem aquelas ilhas, e, dentre todas, a de MARAJÓ (PEREIRA, 1957, p. 9-10).

rio e Lourenço; a terceira, de floresta, sobre a serra Lombarda, descambando para o vale do Oiapoque, entre Lourenço e Clevelândia”. (PEREIRA, 1946, p. 104).

Com relação aos limites do Amapá com o Pará, na região do Marajó onde há um grande aglomerado de ilhas, não ficou perfeitamente claro a quem pertenceriam tais ilhas, se ao Pará ou ao Amapá. Tanto que, em menos de um ano das edições dos decretos 5.812, de 13 de setembro e 5.839, de 21 de setembro (ambos de 1943) que definiram os limites do Amapá, o governador Janary Nunes propôs, com base em pareceres emitidos pelos pesquisadores do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Nacional de Recenseamento, uma retificação desses limites, na qual defendia que o arquipélago do Bailique, composto das ilhas do Bailique, do Jaburu, do Brigue, do Curuá, dos Porquinhos, do Faustino e dos Marinheiros, bem como as ilhas Pedreira, Sant'Ana, Cajari e outras menores fizessem parte do território amapaense (NUNES, 1946).

Segundo Nunes, essas ilhas “se acham bastante próximas do continente e as suas populações mantêm contato direto e fazem comércio com os núcleos nele situados” (NUNES, 1946, p. 133). Possivelmente, o que menos contou nessa negociação tenha sido o estreito contato comercial dessas populações, pois outras ilhas, igualmente próximas, que também faziam parte dessa estreita relação comercial não foram reivindicadas como parte integrante do Amapá, e talvez o que mais tenha pesado possa ter sido o fato de estarem situadas em pontos estratégicos para a navegação, ao longo da Costa do Território, no Canal do Norte, bem próximo a capital Macapá, servindo de saída para o Oceano Atlântico.

Mais tarde, no início da década de 1950, segundo os autores José Augusto Drummond e Mariângela Pereira, em *O Amapá nos Tempos do Manganês* (2007), o Canal Norte, por onde nunca tinha navegado embarcações de grande porte, que até então sempre entraram e saíram do Rio Amazonas pelo Canal Sul, do maior Porto da Amazônia, em Belém, tornou-se, após sua demarcação pela Marinha Brasileira e da construção do Porto de Santana, o canal de navegação, por onde se deu o escoamento do minério de manganês, extraído da Serra do Navio, no Amapá. Conforme os autores, ainda em fevereiro de 1948, o governador Janary Nunes apresentou a Indústria e Comércio de Minérios S/A

(Icomi)³⁰ — empresa que ganhou a concessão para explorar o manganês da Serra do Navio — um relatório onde constava “uma sondagem que mandara fazer sobre a navegabilidade do Canal Norte” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 185).

Em maio de 1944, um mês após Janary Nunes propor a retificação dos limites do sul do Amapá, o Decreto-Lei nº 6.550/1944 foi expedido pelo governo federal, acatando integralmente sua sugestão. Além do Amapá, os demais territórios, criados em setembro de 1943, também tiveram seus limites alterados pelo mesmo documento. Para Medeiros (1946), essas e outras correções que foram propostas quase que imediatamente após a expedição do Decreto-Lei nº 5.812/43, transparecem as falhas cometidas principalmente no que diz respeito aos levantamentos mais cuidadosos e minuciosos da realidade social e dos problemas políticos e econômicos que essas regiões enfrentavam. Com relação ao Amapá isso ficou bem nítido para Medeiros (1946, p. 140):

tem-se a impressão de um geógrafo, diante do mapa, foi riscando a região em que deveria implementar o território federal do Amapá, preocupado quase que exclusivamente com problemas de geopolítica, e, definida a área, forneceu ao legislador o material geográfico necessário à corporificação do decreto (MEDEIROS, 1946, p. 140).

Os próprios idealizadores que propuseram a nova redivisão territorial reconheciam a ausência de estudos mais minuciosos sobre as regiões que abrangeram os territórios federais recém-criados, bem como, as fragilidades contidas nos decretos que definiram os limites e as divisões municipais dos territórios, e os compreendiam enquanto

30 Segundo Drummond e Pereira (2007, p. 125), a Icomi, era nesse momento, “uma pequena e jovem empresa brasileira, criada em 8 de maio de 1942, em Belo Horizonte, e inscrita no rol oficial de empresas mineradoras nacionais pelo Decreto nº 10.221, de 13 de agosto de 1942. Atuava na mineração de ferro e manganês em Minas Gerais, abastecendo várias pequenas siderúrgicas. Mais tarde, faria parte da rede de minas supridoras da grande usina da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda”.

indicadores provisórios. Segundo Moacir M. F. Silva, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia e membro da Comissão da Faixa de Fronteiras, esses indicadores geográficos estavam “sujeitos a retificação e desenvolvimentos, à luz de estudos que venham a ser feitos, com maior rigor e minúcia, pelas administrações locais (ou mesmo por particulares, curiosos dos assuntos geográficos ou econômicos)” (SILVA, 1944, p. 35), conforme estabelecia no artigo 1º do Decreto-Lei nº 5.812/43, no seu parágrafo único: “o governador de cada Território, no prazo de seis meses, contando da respectiva posse, elaborará, de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o plano do novo quadro territorial respectivo, a ser fixado pelo Governo Federal” (SILVA, 1944, p. 35).

Um segundo reajuste espacial, também contemplado pelo Decreto-Lei nº 6.550/44, dizia respeito à transferência da capital do município de Amapá para Macapá. As pretensões de alterar a localização da capital do novo território foram cogitadas ainda durante o convite feito por Vargas a Janary Nunes para governar o Amapá, quando o presidente lhe informou que vinha recebendo telegramas da população local sugerindo a mudança para Macapá³¹. Após alguns meses destinados ao levantamento de informações sobre os municípios do território, Nunes anexou ao relatório de 1946 um parecer que concluía que Macapá reunia as melhores condições geográficas e políticas para ser a nova capital. Dentre as razões apontadas, destacou: a localização favorável, com bom acesso fluvial e terrestre para as demais cidades de norte a sul do território, favorecendo uma melhor administração territorial; navegação favorável por meio do seu Porto para navios de grande e pequeno porte, em qualquer época do ano, além de melhor acesso à capital do Pará, Belém, de onde vinham os suprimentos que abasteciam todo o território; cidade historicamente mais tradicional e com potencial turístico, devido a existência da Fortaleza de São José de Macapá juntamente ao

31 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP.

rio Amazonas; e, cidade com terra firme adequada para a urbanização, própria para a pecuária e a agricultura.

No início de 1944, a *principal cidade do território*, como Janary Nunes assim a qualificou, era na verdade constituída de pequenos aglomerados rurais que totalizavam, aproximadamente, 13.000 habitantes³², espalhados por toda a extensão dos 23.843 km². Era o município mais populoso, mas desse total apenas pouco mais de mil pessoas residiam no principal núcleo populacional, que se desenvolvera nas margens do rio Amazonas; o mesmo rio que, segundo o professor e geógrafo Saladino de Gusmão (1938), reunia duas características raras: corrente transversal com disposição longitudinal de seus afluentes. Seu destino, na visão desse geógrafo, era o de “ser o supremo regulador dos destinos do país, o eixo sobre o qual deve girar toda a sua política, quer nacional, quer internacional” (GUSMÃO, 1938, p. 40). Assim, conforme a descrição do primeiro governador, a cidade escolhida para sediar a administração amapaense padecia da ausência de serviços estruturais básicos, como energia elétrica, água encanada e saneamento. Abaixo, o quadro desenhado por Janary Nunes:

em traços largos e sem exagero, eis a paisagem que tivemos diante dos olhos ao instalar o governo do território, em 25 de janeiro de 1944. Há outras minúcias que retardaram muitos empreendimentos: falta de habitações, dificuldade de desembarque, comércio pobre e sem estoque de mercadorias, obrigando a formação de enorme almoxarifado, exigência de pessoal vindo de fora, enfim um amontoado de necessidades, cada qual mais imperiosa e urgente (NUNES, 1946, p. 6-7).

Ainda de acordo com os relatos oficiais, no momento da instalação do território, Macapá era uma cidade de movimentação restrita, com um histórico de quase isolamento dos demais municípios, mas com sinais

32 Dados retirados de: MORTARA, Giórgio. *População de fato do Território do Amapá nas suas novas Fronteiras*. **Boletim Geográfico**. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano II. N° 17, p. 665- 667, ago. 1944.

que já vivenciara períodos de maior movimentação, quando, segundo o primeiro diretor da Divisão de Produção e Pesquisas do Território Federal do Amapá, Arthur Miranda Bastos³³ (1947, p. 6-7), “a borracha, vendida por alto preço, deu prosperidade à Amazônia, a população local fora maior. Havia mais comércio e melhores casas. Trinta anos de pobreza tinha, entretanto, deixado ali profundos sinais de decadência”. No entanto, apesar da decadência da borracha brasileira no mercado externo, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, em Macapá a borracha silvestre ainda era a principal fonte de receita, ao lado de outros produtos extrativistas como a castanha e as sementes oleaginosas; produziam-se, também, farinhas, couros e peles de animais, além da exportação do peixe salgado e seco do arquipélago do Bailique. Segundo Bastos (1947, p. 32), “nos campos das proximidades da capital, muitos são os criadores, porém todos pequenos. Não vi uma construção boa”.

De acordo com Reis (1949), tomando como base os índices negativos coletados pelo IBGE e pelo Serviço de Recenseamento de 1940, de todos os territórios federais criados em 1943, “a paisagem do Amapá, à hora da criação do território, era a mais triste” (REIS, 1949, p. 122)³⁴. De forma geral, o povoamento dos demais municípios, Mazagão e Amapá, desmembrados do Pará para formarem o novo território³⁵, também apresen-

33 Logo que chegou ao Amapá para ocupar o cargo de diretor do Departamento de Produção e Pesquisa, passou os primeiros meses de 1944 em comitivas pelas diversas localidades do território amapaense fazendo levantamentos *in loco*, que resultaram no livro *Uma Excursão ao Amapá* (1946). Miranda Bastos foi convidado por Janary Nunes para compor o primeiro quadro de diretores do Território, em razão de uma longa amizade que começou em Belém, ainda na adolescência.

34 O amazonense e historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, como nacionalista e intervencionista, foi um defensor do programa que criou os Territórios Federais, em 1943. Ler: DANTAS, Hélio da Costa. *Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e a escrita da história*. Jundiaí: Paco Editorial. 2015; LOBATO, Sidney da Silva. *Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis. Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n° 3, p. 625-642, 2009.

35 Segundo levantamentos do Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento, o território do Amapá abrangeu, em todo ou em parte, as áreas e os habitantes de quatro antigos municípios do estado do Pará, a saber: Amapá, Macapá, Mazagão e Almei-

tavam uma descrição semelhante. Por exemplo, conforme informações colhidas pelo Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento do IBGE, Mazagão possuía uma população aproximada de 5.211 habitantes³⁶, sendo que a maior parte desses moradores, aproximadamente 4.818, residia fora da principal sede, em áreas rurais.

Para o professor e geógrafo Lúcio de Castro Soares, encarregado dos estudos geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, tanto Macapá quanto Mazagão, núcleos colonizadores criados em meados do século XVIII, pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no começo da década de 1940, refletiam, historicamente, a política desastrosa de ocupação das terras do Cabo Norte pelo governo Português que tentou, por meio de um programa agrário adverso, garantir o povoamento efetivo e a posse definitiva desse território.

Como seria de esperar, uma vez entregues à sua própria orientação e aos seus próprios recursos, a florescente Nova-Mazagão e a Vila de Macapá, começaram a sofrer a ação de fatores negativos do meio — dentre os quais sempre avultou o fator climático — tornando-se bem cedo presas das endemias que minavam as forças dos seus colonos, tirando-lhes o ânimo ou os impossibilitando de trabalhar, quando não os fazia sucumbir, para o maior apressamento da decadência econômica (SOARES, 1949, p. 11).

rim. O único município que ficou totalmente incluído no território foi o Amapá. O município de Macapá cedeu ao território os distritos de Amapari e Bailique e parte do distrito de Macapá, com a sede. O município de Mazagão cedeu ao território o distrito de Mazagão Velho e parte do distrito de Mazagão, com sede. O município de Almeirim cedeu apenas uma parte do distrito de Arumanduba, sem a sede, e passou a integrar o município de Mazagão (MORTARA, 1944, p. 665-667).

- 36 Como somente a parte de Arumanduna, sem a sede, foi desmembrada do município de Almeirim e integrada ao município de Mazagão, para obter uma estimativa da população aproximada de Mazagão depois do desmembramento, com base no recenseamento de 1940, somou-se a parte de Arumanduna a Mazagão (MORTARA, 1944, p. 665-667).

Segundo Lúcio Soares, o povoamento da região que abrangeu o Território Federal do Amapá “está nos seus primórdios de tal maneira ligado a fatores históricos que não se pode estudá-los a não ser acompanhando-se, desde o seu início, os acontecimentos dessa natureza que a condicionaram” (SOARES, 1949, p. 11). Referia-se o técnico do IBGE à turbulenta história de ocupação das terras pertencentes à “Guiana Brasileira”³⁷, no extremo norte do Brasil, “formada pela vertente da margem direita da bacia do Oiapoque, por toda a bacia do Araguari e pela faixa litorânea do Cabo Norte” (SOARES, 1949, p. 11); cobiçada, desde o início do século XVII, por vários países europeus, dentre eles a França.

Há 44 anos, justamente no princípio do século atual, passava definitivamente para a jurisdição nacional, dilatando o solo pátrio, cerca de 260 mil quilômetros quadrados de terras riquíssimas e semi-virgens, do litigioso território do Amapá, indevidamente reclamado pela França como seu, e justamente defendido para o Brasil pelo incomparável gênio diplomático do grande Barão do Rio Branco.

1º de dezembro de 1900 representa, pois para o Território do Amapá, a sua incorporação formal ao âmbito nacional, após dois longos séculos de renhido e sangrento litígio, onde se destaca a figura de Veiga Cabral, na defesa pelas armas deste pedaço de chão brasileiro; 13 de setembro de 1943, data da criação por decreto-lei do Território Federal do Amapá, significa a sua integração direta no organismo político-administrativo da União, constituindo mais uma Unidade da Federação Brasileira (SOARES, 1944, p. 661-664).

Na breve narrativa acima, 1900 e 1943 são apresentados como acontecimentos que se interligam. A assinatura do Laudo de Berna representou, segundo o técnico do IBGE, a posse formal sobre esse território, mas

37 O termo “Guiana Brasileira” se popularizou dessa forma em razão do litígio entre franceses e portugueses, e depois brasileiros, por parte do território amapaense, ao longo do século XX, que fazia fronteira com a Guiana Francesa, que ficou conhecido por Contestado Franco-Brasileiro.

foi somente com o Decreto-Lei nº 5.812/43 que, de fato, sua integração definitiva à nação brasileira teria ocorrido. Porém, a região contestada pela França não correspondia nem à metade das terras que abrangeram o Território Federal do Amapá, como também essa nova unidade política não a abrangeu por completo, mas para Soares essa história foi o que determinou sua criação como um dos cinco territórios federais, de 1943.

Portanto, o município de Amapá, por ser o único fronteiro e de localização estratégica, acabou sendo utilizado pelo discurso oficial como a síntese de toda a história dos demais municípios que constituíram o Território Federal do Amapá, em 1943. Sua indicação como capital pelos técnicos do IBGE, acatada pelo governo federal (mesmo considerando que ali residia a elite local mais influente da região) ocorreu, possivelmente, por razões geopolíticas e estratégicas de defesa e de ocupação efetiva da fronteira norte do país, compreendida pelo projeto varguista idealizador e executor dessa medida, como áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e definidores da nação moderna.

Como Francinete Cardoso demonstrou, fronteira é uma construção política, do mesmo jeito que é discursada pelo Estado, também pode ser pensada pelos próprios sujeitos históricos, já que, ao transitarem por ela, “definem suas próprias representações e identidades com esse território” (CARDOSO, 2008, p. 42). No caso da Amazônia, essas representações produzidas pelos próprios sujeitos históricos pouco ou nada foram consideradas no processo de apropriação do seu território³⁸ pelo Estado brasileiro, que se utilizou do discurso de “vazio demográfico” para justificar a intervenção do Estado nesses espaços.

Fernando Antônio Raja Gabaglia, autor de *As Fronteiras do Brasil*, pode ser considerado o expoente da defesa da concepção de fronteira como fruto da geopolítica, muito difundida, no início do século XX, e bastante presente entre os idealizadores do projeto de criação do território federal. Defendia a ocupação efetiva das fronteiras nacionais

38 Foi partir do século XIX, com a formação dos Estados Nacionais, que a questão de fronteiras passou a ser associada a aspectos geopolíticos, como forma de justificar o poder público do Estado sobre um determinado território.

como espaços de produção e controle do Estado. Arguia Gabaglia (1953, p. 85) que,

[...] quanto mais populosa a fronteira, tanto mais ativa é a circulação e tanto mais enérgicos são os grupos de um ou de outro lado que se formam pelos interesses materiais, intelectuais e morais, os quais cada vez mais se pretendem estreitamente com a política geral do Estado a que pertencem. Nestas fronteiras, como nas capitais, o regionalismo desaparece e compõe, altivo, o nacionalismo, a larga noção de uma pátria extensa forte, rica (GABAGLIA, 1953, p. 85).

Em 1948, o historiador Hélio Viana também chamou atenção para a fragilidade em que se encontravam as fronteiras brasileiras em razão do escasso povoamento, por isso alertou para a necessidade de se adotar medidas preventivas de segurança nas áreas fronteiriças do país em caso de guerras, principalmente, “para determinada faixa fronteiriça terrestre, estabelecida pela Constituição de 1934 e aumentada pela de 1937, mas não delimitada pela de 1946” (VIANA, 1948, p. 322). Como membro da Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército, o historiador referia-se, possivelmente, à fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, a única que até aquele período ainda não havia sido demarcada pelo Estado brasileiro.

[...] a defesa das Costas do Brasil que nos abriu o estudo das questões internacionais e militares após o descobrimento, nos dois primeiros terços do século XVI, novamente nos tomará atenção ao atingirmos a participação do Brasil, nas duas Guerras Mundiais, já em nossos dias, quatro séculos depois daquelas lutas com os entrepólos franceses. Hoje, como então, a vastidão do nosso litoral, possibilitando todos os ataques e tornando necessária a mais difícil e a mais extensa das vigilâncias (VIANA, 1948, p. 10-11).

No mesmo período, mas com um olhar voltado para a Amazônia, o amazonense Osório Nunes³⁹ demonstrou a mesma preocupação de Viana, mas direcionado à segurança das fronteiras em caso de guerra. Com base no esquema elaborado, em 1941, pelo general Inácio José Veríssimo, que dividia o Brasil, em caso de guerra, em três faixas de fronteiras, e como os territórios federais, Amapá, Rio Branco e Guaporé, criados em 1943, estavam localizados todos na Amazônia e nestas áreas, Nunes os vê como um teatro amazônico, como “uma espécie de grande ilha, um Madagascar destacado do centro. E, no entanto, se impõe defender esta ilha, assegurar a sua posse e evitar que a embocadura de seu grande rio seja ocupada pelo inimigo” (NUNES, 1950, p. 92). Para Nunes, uma das principais áreas que mereciam atenção na Amazônia, das apontadas pelo general, não eram as fronteiras terrestres — constituídas de uma linha inerte —, mas os *eixos prováveis de penetração*, ou seja, as fronteiras do Amazonas, do Rio Pará, da região de Belém e do Arquipélago de Marajó, que poderiam servir de base naval e área inimiga. Portanto, na visão de Nunes, “a Amazônia não poderia continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da federação” (*A Manhã*, de 15 de agosto de 1948).⁴⁰

As ideias desses autores, como intelectuais que transitavam também como atores públicos, externam, de certa forma, uma excessiva preocupação do Estado brasileiro e dos militares com as regiões fronteiriças, sobretudo, em razão de uma possível ocupação por habitantes de outros países ou por aqueles que não se sentiam pertencentes ao Brasil. Porém, conforme Viana (1948), os levantamentos realizados até aquele período pelos pesquisadores e técnicos do Conselho Nacional

39 Osório Nunes publicou diversos artigos sobre a Amazônia, no período de junho a dezembro de 1948, na seção “Valorização da Amazônia”, no suplemento dominical *Vida Política*, do jornal carioca *A Manhã*, onde externou sua concordância com a política intervencionista que criou os territórios federais, de 1943. Depois foram compilados e publicados no livro *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*, de 1950.

40 Matéria publicada com o título: “A defesa nacional”, publicado no suplemento *Vida Política*, do jornal *A Manhã*, de 15 de agosto de 1948.

de Geografia indicavam que o município fronteiro amapaense era o mais rico em recursos naturais do país, entretanto, demograficamente, o mais despovoado do Brasil.

[...] apenas duas pequenas povoações — Clevelândia e Santo Antônio do Oiapoque — encontravam-se ao longo da divisa da divisão fluvial. As três sedes municipais do Território do Amapá — Macapá, Amapá e Mazagão — encontraram-se fora da faixa fronteira de 150 km, ficando a cidade mais próxima, Amapá, a 195 km da linha divisória (VIANA, 1948, p. 218).

A principal sede do município de *Amapá*, a qual Hélio Viana se referiu como afastada da linha divisória entre o Brasil e a França, possuía, no começo de 1940, aproximadamente 400 habitantes⁴¹, e se encontrava distante da principal sede de Macapá. Esse isolamento, segundo Lúcio Soares (1949, p. 28), “facilitava um contrabando intensivo do nosso ouro para as Guianas sendo estimada em cerca de 60% do total de metal extraído, a quota que deixava de pagar os impostos aos cofres nacionais”. A maior parte de sua população (cerca de 5.563 de um total de 6.007 habitantes⁴²) estava espalhada em várias localidades rurais entre o Oiapoque até a extensão do Araguari.

Dos três municípios que integraram o Território Federal do Amapá, de acordo com os relatos oficiais, talvez o de Amapá fosse o que apresentava um quadro econômico mais desenvolvido. No segundo e terceiro quartéis do século XIX, o povoamento na região do baixo-Araguari e dos rios Amapá-grande e Amapá-pequeno, no litoral e nas margens do Rio Amazonas, vivenciou um progressivo crescimento, sobretudo, de pescadores ao longo da costa e de criadores de gado ao longo do litoral, onde começaram as primeiras fazendas de criação⁴³. Após uma tentati-

41 Dados retirados de: MORTARA, Giórgio. *População de Fato do Território do Amapá nas suas novas Fronteiras*. *Boletim Geográfico*. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano II. Nº 17, p. 665- 667, ago. 1944.

42 *Ibidem*.

43 Segundo Soares, a notícia mais antiga sobre a criação de gado no município de *Amapá*, parece datar de 1883, pois “distribuíam-se entre os vales dos rios Macapa-

va de ocupação pelos franceses no vale do Baixo-Araguari, no final do Império, foi fundada a Colônia de Ferreira Gomes na margem direita do rio Amazonas, a 180 quilômetros de sua foz. Mais ao norte, entre o Araguari e o Oiapoque, registrou-se um povoamento mais crescente em razão da fuga de paraenses da *Cabanagem*⁴⁴ e da descoberta do ouro em 1893, na região de Calçoene. Segundo Soares (1949, p. 21),

[...] os sítios de caboclos, as fazendas de gado, as propriedades agrárias de maior vulto, os núcleos urbanos nascentes marcaram uma nova paisagem social e econômica [...]. Esses novos povoadores eram os fundadores dos pequenos burgos de Amapá, Calçoene, Cunani, Cassiporé, Uaçá, Arucauá e Curipi. [...] João Manuel Ferreira fora o pioneiro do Araguari. Em 1847, Procópio Rola e Lira Lobato, introduziram o primeiro gado no distrito de Aporema (SOARES, 1949, p. 21).

No início dos anos 30, o assistente técnico da Divisão de Geologia do Ministério da Agricultura, Pedro de Moura, ao chefiar a primeira expedição encarregada de fazer o reconhecimento das riquezas mineiras na região compreendida como *Guiana Brasileira*⁴⁵, encontrou um cenário um pouco diferente daquele descrito por Soares. A principal

ri, Frechal, Maruanu, Anauerapuru, Camaipi, Curiau, Bacuré, Mangulha, Ponte e Piritua [...]. Na sua expansão para o Norte, o gado foi introduzido pela primeira vez, em 1847, nos campos do Aporema” (SOARES, 1949, p. 22).

44 Nascida em Belém do Pará, em 1835, a revolução social conhecida como *Cabanagem* avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os municípios de Macapá, Mazagão e Amapá, deixando mais de 30 mil mortos, entre mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, e boa parte da elite da Amazônia. Tinha como principal alvo os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. Para saber mais sobre esse movimento, ler: RICCI, Magda. *Cabanagem, Cidadania e Identidade Revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Tempo, Fluminense Niterói, v. 11, n° 22, p. 5-30, 2007.

45 Era a primeira vez que o governo brasileiro inspecionava toda a extensão do subsolo da bacia terrestre do rio Oiapoque, resultando na publicação intitulada por Pedro de Moura de “Fisiografia e Geologia da Guiana Brasileira (Vale do Oiapoque e Região do Amapá)”, contida no *Boletim do Instituto Geológico e Mineralógico*, Rio de Janeiro: Tipografia da Agricultura, v. 65, p. 5-89, 1934.

sede do município de Amapá e os poucos povoados espalhados pela faixa de fronteira da região de Oiapoque, encontravam-se, segundo Moura (1934, p. 11),

praticamente despovoada ainda, com sua faixa de planície litorânea aqui e acolá pontilhada de algumas casas e barracas, com a zona de penéplano absolutamente virgem, onde a vida humana se restringe a de alguns componentes de tribos indígenas, fácil será esboçar em algumas linhas a história dos acontecimentos determinantes do seu escasso povoamento (MOURA, 1934, p. 11).

Pouco restou do tempo da descoberta dos ricos aluviões auríferos do Cassiporé-Calçoene; conforme Moura, “da vila de 6 a 10 mil habitantes quase nada resta hoje, senão a lembrança daqueles dias de febres e riquezas” (MOURA, 1934, p. 11). Decerto, foi a criação de gado que permitiu a permanência de alguns dos povoados, que também praticavam o cultivo de alguns produtos agrícolas e o extrativismo florestal, com uma diminuta e decadente produção de borracha e de extração do pau rosa: “a indústria pastoril representa o esforço mais notável, o passo mais consolidado na colonização da faixa da Guiana Brasileira, principalmente nas proximidades da sede do município, onde toda a vida gira em torno daquela indústria” (MOURA, 1934, p. 11).

Da ex-Colônia Agrícola de Clevelândia⁴⁶, fundada na década de 20 do século passado, onde foram construídas casas, hospital, estação de rádio, serraria, escolas e armazéns, todos com iluminação elétrica, para

46 Ao assumir a presidência do Brasil, Arthur Bernardes (1922-1926) adotou uma política de brutal repressão, na qual, além do estado de sítio e da criação do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), transformou a Vila de Clevelândia do Norte em uma prisão para presos políticos, para onde foram desterradas e assassinadas centenas de pessoas, dentre elas anarquistas, tenentistas, sindicalistas, trabalhadores suspeitos de causar a “desordem pública”, indigentes, criminosos dos grandes centros urbanos e menores abandonados. Para saber mais, ler: BRITO, Edson. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

receber imigrantes nordestinos vindos principalmente do Ceará, ficaram as marcas de 1927, quando foi transformada pelo Estado brasileiro em Colônia Correcional para presos políticos, oriundos especialmente da capital do país: “é corrente, mesmo no Pará, a fama de lugar altamente insalubre, atribuída a Clevelândia e todo o Oiapoque, sendo ideia geral que impaludismo grassa ali com uma intensidade inimaginável, e que é altamente perigoso viver naqueles confins” (MOURA, 1934, p. 11).

Em 1944, quando a região já havia se desmembrado do Pará, segundo o que registrou o diretor de Divisão de Produção e Pesquisa do governo, Arthur Miranda Bastos (1946), em comitiva pelo norte do Amapá, os franceses ainda continuavam a transitar livremente pela região e a contrabandear o ouro brasileiro, mesmo passados mais de quatro décadas da decisão arbitral internacional favorável ao Brasil. Segundo ele,

[...] durante os 43 anos em que fez parte do Pará, pequenos progressos se registraram no antigo Contestado. Foi como se este, ao ser definitivamente integrado no Brasil, tivesse perdido sua grande expressão econômica, causa das tentativas de conquista dos franceses. A própria exploração do ouro, tão frutuosa quando as aluviões começaram a ser descobertas, continuou sob o domínio dos estrangeiros, que, sem encontrar qualquer dificuldade, invadiam a nossa fronteira e entravam pelos nossos rios quando queriam, para regressarem depois de tudo terem escavado, contrabandeando para o lado francês, anualmente, centenas de quilos do precioso metal (BASTOS, 1946, p. 27).

Miranda Bastos também lamentava o fato de a decisão arbitral, que deu a posse definitiva do território Contestado pela França ao Brasil, não ter interrompido o contrabando do ouro pelos franceses na região, mas aproveitava para engradecer a medida presidencial que levou à instalação do governo amapaense, pois, para ele, foi somente quando o Amapá passou para a jurisdição da União que a vida das populações que lá residiam se tornou bem diferente daquela anterior ao Decreto-Lei nº 5.812/43.

O Amapá como espaço social e político que abrigava uma população com identidades comuns, já era um território imaginado muito antes da sua criação, em 1943. Assim como Soares (1946), Bastos (1944) tentava aproximar os dois acontecimentos, o da decisão arbitral e o da criação do território federal a um só evento, onde a história dos demais municípios paraenses desmembrados confundia-se com a do território Contestado. Na sua leitura, interligados pela fragilidade do poder público, pelo abandono, pela miséria e endemias, os “amapaenses”, entendidos por ele como todos os residentes dos municípios de Amapá, Macapá e Mazagão, aspiravam pela separação do Pará e pela intervenção federal muito antes de 1943: “abandonados à própria sorte, reconhecendo que pouco podiam esperar do Pará, cujos recursos não chegavam para as necessidades de todos os seus outros municípios, os amapaenses lançaram-se a uma nova campanha, pedindo uma administração própria” (BASTOS, 1946, p. 28).

Esses e outros registros, que retratam um Amapá “imaginado” por pessoas enviadas pelo Estado brasileiro para realizar levantamentos de informações técnicas sobre a região, e por aqueles que chegaram para atuarem no governo amapaense, mais do que datados são dotados de significação, de sentidos, de estabelecimento de verdades, de argumentação e de silêncio. Os silêncios, segundo Eni Orlandi (2008, p. 24), são “formas eficazes da prática da violência simbólica, no confronto das relações de força, no jogo de poder que sustenta efeitos de sentido”, assim como as evidências são cristalizações, produtos naturalizados, processos ideológicos que não se relacionam à falta, mas, ao contrário, ao excesso, na injunção a uma interpretação que se apresenta como a única possível.

O passado, e com eles todas as mazelas do isolamento geográfico vivenciadas pelos homens e mulheres dos diversos vilarejos dispersos pelo interior do território amapaense, era combatido em prol de um presente capaz de superar os atrasos regionais e estabelecer um novo tempo, um tempo de progresso, de unidade, de inserção nacional. Para isso, fazia-se imperativa a construção de um Amapá uno, integrado, em torno de um projeto nacional uniformizador e diluidor das diferenças. Segundo Márcia D’Alessio, no cotidiano político dos anos 1940, também se projetou um

Estado construtor de brasilidade e integrador, que combatia o regionalismo e ocultava as diferenças e conflitos: “da definição/delimitação do que somos e do que não somos, emerge o brasileiro, construído por um desejo de uniformização capaz de facilitar o controle onipotente das múltiplas vontades e interesses da sociedade” (D’ALESSIO, 2002, p. 174).

Entretanto, como nos ensina Andreas Huyssen (2014, p. 158-159), “qualquer narrativa é seletiva, e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de que uma história poderia ser contada de outra maneira”. Esse “Amapá” do tempo da implantação da administração territorial, retratado exaustivamente nos discursos oficiais, é aqui compreendido enquanto construções simbólicas, produto de narrativas que se apresentam como *a* interpretação daquele momento, apesar de serem *uma* interpretação possível dentre muitas outras; contudo, por mais que se requeira uniformizadora, é constituída de heterogeneidade, de conflitos e de resistência. Portanto, há também, nessas narrativas, muitas outras possíveis interpretações.

Para Anderson, a nacionalidade ou a condição nacional são produtos culturais específicos, que, depois de criados, tornaram-se “modulares” e transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma variedade de terrenos sociais, “para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas” (ANDERSON, 2008, p. 30).

Nas linhas seguintes deste capítulo, as pouco mais de duas décadas da criação do território federal Amapá serão também analisadas como período de formação de novos laços comunitários e identitários, tanto para os que ali já viviam antes de 1943, quanto para os que foram chegando. Tomei, como marco temporal, a vigência do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943 para demonstrar como as táticas de governabilidade que se apropriaram de uma legislação precária para normatizar e subsidiar, temporariamente, essas unidades administrativas, foram se constituindo e assumindo uma organização política durável, que tinha na imagem do governador o ator central desse modelo.

Passaram pela administração do Território Federal do Amapá, nesse período de pouco mais de 20 anos, nove governadores, dos quais quatro eram militares. São eles: capitão do Exército, Janary Gentil

Nunes (1944-1956); Amílcar da Silva Pereira (1956-1958); Pauxy Gentil Nunes (1958-1961); José Francisco de Moura Cavalcante (1961); Mário de Medeiros Barbosa (1961); Raul Monteiro Valdez (1961-1962); general do Exército, Terêncio Furtado de Mendonça Porto (1962-1964); general do Exército, Luiz Mendes da Silva (1964-1967); e general do Exército, Ivanhoé Gonçalves Martins (1967-1972), este último ficou à frente do executivo amapaense nos anos iniciais das reformas proposta pelo Decreto-Lei nº 411/69 (período posterior que abordarei no capítulo seguinte). Coube a Janary Nunes, como primeiro governador e por ter permanecido doze anos no cargo, além da implantação da administração amapaense, a missão de consolidação do Amapá federal.

Portanto, a ação político-governamental se ligou à aplicação de práticas e procedimentos administrativos efetuados pela racionalidade política, tendo em vista a otimização do espaço público, a instalação de mecanismos de segurança e de controle, a promoção de novos hábitos, e um melhor ordenamento das relações de convivência. Apesar das implicações jurídicas que condicionaram o território como unidade político-administrativa, procurei pensá-lo para muito além de suas indefinidas fronteiras “territoriais”, ou seja, enquanto espaço de vivência que foi se organizando por meio das práticas cotidianas.

Conjuntamente com a construção dessa estrutura político-administrativa foi surgindo uma elite local composta de atores diversos e com interesses plurais; alguns deles, atraídos pelo projeto de implantação de uma nova unidade política no extremo norte do país e das possibilidades políticas abertas, deixaram seus estados de origem (principalmente Pará, Ceará e Rio de Janeiro) e passaram a residir no Amapá, estabelecendo ali laços duradouros; outros, que já residiam na região anteriormente ao Decreto-Lei nº 5.812/43 (muitos deles já exerciam uma influência política nos municípios paraenses antes do desmembramento), passaram a compor o aparelho burocrático territorial, vendo-o como passaporte para a manutenção ou aquisição de (novos) privilégios políticos e/ou econômicos.

Esses interesses diversos, favorecidos pela pactuação política entre os vários grupos que atuaram na administração territorial, foram sendo camuflados por um discurso agregador e uniformizador das diferenças,

principalmente nesses primeiros anos de implantação do território, quando o discurso governamental propagava a imagem de um Amapá próspero como futuro estado. Aos poucos, o Amapá “imaginado” foi dando lugar a uma realidade distante daquela apresentada por seus idealizadores.

1.2 “TUDO ESTAVA POR FAZER”⁴⁷: A IMPLANTAÇÃO DO AMAPÁ FEDERAL

Partindo de Belém no dia 17 de setembro de 1947, transpusemos, num vôo de uma hora, o rio Pará e, em toda a sua largura, a ilha do Marajó, sulcada de inúmeros rios e igarapés.

Sobrevoamos enfim o vasto estuário do rio Amazonas, na altura do canal do Jurupari, depois de ter deixado, à direita, a vila do Afuá.

Para quem viaja de avião, a cidade de Macapá parece surgir, como por encanto, do seio mesmo das águas.

A posição da capital do território do Amapá é privilegiada, à margem do braço setentrional do rio-mar, em frente ao seu vasto estuário, orientada para a nascente.

Possui Macapá um bom aeroporto, dista apenas 20 quilômetros da cidade, dispondo de piso asfaltado, aperfeiçoado pelas forças norte-americanas e atualmente em poder da Base Aérea de Belém.

A primeira coisa que chama a atenção do visitante é a vasta fortaleza construída pelos portugueses, nos tempos coloniais, para defender a divisa do Oiapoque contra a invasão de franceses, ingleses e holandeses, assegurando, dessa forma, a conquista definitiva do Amazonas.

Jorge Pereira de La Rocque (1950).

A narrativa acima demarca uma visão otimista sobre a capital do recém-criado Território Federal do Amapá três anos após o início da ins-

47 A frase foi retirada do Relatório de Governo do Amapá, de 1946.

talação do primeiro governo amapaense. Para La Rocque, assim como para outros viajantes que visitaram o território amapaense nesse mesmo período, Macapá vivia tempos prósperos. O antigo Forte de Macapá que impressionava pela grandiosidade e pela localização, à margem esquerda do Rio Amazonas, local por onde a cidade se desenvolvera, depois de anos de abandono e quase ter sido encoberto pela vegetação, encontrava-se em processo de restauração sob a supervisão da Divisão de Segurança e Guarda: “já foi completamente reconstruída a capela da antiga praça de guerra e solenemente reposta no seu altar a primeira imagem de São José, encontrada no sótão da Igreja Matriz de Macapá” (LA ROCQUE, 1950, p. 146).

A cidade parecia passar por uma metamorfose decorrente das obras que vinham sendo executadas pela atual administração, pois conforme La Rocque (1950, p. 148), “julgávamos que o Amapá continuasse em abandono, mas tivemos a surpresa de encontrá-lo palpitante de atividade”. Para o visitante, muitos eram os problemas herdados dos tempos da colonização desordenada e do abandono político, mas medidas emergenciais vinham sendo tomadas no sentido de solucionar aqueles considerados mais urgentes e que pudessem, de imediato, atender à demanda de imigrantes que Macapá recebia de outros estados para trabalharem na administração local.

[...] procurou-se solucionar simultaneamente os problemas mais urgentes de educação, viação e saúde pública, com a instalação dos serviços referentes à iluminação, ao abastecimento d'água, ao fomento agrícola e à construção indispensável e urgente de hotel e de casas para residência de funcionários, do grupo escolar, do hospital, dos edifícios para serviços de administração, etc. (LA ROCQUE, 1950, p. 148-149).

Na visão de La Rocque (1950), era evidente a importância que Macapá teria no conjunto das capitais do Norte do país, pois estaria predestinada a ser uma das grandes cidades industriais do Brasil. Analisando essa narrativa e de outros viajantes que percorreram o país na primeira metade do século XX, verifica-se, de acordo com Márcia Naxara (2003), um esforço continuado de se conhecer o seu interior e de uma “tentativa

de abarcá-lo por uma ideia de Brasil que permitisse pensar na sua unidade, construída pelas diferentes partes regionais, de forma a realçar os contrastes da paisagem, geográfica e humana, que compõe a sua riqueza potencial” (NAXARA, 2003, p. 246). Nessas viagens, ao mesmo tempo em que se realizava uma cartografia detalhada de vários cantos do país, também se construíam representações de um Brasil que se pretendia retratar. Portanto, esses primeiros anos de implantação da administração pública amapaense, de acordo com a narrativa de La Rocque, assumem conotações de um marco divisor entre um passado (decadente e atrasado, incivilizado e bárbaro, onde a natureza imperava) e um presente (de progresso e prosperidade, chamado de “cidades florescentes”, lugar de civilidade e de realização do homem ideal, dominador da natureza e que sabe aproveitar plenamente seus recursos).

O engenheiro La Rocque não visitou o Amapá por acaso. Como integrante da executiva do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (SGEF), do Conselho Nacional de Geografia (CNG), veio a esse território com o intuito de coletar *in loco* informações sobre o recém-fundado território federal, e acabou por também registrar as atividades que vinham sendo realizadas pelo atual governo. Outros territórios federais também foram igualmente inspecionados no mesmo período, pois isso era um procedimento usual dos técnicos do IBGE, principalmente em regiões fronteiriças, onde indicavam a incidência de potencialidades naturais e minerais, como a região amapaense.

Uma das características da política implantada no pós-30 no Brasil, foi de uma excessiva preocupação do Estado em conhecer profundamente todos os cantos do país. O detalhamento do espaço brasileiro passou a ser visto como condição imprescindível para a superação do atraso regional e alavancar o desenvolvimento econômico do país. Para Milton Santos (2005), essa forma de compreender o território brasileiro foi herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, que o via como a base, o fundamento da nação moderna, ao mesmo tempo em que o moldava.

Não foi à toa que a ciência geográfica passou a ser vista pelo Estado brasileiro como principal atividade intelectual do período. Segundo Eli Alves Penha (1993), ainda em fins do século XIX e princípio do XX, a

temática estatal-territorial, no âmbito da geografia política, e posteriormente da geopolítica, desenvolvida em especial pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, passariam a influenciar decisivamente os estudiosos das questões territoriais no Brasil. Porém, para essa autora, foi o governo inaugurado por Vargas que de fato se apropriou da geopolítica enquanto ferramenta de controle, utilizando os fatores geográficos para a formulação de política de Estado, “envolvendo não apenas problemas de ordem geográfica, mas também aqueles de caráter político e social, por meio de estudos que focalizavam a organização nacional” (PENHA, 1993, p. 30).

Atenderam a esse propósito a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁸, em 1938, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG)⁴⁹, em 1937. Este último, incorporado ao primeiro, resultou de um amplo processo de reajuste político que integrou em um único órgão a estatística, a geografia e a cartografia. Coube, portanto, ao CNG os levantamentos geográficos sobre a realidade brasileira, ao mesmo tempo em que também forjou uma representação do espaço brasileiro que determinou a atuação do Estado nesses lugares.

48 A necessidade de criação de um órgão que centralizasse as informações estatísticas das riquezas nacionais de forma mais precisa, levou Mário Augusto Teixeira de Freitas, delegado geral do Recenseamento do Estado de Minas Gerais, a delinear um modelo de gerenciamento de informações territoriais em que as decisões operacionais ficavam concentradas em um único órgão coordenador do sistema, que deveria compartilhar com os produtores e usuários a padronização dos dados a serem coletados. Em 1934, por meio do Decreto-Lei nº 24.609/43, o governo federal criou o Instituto Nacional de Estatística (INE), instalado somente em 29 de maio de 1936, quando foram regulamentadas suas atividades (ABRANTES, 2014).

49 A participação do Brasil, em 1931, no XIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, colocou o país em contato com a União Geográfica Internacional (UGI), que formalizou um convite de filiação, em 1933, salientando a ideia da constituição de um órgão nacional encarregado da coordenação dos assuntos relacionados à geografia brasileira. Desse contato surgiu a criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) que, em 1937, incorporado ao INE, dedicado, especificamente, em realizar e condensar os levantamentos geográficos realizados por diversos órgãos federais (ABRANTES, 2014).

Foi no início dos anos de 1940, a oficialização da Resolução nº 72 do CNG, de 1941, que adotava uma forma única de organização regional por meio da divisão do país em cinco grandes regiões⁵⁰. A partir desse momento, o CNG passou a expandir suas atividades de pesquisas sob a ótica dos estudos da geografia regional, com vistas a construir um corpo de conhecimentos geográficos sobre o país que orientasse as ações governamentais por meio de uma visão fragmentada desse espaço. Os anos entre 1940 e 1950 foram considerados pelos geógrafos do IBGE época de ouro para a pesquisa de campo. Pelo volume de registros nas revistas especializadas do IBGE, é possível deduzir que o Amapá recebeu um número significativo de pesquisadores desse órgão durante esse período. Todavia, de acordo com Penha (1993), as intervenções foram concebidas em uma escala nacional, mas seguiram uma lógica regionalizada, que acabaram por acentuar as desigualdades regionais.

As pesquisas realizadas por La Rocque em território amapaense faziam parte de um conjunto de ações planejadas pelo IBGE, já a partir do enfoque da divisão regional do espaço brasileiro, tratadas como “regiões naturais”, que tomavam como referência os aspectos físicos e geográficos, o que acabou por contribuir ainda mais para a naturalização desses espaços. Portanto, as ações do Estado, compreendidas aqui enquanto representações políticas, dotadas de sentidos e intencionalidades, apresentam-se nas narrativas oficiais como acontecimentos patrióticos de grande relevância para a nação. Desbravar os espaços “vazios” e vencer as barreiras impostas pela natureza era dominar a barbárie; era a pátria, necessariamente, sendo buscada em nome da unidade, do progresso, da civilização.

Foi com esse olhar, que em 1944, o *Boletim Geográfico* do IBGE noticiou a posse do primeiro governador amapaense, ocorrido no dia 25

50 *Região Norte* (Acre, Amazonas e Pará); *Região Nordeste*, compreendendo duas partes: a Ocidental (Maranhão e Piauí) e a Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); *Região Leste*, compreendendo duas partes: Setentrional (Sergipe e Bahia) e Meridional (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal); *Região Sul* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e *Região Centro Oeste* (Goiás e Mato Grosso) (GUIMARÃES, 1942).

de janeiro daquele mesmo ano, no município de Amapá. O ato solene, descrito de forma breve, contou com a presença de autoridades paraenses e locais, balizando o acontecimento da instalação do Território Federal do Amapá e da sua separação do Pará, ao mesmo tempo em que intencionava torná-lo um marco inaugural, um rito de origem: o nascimento de mais uma nova unidade política, e com ela a integração dos mais novos “brasileiros”: os “amapaenses”.

O capitão Janary Gentil Nunes, governador nomeado pelo Presidente da República para administrar aquela nova unidade política do país, ali chegou naquele mesmo dia sendo recebido com manifestações de apreço pelos habitantes locais. Acompanhou o capitão Janary Gentil Nunes uma numerosa comitiva de altas autoridades do Estado do Pará, da qual fazia parte o Sr. Lameira Bittencourt, secretário geral do Estado que representou o interventor Magalhães Barata na solenidade.

A cerimônia se realizou no Paço Municipal da cidade do Amapá, discursando nessa ocasião o Sr. Eliezer Levy, prefeito daquela cidade, que traçou o histórico do Amapá, seu esplendor, sua decadência, e sua ressurreição. Ressaltou o orador a confiança com que o povo acolhia o novo governador. Em seguida, o capitão Janary Nunes traçou o seu programa de ação, acentuando a necessidade do esquecimento das paixões políticas para a prosperidade da região. Foi, então, solenemente instalado o governo do território, sob as palmas, ao som do Hino Nacional (IBGE, 1944)⁵¹.

Assim como o 13 de setembro (data da criação do território do Amapá), o 25 de janeiro passou a ser rememorado pela administração territorial como referenciais fundadores da identidade amapaense. Eram dias em que, principalmente em Macapá, aconteciam comemorações cívicas e festivas, com inaugurações de prédios públicos. O jornal *Amapá*, órgão oficial do governo local, também dava destaque a esse dia, intencionando interligar em um único acontecimento 1900 a 1943. Contudo, 25 de janeiro seria o momento ápice em que o Amapá conquistou a

51 **Boletim Geográfico.** IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano I, nº 11, fev. 1944.

autonomia política há tempos pretendida e a sua integração definitiva ao Brasil: “é um dia caríssimo a todos os amapaenses. Nele se realizou o velho sonho de autonomia administrativa para o seu torrão, sonho acalentado durante séculos”⁵².

Bronislaw Baczko (1985) demonstrou que o uso do imaginário e do simbólico possuem lugar estratégico no exercício do poder. Tanto os eventos quanto as representações sobre eles têm igual peso na constituição dos imaginários sociais, contudo, as representações sobrelevam a importância dos próprios acontecimentos na percepção pública, daí os esforços no sentido de se apropriar dessas simbologias, e de exercer controle sobre os meios de comunicação de massa que são, sistematicamente, os meios mais usados na fabricação dos imaginários sociais. Dentre as edições que davam destaque à data da instalação da administração territorial amapaense, a de 25 de janeiro de 1949 (5º aniversário) é bastante ilustrativa, ao trazer as imagens de Cabralzinho⁵³, como o herói que teria liderado a batalha de 1895 e expulsado os franceses do território amapaense, e ao mesmo tempo a do Barão do Rio Branco, aquele que pôs fim ao litígio entre o Brasil e a França.

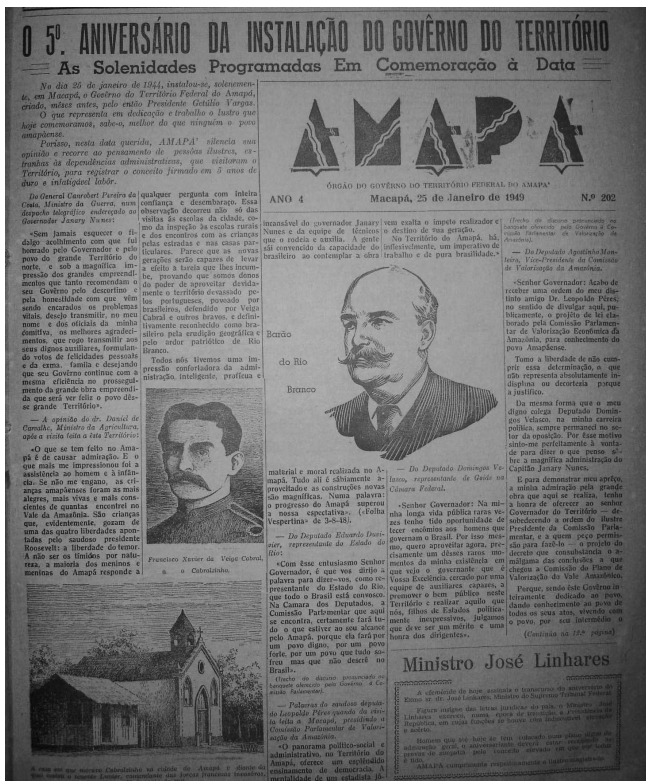
Maria Helena Capelato (1998), ao analisar o significado da propaganda política no varguismo em comparação ao peronismo, demonstrou que o imaginário social, como estratégia de legitimação política, foi bastante utilizado pelo governo de Vargas assim como por Perón. A autora chamou atenção para os limites que a propaganda política exerce na conquista da aceitação política entre a população. Todo esse imaginário construído em torno dela fazem parte de um jogo político complexo de

52 “Quatro anos de governo”, em *Amapá*, 24 de janeiro de 1948.

53 Segundo Fancinete Cardoso, Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho teria chegado em Território Contestado por volta de 1894. Como integrante do Partido Democrático Republicano de Belém, era reconhecido na capital paraense por seus arroubos nacionalistas. No entanto, mais do que um herói nacional fabricado pela imprensa paraense, foi mais um sujeito histórico que transitou pelo território contestado, “tinha interesses reais em torno das expectativas mais pertinentes de quase todos que buscavam o território em litígio a partir de 1893, que era a exploração de jazidas auríferas” (CARDOSO, 2006, p. 574).

difícil compreensão histórica. A propaganda política, segundo Capelato, teve enorme impacto na Europa e na América nas décadas de 1930 e 1940, após o avanço mundial dos meios de comunicação de massas. No Brasil foi com o advento do Estado Novo que ela se consolidou como um dos pilares do exercício do poder.

Apesar de compreender que os fundamentos do projeto de redivisão territorial executada em 1943 advém do Império, também vemos a criação do “Amapá” enquanto produto da política do Estado Novo, o que me permite estabelecer conexões entre o que Capelato analisou, em âmbito nacional, com a política local, mesmo se tratando de uma sociedade distinta como a do Rio de Janeiro, como a autora analisou.



5º aniversário de instalação do Território Federal do Amapá.

Fonte: AMAPÁ, 25 de janeiro de 1949.

A sociedade amapaense do início da década 1940, conforme dados do IBGE, era predominante rural e demograficamente bem menor comparada à população da maioria dos estados brasileiros. A população em toda a extensão do território amapaense era constituída de, aproximadamente, 21.191 habitantes, sendo que quase 92% desse total estava concentrado nas áreas rurais. O analfabetismo chegava a índices mais alarmantes que os nacionais. Conforme informações iniciais divulgadas pelo primeiro Diretor do Departamento de Educação, Otávio Mendonça, existiam, até 1944, sete escolas espalhadas nos municípios amapaenses, instaladas de forma provisória em *casas e barracas em ruínas*, que ensinavam basicamente até o 3º ano primário, em turmas de alunas e alunos distribuídas sem a devida classificação etária e pedagógica: “a consequência disto é a maioria absoluta dos habitantes analfabeta” (NUNES, 1946, p. 6).

Faço aqui um esclarecimento com relação aos dados populacionais oficiais. Como a pesquisa do IBGE, de forma geral, não fazia distinção entre indígenas e não indígenas, não é possível saber se essas populações estavam ou não incluídas nestas estatísticas. Esse silêncio demonstra a pouca preocupação do Estado brasileiro, à época, com os povos indígenas, que já habitavam a região antes da criação da Capitania do Cabo Norte, pelos portugueses⁵⁴. Essa tentativa de invisibilizar as populações que historicamente habitaram esses espaços, diz muito do projeto político que estava sendo posto em prática nessas regiões.

No momento da implantação da administração territorial, não havia nenhum meio de publicidade e propaganda operando em toda a extensão do território amapaense: “Macapá, que tivera, nos fins do século XIX e em princípios do presente, um jornal denominado *Pínzônia*, e, mais tarde, os órgãos *Arautos da Verdade* e *Correio de Macapá*, de circulação local, estava desaparelhada nesse sentido” (NUNES, 1946, p. 13-14). Somente após esse período, com base em uma política nacional de controle da informação, que foi criado, logo no primeiro ano do governo de Janary Nunes, o Serviço de Imprensa e Propaganda (S.I.P.), subordinado à Secretária Geral. Em 19 de março, de 1945, circulou nas

54 Ver SILVA, 2020.

ruas de Macapá o primeiro número do jornal editorado pela imprensa oficial do território, o *Amapá*, semanário de tiragem média de 200 exemplares. Trazia estampado, na primeira página da edição inaugural, o propósito de sua criação.

Este órgão de publicidade é destinado à divulgação da obra do governo, em seus aspectos oficiais, e no noticiário geral de exclusivo interesse público [...]. Este número do “AMAPÁ” é o marco zero de uma longa marcha que encetamos em prol da divulgação e da expansão do porfioso combate que se trava pela completa integração do brasileiro em seus legítimos domínios. (AMAPÁ, 19 de março de 1945).

Ainda conforme o plano administrativo, estabelecido pelo SIP, no final de dezembro de 1945, operando primeiramente em caráter experimental e com reduzida programação, ocorreram as primeiras transmissões da Rádio Difusora de Macapá⁵⁵. Jornal e rádio eram vistos no Amapá, assim como no restante do Brasil, como principais meios, não só de difusão de informações, mas de legitimação política, objetivando conquistar o apoio da população, além de atuarem como instrumentos de educação e cultura, como instrumentos de promoção de uma identidade nacional una, indivisível.

Aqui faço uma ponderação. A existência desses dois órgãos de comunicação no Território Federal do Amapá pode ter ocasionado um certo estreitamento das “distâncias”, pelo menos no que tange à imprensa e à radiodifusão, símbolos de integração nacional. No entanto, dado o número expressivo de analfabetos e semianalfabetos existentes e a

55 De acordo com Amiraldo Bezerra, a Rádio Difusora de Macapá foi inaugurada oficialmente em 11 de setembro de 1946 (BEZERRA, 2008). Sua origem é atribuída ao Serviço de Autofalantes de Macapá, inaugurado em 25 de fevereiro de 1945 pelo governo do território, com o objetivo de noticiar informações sobre as ações da administração pública, servindo de canal de informação entre o governo e a sociedade. A apresentação do serviço era realizada por Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque, jornalista paraense e diretor do Serviço de Imprensa e Propaganda (Fonte: Acervo Pessoal de Edgar Rodrigues).

dificuldade da oferta e aquisição desses produtos nos esparsos núcleos populacionais espalhados por todo o território amapaense, deve-se considerar que o alcance desses veículos de comunicação ficou mais restrito, pelo menos nesses primeiros anos, aos funcionários públicos do território, residentes na maioria na capital. O que permite concluir que suas incursões entre a população eram bastante pequenas, comparado à realidade nacional estudada por Capelato.

A propaganda política se propagou, sobretudo, por meio de inaugurações de obras e serviços públicos, mesmo que mais restritos à circunscrição do centro da capital. A paisagem e a dinâmica da pacata e pequena vila se transformaram do dia para noite. A simples presença de um representante do governo federal transitando pela cidade, mostrando-se disposto a ouvir a população, já indicava que os tempos eram outros. Só no centro de Macapá, em um período de dois anos, foram inauguradas ou iniciadas várias construções, como: a residência do governador, a escola do Grupo Escolar, o hospital geral, o cineteatro, um hotel, um conjunto de 35 casas residenciais da vila Presidente Vargas destinadas aos diretores e chefes dos departamentos, as ampliações e adaptações dos prédios para funcionamento de departamentos (saúde, educação e segurança), a agência do Banco do Brasil, etc.

No final de 1944, em pouco menos de um ano da instalação da administração, a população de Macapá tinha mais que dobrado, passando de 1.300 para 2.800 habitantes (NUNES, 1946, p. 113). O crescimento populacional desses primeiros anos de implantação do território federal é resultante de uma política de incentivos governamentais à imigração de brasileiros para regiões como a amapaense, que apresentavam baixa densidade demográfica.

Vários estudos vêm apontando que a imigração mereceu atenção especial da política nacionalista inaugurada nos anos 1930. Se, por um lado, o Estado brasileiro intensificou a vigilância das fronteiras e criou restrições que buscaram coibir a entrada de estrangeiros no país, por outro, estimulou a migração interna, principalmente, para a Amazônia. Essa política de incentivos à migração simbolizou os “novos bandeirantes”, uma vez que estava relacionada à valorização do capital humano nacional e à própria estabilidade política do país. Enquanto o número de

desempregados crescia na mesma proporção em que ocorria o deslocamento do campo para a cidade, tinha-se como pano de fundo principal a ocupação do território nacional, principalmente em espaços tidos como vazios e despovoados.

Na Amazônia, essa política do Estado Novo de estímulo à migração foi impulsionada no início de 1940, quando a região buscava se recuperar dos fortes abalos provocados pela decadência da borracha brasileira no mercado exterior, “Depois de 1910 os preços do produto caíram e, a partir 1912, despencaram para patamares irrisórios, jogando a região na mais profunda de suas crises econômicas” (LIMA, 2014, p. 37). Segundo Frederico Alexandre Lima (2014), após a debandada dos seringais restaram na Amazônia, nesse período, um capital social em torno de 35 mil trabalhadores, que combinavam as atividades da extração do látex com outras atividades extrativistas.

Portanto, essa grande movimentação de pessoas para o norte do país, em meados da década de 1940, não foi um fenômeno novo. A economia da borracha, com maior incidência nos estados do Pará e Amazonas, principalmente na fronteira com a Bolívia, levou um número significativo de pessoas a migrarem para essas regiões, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Parte das terras que depois foram desmembradas do Pará, para formar o Território Federal do Amapá fizeram parte dessa rota. A ocupação dos vales dos rios Jarí, Cajarí, Maracá, Ajuruxi, Vila Nova, Matapí e Amaparí ao sul do território, deveu-se, em sua maioria, à exploração florestal das seringueiras e das castanheiras encontradas em abundância nesses lugares (SOARES, 1949, p. 24).

A economia da borracha e a produção econômica secundária que gerava não atraiu só sertanejos para a região que compreenderia o Amapá em 1943. Elfredo Távora Gonsalves contou em entrevista que seu pai Georges Gonsalves, nascido em 11 de outubro, de 1864, na Ilha da Madeira, em Portugal, mudou-se com a família para Demerara, na região da Guiana Inglesa, quando tinha apenas oito anos de idade. Ainda jovem comprou uma *goleta* (embarcação à vela de dois mastros) e passou a se dedicar ao comércio na região do Caribe. Até que um dia chegou ao município de Amapá, onde comercializou produtos locais, como: farinha, mandioca, plumas de garça, ouro e até gado. Após se casar com

a filha de João Franklin Távora, coronel influente que mantinha negócios lucrativos nas redondezas de Amapá e Belém, comprou, por volta de 1910, seringais em Tartarugal e Araguari, cuja borracha tinha muita procura na capital paraense. Quando Alfredo tinha meses de idade, em 1922, seu pai faleceu.

À época, como a borracha brasileira estava em decadência no mercado externo, a mãe de Alfredo preferiu se desfazer de algumas propriedades e mudar para Portugal. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da procura novamente da borracha brasileira, alertado pelo seu tio, o desembargador Manoel Buarque, juiz no município de Amapá, Alfredo resolveu reativar os seringais herdados do pai na região do Araguari. E assim chegou em maio de 1943 e se estabeleceu no Amapá, até falecer em abril de 2015. Como fez questão de enfatizar em suas memórias *Folhas Soltas do Meu Alfarrábio: um livro para os meus filhos* (2010), a criação do território federal já o encontrou no Amapá, embrenhado nas matas do médio Araguari e envolvido com a exploração dos seringais herdados do pai.

A transformação do Amapá em Território provocou uma mudança radical na vida de Macapá. Imagine um local calmo, que de uma hora para a outra é invadido por uma turba de gente, ávida de emprego e de tudo? Deve ter perturbado a tranquilidade do lugar. Um surto de gente trabalhando em construção de casas, serviços de aberturas de ruas, etc. O dinheiro das verbas vindas para o Território começou a circular com intensidade. O comércio cresceu com a demanda⁵⁶.

De fato, o Amapá desses primeiros anos de implantação do território federal recebeu um número significativo de pessoas vindas de vários lugares do Brasil, sobretudo do Pará. Amiraldo Bezerra foi um dos paraenses, natural das ilhas do Marajó, que veio residir em Macapá

56 Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013.

logo após a instalação do território. Em 18 de julho de 1945, ele (com apenas um ano de idade), o irmão e os pais desembarcaram no Igarapé da Fortaleza de São José, onde ficava uma pequena doca, sem muita estrutura, utilizada para o desembarque de pequenas embarcações que vinham, na sua maioria, de regiões das ilhas do Pará. As lembranças da chegada ao Amapá, descritas com detalhes nas memórias intituladas *Macapá: a margem esquerda do Amazonas*, de 2008, possivelmente, foram rememoradas das histórias contadas por seus pais. Analiso a narrativa de Amiraldo sobre Macapá desses primeiros anos pós-1943 seguindo as reflexões de Luisa Passerini em *A 'lacuna' do presente*, uma vez que a autora chama atenção para o fato de que memória está impregnada de experiências dos que viveram antes de nós, e “essa pluralidade deixa patente a estreita ligação entre a memória e experiência vivida, entre tradição e capacidade de experiência” (PASSERINI, 2005, p. 212).

A narrativa de Amiraldo, ainda que se tratando de um único relato, permite problematizar a respeito dos desdobramentos da política nacional de incentivos à migração interna, do pós-30, no recém-fundado Território Federal do Amapá. Conforme o que lemos na narrativa de Amiraldo, “euforia” poderia ser a palavra que melhor sintetizaria o sentimento desse significativo fluxo de migrantes para Macapá nesse período. A citação abaixo descreve a sensação vivenciada por pessoas como os familiares de Amiraldo quando da chegada em Macapá no pós-1943.

[...] nós que viemos do interior, ficávamos deslumbrados com tantas e lindas construções. A residência do governador, de frente para o rio Amazonas, em cima de um barranco natural, com vista panorâmica do imenso rio [...]. O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, assim como o Cine Teatro e a piscina territorial, anexos, e mais o Jardim de Infância ao lado do prédio idêntico que funcionava a Divisão de Educação, lugar em que os professores assinavam o ponto antes do início das aulas. A praça do mesmo nome teve em seu entorno a construção de 10 casas, confortáveis, todas no mesmo modelo e tamanho (BEZERRA, 2008, p. 43).

O estabelecimento, pelo governo, da regularidade dos serviços de navegação entre Macapá e Belém, e demais localidades, pode ter contribuído para esse aumento da imigração, bem como, alguns incentivos governamentais, como distribuição de lotes residenciais e comerciais a um preço irrisório, e pequenos auxílios para a construção. Visando disciplinar o mercado de trabalhadores que se encontrava em expansão, o governo amapaense buscou promover de forma muito precária uma política de assistência a esse imigrante. Segundo Amiraldo,

Tornou-se comum naquela época os migrantes chegarem à Macapá e serem submetidos a uma espécie de triagem por funcionários do governo que os esperaram. Faziam uma ficha familiar ou individual, e, em seguida, eram encaminhados para o abrigo, um grande barracão onde podiam atar suas redes, tomar banho, usar sanitário e até cozinhar (BEZERRA, 2008, p. 20).

A política de assistência ao imigrante consistia basicamente em oferecer abrigo em um barracão, que foi inaugurado em abril de 1945, com a denominação de “Hospedaria de Operários”⁵⁷, localizado na Praça Capitão Assis, bem no centro de Macapá, com pouquíssima estrutura para abrigar e atender à crescente demanda de pessoas que chegavam a todo momento; uns sós, outros com a família, como Amiraldo. No barracão, homens, mulheres, idosos, adultos e crianças partilhavam armadores de redes, banheiro, cozinha, histórias de vida e esperanças. Logo que chegavam, ali mesmo, era realizada uma espécie de cadastro, que poderia ser utilizado ou não pelo governo territorial para o preenchimento de alguma vaga na administração pública. Porém, o próprio governo reconhecia que a imigração, dados os poucos recursos destinados à área, era um problema de difícil solução, conforme trecho a seguir:

57 Descrição da estrutura da hospedaria em: “Hospedaria dos Operários”, em *Amapá*, 28 de abril de 1945.

[...] foi um dos problemas mais angustiosos e insistentes o receber e alojar funcionários, operários, trabalhadores, comerciantes que aportaram incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o governo ergueu, quer nas casas particulares (NUNES, 1946, p. 113).

Exceto os funcionários e familiares que vieram com convites direcionados para trabalharem em cargos da administração pública, muitos foram atraídos pelas possibilidades incertas de trabalho com a criação de uma nova unidade política. A vinda para o Amapá nem sempre significava que as expectativas seriam atendidas. Seu Bibi (pai de Amiraldo, como era conhecido entre os amigos) foi um dos imigrantes que não foi absorvido pelo serviço público no Amapá. Conforme Amiraldo, “com pouco estudo, mas alfabetizado, meu pai não optou pelo serviço público, preferiu trabalhar por conta própria como carpinteiro, na construção de casas de madeira, aproximadamente 98% das moradias da época” (BEZERRA, 2008, p. 21).

Sem dúvida, a implantação do Território Federal do Amapá possibilitou a expansão de alguns ramos de trabalho para além do serviço público, mas a informalidade foi a opção escolhida ou a possível, principalmente para aqueles que não detinham estudos e não eram vistos como mão de obra qualificada. Segundo Amiraldo: “é bom lembrar, e aqui fazemos justiça, aos braços fortes e vigorosos de um Hilário, de um João, de um Odérico, de um Tiago, de um Antônio, de um José, de um Erondino [...], que ergueram centenas de casas e mais casas para os moradores de Macapá” (BEZERRA, 2008, p. 21). A carpintaria foi um deles, mas além dela é possível citar outros ramos interligados, como: pedreiros, ferreiros, ladrilheiros, taqueiros, eletricitas, pintores, braçais, etc, a exemplo da construção civil, que em razão da grande procura, tanto pelos particulares quanto pelo governo, talvez tenha sido o ramo que mais cresceu e o que mais empregou nas primeiras três décadas do território (LOBATO, 2013).

É possível perceber, também, essa separação desigual e hierárquica, na forma como iam sendo estabelecidas a ocupação urbana da cidade, tanto entre os que chegavam, quanto os que já residiam em Macapá. Ao

se propor estudar as contradições decorrentes do projeto de modernização para cidade de Macapá implementadas pela política territorial, entre os anos de 1944 e 1964, o historiador Sidney Lobato tentou trazer para a visibilidade uma cidade como resultado, também, das práticas de trabalhadores e trabalhadoras que inventaram cotidianamente seus próprios sentidos de sobrevivência para a cidade. Segundo Lobato, novos bairros foram surgindo em Macapá, a partir de 1944, decorrentes do grande movimento migratório e da “inviabilização da permanência dos moradores mais pobres no centro urbanizado desta cidade, por meio de padrões ocupacionais que eles não podiam alcançar” (LOBATO, 2013, p. 85).

José D’Assunção Barros (2007) nos leva a pontuar que cidade é uma representação já no próprio plano urbano que a prefigura, assim, ao projetá-la, seus elaboradores trazem para o traçado urbano a sua própria visão de mundo e o universo cultural no qual se acham envolvidos. Todavia, para além da representação dos seus idealizadores, urbanistas, do poder público, a cidade também é representada pelo próprio cidadão comum. Para Amiraldo, a vinda com a sua família para Macapá representou a chance de recomeçar, o surgimento de novas oportunidades de sobrevivência e a construção de novos laços comunitários e identitários que, ao ser confundida com o momento de instalação da administração territorial, adquiriu novos sentidos, tanto para o momento da chegada, quanto para a forma como o Amapá passou a ser representado nos anos que se seguiram.

De acordo com Alessandro Portelli, os eventos são identificados com um padrão de significado e, embora o evento pareça indicar um ponto no tempo, ele se estende em todas as direções, “tanto o conceito de evento quanto o de duração parecem ser uma questão de como olhamos (e narramos) a história, do que algo inscrito numa realidade objetiva” (PORTELLI, 2009, p. 309-310). Portanto o lugar que a memória ocupa nas narrativas é uma tentativa de se gravar um tempo em que quem conta possa ser colocado. No caso de Amiraldo, um tempo das recordações pessoais e familiares, mas, também, temporalizado nas experiências coletivas de um “Amapá” que se formava enquanto unidade política territorial, projetado por um discurso uniformizador, pautado

na unidade e no forte apelo da nação como síntese das identidades coletivas e individuais.

Dessa forma, as experiências vivenciadas pelos diversos homens e mulheres comuns que transitaram no Amapá, nesse período, não foram sentidas da mesma forma. Para quem nasceu pelas mãos de uma parteira, em 26 de fevereiro de 1916, muito antes do desmembramento do Pará, como a dona Josefa Lina da Silva, quando Macapá ainda era segundo a sua descrição “uma cidade pequena, mas farta”, e que acompanhou mais como expectadora as transformações sentidas nesse período, a implantação do território federal foi um tempo de incerteza, de insegurança, de mudança de todo um modo de vida assentado em hábitos simples, típicos de regiões rurais, onde o tempo parecia passar tão lentamente que mal era sentido. Como descendente de ex-escravos fugitivos, para a “tia Zefa”, como é conhecida, Macapá do tempo do território federal também pode ser representado pelo tempo de ruptura, porém no que se refere às mudanças de hábitos e da forma de sobreviver na cidade. Macapá de antes de 1943 poderia ser traduzida pela sua narração como lugar simples, mas de fartura, onde se podia produzir a própria alimentação, plantar, pescar, criar, trocar ou vender tudo por preços acessíveis.

Nas suas lembranças do período da implantação do Amapá federal, um dos momentos impactantes vivenciados por ela, seus familiares e demais membros das comunidades afrodescendentes de Santa Engrácia (Praça de Cima e Largo São José de Macapá) foi a desapropriação das terras em que moravam e de seus remanejamentos, pela administração pública, para o Campus do Laguinho e para a Favela (antigos bairros de Macapá), para abrirem espaço para os novos habitantes, a maioria brancos que chegavam a todo momento; Macapá, ou pelo menos o centro da cidade, remodelava-se para recebê-los. Esse acontecimento, em que as comunidades negras foram obrigadas a se deslocarem para áreas consideradas, naquele período, distantes do centro de Macapá,

foi contado e cantado por meio do “Marabaixo”⁵⁸. Foi nesse momento que surgiu o refrão de ladrão mais popular e versado da cultura popular amapaense: ‘*aonde tu vais rapaz? Por estes campos sozinho (bis). Vou fazer minha morada, lá nos campos do laguinho (bis)*’.

A composição de um ladrão dentro do Marabaixo, segundo Joseline Trindade (1999), representa uma forma de ordenar o tempo, pois suas letras têm como fio condutor os acontecimentos ligados ao cotidiano do grupo: “os versos cantados roubam a privacidade das pessoas, revelando algum fato engraçado, por isso são chamados de ladrões” (TRINDADE, 1999, p. 79). Um ladrão é nomeado também dessa forma, porque permite aos participantes recriar seus versos. No caso específico do *Aonde tu vais rapaz?* foi a maneira que as comunidades negras remanejadas encontraram para expressar seus descontentamentos e satirizarem a decisão tomada pelo governo amapaense, mesmo que depois tenham surgido versos que manifestaram a aprovação com tal medida. Joaquim Tibúrcio Ramos foi um dos contadores de ladrão mais conhecido dos campos do laguinho desse período. Em entrevista a Joseline Trindade, no final dos anos 1990, narrou o surgimento e os desdobramentos do *Aonde tu vais rapaz?*, que transcrevo, em parte, a seguir:

A senhora conhece Macapá? Conhece o bar do Afuá? La nas Nações Unidas com a General Rondon? Lá que foi montado esse ladrão, no bairro do Laguinho. O Julião Tomas Ramos e o Raimundo Lituanjo, a casa deles era ali na Independência. Pois é... quando Janary chegou era barraquinha de palha, resolveram trazer o Batuque pro Laguinho, essa música saiu em 1946, 47. Cada um que ia se apoderando ia botando versos, com a mágoa de vim da cidade pra vim aqui pro Laguinho, se ocupar do Laguinho, porque não podia lavar na praia, o poço era São José. Hoje, onde a prefeitura, dão o nome de um museu, era São José, é pra lá que iam lavar a roupa. Foi a hora

58 Segundo define Piedade Videira (2009), o “Marabaixo” é uma dança dramático-religiosa de cortejo afrodescendente, representando a história e a cultura afroamapaense fortemente guardada na memória do negro, ao fazer a ligação entre a sua história individual/coletiva com a história de ocupação do território amapaense, desde o seu princípio, muito antes de se tornar um território federal.

que eles vieram e o dono se topou com o Raimundo Ladislau que ia daqui do Curuçá para o centro da cidade fazer compras. Foi a que ele vinha com feixe de palha na cabeça. O Julião Thomaz Ramos topou com Raimundo Ladislau:

*Aonde tu vais rapaz
Com esse feixe de palha?
Vou construir minha morada
Lá nos campos do Laguinho (bis)
Aonde tu vais rapaz
Por estes campos sozinho?
Vou construir minha morada
Lá nos campos do Laguinho (bis).* (TRINDADE, 1999, p. 80).

Conforme Piedade Lina Videira (2009), apesar da mediação de Julião Thomaz Ramos e Gertrudes Saturnino Loureiro (representantes das comunidades do laguinho e da favela, respectivamente) junto ao governo amapaense, e de não ter ocorrido nenhum conflito físico direto, entre os afrodescendentes e a segurança pública, os moradores dessas comunidades deixaram para trás anos de construção de um território que representava a própria existência: “as moradias, as plantações, as lembranças, a relação de parentesco, os encontros e desencontros, os amores e dissabores, os fatos que marcaram época ficaram guardados na memória histórica e coletiva da comunidade” (VIDEIRA, 2009, p. 91).

Deve-se ponderar que um deslocamento, por menor que pareça ser, não é apenas uma simples translação no espaço, mas também é um deslocamento do tempo, e levam-se junto todas as lembranças vividas do lugar de origem. Segundo tia Zefa, a retirada das comunidades negras do centro de Macapá, mesmo que negociada por uma parte dos membros das comunidades afetadas, foi uma decisão tomada por aqueles que detinham o poder, e cada grupo ou morador buscou nesse intermeio a melhor estratégia para reconstruir a vida: “vocês não brigaram com ele? Vocês não... vê se opor com gente maior do que a gente? A gente ficou acovardado. A terra era nossa, mas o poder era dele. Aí nós viemos. Ele não pagou vocês? Pra mim ele não deu nada. Acho que para os outros

também”. Seu verso do *Aonde tu vais rapaz?* para o remanejamento das comunidades negras do centro da cidade ficou assim: “pelo jeito que eu tô vendo, nós vamos ficar sozinhos. Uns vão para a Favela e outros vão para o Laguinho”⁵⁹.

1.3 AS ADMINISTRAÇÕES TERRITORIAIS

Assim como procedeu nos anos anteriores, desde quando assumiu o comando do país durante a abertura dos trabalhos da Câmara Federal de 1950, o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou uma mensagem ao parlamento brasileiro. A problemática da organização administrativa e dos governos dos Territórios Federais sempre era enfatizada nesses pronunciamentos como um tema que mereceria receber uma maior atenção do legislativo. Já em fase de finalização de mandato, a mensagem mais pareceu um balanço do seu governo. No caso dos territórios federais, buscou justificar as razões que levaram à adoção de uma estrutura política atípica dentro do direito administrativo brasileiro e da destinação, nos últimos quatro anos, de crescentes recursos públicos para essas unidades federadas. Para Dutra, as falhas na legislação eram o que mais dificultava a condução político-administrativa nessas unidades federadas.

[...] oferecem um conjunto típico de problema, de natureza política, administrativa, jurídica e econômica, cujo equacionamento não só demanda tempo apreciável como ainda se condiciona a adoção de medidas impositivas de revisão nas leis que os regem (A mensagem presidencial e os Territórios Federais”. In: AMAPÁ, 8 de abril de 1950).

Portanto, se foi durante o governo de Getúlio Vargas que os territórios federais foram criados, coube à gestão de Dutra a manutenção

59 Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2013. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP.

dessas unidades federadas e, ao mesmo tempo, a tarefa de apaziguar os ânimos dos parlamentares durante a Assembleia Constituinte de 1946, principalmente os de Mato Grosso⁶⁰ e os do Paraná⁶¹ que defendiam suas imediatas extinções, uma vez que se sentiam prejudicados com a perda dos territórios de Ponta Porã e de Iguaçu, enquanto que as bancadas do Amazonas e do Pará — compostas pelos deputados Severiano Nunes (UDN-AM), Comes Ferreira (PSD-AM), Leopoldo Peres (PSD-AM), Pereira da Silva (PSD-AM), João Botelho (PSD-PA) e Lameira Bittencourt (PSD-PA) — reivindicavam indenizações pelos desmembramentos dos seus territórios para a criação do Rio Branco, Guaporé e Amapá. Os “defensores dos irmãos dos Territórios”, como assim eram identificados aqueles que se posicionavam a favor da permanência dessas unidades federadas, mesmo não havendo nenhuma proposição do parlamento para se extinguir o território do Acre, ficou sob a representação dos dois únicos deputados acreanos, os pessedistas Hugo Carneiro e Castelo Branco.

A defesa em torno da manutenção dos territórios federais na Constituinte também movimentou os ânimos de lideranças locais nas unidades federadas. O jornal *Amapá*, de 27 de abril de 1946, com o artigo intitulado “O nosso grito de alerta...”, deu destaque às manifestações que vinham ocorrendo nos territórios federais com a realização de comícios em Ponta Porã e Iguaçu e cuidou de enviar telegramas de lideranças locais a esse movimento. Segundo esse expediente, dirigiu-se ao Amapá em telegrama o fazendeiro Júlio Benício Pontes, identificado como representante da mais numerosa família do município de Amapá, ali residente desde 1903, na qual manifestava sua aflição caso ocorresse as extinções dos territórios federais, pois a criação do Amapá representou, ao seu ver, “a concretização de uma velha aspiração dos seus

60 Deputados da bancada do Amazonas que defendiam a imediata extinção dos territórios: Agrícola de Barros (UDN), Dolor de Andrade (UDN) e Ponce de Arruda (PSD). (BRAGA, 1998).

61 Deputados da bancada do Paraná que defendiam a imediata extinção dos territórios: os pessedistas Gomy Júnior, Lauro de Lopes e Munhoz de Melo e o udenista Munhoz da Rocha. (BRAGA, 1998).

habitantes, justamente preterida, tardiamente alcançada e que agora, sob angustioso dilema, está ameaçada”. O então prefeito de Porto Velho, em entrevista concedida ao jornal paraense *Folha do Norte* ao jornalista Carlos Mendonça, sugeriu a criação de uma Comissão de parlamentares constituintes para inspecionarem os territórios federais, ou a realização de um plebiscito com as suas populações para saber se preferiam retornar aos antigos estados ou permanecerem como estavam.

A reabertura do Congresso Nacional e o restabelecimento das atividades parlamentares reacenderam conflitos antigos. A Constituinte de 1946 representou, de certa forma, o lugar e o momento ideal para se julgar o Estado Novo. Os vários pronunciamentos contrários ao ato que criou os territórios federais ressaltavam a forma arbitrária pela qual o governo anterior havia conduzido a nova redivisão territorial do país, bem como a inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 5.812/43, por compreenderem que não era possível, por simples decreto, o estado brasileiro desmembrar terras dos estados para a formação de territórios federais⁶², mas também permitem perceber tensões e interesses regionais e locais que foram, em grande parte, neutralizados pela política centralizadora do Estado Novo.

O propósito de extinção dos territórios federais, defendido principalmente pela bancada dos estados do Sul, escondia em segundo plano interesses econômicos, a exemplo do Paraná que se ressentia pela perda do território de Iguaçu, área vista como geradora de forte contribuição tributária. Por outro lado, com exceção da bancada acreana que defendia fervorosamente não só a manutenção, mas a criação de novos territórios federais, a proposição de extinção dos territórios de Ponta Porã e Iguaçu não encontrou grande resistência entre os constituintes. No caso dos demais territórios federais amazônicos (Amapá, Rio Branco e Guaporé), suas manutenções refletiram o pouco interesse, justificado

62 A Constituição de 1937, no seu art.184, garantia aos estados o direito de posse sobre suas terras, não sendo possível, portanto, que o governo federal, por simples decreto, desmembrasse os estados para a formação de territórios. Para o Direito Constitucional esses territórios eram inexistentes.

pela incapacidade econômica que seus antigos estados alegaram para administrá-los, muito mais interessados na compensação indenizatória que esses desmembramentos poderiam trazer, caso tal proposta não tivesse sido rejeitada⁶³.

Grandes na extensão territorial, mas pouco expressivos dentro do parlamento, as bancadas paraense e amazonense protagonizaram debates acalorados e expuseram velhos ressentimentos, quando o Amazonas reivindicou o direito sobre o território do Acre. Para os territórios federais que não tiveram representação na Constituinte, o único ganho político que o retorno democrático trouxe foi o direito a eleger um deputado federal, já a partir de 1946; continuaram, entretanto, a ter seus governos indicados pelo governo federal.

Os embates travados entre os parlamentares em torno da extinção ou não dos territórios federais também tiveram motivação de cunho político-partidário. O candidato brigadeiro Eduardo Gomes, do partido da oposição, a UDN, que disputou com Dutra a sucessão de Vargas, introduziu no seu programa eleitoral a bandeira da reincorporação dos territórios federais aos seus estados de origem; Dutra, ao contrário, sempre se mostrou partidário da existência de territórios federais e comprometera-se, durante a sua candidatura, em mantê-los. A UDN perdeu as eleições presidenciais, mas elegeu a segunda maior bancada dentro da Constituinte. Uma das vozes na Constituinte que liderou a defesa da extinção dos territórios criados por Vargas foi justamente a do udenista amazonense Severiano Nunes, presidente do diretório desse partido no Amazonas, e um dos maiores opositores da política varguista nesse estado. Os discursos dos parlamentares udenistas na Constituinte de 1946 pareciam ecoar os ressentimentos da elite política derrotada pela política instituída nos anos 1930 no país.

63 No dia 04 de setembro de 1946, os deputados reunidos em torno da Comissão de Projetos das Disposições Transitórias da Constituinte, responsável em analisar o tema dos territórios federais, decidiram por 39 a 2 votos pela extinção dos territórios de Ponta Porã e Iguaçu e pela manutenção dos de Amapá, Guaporé e Rio Branco, negando qualquer indenização aos estados que cederam territórios para suas criações (SANTOS, 1998).

Os debates destemperados que ocorreram no parlamento com relação aos territórios federais também repercutiram na imprensa brasileira, estendendo-se nos anos seguintes à Constituinte. É possível localizar um número expressivo de publicações sobre o tema em jornais, como: *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, *A Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Noite*. O *Diários Associados* chegou até a promover, em 07 de maio de 1946, uma mesa redonda sobre o tema, reunindo tanto os que defendiam a manutenção dos territórios federais e a criação de outros, quanto aqueles que pediam suas imediatas extinções. O primeiro grupo foi representado pelos coronéis Juarez Távora, Inácio Veríssimo e Djalma Dias Ribeiro, o advogado Heitor Marçal, o geógrafo Everardo Beckheuser, o deputado Agostinho Monteiro (PA) e o historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. O segundo, pelo coronel Altamirando Nunes (PA) e pelos deputados federais Munhoz da Rocha (PA), Francisco Pereira da Silva (AM) e Gomy Júnior (PR) (SANTOS, 1998).

Em 3 de abril de 1949, o secretário do jornal carioca *Diário da Noite*, Wilson Aguiar, publicou uma reportagem com a seguinte manchete “Ainda não chegou aos Territórios o 29 de outubro. Em plena democracia, milhões de brasileiros permanecem sob o regime de 27 de novembro”, na qual alertava para o fato de as populações dos territórios federais em pleno período democrático não escolherem suas representações municipais, bem como, o pouco interesse na proposição de leis que pudessem garantir tal direito. Lembrava que mesmo com suas representações na Câmara Federal, passados mais de dois anos, não havia sido aprovada a lei orgânica dos territórios federais, complementar a Constituição, que poderia garantir esses e outros direitos. A ausência dessas leis, segundo Aguiar, implicava no abuso de autoridade dos governadores dessas unidades federadas.

[...] a falta dessa lei, tem obrigado as populações desses recantos mais longínquos a permanecerem no regime instituído em 27 de novembro de 1937. Os governadores nomeiam e demitem os prefeitos: aumentam ou diminuem as verbas destinadas aos municípios, de acordo com a sua vontade ou simpatias, fazendo dos seus dirigentes verdadeiros capatazes, de vez que só a ele tem que dar satisfações. E se algum prefeito — como

tem acontecido — pratica algum ato que não seja do agrado do governador, embora inspirado no bem da coletividade, fica com seus dias contados à frente do município e com a sua ação tolhida pela boicotagem de recursos de que é alvo. (AGUIAR, 1949, s/p.)

Entre os aspectos levantados por Aguiar, na citação acima, merece reflexão o tema da municipalidade. A questão que movimentava os ânimos de juristas, administradores e políticos era basicamente a seguinte: nas áreas dos territórios federais, diretamente administradas pela União, poderiam existir municípios diferentes daqueles pertencentes aos estados-membros, considerando que os municípios eram entidades autônomas e os territórios federais não?

Para Medeiros (1946), um município que integrava um território federal, pela sua própria condição política, não poderia ser tratado da mesma forma dos que se encontravam sob a jurisdição dos estados, “pois caso tais entidades não sejam substituídas por outras de natureza diferente, como por exemplo circunscrições ou departamentos, não se poderia deixar de levar em conta o confronto de duas realidades completamente distintas” (MEDEIROS, 1946, p. 25). De acordo com este jurista, os municípios territoriais deveriam ser tratados como *sui generis*, em consonância com a conveniência da administração pública, exigia-se, portanto, uma legislação temporária e transitória que possibilitasse a existência de um tipo de município diferente, até que fosse introduzido um dispositivo naquilo em que a Carta Constitucional tinha sido omissa: a estadualização, ou seja, suas transformações em estados-membros, uma vez alcançadas “certas condições (população, rendas, organização econômica, capacidade de auto-administração, enfim) que lhes permitam governar-se por si mesmas” (MEDEIROS, 1946, p. 26-27).

Mas existiam aqueles que defendiam um posicionamento bem diferente daquele de Medeiros. Para o secretário-geral da Presidência da Câmara dos Deputados e membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, Otto Prazeres, os territórios não deveriam ser divididos em municípios ou não deveriam ter divisões autônomas integrando seus limites. Conforme o secretário, o que caracterizava um município era ter administração própria, ou seja, autonomia administrativa, logo

compreendia que, se não se concedesse autonomia ao todo e sim a uma das partes em que esse todo se dividia, havia na verdade uma incompatibilidade jurídica. No caso dos municípios que faziam parte dos territórios federais, essa autonomia acabava por esbarrar nos poderes delegados pela União aos governadores. Na sua visão, a ação desses governos, tomando como base as prerrogativas municipais, possuíam efeitos nulos ou — como de fato acabava acontecendo — exercido fora da lei.

Todavia, o ponto que considerava merecer maior detalhamento jurídico dizia respeito aos impostos arrecadados pelos municípios, uma vez que todo o sistema tributário deveria estar sob a tutela da União e não dentro do tipo municipal figurante na Constituição vigente. Lembrava Prazeres: se caso assim não o fosse, “o governador do território, em vez de ser, de fato, o governador de um território, será [...] um governador de um grupo de municípios, isto é, será um pai de filhos maiores, sobre os quais não pode exercer em toda a plenitude a autoridade paterna” (PRAZERES, 1945, p. 670).

Ao tratar, de forma breve, a problemática da incompatibilidade jurídica dos municípios territoriais no âmbito político, não pretendi adentrar em um campo complexo, como o que envolve o tema do municipalismo no Brasil — e que ainda é pouquíssimo inquirido pela historiografia. Tentei chamar atenção para o fato de que as organizações político-administrativas dos territórios federais padeciam da ausência de uma legislação que regulamentasse sua natureza jurídica, bem como de uma maior clareza e definição pelo Estado brasileiro dos problemas que envolviam essas unidades, considerando que, do ponto de vista jurídico, o documento que normatizou a administração dos territórios até 1969, foi o Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, o mesmo expedido por Vargas, com vários pontos omissos e imprecisos.

Deve-se ponderar que a convivência política da entidade *administração territorial*, quando foram criados os cinco novos territórios federais, apesar de considerada por políticos e administradores como uma experiência inovadora e de pouca familiaridade dentro da República brasileira, não era nenhuma novidade para o Estado brasileiro. Desde 1903, o Acre vinha vivenciando sucessivas experiências políticas desastrosas

decorrentes dos vários problemas ocasionados, em grande parte, pela omissão política e da precária legislação que subsidiava sua organização político-administrativa. Tudo indicava que a experiência acreana foi pouco considerada ao serem criados os territórios federais de 1943, pois, conforme Medeiros,

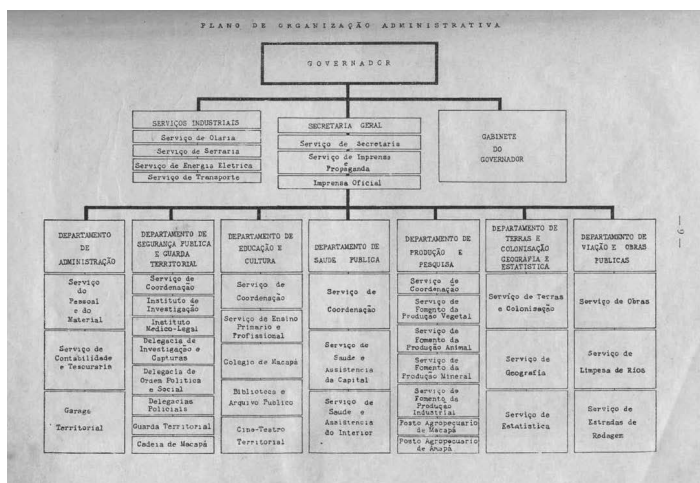
[...] a inconstância e as controvérsias de dispositivos orgânicos dos decretos-leis baixados a partir do ato da criação das novas entidades — aumentando assim o volume aluviônico de uma legislação que já se apresenta bastante assistematizada — resultam, fundamentalmente, da falta de levantamento que deveria preceder à elaboração do referido ato, às deficiências de pesquisas jurídico-administrativas e, sobretudo, à falta de análise interpretativa da norma constitucional vigente (MEDEIROS, 1946, p. 11).

De acordo com o historiador Carlos Fico (2000), o período que se inicia com o governo de Dutra e a nova Constituição — avaliado por muitos como experiência de normalidade democrática — também pode ser compreendido como inepto, morno, no que tange às iniciativas administrativas e econômicas, assim “não se deve perder de vista os limites de tal redemocratização” (FICO, 2000, p. 169). O governo de Dutra acabou sendo a expressão de uma coligação de forças políticas conservadoras. Como já exposto, durante a Constituinte de 1946 várias foram as falas que expressaram os descontentamentos com o ato que criou os territórios federais e a forma como vinham sendo administradas essas unidades pela União e por seus governadores. Entretanto, ao ser promulgada a Constituição de 1946 foi mantida a mesma estrutura político-administrativa já determinada pelo Decreto-Lei nº 5.839/43.

A parte essas indefinições e querelas política e jurídica, que se estenderam até suas extinções em 1988, os territórios federais foram estruturando suas organizações político-administrativas. Enquanto o Amapá ia sendo apresentado na Constituinte pelos defensores dos territórios federais como exemplo de sucesso do programa que os criou em 1943, o período que se seguiu a 1946 foi o momento de consolidação da administração territorial amapaense.

1.4 A ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL AMAPAENSE

De acordo com a determinação do inciso V, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 5.839/43, era competência do governador de cada território federal “organizar os serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamentos e de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável”. Janary Nunes assim que foi reempessado ao cargo de governador do Amapá passou a elaborar o Plano de Organização Administrativa, que contou com o auxílio do assistente do Departamento Administrativo dos Serviços Públicos, Joaquim Caetano Gentil Neto. Sua elaboração tomou como parâmetro comparativo os planos dos demais territórios federais, apresentados à União. Esses planos acabaram por vigorar a título precário, em virtude, principalmente, da demora na finalização das pesquisas dos técnicos federais, ocorrendo atrasos e discrepâncias entre eles, além de estarem sujeitos, como afirmou Medeiros (1946, p. 51): “à exclusiva vontade dos governadores, muitos dos quais sem necessárias noções de administração e governo, seria realmente sujeitar os territórios federais aos caprichos, ao empirismo e ao arbítrio das autoridades e mando”.



Organização do quadro administrativo do Território Federal do Amapá.

Fonte: Nunes (1946).

Na análise de Aimberê Freitas (1991), o governo Dutra foi extremamente perverso com os territórios federais ao não estabelecer uma política específica e clara para essas unidades, e ao não os incluir nas diretrizes de governo estabelecida pelo Plano de Obras e Equipamentos, que vigorou no país no quinquênio 1946-1950. No caso dos territórios federais, a programação financeira era arcaica e realizada por meio do sistema de duodécimos, divididas em doze parcelas, incluindo nessas cotas as despesas destinadas ao pagamento de pessoal. Geralmente, esses repasses ocorriam com atrasos, o que, aliado à grande rotatividade de governadores, ocasionava graves problemas para a gestão dos territórios federais. A descontinuidade administrativa foi apontada por diversos críticos como um dos aspectos que talvez tenha sido mais prejudicial nesses governos. Roraima chegou a ter, em um intervalo de cinco anos, durante o governo Dutra, três governadores titulares e cinco interinos (FREITAS, 1991).

Nos primeiros vinte anos de existência do Amapá federal, talvez esse tenha sido o único território federal que não vivenciou uma grande rotatividade de governadores. Isso só ocorreria após a instalação da Ditadura, momento em que se observou uma maior rotatividade. O primeiro governador, Janary Nunes, ficou à frente da administração amapaense por quase 12 anos⁶⁴, de 1944 a 1956, e continuou indicando seus sucessores até 1964, o que sinaliza a perpetuação de um mesmo grupo político no poder no Amapá.

Algumas análises que buscam explicar sua permanência no governo amapaense por um tempo tão longo destacam a performance política estrategista de Nunes que, mesmo quando ocorriam mudanças significativas na condução da política nacional, ou em momentos turbulentos, era reconduzido ao cargo, a exemplo de 1950, quando apoiou o candidato Cristiano Machado e não Getúlio Vargas nas eleições majoritárias

64 O capitão do Exército, Janary Nunes, foi nomeado governador do Amapá pela primeira vez em 27 de dezembro de 1943, permanecendo no cargo até 3 de março de 1949, quando pediu afastamento para realização de curso militar para mudança de patente militar. Em 9 de dezembro de 1949, foi reconduzido ao governo do Amapá, permanecendo até 3 de fevereiro de 1956 (Fonte: NUNES, Janary. Currículo, s/d.).

daquele ano no país⁶⁵. Foi um momento difícil, pois enfrentou nessas eleições uma forte campanha para sua saída do governo amapaense deflagrada pela oposição reunida em torno do PTB, que alegavam ter traído Vargas.

Ao analisarmos a origem e trajetória do PTB amapaense, observamos algumas ambivalências entre essa base local e a nacional desse partido. No caso do PTB amapaense, ela se construiu conforme os interesses e disputas locais, atuando como adversário dos representantes da política getulista e trabalhista no Amapá. A única vez que o PTB amapaense se aliou à base governista pessedista foi após as eleições de 1950, quando, a pedido de Vargas, o governo amapaense foi obrigado a nomear petebistas para cargos estratégicos da administração pública local⁶⁶.

As eleições de 1950 marcaram uma disputa acirrada entre janaristas e petebistas pela única vaga à Câmara Federal a que o Território Federal do Amapá tinha direito, quando os petebistas nutriram a expectativa que Nunes seria substituído do governo amapaense por ter apoiado Cristiano Machado e não Vargas para as eleições majoritária. Contudo, após os resultados das eleições, em audiência com o presidente recém-empossado, no Palácio do Catete, onde pretendiam tratar da exoneração de Nunes, receberam apenas o seguinte puxão de orelha: “os senhores levantaram a poeira antes do tempo” (GONSALVES, 2010, p. 54). Foi nesse encontro com Vargas, que os petebistas amapaenses conseguiram o acordo para comporem cargos na administração pública local. De imediato, o PTB assumiu a Prefeitura de Macapá, a Divisão de Terras e Colonização, as diretorias do frigorífico, do hotel, da biblioteca e do arquivo público, além de outras funções consideradas de menor destaque. Após o suicídio

65 Nas eleições de 1950, a candidatura de Vargas foi lançada pela coligação PTB-PSP e obteve 48,7% dos votos, seguida por Eduardo Gomes, da UDN, que obteve 29,7% dos votos e por Cristiano Machado, da coligação PSD e PR, que obteve 24,5% dos votos. Vargas saiu vitorioso em 18 estados, perdendo somente em quatro deles: Pará, Minas Gerais, Ceará e Maranhão e nos territórios de Amapá e Acre (AMAPÁ, 28 de outubro de 1950).

66 GONSALVES. *Folhas Soltas do Meu Alfarrábio*: um livro para os meus filhos.

de Vargas, em 1954, essa breve aliança se rompeu e os petebistas se mantiveram como partido de oposição até sua cassação em 1964.

A base de sustentação de Nunes no Amapá precisa ser compreendida em uma rede de alianças políticas nacionais e locais, que visava, sobretudo, garantir a manutenção e a perpetuação do controle do governo federal sobre a região por meio da ótica dos interesses daqueles que se beneficiariam com a sua permanência. Nunes serviu bem a esse propósito durante o governo Dutra, quando conduziu as negociações que levariam a assinatura do acordo com a Icomi, que garantiriam a exploração das reservas do manganês amapaense por essa empresa por um período de 50 anos. Deve-se considerar que, em relação às eleições majoritárias de 1950, a expressividade de eleitores no Amapá era muita pequena (não chegava a 10 mil)⁶⁷, e sua importância precisa ser interpretada a partir de um contexto local, pois, como dito, o PTB (partido de Vargas) no Amapá reunia os opositores de Nunes e seus aliados, estes últimos eram filiados ao PSD — partido que lançou a candidatura de Cristiano Machado. Portanto, é perfeitamente compreensível que Nunes tenha apoiado o candidato do seu partido no Amapá e não Vargas.

As alianças de Nunes provinham de uma relação que dialogava perfeitamente com os propósitos da política varguista, uma vez que foi durante o primeiro governo de Vargas que foi nomeado governador do Amapá pela primeira vez. O fato é que a vitória expressiva de Machado⁶⁸ no Amapá sobre Vargas e a reeleição de seu irmão, Coaracy Nunes⁶⁹, para deputado federal (mesmo considerando as denúncias de fraudes pelos petebistas), fortaleceu ainda mais o poder de Nunes e de seus apoiadores

67 Na eleição de 1950, compareceram às urnas no Amapá 5.169 eleitores. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. 1951, p. 550.

68 No Amapá, com apoio de Janary Nunes, Cristiano Machado obteve uma votação expressiva. De um total de 4.997 dos votos válidos, obteve 83,17%, enquanto Getúlio Vargas obteve 15,75% dos votos (AMAPÁ, 28 de outubro de 1950).

69 Segundo Alfredo Távora Gonsalves, à época presidente do PTB no Amapá, a permanência de Janary Nunes se deu em razão das articulações partidárias do seu irmão Coaracy Nunes, “que mobilizou os altos escalões do seu partido e, com interferência do governador Ernesto Dornelas, garantiu a permanência de Janary” (GONSALVES, 2010, p. 54).

em âmbito local, contribuindo decisivamente para que fosse mantido no governo amapaense, ao mesmo tempo demonstraram que as alianças políticas locais nem sempre seguem a lógica partidária nacional, sem que isso se torne um entrave para uma possível aliança entre ambas.

Dessa forma, o início dos anos 1950 pode ser interpretado como o período de apogeu do governo janarista; foi quando, de fato, as ações públicas, iniciadas a partir de 1944, passaram a ser sentidas pela população, por meio de um número significativo de obras inauguradas e do acesso a direitos sociais básicos, antes negados a uma grande parcela da população, como saúde, educação e moradia, bem como, na demanda de empregos gerados com a implantação da administração territorial e da Icomi. Mesmo não compartilhando da vertente interpretativa historiográfica que supervalorizava, os anos de 1945 a 1964, como primeira experiência democrática brasileira, e que tem em Jorge Ferreira um dos seus mais reconhecidos expoentes, observo que no Amapá o apoio da população ao *janarismo*, sobretudo nas primeiras duas décadas de existência do território federal, não foram causais, mas sinalizaram para a aprovação de uma parcela considerável dessa população para as políticas que estavam sendo desenvolvidas. Entretanto, essa aceitação precisa ser pormenorizada em um contexto que considere, também, variantes como: imigração e ascendente crescimento populacional; abertura de frentes de empregos; baixa atuação política da oposição; dependência econômica com poder público de grande parcela da população economicamente ativa; e controle governamental majoritário dos meios de comunicação.

A condução da política nacional para os territórios federais seguiu lógicas distintas das análises comumente elaboradas pela historiografia brasileira, que se reportam às experiências estaduais. Na região que compreenderia o Território Federal do Amapá, os direitos sociais foram sendo efetivados mais tardiamente se comparado com estados como o Rio de Janeiro, mas seguindo praticamente a mesma lógica do período anterior, a partir de um grande centralismo estatal. A administração territorial muito se assemelhava à política varguista dos anos de 1930, descrita por Lucília Neves (1997) como momento em que o governo orientou suas ações para a constituição de um Estado orgânico, hipertrofiado, centralizador, modernizador e assistencialista, assumindo

características peculiares de “um paternalismo autoritário, implantado em consonância com a concepção tutelar, que se orientava por objetivos simultaneamente modernizantes e conservadores” (NEVES, 1997, p. 95).

Assim como o getulismo — expressão que traduzia a defesa e as conquistas do trabalho associadas à imagem do chefe político que privilegiava uma relação sem mediadores entre líder e trabalhadores —, o *janarismo* foi também a personificação de um projeto que não só instituiu o Amapá federal com todo o apelo nacionalista que o período impôs, como simbolizou a integração dos amapaenses ao cenário nacional inaugurado nos anos 1930, e que trouxe para a ordem do dia a questão da cidadania⁷⁰, traduzida como a expressão de direitos sociais. Para Janary Nunes a hipertrofia política de seu governo se justificava em razão das condições regionais encontradas:

[...] existem falhas, ainda, em consequência das dificuldades do meio regional, sem comunicações regulares, com iniciativa privada incipiente, exigindo que o governo assuma a responsabilidade quase total dos serviços de abastecimento, transporte, energia, luz, água, produção de material de construções, assistência social, etc. (NUNES, 1954, s/p.)

Para Amélia Cohn (2000), a questão social no Brasil, desde sua origem, está marcada pelo crivo do vínculo do indivíduo ao mercado de trabalho, o que acarretou danos enormes para a construção da cidadania brasileira que não permitiu o desenvolvimento do traço fundamental que é sua universalidade, trazendo “consigo certos aspectos que se revelam

70 Para T. H. Marshall, no clássico estudo *Cidadania, Classe Social e Status* (1967), tomando como exemplo a experiência histórica da Inglaterra, cidadania se define por meio de três direitos básicos: o civil, o político e o social. Os *direitos civis* seriam aqueles necessários à liberdade individual, como a liberdade de ir e vir, de pensamento, de crença, de propriedade e do direito à justiça. Os *direitos políticos* são definidos como direito de participação no exercício do poder político, quer seja como eleitor ou como membro de organismo investido de autoridade política. Como *direitos sociais* se compreendem tudo que se refere ao direito mínimo de bem-estar econômico e de segurança que garanta uma vida sem privações e digna.

ainda hoje, determinantes do caráter perverso das nossas práticas sociais”, pois segundo a autora, os “cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito por contribuírem para com ele” (COHN, 2000, p. 389). Assim, aqueles que não estão dentro desse patamar são vistos como entraves ao processo de desenvolvimento econômico, sendo alvos de políticas sociais de caráter filantrópico. Derivam daí características marcantes na forma que historicamente a questão social vem sendo tratada no Brasil, qual seja: o traço paternalista e clientelista que vem conduzindo a atuação do Estado e seus distintos níveis de poder. O que se observa, portanto, é a reprodução da subalternidade dos segmentos mais pobres da população.

No Amapá, a forma como essa região foi sendo integrada à nação brasileira foi determinante para o estabelecimento de uma cultura local fortemente dependente das ações governamentais, com isso os indivíduos veem o Estado, encarnado nos governos, como o único promotor do acesso à cidadania. De forma geral os governos dos territórios federais foram modelos de gestões extremamente centralizadoras, hipertrofiadas, assistencialistas, nepotistas e clientelistas.

Em 1953, o escritor e assessor do governo, Álvaro da Cunha, com o objetivo de estudar a administração territorial amapaense, ingressou em um curso na Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Seus estudos resultaram na monografia intitulada *Relações Públicas Governamentais no Amapá*, de 1954, em que analisou os primeiros 10 anos da administração territorial amapaense, que para ele

[...] foi semelhante a do próprio governo da República a organização administrativa estabelecida para os Territórios Federais. O governador representaria o presidente da república, com liberdades mais amplas, sem limitações políticas no campo do trabalho e inteiramente livre de fiscalização local de um parlamento. As divisões e serviços seriam os Ministérios e Departamentos para caber na órbita territorial. Um quadro de pessoal foi organizado e recursos materiais e financeiros postos à disposição dos novos governadores (CUNHA, 1954, p. 9).

Compartilhando da mesma visão de Nunes, para Cunha, foram as circunstâncias precárias encontradas no Amapá que determinaram o tipo de organização política local, pois, não tendo escolha, o governo amapaense acabou chamando para si a responsabilidade de fazer quase tudo, “não podendo a agricultura existente atender às necessidades da população subitamente aumentada, o governo fez-se agricultor; plantou para abastecer” (CUNHA, 1954, p. 11); referia-se ao grande leque de atividades que vinham sendo desenvolvidas pela administração territorial amapaense, que abrangia desde a organização da produção do gado bovino nos mercados, à construção de olaria⁷¹.

Estendendo, portanto, a setores que, em sua opinião, deveriam ser de responsabilidade da iniciativa privada, como a construção de um hotel para hospedar os visitantes convidados e de moradias para abrigar os funcionários públicos que exerciam cargos de confiança da administração pública local. Muitos desses funcionários, administradores e contadores, que deveriam atuar em atividades burocráticas condizentes com suas formações, “eram encontrados, nos primeiros anos de governo do Amapá, ocupados em misteres os mais estranhos, como por exemplo: dirigindo olaria, administrando hotel, organizando rádio-difusora, jornal, trabalhos agrícolas, transportes fluviais, etc.” (CUNHA, 1954, p. 11).

O resultado de tudo isso, na interpretação de Cunha, foi que o governo acabou por alargar, enormemente, sua esfera de poder e controle. O maior perigo residia no fato de que uma instituição governamental, ao assumir a responsabilidade de encargos sociais estranhos a sua constituição e finalidades, sem encontrar as limitações a que estaria sujeita em outras regiões mais evoluídas, “poderia constituir-se numa força temível, numa instituição de poder arbitrário extremamente perigoso para as liberdades populares” (CUNHA, 1954, p. 12).

71 A Olaria Territorial de Macapá foi inaugurada em 13 de setembro de 1950, com o objetivo de produzir peças de cerâmica (como telhas) moldadas a partir do barro e depois de queimadas para a construção de prédios públicos e casas para moradores de Macapá. Ainda hoje, nas estruturas das casas antigas, podem ser encontrados muitos materiais produzidos por ela. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2014/05/antiga-olaria-territorial.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

Para Medeiros (1946), protecionismo, centralismo, clientelismo, “derrubada”⁷² e nepotismo caracterizavam as práticas adotadas pelos governadores nos territórios federais, sobretudo, na formação do quadro de pessoal. A composição de uma elite que atuaria na burocracia estatal dos territórios federais, conforme analisou Medeiros, era constituída de: *servidores municipais* e *servidores federais*, nomeados diretamente pelo presidente da República, como os do judiciário, das agências federais, secretários-gerais (uma espécie de vice-governador); e *servidores territoriais*, nomeados diretamente pelo governador. Portanto, coexistiam nessas organizações de natureza federal poderes distintos em uma mesma entidade comum, todos pagos pelo mesmo cofre. Essa diversificação de poderes acarretava enormes problemas de autoridade para a administração dessas unidades.

No Amapá, os primeiros diretores de divisões e chefes de serviços⁷³ (órgãos que equivaliam as secretarias estaduais) foram nomeados por Nunes por indicações pessoais, colegas de profissão no Exército ou conhecidos de outros meios que frequentara, principalmente do seu estado natal, o Pará⁷⁴. Vários membros da família Nunes chegaram a ocu-

72 Termo utilizado por Medeiros (1946) para caracterizar a facilidade com a qual ocorriam demissões dos desafetos dos governadores nos territórios federais.

73 Somente em 23 de julho de 1945, que o Decreto-Lei nº 7.773/45 regulamentou a organização administrativa do TFA, que ficou assim estabelecida: *Divisão de Segurança Pública e Guarda, Divisão de Educação e Cultura, Divisão de Saúde Pública, Divisão de Produção e Pesquisa, Divisão de Terras e Colonização, Divisão Obras, Serviço de Administração Geral, Serviço de Geografia e Estatística e Serviço de Imprensa e Propaganda*. Por esse mesmo decreto, foi facultado ao governador a possibilidade de instituir, mediante previa aprovação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público. No Amapá, as seguintes atividades foram criadas: de olaria, de serralha, de energia e de transportes. (Fonte: NUNES, 1946).

74 De imediato, a estrutura administrativa amapaense compreendeu uma secretaria-geral e sete departamentos, que ficaram assim constituídos e seus primeiros diretores foram: a *secretaria-geral*, com o paraense, advogado e militar Raul Valdez; o *Departamento de Administração*, com o contabilista Paulo Moacyr de Carvalho; o *Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial*, com o amazonense, advogado e jornalista Paulo Eleutério Cavalcante de Albuquerque; o *Departamento de Saúde Pública*, com o médico Pedro Lago da Costa Borges; o *Departamento de Educação*

par cargos estratégicos no governo, como seus irmãos, Coaracy Nunes e Pauxy Nunes. O primeiro foi eleito primeiro deputado federal pelo Amapá, e o segundo representante do governo amapaense no Pará, cargo primeiramente ocupado pelo sogro de Nunes, o comerciante paraense Joaquim Carvão. No mesmo período, seu tio, também paraense, Elói Monteiro Nunes, chefiou a Superintendência de Serviços Industriais (SANTOS, 1998).

Esse formato de nomeação direta pelo governador para o exercício de cargos estratégicos, bem como para as demais atividades do serviço público, que privilegiava laços familiares e indicações pessoais, continuou a existir formalmente no Amapá até praticamente a transição para estado, em 1987, quando ocorreu uma mudança nesse formato, que passou a ser definido em acordos entre os principais partidos políticos locais.

Os territórios federais acabaram sendo lugares onde o clientelismo no Brasil atingiu picos elevados. A exemplo do que ocorreu no Acre, como observou Medeiros (1945), no Amapá foi comum os governadores contratarem pessoas trazidas de outros estados para ocuparem, principalmente, cargos do alto e médio escalão da administração pública: “sem garantias de estabilidade, enquanto bem servirem ou enquanto os governadores não forem substituídos” (MEDEIROS, 1946, p. 19). A maior parte destas pessoas já chegavam ao Amapá com sua contratação previamente acordada, ainda em suas cidades de origem.

A principal justificativa alegada pelo governo para a importação de mão de obra, mesmo diante de uma grande oferta local, era justamente a não qualificação da população local para ocupar esses cargos, porém, como demonstrou Cunha no item “O governo e os funcionários territoriais”, nos critérios adotados para a escolha das pessoas que ocupariam

e Cultura, com o paraense, advogado e professor Otávio Machado Mendonça; o *Departamento de Produção e Pesquisa* com o paraense, engenheiro agrônomo e economista Arthur de Miranda Bastos; o *Departamento de Viação e Obras Públicas*, com o engenheiro Hidelgardo Nunes; e o *Departamento de Terras, Geografia e Estatística*, com o agrônomo Oscar Leite Brasil. Posteriormente, em 1945, os departamentos foram transformados em divisões, sendo criado o Serviço de Geografia e Estatística, sob a chefia de Clovis Teixeira.

os principais cargos da administração pública local, o que menos importava era a qualificação.

Para os cargos importantes da administração, o critério de seleção obedece aos seguintes requisitos: capacidade de execução e comando, devoção ao meio telúrico, fidelidade ao programa do Governo — ainda que seja preciso realizar a inversão de valores formais. É muito comum encontrar-se no Amapá repartições de finalidades técnicas, constituídas de elementos técnicos, bem administrados por funcionários leigos (CUNHA, 1954, p. 18).

De fato, a maioria das pessoas que ocuparam estes cargos na administração local era oriunda de outros estados; quase quatro quintos desse quantitativo era de pessoas vindas do Pará, mas também vieram de outras cidades brasileiras, como: Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande, Belém e Manaus. Fazendo-se um comparativo entre os censos de 1940 e o de 1950, é possível observar um aumento de residentes no Amapá de outras naturalidades, principalmente cearenses e cariocas. O censo de 1950 apontava, com relação ao de 1940, um crescimento populacional de quase 100%. Em um intervalo de 10 anos o Amapá passou de uma população de aproximadamente 22 mil para 37.477 habitantes, e Macapá já concentrava a maior parte dessa população, com uma população de 20.594 habitantes em toda a sua extensão, incluindo as áreas rurais. Em 1950, só a população da área urbana de Macapá já atingia o índice de 14 mil pessoas (CAPES, 1959).

Uma das explicações para esse crescimento e a concentração de pessoas mais na capital do que em outros municípios no Amapá, seu deu justamente em decorrência das ocupações em cargos e demais atividades no serviço público. Em 1950, de um quantitativo de 12 mil pessoas que representavam a população economicamente ativa em todo o território amapaense, 58% ocupavam atividades no setor primário, formado, basicamente, pelo criatório e extrativismo, entretanto, o Amapá já registrava 32% de servidores públicos. Observa-se que, na época do censo, a Icomi ainda não havia iniciado suas atividades, o que provocaria já em 1957/1958, uma modificação radical na oferta emprego na capital

Macapá, onde a empresa sediaria suas instalações e o Porto de embarque do manganês.

Fora os recrutados pela administração local, um grande quantitativo de pessoas que migraram para o Amapá nesse período acabou não sendo absorvido pela administração pública ou por não atenderem aos pré-requisitos exigidos ou porque a demanda era bem maior que a oferta. Essa oferta ficou restrita a poucas pessoas. Esse restrito grupo de indivíduos que assumiram cargos burocráticos na administração pública local neste período, pode ser conceituado, conforme o que analisou Norberto Bobbio, em *Teoria das Elites* (1993), como uma minoria de pessoas que existe em toda sociedade e que exerce o poder por meio de diversas formas, seja ela política, econômica e ideológica, restrito a um pequeno círculo de pessoas com o poder de tomar e impor decisões, constituída em torno de organização política. Cargos que a princípio não seriam considerados de relevância ou que não estariam dentro do campo de abrangência da esfera pública, como o de diretores de biblioteca, frigorífico, olaria, hotel, adquiriram no Amapá federal *status* de relevância e de expressão de poder.

Em *Como estudar elites locais em regiões de fronteira? O caso de Macapá (Território Federal do Amapá, 1943-1988)*, Andrius Noronha chama atenção para fato de que o estudo de elites locais em regiões como a Amazônia, principalmente em estados que nasceram de experiências de territórios federais, como é o caso do Amapá, ainda são lacunares. Para Noronha, essas divisões administrativas forjaram lideranças do tipo “fronteiriço e desbravador”, que emergiram tanto da burocracia regional, criada pelo governo federal, quanto da atração de empresários de outras regiões brasileiras.

Citando o estudo desenvolvido por Wright Mills, em *Elites do Poder*, principalmente no que se refere às pesquisas desenvolvidas com relação às elites locais em cidades pequenas do interior dos Estados Unidos, na década de 1950, Noronha defende que a análise proposta por Mills fornece um caminho teórico e metodológico e um ponto de partida para os estudos das elites locais no Amapá, em razão de alguns pontos de semelhanças com a experiência americana, sobretudo, no que se refere a uma escala reduzida de uma elite econômica, constituída, basicamente,

por grupos de famílias distintas do restante da comunidade, que controlam a produção majoritária da riqueza e da formação da opinião pública local. Todavia, nas cidades dos Estados Unidos analisadas por Mills, essa elite é definida, principalmente, a partir do grau de influência econômica exercido, o qual está relacionado a uma economia de mercado industrial, enquanto no Amapá, assim como no resto da Amazônia, a economia tem como base métodos rudimentares de produção sustentados no extrativismo.

No caso dos municípios de Mazagão, Amapá e Oiapoque, regiões mais afastadas do centro administrativo, talvez seja mais fácil localizar essas famílias nas primeiras décadas do século XX. Após 1943, em Macapá, a instalação do território federal possibilitou a formação de um grupo econômico bem mais dependente e atrelado à administração pública. Tudo leva a se concluir que a criação dos territórios federais significou, para um determinado grupo de pessoas que migraram para esses espaços, o surgimento de novas possibilidades de enriquecimento econômico e de poder, enquanto que para os que já se encontravam nesses lugares, antes do Decreto-Lei nº 5.812/43, suas origens podem ter tanto interferido negativamente na aquisição de privilégios políticos e/ou econômicos ou favorecido o aumento de suas riquezas e prestígios.

Esse é o caso do paraense Alfredo Távora Gonsalves, já citado anteriormente. A implantação do Território Federal do Amapá alimentou a esperança de reativar o seringal herdado do seu pai na região do Araguari. Acreditava que com os incentivos governamentais, principalmente no que se referia à abertura de estradas e de novas linhas de navegação para o escoamento da produção, conseguiria vencer os obstáculos de logística que enfrentava desde sua chegada, no início de 1943. Porém, o que ocorreu foi bem diferente da propaganda governamental que visava atrair trabalhadores. Segundo Alfredo, a atividade de extração do látex na região era pouco atrativa e encontrava dificuldade no recrutamento de trabalhadores, que reclamavam, sobretudo, das condições insalubres da região: “o medo de morrer e da malária encarregavam-se de completar o descontentamento, a ilusão e o fracasso” (GONSALVES, 2010, p. 29).

Elfredo (2010) descreveu em seu livro sobre uma rede de pessoas que desenvolviam várias atividades econômicas lucrativas na região, desde fins do século XIX, como: fazendeiros, pecuaristas, donos de garimpos, negociantes de ouro, comerciantes, proprietários de regatões, seringalistas e extrativistas. Alguns deles, como os coronéis Quintino Pontes Tavares e Arlindo Correia (esse último, seu avô materno) eram donos de várias propriedades espalhadas por uma vasta extensão da região, e grandes exportadores de gado para as Guianas. As regiões do Vila Nova, Maracá, Cajari e Jari, que faziam parte do município de Mazagão, foram descritas por ele como as que concentravam os proprietários mais ricos e influentes das regiões do Pará, que depois seriam desmembradas para formar o Amapá, como: os irmãos comerciantes da família Almeida, proprietários do navio *Santa Maria* que fazia viagens quinzenais entre Belém e Arumanduba, com escala em Macapá; e o coronel José Júlio de Andrade, dono de uma vasta extensão de terras e um dos maiores exportadores de borracha e castanha da região.

O problema da distribuição de terras foi descrito por Janary Nunes, no relatório de 1946, como um dos temas que mais despertavam sua preocupação, pois, apesar do despovoamento, a maioria das áreas situadas às margens dos rios e igarapés já tinha dono na região anterior a 1943. O relatório fazia referência, de forma ilustrativa, possivelmente, a José Júlio, como quem havia se empossado de uma grande extensão de terras na região do Jari e Cajari, no sul do Território Federal do Amapá, e estabelecido ali seu domínio e monopólio sobre a exploração das riquezas extrativistas da região: “há rios como o Jari e o Cajari que pertencem a um só senhor, cioso e ciumento da intromissão de qualquer concorrente. O Maracá é de outro, para citar apenas os que tem lugar nas cartas corográficas” (NUNES, 1946).

Segundo Cristóvão Lins (2012), o rei da castanha (como José Júlio era conhecido) era natural do Ceará, mas ainda menino seus pais se mudaram para Benevides, no Pará. Em 1882, jovem e apenas com o curso primário conheceu o Rio Jari onde comprou, de um cangaceiro, uma pequena localidade conhecida como “Prazeres”, situada na região do baixo amazonas, pagando com linha de pescar, tecidos e outras mercadorias. Lá começou a construir seu “império”, fundando em 1899 a

empresa Jari Ltda.; em pouco mais de uma década, as terras de José Júlio já beiravam os três milhões de hectares, situadas nos municípios de Almeirim e Mazagão. José Júlio começou a ver seu império decaindo, coincidentemente ou não, logo após a implantação do Amapá federal, em 1948.

Essa talvez seja uma das lacunas com relação ao estudo das elites locais nessa parte da região amazônica que carece de pesquisas: compreender se a criação do Território Federal do Amapá alargou o campo de abrangência e poder desses proprietários ou contribuiu para a decadência de latifundiários como José Júlio, ou até que ponto esses proprietários, pecuaristas, negociantes e comerciantes foram absorvidos pela administração local e qual o grau de pactuação política entre eles.

É possível identificar alguns descendentes desta elite econômica de antes de 1943 assumindo cargos na administração pública, como Amaury Farias e a irmã Aracy Miranda de Mont'Alverne, filhos de João de Farias Filho⁷⁵, dono de propriedades de gado na região do município de Amapá e de um garimpo, que exerceu a atividade do comércio de aviamento na região do Lourenço (BARBOSA, 1997). Deve-se considerar, ainda, que muitas dessas pessoas influentes se concentravam em regiões distantes de onde foi implantado o centro político-administrativo do território federal, onde a ação governamental foi bem mais reduzida e ineficaz, a exemplo das regiões sul e norte do Amapá, que compreendiam os municípios de Mazagão e Amapá, citadas por Elfredo como tendo maior incidência de uma classe economicamente ativa e com posses.

Para Álvaro da Cunha, os motivos que levaram as pessoas a migrarem para o Território Federal do Amapá em um momento incerto e de fundação da administração local, de trocarem o “conforto da metrópole para a pobreza extrema do interior” (CUNHA, 1954, p.15), foi decorrente de necessidades econômicas e por falta de oportunidades de trabalho,

75 Na coletânea intitulada *Personagens Ilustres do Amapá*, em três volumes, Coaracy Barbosa realizou um levantamento biográfico de várias personalidades que transitaram em terras amapaenses desde o período colonial até praticamente o fim do território, em 1988, que permite localizar grande parte desses proprietários, ricos e influentes que viviam nessa região, no período de criação do território, em 1943.

e não por razões patrióticas e desbravadoras, como assim pretendiam convencer os muitos paraenses nas cartas que enviaram aos parentes e amigos que permaneciam em Belém, pois “eles constituíam, na sua maior parte, aqueles que a pobreza econômica, a supressão de oportunidades e o desprestígio do mérito, haviam colocado, em Belém, numa situação marginal” (CUNHA, 1954, p. 15). Os salários dos funcionários do alto e médio escalão nos territórios federais, eram bastante elevados e atrativos, quando comparados à realidade de outras cidades brasileiras. Além disso, esses funcionários podiam exercer funções de poder e de privilégios na administração pública local que não era possível em suas cidades de origem.

Portanto, na interpretação de Cunha, tanto o governo quanto os “pioneiros” forjaram as justificativas que os levaram a aceitar a serem as “cobaias humanas” de uma nova experiência política e social incerta. Para ele, os segundos agiram assim por orgulho próprio, precisando “demonstrar que havia compensações valiosas, que o território, em muitos aspectos, era até bem melhor do que o estado do Pará” (CUNHA, 1954, p. 15). No caso dos “nativos” (como assim se referiu Cunha, aos que já residiam no Amapá anteriormente ao Decreto-Lei nº 5.812/43), as primeiras reações quando da instalação da administração territorial foram de desconfiança, pois quando o governador andava pelas ruas de Macapá, a população local menos abastada demonstrava receio — “que esse capitão vai fazer? — Interrogavam-se os habitantes” (CUNHA, 1954, p. 13).

Segundo ele, a primeira medida do governo no sentido de reverter essa desconfiança foi o de fazer uma convocação geral para o trabalho. Não exatamente qualquer trabalho, mas um novo tipo de trabalho remunerado, pois “Nunca, naquelas terras, um trabalhador recebera o salário que lhe estava sendo oferecido pelo governo” (CUNHA, 1954, p. 13). Essa defesa de que os amapaenses deveriam ter um trabalho, mas não qualquer trabalho, corrobora com a análise de Gomes (1994) em *Invenção do Trabalhismo*, quando autora afirma que para ser cidadão no Estado Novo era necessário ter uma carteira de trabalho e uma ocupação condizente com o projeto de nação disseminado à época. Nas terras paraenses que seriam desmembradas para formar o Amapá, até

a implantação da administração territorial, grande parte da população não se enquadrava a esse ideal de cidadão preconizado pelo Estado Novo, haja vista que era basicamente uma população rural, que vivia do extrativismo, da economia de subsistência e da troca.

A esse apelo de que o trabalho era capaz de transformar o Amapá em uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil, Janary Nunes deu o nome de *A Mística do Amapá*⁷⁶, em que sistematizou de forma poética o que acreditava ser a aliança harmoniosa entre as riquezas e as belezas naturais da região e o projeto de modernização que vinha sendo realizado pela sua gestão em terras amapaenses. A mística amapaense era apresentada por ele como o despertar das potencialidades de uma terra adormecida, cheia de riquezas, à espera daqueles que a colocassem em perfeita harmonia com o progresso. Sobre ela escreveu:

[...] como nasceu esta mística? Fruto do amor, por meio da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vívidos para torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. Ela resume os anseios mais nobres de quantos batalharam para integrar o Amapá na Pátria Brasileira (NUNES, 2012, p. 22).

A primeira vez que Nunes teria publicado *A Mística do Amapá* foi no jornal *Amapá*, de 1º de junho de 1956, mas possivelmente ele a escreveu logo que assumiu o governo amapaense, pois em muitos pronunciamentos ao longo do seu governo fazia referência a ela, nos fazendo concluir que sua administração se utilizou do apelo ao sentimento telúrico como estratégia de convencimento político. Nela, aliava em um só discurso o apelo às riquezas e tradições locais e o trabalho como elementos fundamentais para se propagar a ideia de progresso de um Amapá projetado para o futuro estado. Para Cunha, ela foi determinante para a adesão da população ao projeto que estava sendo executado pela administração territorial, sendo amplamente disseminada pela administração janarista:

76 Em 1962, por ocasião de sua candidatura para deputado federal pelo Amapá, Janary Nunes voltou a republicá-lo no livro *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*.

O próprio governador, homem de imaginação muito viva e de cultura geral aprimorada, encontrou a solução ideal, criando e difundindo por meio do rádio, do jornal e de opúsculos, largamente distribuídos, uma espécie de gleba amapaense, inspirado em sua história, costumes, riquezas e na capacidade de seus filhos para se atingir um destino melhor. A esse discurso foi dado o nome de Mística do Amapá, o que lhe empresta, ainda hoje, uma alta significação emotiva (CUNHA, 1954, p. 14).

Para tanto, segundo Cunha, também se fazia necessário o convencimento da população local por meio de “caminhos de conciliação, de entendimento, de harmonia plena entre governo e governados” (CUNHA, 1954, p. 13). Isso se processou, segundo ele, por meio da adoção pelo governo e diretores da cordialidade e aproximação junto aos moradores mais antigos e chefes patriarcais de famílias tradicionais, da oferta de créditos a comerciantes locais, além de prestígio dado de modo afetuoso e deliberado aos dirigentes das festas religiosas do povo; referia-se, provavelmente, no caso desses últimos, aos líderes das comunidades negras ligadas ao Marabaixo. Incluía-se a essas estratégias governamentais de aproximação à população local, a oferta de empregos burocráticos aos mais jovens; alguns deles oriundos de famílias economicamente tradicionais ou com certa influência política, e que haviam conseguido concluir os estudos em capitais do país. A eles foram dados cargos de destaque na administração territorial.

A trajetória de vida de Amaury Farias, narrada em *Meus Momentos Políticos*, de 2006, é exemplar nesse sentido, pois antes de entrar para o PTB e se tornar oposição ao governo de Janary Nunes e de seus sucessores, como funcionário público exerceu funções estratégicas na administração territorial amapaense. Nascido em 1927, na fazenda do pai, *Santa Maria da Prainha*, no município de Amapá, Amaury foi um desse jovens, que no início dos anos 1940 lhe foi oportunizado por sua família o direito de estudar em Belém, de onde retornou em 1945, para administrar a fazenda da família. Como era um dos poucos naturais da região que no recrutamento de pessoal apresentou formação técnica, não tardou para que, em 1949, recebesse o convite do governador para compor o quadro de funcionários do novo território federal, primeiramente

como desenhista, lotado inicialmente na Divisão de Obras, depois passou a fiscalizar as obras do governo territorial construídas no interior. Foi assessor do governo amapaense até seu rompimento político com os “janaristas”, como costumava se referir aos seus opositores.

Para Cunha, essas estratégias de convencimento governamental apoiada na ideia do *orgulho coletivo*, ou melhor, como ele mesmo se referiu, de “tratamento afetuoso e de apelação para os sentimentos dos nativos e de tendências naturais de integração” (CUNHA, 1954, p.13), amplamente difundidas nos discursos políticos em inaugurações de obras, palestras, eventos festivos e cívicos, rádios, jornais e de opúsculos, acabou por promover a aceitação de uma população habituada com o descaso e abandono do poder público. Assim, como o apelo à comoção emocional profunda, sustentado na ideia de uma *gleba amapaense*, que tinha como base o culto ao chão e ao sentimento glebário, isto é, de amor pelo meio e pelas potencialidades que as terras amapaenses poderiam oferecer (tão distante da consciência humana dos aglomerados urbanos) que a administração territorial conseguiu convencer e persuadir uma equipe de servidores e apoiadores de que estavam realizando “um acontecimento histórico e [...] o mais glorioso possível” (CUNHA, 1954, p. 14).

A partir da ideia do *orgulho coletivo* e da *gleba amapaense*, fica mais evidente o que Cunha considerava ser o advento das “Relações Públicas no Território”, que teria ocorrido exatamente por meio de uma série de estratégias destinadas ao convencimento da população local e do recrutamento de pessoal. A ideia do *orgulho coletivo* e da *gleba amapaense* como discurso fundacional forjado pela administração territorial, foi fundamental como meio de fornecer os elementos simbólicos necessários para adesão ao programa político que vinha sendo desenvolvido no Amapá, servindo como estratégia governamental de convencimento, tanto para aqueles que migraram, quanto para aqueles que já viviam na região anterior a 1943.

Em Anderson (2008), a nação é vista como uma comunidade política imaginada, porque seu sentido tem valor simbólico para os seus integrantes, na medida em que estabelece a ideia de um “nós” independente das desigualdades e hierarquias existentes. Para além de uma análise pautada no estado onipresente, onde se supõe um controle absoluto dos

governos na consolidação dos Estados-nação, o autor nos leva a refletir sobre os elementos simbólicos que fizeram parte da formação de um “Amapá” que se reinventava como território federal, uma vez que as identidades nacionais e o pertencimento a uma região ou a uma comunidade vêm sempre acompanhadas de um sentimento nacionalista (no caso que nos interessa, particularmente) de uma “identidade amapaense” e da força que os elementos simbólicos exercem sobre elas.

“Território imaginado” pressupõe esse apelo emocional profundo e nacionalista, que se processou no Amapá por meio do discurso de *gleba amapaense*, entendido enquanto ideia de um grupo de privilegiados, de “pioneiros” (como o discurso de políticos e intelectuais da época que se referiam àqueles que vieram às terras amapaenses e se juntaram aos que ali estavam). O *orgulho coletivo* seria, portanto, um sentimento de fazer parte de um grupo privilegiados de pessoas. Um sentimento pessoal, mas ao mesmo tempo coletivo de participação em crenças comuns, em modos de ser e de agir, de apego e pertencimento a uma determinada comunidade ou grupo, articulado a um sentimento bem mais amplo: o da nacionalidade; pois a nação não é constituída de indivíduos, mas de grupos que representam a transferência para uma comunidade bem mais ampla, neste caso, a comunidade de amapaenses. Esse discurso que foi muito difundido no Amapá, principalmente nesses primeiros 10 anos da administração territorial, foi fundamental para a construção identitária de uma sociedade de “amapaenses”; era a nação, fazendo-se presente por meio da recriação de referenciais identitários regionais e locais.

Os petebistas Alfredo Gonsalves e Amaury Farias mencionaram vários campos de tensões e disputas a essa base de sustentação política e de distribuição de cargos pela administração amapaense que desconstrói essa ideia de *orgulho coletivo* e de *gleba amapaense* como discurso agregador e uniformizador das diferenças. Para ambos a criação do Diretório Regional do PTB, em 1946, que seguia as determinações nacionais definidas pela Agamenon⁷⁷, teve como motivação central a

77 A Agamenon, como ficou conhecido o Código Eleitoral/Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, elaborada por Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (à época

formalização de um espaço de resistência política contra o poder dos Nunes no Amapá. Essa defesa está bem expressa no seguinte trecho da narrativa de Elfredo: “para aglutinarmos os descontentes e perseguidos, formamos um partido de oposição, para dar amparo legal ao movimento de resistência” (GONSALVES, 2010, p. 44).

Como analisa Ansart (2004), na ideologia liberal o funcionamento da democracia deve ter como efeito mediar os ódios sociais e os ressentimentos pela legalização das oposições, porém, simultaneamente, o regime democrático — repousando sobre a pluralidade dos partidos em situação de disputa — constrói e coloca em cena o encontro conflituoso das frustrações e das hostilidades. Isso leva à constatação de que o apelo aos ressentimentos e a gestão deles constituem um verdadeiro manancial para os líderes políticos. Portanto, nas democracias, a gestão dos ressentimentos ocupa um lugar específico no mecanismo político coletivo; assim, os petebistas, ao compreenderem que o Amapá deveria ter um governo de coalisão, capaz de congrega interesses de ambos os grupos, situar-se-iam no que Ansart chamou de *gestão* “democrática dos ressentimentos”.

Manifestar publicamente os descontentamentos com a administração pública local para os petebistas significava a legitimação de um espaço simbólico contra aqueles representantes políticos que permanecem indiferentes as suas reivindicações. Os petebistas, por estarem do lado de quem reivindicava o direito à participação política e à liberdade de expressão, viam-se como os legítimos defensores da democracia e, como

ministro da Justiça de Vargas), regulou em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições, a que se refere o artigo 4º da Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Esse código eleitoral inovou ao determinar o monopólio dos partidos políticos na indicação dos candidatos, mas permitiu a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais estados. Getúlio Vargas, por exemplo, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleito senador no Rio Grande do Sul, pelo PSD, e em São Paulo, pelo PTB, e, ainda, deputado federal pela Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal (antigo estado da Guanabara), São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sempre pelo mesmo partido, o PTB (Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC – FGV). Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 15 mai. 2015).

tais, colocavam-se na condição de vítimas. Mas vale mencionar que em 1964, quando o regime ditatorial nomeou para o governo do Amapá alguém contrário ao grupo de Nunes, o coronel do Exército Luiz Mendes, para os petebistas, o Amapá estava enfim livre da “dinastia Nunes”; tornaram-se aliados políticos do regime ditatorial e assumiram cargos nos governos amapaenses pós-1964.

Em razão dessa dimensão subjetiva, que congrega tantos interesses e sentimentos individuais, que Ansart (2004) atenta para a diversidade de formas de ressentimentos. Daí porque o uso de ressentimentos no plural e não no singular, pois as experiências comuns também nos colocam diante de intensidades variáveis e de sentimentos experimentados individualmente. Alfredo também deixou fluir seu ressentimento com a desconfiança da interferência do governo de Janary na ação judicial movida contra ele pelo Banco da Borracha, em 1947, quando, por inadiplência, a justiça determinou a adjudicação da sua propriedade junto ao banco, que poderia pôr fim ao empreendimento de recuperação da propriedade herdada do pai.

Porém, conforme Ansart, não apenas os sentimentos e os afetos dos indivíduos, mas de forma complementar as representações, as ideologias, os imaginários, os discursos, desempenham papel relevante no devir dos ressentimentos. As narrativas elaboradas pelos petebistas (Alfredo e Amaury) são aqui compreendidas enquanto expressão das experiências partilhadas pelo grupo político do qual faziam parte. Todavia, Alessandro Portelli (2005, p. 129) nos alerta para o fato de que “a memória da resistência, de fato, nunca coincide com o discurso do Estado”. Esse campo de tensão política, entre os governistas e oposição, não só leva a uma desconstrução do discurso do *orgulho coletivo* e da *gleba amapaense*, como permite pensar o Amapá no campo da contradição, do conflito, do antagonismo, da disputa política, bem mais próximo das pluralidades de ritmos que caracterizam as experiências humanas evidenciadas pela história política.

Até a cassação, em 1964, o PTB no Amapá nunca conseguiu eleger nenhuma representação política, mas como pondera Serge Bernstein (2003), é na dimensão partidária o lugar onde se opera a mediação política, e conforme nos ensina Hannah Arendt (2004), na medida em que as ações

se tornam públicas, é que estamos mais próximos da nossa condição humana de homens e mulheres plurais e políticos. Mesmo considerando os interesses com que o PTB amapaense congregava, a existência de um partido de oposição significou a legitimação de um espaço político plural, desconstruindo essa visão una que a administração amapaense buscou forjar, pois, conforme Delgado, os partidos políticos, incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da história, “são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período de sua história, significa também ausência de democracia” (DELGADO, 2003, p. 129).

As conclusões a que Álvaro da Cunha chegou, sobre as relações públicas do Território Federal do Amapá, vão no sentido inverso das reivindicações da oposição contra a gestão janarista. Para ele, os índices de crescimento social e econômico alcançados nos últimos 10 anos, que lhe garantiram status de líder dos territórios federais amazônicos, justificavam qualquer sacrifício à liberdade política. Problemas básicos como o da energia elétrica e do abastecimento de água dos municípios haviam sido, em grande parte, sanados por meio de usinas fornecedoras de energia e do sistema de captação e tratamento de água do rio Amazonas. No caso da energia elétrica, o governo estava realizando estudos para o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paredão, cuja produção pretendia cobrir todo o território amapaense (com exceção do município de Oiapoque) e áreas vizinhas do estado do Pará (AMAPÁ, 1º de maio de 1954).

No que tange à educação, os índices eram ainda mais animadores. Conforme o anuário estatístico do Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, do ano de 1952, a população escolar primária havia sido recenseada em 9.012 alunos, e a não primária, distribuídas em outros segmentos e cursos, era de 615 alunos. Esse crescimento de quase 20 vezes do total de alunos encontrados em 1944, decorria, sobretudo, dos investimentos públicos na área educacional por meio da construção de escolas e da contratação de professores. Quando da implantação do território federal, de acordo com informações governamentais, o Amapá dispunha apenas de sete professores, em 1954, número

que se elevava para 318 professores; em um período de 11 anos foram inaugurados sete grupos escolares na capital e 97 estabelecimentos de ensino rurais em todo território (AMAPÁ, 1º de maio de 1954).

Concomitantemente com os índices de crescimento que vinham sendo apresentados pelo governo amapaense, o Brasil de modo geral estava envolto em uma grande crise econômica, agravada pela instabilidade política do segundo governo Vargas. Essa crise, herdada em grande parte da política externa liberal adotada por Dutra (de facilitação das importações) foi marcada por déficits na balança comercial, por uma grave crise cambial e pelo crescimento desacelerado da inflação (FONSECA, 2002). Entretanto, é consensual que, mesmo com esse quadro de dificuldades econômicas, Vargas manteve um programa de crescimento industrial que tinha no Sudeste seu principal núcleo dinâmico, mas que via na conquista interna do território e no aproveitamento das potencialidades econômicas regionais, elementos indispensáveis para se alavancar o desenvolvimento. Não havia interesse em se proceder de forma igual na Amazônia, mas os anos de 1940 assinalaram o momento em que a região passou a fazer, de fato, parte das preocupações governamentais. A Constituição de 1946, imbuída da defesa do desenvolvimento regional, assegurou, no art. 199⁷⁸, uma política governamental de valorização da Amazônia, mesmo que tenha significado muito mais um compromisso assumido na retórica do que na prática.

A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, concebida para ser o organismo de planejamento regional e de execução para a região, objetivou atender às aspirações preconizadas pela carta de 1946. As várias diretrizes traçadas para esse órgão mostram bem sua finalidade central, que deveria significar a quebra do vínculo de dependência econômica da Amazônia frente à decadente produção gomífera, por meio do estímulo à pecuária,

78 O artigo 199 da Constituição de 1946, determinou que a União, estados, municípios e territórios da Amazônia aplicassem 3% de suas rendas anuais em um Plano de Valorização para a região, que foi regulamentado somente em 1953, pela 1.806.

à agricultura, à exploração das riquezas minerais e ao aproveitamento do potencial energético de seus rios (D'ARAÚJO, 1992).

Ao se comparar as políticas de desenvolvimento elaboradas para o Sul e Sudeste com aquelas destinadas ao Norte, durante a vigência da SPVEA e após a sua substituição pela Sudam, em 1964, observa-se que a região Norte era relegada a um nível secundário e subsidiário das primeiras. No caso dos territórios federais, essa política díspar ficou ainda mais evidente, pois eles não receberam o tratamento esperado pela racionalidade da distribuição dos recursos. Na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967, o ex-governador e então deputado federal, Janary Nunes⁷⁹, acabou por revelar que grande parte dos ganhos financeiros com a exploração do manganês amapaense foi utilizado para ajudar a financiar o desenvolvimento econômico de outras regiões do país.

O Povo amapaense sempre considerou os investimentos feitos pela UNIÃO no Território, como empréstimos que devem ser pagos ao longo prazo e juros altos.

Entre 5 de janeiro de 1957 e dezembro de 1966, a contribuição do Amapá, em divisas para o balanço de pagamentos do país, foi superior a 280 milhões de dólares, decorrente da exploração do manganês pela Icomi. Essa contribuição, de cerca de 560 bilhões de cruzeiros, aos valores atuais do dólar, constitui testemunho indiscutível de utilidade do território do Amapá e do bom investimento feito pela União com a sua criação. A União, entretanto, não investiu no Amapá 40 bilhões de cruzeiros, desde a sua instalação até hoje [...]. Aliás, com as vendas de manganês exportado pela Icomi, no período de 1957-66, no valor de 280 milhões de dólares, verifica-se que o Amapá está financiando o desenvolvimento de outras áreas do país (NUNES, 1970, p.12-13).

79 Janary foi deputado federal pelo Amapá de 1962 a 1970, exercendo dois mandatos consecutivos.

Em início dos anos de 1950, as alterações no quadro econômico da região nos últimos 10 anos haviam sido mínimas, pois 58% da população ativa do Amapá ainda se concentrava no setor primário, constituído, basicamente, pelo extrativismo, com a coleta da borracha e da castanha, e a oferta desses produtos de exportação era bastante reduzida, não ultrapassando, em 1957, uma arrecadação de 22 milhões da borracha e 11 milhões da castanha (o correspondente a 33 milhões de cruzeiros). Dessa forma, o entusiasmo governamental vivenciado no Amapá em meados dos anos 1950 precisa ser compreendido com ressalvas. Os índices de crescimento apresentados em âmbito local, por exemplo, na área econômica, eram mais fáceis de serem visualizados no campo da retórica. O próprio governo territorial reconhecia que o Amapá estava distante de apresentar uma produção econômica condizente com as necessidades locais. Em junho de 1955, ao palestrar para militares da Escola Superior de Guerra, Nunes reconheceu que era

[...] tremendo o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do Brasil. Enquanto o centro e o Sul crescem aceleradamente o Norte permanece parado. Em geral os filhos das regiões do Sul não sentem esse fenômeno. Mas nós, administradores do Norte que somos obrigados a estudar, a fazer planos, a folhear o orçamento, temos a sensação de que somos uma Colônia, Colônia econômica e política (NUNES, 1955).

Na opinião do administrador amapaense, essa disparidade econômica entre o Sul e o Norte refletia a política nacional desigual de distribuição dos recursos públicos entre as duas regiões. No campo da concessão de crédito, essa desigualdade era ainda mais gritante: “para os estados e territórios da Amazônia [...], os empréstimos eram apenas de 0,6% dos empréstimos concedidos no país. Os outros 99,4% dos financiamentos foram aplicados no Sul” (NUNES, 1955).

Portanto, mesmo reconhecendo que não era fácil alavancar a economia local, sem maiores investimentos públicos, o governo amapaense tentava demonstrar um otimismo que não condizia com a realidade; buscava convencer a população de que a agricultura poderia representar uma área econômica promissora para a região. No dia 23 de junho de

1954, Nunes proferiu uma palestra à Rádio Difusora sobre agricultura consorciada, objetivando estimular a produção de produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, dendê, café, cacau, pupunha, caju, agave e cana-de-açúcar, na qual ressaltou: “ninguém deve abandonar a agricultura pelo emprego assalariado. A agricultura oferece maiores possibilidades de bem-estar e felicidade” (NUNES, 1955).

Mas era na plantação e extração de seringueiras e de castanheiras para fins de exportação que o governo amapaense procurava aquecer a economia local. Dispondo de um recurso de três milhões de cruzeiros — muito menor do que esperado para a área — concedidos pela SPVEA, e com o apoio do Instituto Agrônomo do Norte, a Divisão de Produção chegou a distribuir gratuitamente 136.016 quilos de sementes e, aproximadamente, 158.254 mudas de seringueiras. À época afirmou: “a borracha vai atingir preços imprevisíveis e fará a fortuna de muita gente, daqueles que souberem plantar e tratar as suas plantações” (NUNES, 1955).

Foi logo após a elaboração do Plano Quinquenal pela SPVEA, que se estabeleceu como prioridade a superação do extrativismo e do nomadismo como atividades produtivas centrais na Amazônia, passando a ver a agricultura como a nova base de racionalização das organizações de trabalho, que o governo amapaense passou a discursar mais incisivamente sobre a adoção da colonização agrícola como um dos principais meios de fomentar a economia local. Nas justificativas orçamentárias para o quinquênio de 1955-1959, enviadas à subcomissão de produção da SPVEA, o governo amapaense mencionou a existência das colônias de Matapi e de Mazagão, e em vias de instalação as do Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene, Cassiporé, Santo Antônio da Pedreira, Jari e Macacoari.

Essas informações foram, em parte, desmentidas em estudos realizados na região, em 1955, pelos técnicos do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), do INIC, os agrônomos Alarico José da Cunha Júnior e Fernando Genschow. Segundo eles, “não era verdade que esteja em franca produção a colônia de Matapi, e muito menos a de Mazagão onde só existia um colono!”. Nos casos das demais, com exceção da de Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene e Cassiporé, “não passavam estas de meros projetos” (CUNHA JÚNIOR; GENSCHOW, 1958, p. 25). Para os

técnicos do DEP, a dificuldade enfrentada pelos governos dos territórios nas execuções de projetos, como os das colônias agrícolas, decorria do reduzido recurso que a SPVEA administrava: “o orçamento geral do Plano da SPVEA para o exercício financeiro de 1955 não foi elaborado visando a autossuficiência das unidades colonizadoras amazônicas” (CUNHA JÚNIOR; GENSCHOW, 1958, p. 24).

O Amapá chegou a ser, dos territórios federais, o mais contemplado nas previsões orçamentárias da SPVEA para o quinquênio de 1955-1959, com uma programação de aplicação de 139 milhões de cruzeiros só para o setor de energia e transporte, porém, em razão das constantes alterações orçamentárias, atrasos e irregularidades nos repasses dos recursos, grande parte das programações financeiras não chegou de fato a acontecer.

O fato era que o governo, em meados dos anos de 1950 (fora a Icomi), já se projetava como principal setor empregatício no Amapá e de geração de empregos. A população urbana que residia em Macapá dependia economicamente quase que exclusivamente direta ou indiretamente do estado. Os cortes orçamentários e os atrasos nos repasses ocasionavam um abalo enorme para uma economia local que já mostrava enorme dependência do estado. Só para exemplificar, em expediente no jornal *Amapá*, de 5 de março de 1955, o assessor do gabinete, Amaury Farias, tentava esclarecer os motivos que levaram o governo amapaense a paralisar algumas obras e dispensar trabalhadores de vários setores. Alegava que a medida seu deu em razão da redução de 50% das verbas do Amapá.

De acordo com a publicação da Capes⁸⁰, de 1959, somente a partir da exploração do manganês que se registrará alguma mudança significativa nesse quadro. Até esse período havia no Território Federal do Amapá

80 Tendo em vista a expansão e a oferta do quadro de pessoal com qualificação em nível superior no país, e objetivando fazer levantamento sistemático relacionado a essa questão, em meados dos anos 1950, a Capes resolveu contratar os Serviços de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados (SLP), os quais elaboraram 23 monografias — uma para cada estado, um para os territórios federais e outra para o Distrito Federal — publicadas sobre o título geral de “*Estudos de Desenvolvimento Regional*”.

uma acentuada rarefação de capital e “a própria natureza das atividades até então praticadas (extrativismo primitivo e pecuária extensiva) não exigia grande capitalização”⁸¹. Chamava atenção para o fato do balanço comercial amapaense ser deficitário, o que o caracterizava como uma unidade federativa importadora de recursos, dependente dos recursos ofertados pela União, bem como, para o pouco retorno que os estímulos governamentais estavam alcançando com os investimentos que vinham sendo feitos, a exemplo com as colônias agrícolas e com a assistência técnica aos lavradores; portanto, por essa razão, a oferta de bens agrícolas ainda está aquém das necessidades da população.

Todavia, em 1957, segundo a Capes, com o início da exportação do minério de manganês, em larga escala, o Amapá passou da condição de importador para a de exportador de recursos, e o manganês amapaense passou a figurar no comércio exterior do país como 7º principal produto de exportação. Deve-se lembrar que 1954 demarca o momento em que se deu início, pela Icomi, das obras de infraestrutura, como a construção de estradas de acesso às áreas de mineração, de uma ferrovia, de um porto de embarque de minério e das instalações administrativas e das vilas residenciais, bem como da abertura de novas frentes de trabalhos (DRUMMOND, 2007).

As atividades de mineração desenvolvidas pela Icomi e os demais serviços que envolviam a sua produção acentuaram o fluxo imigratório para a capital do território amapaense, bem como os deslocamentos de mão de obra dos demais municípios para Macapá; muitos trabalhadores de áreas rurais e encostas dos rios, atraídos por melhores salários, trocaram suas atividades tradicionais pelo trabalho na mina do manganês, na estrada de ferro ou no porto de embarque do minério. A concessionária da exploração de manganês, em fins de 1958, chegou a contratar 2,7 mil trabalhadores, dos quais 669 estavam ligados a operações industriais, 946 empenhados na construção civil (especialmente na construção e

81 Informações retiradas de: CAPES. *Estudos de Desenvolvimento Regional (Territórios Federais)*. Série Levantamentos e Análises. Vol. 23. Rio de Janeiro: CAPES, 1959. p. 85.

duas vilas) e 1.085 se dedicavam a outras atividades, como direção técnica, administração, segurança, saúde, educação e outras. Em meados dos anos de 1950, a população amapaense teria aumentado em ritmo acelerado, “admitindo-se que tenha atingido, em 1957, mais de 50 mil pessoas” (CAPES, 1959, p. 76).

Portanto, os índices de crescimentos populacional, econômico e de emprego que o Amapá vinha apresentando, em fins da década de 1950, decorriam, momentaneamente, da recente implantação da Icomi e do início das exportações do minério de manganês. Conforme a Capes, podia se estimar que em 1957, cerca de 10 mil pessoas viviam diretamente das atividades da empresa. Naquele ano a exportação do manganês foi duas vezes maior do que o valor da produção de borracha e castanha no conjunto dos demais territórios federais. No entanto, para a Capes caberia indagar: de fato, qual seria o papel da Icomi no progresso futuro do Amapá? Parecia prever que a Icomi deixaria um capital negativo, econômico e social, muito difícil de ser calculado quando a instalação do estado no início dos anos 90.

Em 5 de fevereiro de 1956, ao ser empossado governador do Território Federal do Amapá, o médico paraense Amílcar da Silva Pereira, diante de um pequeno grupo de autoridades no Fórum de Macapá, entre eles o seu antecessor e naquele momento presidente da Petrobrás, Janary Nunes — também representando no ato solene o Ministro da Justiça —, assumiu o compromisso de manter as diretrizes de desenvolvimento assinaladas por seu antecessor. Do ponto de vista político, a mudança de governo foi pouco sentida, pois Amílcar, além de fazer parte do grupo da posição (janarista), atuou em vários cargos no governo de Nunes, entre eles: o de secretário da Divisão de Saúde (1952-1954) e de secretário-geral (1954-1955)⁸². Porém, sua gestão, assim como outras que o sucederam, até o período pós-1964, quando seriam sentidas mudanças na condução

82 Cf. Amílcar PEREIRA. Governador do Amapá (1956-1958); deputado federal pelo Amapá (1958-1963). In: Alzira Alves de ABREU *et al.* (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro — Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

da política nacional para os territórios federais, foram marcadas por frequentes cortes de orçamentos⁸³ e de demissão de servidores públicos.

Amílcar e seus sucessores tiveram que administrar o descontentamento da população e o crescimento da oposição que tecia duras críticas ao contrato da Icomi, por meio de dois jornais: *Folha do Povo*, criado em 1959 pelo PTB, e *A Voz Católica*, de propriedade da prelazia de Macapá. O fato é que, em 1969, quando da implementação do Decreto-Lei nº 411/69, Macapá não lembrava mais a euforia dos anos de implantação do território federal, externada por La Rocque quando de sua visita ao Amapá.

Quando Álvaro da Cunha publicou *Quem Explorou Quem no Contrato de Manganês no Amapá*, em 1962, denunciando a forma ilegal e arbitrária com que a administração amapaense teria procedido na assinatura do contrato com a Icomi, sua permanência no Amapá ficou insustentável, e se viu obrigado a deixar a região que acreditara ter ajudado a desenvolver e foi residir no Rio de Janeiro; de lá continuou a interpelar o Amapá. Para quem anos antes havia afirmado que a centralização política local foi um mal necessário, as novas declarações de Cunha sobre a administração territorial amapaense soaram no mínimo com estranheza, ao afirmar que a renúncia à liberdade política e de expressão foi um preço alto demais a se pagar por um modelo de governabilidade autoritário que não conseguiu satisfatoriamente solucionar os graves problemas sociais e econômicos da região.

Suas poesias e textos mantiveram como tema central, até a sua morte, em 1995, o tom crítico e denunciativo das mazelas políticas do Amapá, sem jamais deixar de perder a suavidade do olhar do poeta sobre o lugar que aprendera a reconhecer como seu. *Amapacanto*, de 1984 — sua poesia mais conhecida, que transcrevo em parte no fragmento abaixo — externou a antítese de um “Amapá” do intérprete do verde incomum da Latitude Zero, como assim o definiu, o amigo e escritor amapaense,

83 Na sessão da Câmara dos Deputados, de 13 de agosto de 1957, o deputado Coaracy Nunes denunciou as irregularidades nas prestações de contas e dos atrasos nos repasses do orçamento da SPVEA para o Amapá, acordado para o quinquênio 1955-1959, situação que, segundo ele, havia se agravado a partir de 14 de dezembro de 1955, quando assumiu o cargo da superintendência o sanitarista Waldir Bouhid.

Alcy Araújo. Em um mesmo poema, Álvaro da Cunha expressou todo o seu desânimo com os acontecimentos políticos dos últimos anos no Amapá observados de longe, mas também foi uma declaração de amor a um “Amapá” que talvez tenha sido só seu.

*A gente se perdeu Amapá
E eu há muitos anos
Logo nós dois
Tão semelhantes e afins
Que parecíamos drágeas
Da mesma vagem
Múltiplos mútuos
Grão germinados gêmeos
Um do outro
Logo nós dois
Que viemos à luz
À sombra da Amazônia
Ao norte extremo do Pará
Na linha de fronteira
E fundados juntos
Território
E homem
Na verdade
Crescemos abraçados
Abrasados
Crestados de calor
Ungidos
De umidade*

*Essas recordações
Essas gravuras
Essas sintonias reprimidas
Na orquestra transitória
Da vivência humana
São vozes do Amapá
Insistem em ser ouvidas[...]
Tu sabes
Que onde eu for Amapá
Irá o amor
Amor que a tua paisagem
De ascenderá
No mais profundo
E lírico SIAL
De que sou feito e contrafeito.
Meu olho oral
Vê e fala do teu ar
Do teu céu
Do teu mar
Das tuas florestas.*

O TERRITÓRIO MILITARIZADO

Lembro-me, até com um pouco de nostalgia, do concorrido sete de setembro e das comemorações de aniversário do Território, festejados a todo dia treze do mesmo mês. Havia formatura dos alunos das escolas públicas, de escoteiros, ex-combatentes, militares em volta da banda de música da guarda territorial, reunidos, primeiro na Fortaleza de São José de Macapá, depois, na avenida Iracema Carvão Nunes [...] e por último, na Avenida FAB. [...].

Foram muitos anos, e passaram tão rápido, que parecem termos vivido ontem. [...].

Que bela imagem temos hoje? Um amontoado de construções, sendo na sua maioria medíocres. Macapá merecia melhor sorte! [...].

Ah, ia esquecendo, antes estávamos na era de Getúlio e Juscelino, depois, nada mais prestou!

Amiraldo Bezerra (2008).

Para Amiraldo Bezerra, que veio residir em Macapá ainda menino, nostalgia, talvez, seja a palavra que melhor definiria o sentimento de alguns homens e mulheres — assim como ele — que viveram os primeiros anos de implantação do território federal e que depois acompanharam, atentamente as décadas seguintes no Amapá, quando se passou a duvidar da autonomia política. Esse período poderia ser representado como o tempo da desaceleração ou, como Bezerra mencionou em suas memórias, como tempo da “demolição” quando ocorreu o que chamou de “chacina arquitetônica”, com a derrubada de vários prédios históricos construídos no período colonial e imperial, em volta da Praça Veiga Cabral, nas ruas Mendonça Furtado e da Praia, bem no centro de Macapá. Para ele, a perda havia sido irreparável, e refletia a falta do bom senso político e

de um planejamento urbano que acompanhasse a projeção da planta baixa retangular, com ruas e avenidas largas e loteamentos, no mínimo, de 15x30 metros, elaborado durante a administração janarista. Na sua avaliação, esse primeiro planejamento prenunciava a construção de uma cidade ordenada e moderna, e “deixava bem à vontade os construtores do futuro, para, quando da demolição das casas erguidas pelos nativos e migrantes da época, desse lugar a um processo de belas obras, sem destruição do acervo existente” (BEZERRA, 2008, p. 102).

O cenário geográfico amapaense do início dos anos 1960, com exceção do centro de Macapá, pouco se diferenciava daquele dos primeiros anos da implantação do território federal. Ainda que a população de, aproximadamente, 22 mil habitantes tenha triplicado em pouco mais de 20 anos de sua criação, comparada aos padrões dos estados brasileiros, conservava as características de uma sociedade predominantemente rural. Das 17 cidades e vilas (zonas urbanas) existentes no Amapá, somente duas apresentavam um número maior que mil habitantes; dessas, somente a capital Macapá concentrava 27.585 dos 68.520 habitantes de todo o território federal⁸⁴. Como descreveu Dorival Santos (2001), uma cidade provinciana, pacata e ordeira, mas que camuflava uma sociedade que também teve durante a Ditadura Militar seus momentos de organização e de claro enfrentamento.

Não é pretensão deste capítulo analisar a resistência da sociedade amapaense ao regime ditatorial inaugurado no Brasil em 1964, mas compreender, em um momento que se pode observar de forma mais clara, já com uma certa distância da euforia inaugural dos anos iniciais do Amapá federal, os desdobramentos ocasionados pela política implantada pelo estado brasileiro aos territórios federais. Se, em um primeiro momento, as ações do estado foram avaliadas positivamente pela população local, originando a formação de uma elite política que se colocava como redentora e promotora do desenvolvimento regional. Em um segundo

84 Dados retirados de: IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico de 1960: Rondônia, Roraima e Amapá*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, Tomo I, 1ª Parte, p. 227.

momento, essa relação assumiu outros contornos. O pacto político, que se firmou entre governo e população nos primeiros anos de implantação do território federal, já não conseguia neutralizar as divergências que só cresciam, passando a ser alvo de questionamentos. Essas críticas não ficaram restritas à esfera local, mas extensivas ao poder nacional que passou a ser responsabilizado pela falta de investimentos e pelas mazelas do Amapá, passando a alimentar o desejo pela autonomia.

Tomando como recorte a ruptura política ditatorial brasileira, 1964 não foi analisado enquanto período em que ocorreram grandes mudanças na política do Território Federal do Amapá, mas enquanto momento em que as disputas políticas estiveram mais evidentes, ocasionando um reordenamento dos poderes políticos. Essas disputas nos permitiram perceber, de forma mais evidente, o fracionamento da elite política local, que passava a divergir, sobretudo, com relação à quando e como deveria ocorrer a estadualização. Atores políticos, que antes engrossavam a oposição (oriundos em grande maioria do PTB), viram o novo momento que o país atravessava como oportuno para o enfraquecimento do grupo adversário que vinha comandando o governo do Amapá desde sua criação, ligado ao ex-governador e deputado federal Janary Nunes (PSP). Foram anos efervescentes e de grandes disputas pelo controle do território federal com a chegada de novos atores que viam no Amapá, em razão de sua “juventude” política, uma terra de possibilidades e perpetuação de poder.

Tomando como um dos marcos dessa nova fase o Decreto-Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, elaborado pelo regime militar com o objetivo de corrigir as anomalias cometidas pelo o de 1943, quando o Território Federal do Amapá já atingia mais de duas décadas, analiso as novas reformas político-administrativas propostas pelo novo decreto, tomando como linha argumentativa que o período foi marcado por continuidades no que já vinha sendo realizado desde o primeiro decreto.

Por outro lado, foi durante a Ditadura Militar que ocorreu a divisão dos territórios federais entre as Forças Armadas, e o Amapá passou para o domínio da Marinha, com os governos dos capitães de Mar e Guerra, José Lisboa Freire (novembro de 1972 a abril de 1974), Arthur Azevedo Henning (abril de 1974 a março de 1979) e Anníbal Barcellos (março de

1979 a julho de 1985). Assim, mesmo compreendendo que o ápice dessa política de militarização foi a “partilha dos territórios” entre as Forças Armadas, não pretendo dar ênfase à administração dos governadores oficiais da Marinha no Amapá, pois caberá a um oficial do Exército, Ivanhoé Gonçalves Martins, as implementações dessas reformas, e somente após sua saída, em novembro de 1972, que esse acordo militar passará a vigorar. Essa fase só será evidenciada no último capítulo, por meio da administração do último governador da era da Marinha, Annibal Barcellos, quando será dado início ao processo de transição para estado.

Destaco que o período que analiso neste capítulo, mais especificamente entre 1964 e 1975, vem sendo compreendido historicamente como um momento paradoxal. Ao mesmo tempo em que se tentava passar a euforia de que o Brasil experimentava, pela primeira vez, uma sensação de felicidade coletiva, por outro, dito ironicamente, o país vivenciava seus anos mais difíceis e duros de sua experiência recente. Se, por um lado, a economia cresceu, levando o Brasil a alcançar o oitavo PIB mundial, por outro, acentuaram-se as desigualdades regionais e a dependência econômica de regiões mais empobrecidas.

Para Napolitano (2014), o *slogan* “Nunca Fomos tão Felizes”, difundido pela TV nos anos 1970, em pleno milagre econômico, traduziu as ambiguidades e as contradições econômicas do regime. Dessa forma, apesar do aparente desenvolvimento econômico, quando o Brasil atingiu um índice de crescimento médio, entre 1969 e 1973, de 11%, chegando a quase 14% neste último ano, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais desse processo de maneira equânime (NAPOLITANO, 2014). Essa distribuição econômica desigual se refletiu de forma ainda mais acentuada na Amazônia, especialmente em regiões que eram administradas diretamente pela União, a exemplo dos territórios federais amazônicos. No entanto, mesmo com o crescimento da dependência e sem atingir a autonomia econômica prometida em 1943, o Amapá foi consolidando sua identidade regional e caminhando lentamente para a estadualização.

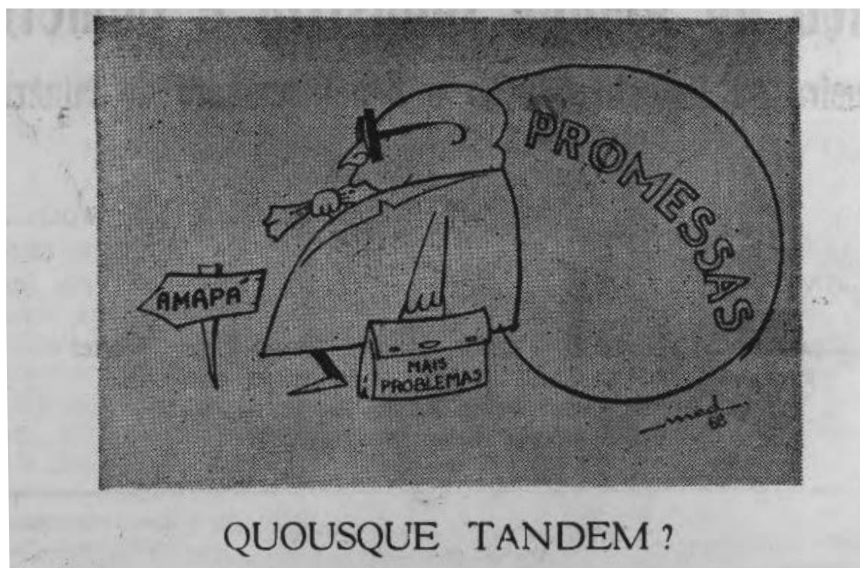
Entre os anos ditatoriais, como bem destacou Marcos Napolitano (2014, p. 8), “o Brasil passou por um turbilhão de acontecimentos que, em grande parte, nos definem até hoje e ainda provocam muito debate”. Esse

período no Amapá, assim como no resto do Brasil, também foi marcado por um turbilhão de acontecimentos que podem ser tomados como marcos referenciais para se compreender a típica sociedade que se originou a partir da criação do território federal, em 1943. Ainda que se possam identificar iniciativas de separação do Pará, nas primeiras décadas que se seguiram à resolução do conflito, em 1900, entre Brasil e França, o ano de 1943 foi, sem dúvida, o marco de uma mobilização mais significativa rumo a conquista de uma identidade amapaense diferenciada da paraense. Porém, como observou Santos (2001), foi somente no curso da Ditadura Militar que esse processo se consolidou, a exemplo do surgimento, em julho de 1963, do Movimento Popular Pró-Estado do Amapá, quando a ideia de se criar o estado passou a ganhar força entre a população.

É a partir de meados dos anos 1960 que é possível se observar o reconhecimento de uma sociedade de “amapaenses” constituída não só dos chamados “filhos do Amapá” — como assim o discurso oficial passou a se referir aos jovens que nasceram ou cresceram no Amapá pós-criação do território federal — mas também de paraenses que já viviam nos municípios desmembrados e dos imigrantes de outros estados. Estes últimos eram reconhecidos pelo discurso oficial homogeneizador (como já procurei demonstrar no capítulo anterior) como os “pioneiros”, os desbravadores, que abandonaram suas terras de origem e o conforto das cidades “modernas” e se juntaram aos que já estavam para a construção de uma nova unidade política que prometia, em razão dos grandes investimentos públicos federais, tornar o Amapá um dos estados mais promissores do país.

Talvez Janary Nunes tenha sido o primeiro político, que ao publicar, em 1962, o livro *Confiança do Amapá: impressões sobre o Território*, a elaborar uma definição para essa sociedade de amapaenses retratada pelo discurso oficial e que tentei descrever acima. Segundo ele, “o trabalho dos amapaenses, dos que nasceram na terra ou dos que a elegeram para a atividade de sua vida, projetou o território como uma das cédulas mais dinâmicas de desenvolvimento econômico e social do Brasil” (NUNES, 2012, p. 19). Os “amapaenses”, na visão do ex-governador, seriam não só aqueles que nasceram na terra, mas todos os que elegeram o Amapá para viver.

2.1 A REFORMA ADMINISTRATIVA DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS AMAZÔNICOS



Charges de Ivanhoé Martins logo que foi nomeado governador do
Território Federal do Amapá, em 1967.

Fonte: Revista *Hileia*, Macapá, jun. 1968.

No final do ano de 1967, o governador Ivanhoé Martins (abril de 1967 a novembro 1972) regressava para Macapá depois de uma curta viagem pelo país. Conforme anunciava a manchete do jornal *Amapá*: “Governador obteve liberação de recursos financeiros para o Amapá” (*AMAPÁ*, 16 de dez., 1967), a agenda governamental, apesar de extensa, havia atingido seu êxito. A reportagem enaltecia a forma estratégica que Martins conduziu as negociações durante o encontro no sul do país com o ministro do Interior, o general Afonso Albuquerque Lima, de quem obteve: a garantia da liberação do orçamento de 1967 ainda naquele ano; a obtenção dos créditos suplementares; os recursos para a Companhia de Eletricidade do Amapá; e a aprovação da verba destinada ao pagamento de inativos e pessoal temporário. Além da estada com o ministro, o governador ainda fez uma rápida parada na capital paraense para um

encontro com o coronel João Walter, superintendente da recém-criada Sudam, de quem teria recebido a autorização necessária para a liberação dos recursos destinados ao Amapá.

No mesmo período, o *Amapá* também lançou uma edição especial de final de ano com matérias otimistas sobre vários temas da realidade local, que tinham como finalidade a projeção de um Amapá em pleno desenvolvimento. Essas matérias cobriam desde a realização de obras públicas a reportagens que exaltavam o papel que a mocidade amapaense viria a desempenhar no progresso do futuro estado. O apelo ao passado recente da história da região, narrada sempre a partir do marco de 1943, vinha descrito em vários artigos que faziam um pequeno histórico da passagem de cada governador pelo território amapaense, bem como de textos que enfatizavam as potencialidades locais e as condições habitáveis favoráveis dos municípios amapaenses, com destaque para a capital, Macapá, desenhada para ser, segundo a reportagem, “a mais progressista comuna das cidades do território e a mais nova metrópole da Amazônia” (*AMAPÁ*, edição especial, dez. de 1967).

Essa edição especial, assim como a reportagem que noticiou a conquista pelo governador Ivanhoé Martins de um vultoso volume de repasses para o Amapá, ainda para aquele ano que se encerrava praticamente, faziam parte, assim como outras matérias de mesmo teor, de um conjunto de discursos que visavam representar um Amapá, que depois de anos de estagnação política e financeira, finalmente retomava os rumos do desenvolvimento econômico e social proposto quando de sua criação. O agente promotor e impulsionador de todo esse progresso era o governo federal, encarnado na figura do governador. Essa representação de um Amapá em amplo desenvolvimento construída pela gestão de Martins pode ser visualizada em um trecho de um artigo assinado por ele para a revista *Latitude Zero*.⁸⁵

85 A revista *Latitude Zero* foi editada por Ezequias Ribeiro de Assis e teve como redator-chefe Alcy Araújo. O título da revista era o mesmo de uma anterior, criada no final da década 1940, por Álvaro da Cunha, Marcílio Viana e José Pereira da Costa. Segundo as justificativas apresentadas por Ribeiro em seu primeiro editorial, essa nova revista fazia uma “justa homenagem aos que criaram no território (do Amapá)

O que está é resultado de muita dedicação, de um planejamento claro e objetivo, sem interesses subalternos, silencioso, mas firme, sabendo-se o que quer e com que se conta, quanto e quando.

Dentro das prioridades que estabelecemos, aí estão expostas nesta revista as obras feitas para o bem do povo deste território e para estabelecer as bases de sua grandeza. Não prometemos, realizamos.

E são elas também o fruto de uma filosofia, que é a da Revolução Brasileira. E para mim, Governador, que me julgo autêntico, absolutamente autêntico, são elas também a realização de um ideal. (MARTINS. In: *Latitude Zero*, novembro de 1970).

Uma representação de Ivanhoé Martins, em algumas narrativas, destaca-o como o mais austero dos governadores amapaenses do regime militar. A indicação de um militar mato-grossense da linha dura da ditadura, que havia sido secretário de segurança pública do estado de São Paulo (1964), ao cargo de governador do Amapá, menos de um ano depois do anúncio da transformação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e dois meses após a expedição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que vinculou os territórios federais ao recém desmembrado Ministério do Interior, demonstra que a nomeação como governador de território federal situado na Amazônia está diretamente relacionada às pretensões intervencionistas do governo militar na região.

Os depoimentos a seguir, um de um ex-estudante secundarista e o outro de um operário da Icomi, confirmam essa representação de Martins no imaginário amapaense do presente como um governador linha dura da ditadura, mas captador de recursos públicos e construtor de várias obras públicas no Amapá.

a primeira revista independente que circulou na área”. Como a primeira, a segunda revista teve vida curta. Fonte: CAVALCANTE, Alcinéa. “Há 38 anos era lançada a revista Latitude Zero”. [internet]. Macapá. 2007. Disponível em: <http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2007/08/h-38-anos-era-lanada-revista-latitude.html>. Acesso em: 25 mar. 2016.

[...] foi um péssimo general do Exército que tentava controlar praticamente tudo no Amapá, e de certa forma ele talvez tenha sido o governador da ditadura, que mais tenha se esforçado para trabalhar nas questões governamentais, para obter recursos e deixar uma educação com recursos e de qualidade (CANTO *apud* SOUSA, PARENTE, 2013, p. 80).

Ele construiu muitas escolas, hospitais, asfaltou algumas ruas da cidade. A rede de captação de água que fica lá no Santa Inês foi ele também. Sem falar que a maior que ele deixou foi o término da construção da Hidrelétrica do Paredão. Então, acho que ele fez muito sim (SOUSA; PARENTE, 2013, p. 108).

As propagandas governamentais, difundidas em âmbito local pelos vários canais de comunicação da administração pública, demarcam um momento específico das políticas de integração regional e de desenvolvimento para a Amazônia e para os territórios federais durante a Ditadura Militar, quando o governo federal voltou a injetar um grande volume de recursos na região que permitiram a Martins executar, assim como Janary Nunes, a construção de várias obras e políticas públicas em vários setores, como a expansão da rede pública de ensino, que foi talvez a área que mais cresceu nesse período. Esse recorte entre as duas administrações como períodos que se interligam está descrito no seguinte trecho do Relatório Anual de 1968 da administração amapaense:

[...] no Território Federal do Amapá, desde a sua instalação, desenvolveu-se um processo de crescimento em todos os aspectos da sua vida regional, que, obedecido, a um critério de ajustamento contínuo, teria permitido a esta unidade da Federação um alto nível de eficiência no cumprimento de seu papel, na procura da sua própria autonomia e conseqüentemente da região amazônica (MARTINS, 1968, p. 15).

Todavia, assim como foi observado durante a implantação do território federal, quando se tentou forjar um nascimento de um Amapá predestinado ao progresso como futuro estado, que abandonaria um passado de atraso e mazelas e iniciaria uma nova era, esses discursos também visavam urdir uma representação sobre um Amapá do tempo

federal a partir de referenciais que davam destaques às políticas de desenvolvimento e integração regional executadas pelo regime militar na região. Fazendo-se um comparativo entre os dois tempos, o cenário amapaense de fins dos anos de 1960 apresentava algumas diferenças daquele descrito nos primeiros anos do Território Federal, quando se experimentou a euforia de um tempo “imaginado”, que se reivindicava inaugural e de ruptura com um passado de atraso e abandono, em oposição a um outro, onde a descrença e o desânimo pareciam ser sentimentos compartilhados entre diversos homens e mulheres que viviam em uma região tutelada pelo governo federal, mas com problemas, talvez, ainda maiores do que aqueles que existiam antes do desmembramento do Pará. Decorridas mais de duas décadas da existência do Território Federal do Amapá, a autonomia política parecia ainda mais distante do que em 1943.

Como já enfatizado, o jornal *Amapá*, mesmo distribuído gratuitamente entre a população, tinha um alcance muito pequeno, dado, sobretudo, pelo número elevado do analfabetismo entre a população amapaense em fins dos anos 1960; então, era por meio da realização de obras e durante as suas inaugurações que a propaganda governamental se efetivava de fato. Pode-se afirmar que do ponto de vista urbano Macapá deste período vivenciou um segundo surto de desenvolvimento, pois os anos da administração de Ivanhoé Martins foram marcados pela construção e reformas de várias obras públicas, como a construção do Palácio do Setentrião, do Pronto Socorro Osvaldo Cruz⁸⁶, do Posto de Captação de Água do Santa Inês, do Trapiche Elyezer Levi, dos ginásios Paulo Conrado e Normal Rural de Amapá, da pavimentação de várias ruas do centro de Macapá, da conclusão da Hidrelétrica do Paredão.

Nos relatórios dos dois primeiros anos da administração de Martins, de 1967 e o de 1968 (os únicos que tivemos acesso), se observa uma intencionalidade em se dar ênfase muito mais as diferenças entre a sua administração e a de seus antecessores do que continuidades. Assim,

86 O Pronto Socorro funcionava antes na Unidade Sanitária Mista de Macapá, inaugurada ainda nos primeiros anos de implantação do território do Amapá (Revista *Latitude Zero*, Macapá, ano I, n° 1, 48 p., jul./ago. 1969).

o que havia sido realizado até então pelos governos que o antecederam são representados nestes discursos de forma negativa. Aos governadores e não a União eram atribuídos os problemas enfrentados pelas demais administrações locais. No balanço feito pela administração de Martins, tanto o primeiro governador, Janary Nunes, que instalou o Território Federal, quanto os demais que o sucederam padeceram dos mesmos erros administrativos e técnicos ao não conseguirem romper com um forte tradicionalismo e com os quadros originais do *status quo* regional.

Ao se instalar, o atual governo encontrou um instrumento administrativo moderadamente tradicionalista, inadequado para a realidade amapaense. Os traços mais visíveis do aparelhamento governamental, como estrutura e administração, eram métodos de um verdadeiro empirismo consequente. Não obstante as várias e sucessivas mudanças de governos, o ritmo e moldes de governar eram sempre os mesmos, como consequência natural de uma variadíssima série de fatores de ordens endógenas, surgidos muitas das vezes à luz de variáveis exógenas, e como resultados impunham ao organismo governamental uma verdadeira institucionalização de áreas de estrangulamentos as quais no plano conjunto comprometiam administrativamente a eficácia do serviço público amapaense tomado como um todo (MARTINS, 1968, p. 15).

O tradicionalismo, segundo Martins, refletia-se, sobretudo, no paternalismo arraigado que alimentou, na mentalidade do povo, a convicção de que era obrigação do governo empregar todos aqueles que necessitavam de trabalho. Para ele, o empreguismo, que data da implantação do território federal e que decorreu de medidas emergenciais dadas às próprias contingências sociais da região e às necessidades de mão de obra, tornou-se um mal crônico e de difícil reversão, agravado pela baixa qualificação da maior parte do funcionalismo público: “o recrutamento de pessoal não obedeceu a nenhum critério de seleção. Com raríssimas exceções, o quadro ficou preenchido por elementos que não possuem as mínimas condições para o desempenho dos cargos nos quais lotados” (MARTINS, 1968, p. 17).

De fato, o poder público local durante praticamente toda a existência do território federal foi um dos maiores empregadores no Amapá, o que acabava também onerando significativamente as finanças públicas. Somente para exemplificar, em 1968, do total de Cr\$ 17.577.837,50 repassados ao Amapá pela União por meio do Ministério Interior, Cr\$ 13.805.661,83 foram destinados somente para pagamento de pessoal; um percentual bastante elevado para a realidade da região. Mas em que esses discursos oficiais diferenciavam a administração de Ivanhoé Martins de outros governadores que estiveram no Amapá defendendo o mesmo propósito de prepará-lo para a transição a estado?

Desqualificar o passado para engrandecer as ações governamentais no presente são estratégias recorrentes do jogo político. São discursos, portanto, que expressam uma vontade de verdade, pois, conforme Foucault, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Uma tentativa de se forjar uma realidade que, em muitos aspectos, busca maquiar o presente, como estratégia política de governabilidade, mas, ao mesmo tempo, nos são apresentados dados desta realidade que nos permitem fazer algumas reflexões sobre um Amapá que se consolidava como território federal em pleno regime ditatorial brasileiro.

Segundo Daniel Chaves Brito, em *Modernização da Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia* (2001), as reformas do Estado promovidas pelo regime militar, por meio da implantação de novos órgãos do setor público, pretenderam quebrar o poder das oligarquias regionais e submeter o processo de modernização ao domínio da tecnocracia, procurando refazer o projeto de integração nacional, impondo um ritmo mais acelerado à modernização econômica do país. Foi nesse período de intervenção do Estado ditatorial que a Amazônia vivenciou um certo desenvolvimento econômico, mas com devastadoras consequências sociais e ambientais.

Lembra Brito (2001) que o modelo de desenvolvimento concebido para a Amazônia, após a Segunda Guerra Mundial, encontrava-se em

uma profunda crise quando foi instalada a ditadura no país. Para dar sequência à ideia de transformar o Brasil em uma potência econômica, o novo regime tomou como eixo difusor a necessidade de intensificar e de ampliar as fronteiras do mercado nacional, o que tornou a Amazônia, pelas suas já destacadas fontes de recursos naturais, área máxima de segurança nacional como fornecedora de matérias-primas estratégicas para o crescimento industrial e como mercado consumidor. O passo seguinte foi a readequação e a montagem de uma forte estrutura institucional de planejamento, coordenação e financiamento para a região.

Foi em 1966, durante visita ao Amapá, que Castelo Branco lançou a “Operação Amazônica”, que consistia em uma série de medidas que pretendiam dar um novo rumo às políticas de desenvolvimento e de valorização para a Amazônia, entre elas a transformação da SPVEA em Sudam. O discurso de lançamento dessa operação, que ficou conhecido nos anais da história como *Discurso do Amapá*, foi publicado na íntegra em *Operação Amazônica* (Discursos), de 2008. Ele faz parte de um acervo da extinta Sudam com várias outras publicações que visaram justificar, naquele momento, a sua criação e a do Banco da Amazônia (Basa) – Lei nº 5.122, de setembro de 1966.

Segundo Brito (2001), o anúncio dessa operação foi um marco divisor das políticas de integração econômica para a Amazônia, por meio da implantação dos grandes projetos minerais, agroindustriais e pecuários que objetivaram, de fato, não o desenvolvimento regional, mas a captação de recursos, sobretudo, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA). Este último, estabelecido a partir de diretrizes traçadas pelo primeiro, foram ferramentas estatais criadas no início dos anos 1970 pelo governo militar brasileiro, quando o planejamento regional passou a fazer parte da estratégia nacional de desenvolvimento.

Conforme João Santos Nahum (2013), a insistência governamental em reafirmar a função da Amazônia na divisão territorial brasileira, enfatizando as perspectivas de mercado, diferenciando-a em razão de suas riquezas naturais e de sua complementariedade com as demais regiões do país, ainda que os discursos e os sujeitos sejam diferenciados, não era nenhuma novidade: “trata-se de um desejo que, por exemplo, é manifesto

em Vargas, no Teatro Amazonas, em 10 de outubro de 1940” (NAHUM, 2013, p. 53)⁸⁷. A exploração do manganês amapaense pela Icomi, nos anos 50, que em muito se assemelhou aos grandes projetos executados na região pós-64, confirma esse continuísmo nas políticas de integração regional promovidas pelo governo brasileiro para a Amazônia, no período pós-64. Porém, sem dúvida, foi com a “Operação Amazônica” que essa manifestação de integração regional se tornou mais fortemente refletida nos discursos de presidentes militares, governadores, ministros, entre outros atores públicos.

Para Nahum (2013), no conjunto, esses discursos evidenciavam como a ocupação racional da Amazônia e da sua integração ao território nacional passaram a ser colocados em primeiro plano e constituem momentos de manifestação de determinado capital político: “sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro” (NAHUM, 2011, p. 18). Mais que ações sistemáticas, a implantação da Sudam, do Basa, da Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967), de concessão de incentivos fiscais (Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966) e dos PDAs, valeu-se de toda uma construção discursiva sobre a região dotada de sentidos e de silêncios, que justificaram e camuflaram seus reais objetivos, difundindo “uma representação de região que precisava ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente” (NAHUM, 2011, p. 18.).

Da mesma forma que se disseminou a ideia de uma Amazônia vazia, despovoada e inóspita à ocupação humana, o que justificou a necessidade de redivisão territorial em 1943, a Operação Amazônica, apresentada nos discursos oficiais como ocupação racional e planejada do espaço amazônico, não era nenhuma novidade. Entretanto, ao se apropriar de representações antigas para a região, dando-lhes nova roupagem

87 O autor se refere ao pronunciado de Getúlio Vargas em Manaus, quando de sua visita à Amazônia, três anos antes da publicação do Decreto-Lei nº 5.812/43, conhecido nos anais da história como *Discurso do Rio Amazonas*. Na ocasião, Vargas, assim como Castelo Branco, também anunciou o desejo de criar um órgão de fomento para a Amazônia que deu origem, anos depois, em 1948, à criação da SPVEA.

discursiva, a Amazônia é reinventada como região integrada à nação, pois conforme Nahum (2011), mais que uma representação discursiva, essas formas de representá-la possuem materialidade, constituem um tipo de vontade e atendem bem aos propósitos a que o enunciado se destina.

Enquanto se defendia a implantação de políticas públicas de integração da Amazônia, o que se observava era a implementação de políticas de incentivo ao capital privado e a montagem de uma forte estrutura estatal de fomentação de aceleração de desenvolvimento econômico, que favoreceram uma modernização paradoxal na Amazônia. Um exemplo típico dessa política de incentivo ao capital privado durante a Ditadura Militar em território amapaense foi o que se observou nas negociações entre o Estado brasileiro e o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, que levou a criação, em 1967, do Projeto Jari, situado em uma área de 1.632.121 hectares, entre as divisas do Pará e do sul do Amapá, no oeste do Rio Cajari, sem que houvesse, dessa vez, uma atuação do governo amapaense nessas negociações, bem diferente do que ocorreu quando da instalação da Icomi.

Segundo Cristóvão Lins (2012), engenheiro agrônomo e escritor nascido na região, e que destinou grande parte dos seus esforços em estudar o Projeto Jari, o empresário Ludwig, ao adquirir a Jari Indústria e Comércio, recebeu uma região que pouco se diferenciava dos tempos do lendário coronel José Júlio de Andrade (o rei da castanha). A região vivia da dependência do mercado sazonal dos produtos nativos como a castanha, a balata e a borracha, e a comercialização era feita basicamente por meio da troca: “com a implantação do Projeto Jari, operou-se uma radical transformação desse cenário. A atividade econômica, até então praticamente restrita ao extrativismo, passou a girar em torno do gigantesco projeto agroflorestal, e uma série de empreendimentos paralelos” (LINS, 2012, p. 365). Para Brito (2001), o que chama mais atenção na implantação desse empreendimento foi a forma como o Estado brasileiro auxiliou e protegeu o capital, pois, quando o Projeto Jari entrou em funcionamento, o investimento chegou a US\$ 750 milhões, dos quais apenas cerca de 23,33% desse total foram investidos diretamente pelo

empreendedor; o restante (US\$ 575 milhões) era empréstimo externo viabilizado com o aval do Banco do Brasil e do BNDES⁸⁸.

Não foi pretensão adentrar em um tema complexo como o das políticas públicas de desenvolvimento econômico executadas pelos governos militares na Amazônia — alguns estudiosos assim o fizeram, como Brito (2001), Nahum (2013), Becker (1986), Costa (1992), D'Araújo (1992) — mas, buscar situar historicamente as políticas que dizem respeito aos territórios federais, dando destaque para o caso específico do Amapá, uma vez que foi nesse ambiente de grande intervenção estatal e penetração do capital privado na Amazônia que o Estado brasileiro publicou o Decreto-Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, que dispunha, especificamente, sobre a administração dos territórios federais e organização dos seus municípios.

Conforme Aimberê Freitas, os territórios federais amazônicos não foram, de fato, contemplados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), tampouco pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), e ficaram embolados no que foi concebido como Valorização Regional para as regiões Amazônica. Portanto, mesmo se tratando de entes públicos administrados diretamente pela União, nem durante o período do regime militar, quando se intensificaram as ações estatais

88 Em 1979, o Projeto Jari começou a enfrentar graves problemas, pois os investimentos eram superiores aos lucros, levando Ludwig a se retirar do negócio, e, em 1982, já durante o governo do presidente João Figueiredo, buscou-se a nacionalização da Jari. A sua recuperação desprende investimentos públicos ainda maiores, e a empresa Jari foi entregue à coordenação de outro empresário, Augusto de Azevedo Antunes, proprietário de grandes empreendimentos no ramo da mineração, dono do Grupo CAEMI – Companhia Auxiliar de Mineração, que passou a integrar a recém-criada *Companhia Jari*, pertencente a ações da empresa CADAM (Caulim da Amazônia). Os impactos sociais e ambientais foram devastadores sobre a região, sobretudo para o lado amapaense, dando origem ao município de Laranjal de Jari (Lei nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987) e, com o seu desmembramento, ao município de Vitória do Jari (Lei Estadual nº 171, de 08 setembro de 1994), com populações que registram, atualmente, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,665 e de 0,619 respectivamente, considerados extremamente baixos de acordo com informações do IBGE de 2010 (Dados extraídos do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 out. 2015).

na região, com a criação do Ministério do Interior (Minter)⁸⁹, criado com o desmembramento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foram-lhes asseguradas as condições necessárias para que se desenvolvessem e se transformassem em estados.

O anseio de se construir uma solução legal para a administração dos territórios federais data do processo de redemocratização, durante os debates da Constituinte de 1946 (como já procurei demonstrar no capítulo anterior). Em 1947, o deputado federal pelo Amapá, Coaracy Nunes⁹⁰, fez uma tentativa nesse sentido e elaborou um Projeto de Lei nº 608/47, com o objetivo de instituir a lei orgânica dos territórios federais, mas o mesmo não recebeu a devida atenção pelo parlamento, tampouco adesão dos demais deputados dos territórios federais. Tramitou por mais de vinte anos até o seu arquivamento em 1969, e foi alvo de críticas pela grande imprensa brasileira. Wilson Aguiar publicou uma matéria no *Diário da Noite*, na qual lamentava a morosidade na aprovação da lei orgânica dos territórios federais, mas denunciava que o projeto de Nunes atentava contra a autonomia dos municípios dos territórios federais ao delegar ainda mais poderes aos governadores. Nunes, segundo ele, “embora seja representante do povo do Amapá na Câmara Federal, é compreensível

89 O Ministério do Interior (Minter) foi criado pelo presidente Castelo Branco a partir do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 199, item II, por meio do desmembramento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e foi extinto pela Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990.

90 Irmão de Janary Nunes, Coaracy Monteiro Nunes nasceu na cidade de Alenquer, estado do Pará, em 1913. Foi o primeiro representante político do Amapá no Congresso Nacional. Articulou com as lideranças nacionais do Partido Social Democrático (PSD) a sua fundação no Amapá, elegendo-se em 1947 como deputado federal por esse partido. Coaracy Nunes, irmanado aos colegas nortistas, propôs a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Integrou inúmeras comissões na Câmara Federal, inclusive a Comissão de Valorização da Amazônia. Coaracy Nunes exerceu dois mandatos completos de deputado federal: 1947-1950 e 1951-1954. Caminhava para concluir o terceiro mandato quando faleceu em 21 de janeiro de 1958, de acidente aéreo, nas matas do Macacoari (pertencente ao município de Macapá), juntamente com o promotor Hildemar Pimentel Maia e o piloto Hamilton Silva (BARBOSA, 1997, p. 63-64).

que procure dar ao governador, a quem ele estava ligado por laços de família, poderes ditatoriais” (DIÁRIO DA NOITE, 3 de abril de 1949).

Só em 1967, quando foi proposta a reforma administrativa (Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1976)⁹¹, com a criação do Sistema Federal de Planejamento, instituindo a obrigatoriedade de um Plano Geral de Governo, desdobrados em programas gerais, setoriais, regionais e plurianuais, que foram retomadas as discussões a respeito da necessidade de se elaborar uma legislação que normatizasse a administração dessas unidades políticas. Definiu-se que seriam exercidas por programas plurianuais. E isso somente viria ocorrer dois anos depois, por intermédio do Decreto-Lei nº 411/69. Nele se reiterou que a administração dos territórios federais era encargo da União, tendo objetivos explícitos entre os quais: “sem dúvida primordial, o que se inscreve no item I do art. 2º, isto é, o desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado” (MAYER, 1976, p. 14).

De acordo com Luis Rafael Mayer, à época Consultor-Geral da República, o Decreto-Lei nº 411/69, no seu art. 3º, definiu território federal como “unidades descentralizadas da Administração Federal, com autonomia administrativa financeira, equiparadas, para os efeitos legais, aos órgãos da administração indireta”. O que se pretendeu, segundo ele, foi uma tentativa de se conciliar o que se compreendia por território federal às necessidades da administração, isto é, “a realidade de um órgão que emana diretamente da Administração Federal, e a conveniência de ampla descentralização até o ponto que não desfigure a sua natureza” (MAYER, 1976, p. 14). Portanto, o que se observou nos territórios federais foi uma forma *sui generis* de administração descentralizada, de um fenômeno de dupla descentralização, uma tecnicamente verificada e outra por efeito meramente burocrático: “por esses aspectos o território se situa em uma categoria singular, diversa das contidas nas classificações

91 A reforma administrativa de 1967 teria sido inspirada nas proposições e estudos de dois ministros do período, Hélio Beltrão (Descentralização e Liberdade) e Golbery de Couto e Silva (Geopolítica do Brasil) (FREITAS, 1991).

usuais, e tanto mais justificadas quão peculiares se apresentam os seus próprios elementos e conotações” (MAYER, 1976, p. 15).

Para Mayer, mesmo após o Decreto-Lei nº 411/69, continuou a inexistir uma caracterização legal que melhor definisse a natureza jurídica e administrativa dos territórios federais e a sua funcionalidade no ordenamento jurídico e político brasileiro, especialmente no que se referia ao prisma da autonomia, que ainda gerava muitas controvérsias. A polêmica instaurada decorria por razões conceituais, decorrentes da confusão que se fazia entre território federal e sua administração:

importa, preliminarmente, insistir na distinção: território federal, um determinado espaço físico, integrando sem intermediação de estados-membros o espaço nacional; e a administração que a União neles realiza, mediante determinado tipo de organização. As vezes se utiliza um termo quando deveria ser outro, e se pretende para este o que àquele se refere (MAYER, 1976, p. 23).

Contudo, mesmo após o decreto de 1969 vigorava, conforme o consultor da república, o mesmo pensamento jurídico tradicional nos vários pareceres que julgavam a legalidade dos atos cometidos pelos governadores dos territórios federais, a exemplo do regime tributário e dos contratos firmados com os órgãos representativos da União “de que os territórios federais são entidades políticas não autônomas, carecem de personalidade jurídica própria, e não passam de dependências da Administração Central, ainda que revistam características de descentralização” (MAYER, 1976, p. 18).

Refletindo sobre a mesma questão, José Medeiros Vieira, à época assessor jurídico do Ministério do Interior⁹², em artigo intitulado

92 Segundo aduziu José Medeiros Vieira (1973), a descentralização federativa se operava em três níveis distintos de autonomia, nos quais se situa, por ordem decrescente: União, estados e municípios. A esses degraus de autonomia correspondem três categorias diferentes de governo, exercendo sua jurisdição no mesmo espaço territorial. É no meio dessa distribuição de autonomia política e administrativa que se colocavam os territórios federais.

“Aspectos de controle administrativo sobre os Territórios Federais”, de 1973, demonstrou que as equiparações dos territórios federais a entidades administrativas indiretas (administrações descentralizadas) não solucionariam o problema da autonomia, uma vez que,

torna-se evidente, portanto, que não só a falta de autonomia, em sentido estrito, mas também a manifesta carência de meios financeiros próprios, expressa na privação do poder tributário, e ainda a absoluta ausência de capacidade de auto-organização, configuram características que por si mesmas situam os Territórios Federais no plano puro e simples da administração politicamente descentralizada (VIEIRA, 1973, p. 62).

Para Vieira, o que a reforma de 1969 chamou de “autonomia outorgada” não passou de uma formalização legal de um poder que já vinha sendo exercido pelos governadores nos territórios federais, em vistas às peculiaridades que cercavam a administração territorial, entre as quais as enormes distâncias e as dificuldades de acessos. Na sua visão, era justamente essa ausência de autonomia, ou melhor, essa dependência financeira do poder central, em assuntos primordiais para a vida dessas unidades federadas, agravada pela distância, que constituíam um dos sérios obstáculos de seu desenvolvimento. Em linhas gerais, Vieira detalhou os entraves que considerava emperrarem as administrações dos territórios federais:

- a) nomeação do Governador pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Interior (art. 15);
- b) fixação, pelo Ministro, dos estipêndios do Governador e dos Secretários (art. 16);
- c) aprovação, pelo Ministro, da proposta orçamentária (art. 18, IV), dos planos plurianuais de investimento e respectivas revisões, dos orçamentos-programas (art. 18, V), dos planos de aplicação da receita dos tributos arrecadados e de cuja distribuição participem, considerados como suplemento dos recursos atribuídos pela União aos Territórios (art. 38, parágrafo único), e dos planos de aplicação concernentes ao reinvestimento direto das

- receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelos Territórios, excetuadas as provenientes de tributos (art. 39);
- d) remessa obrigatória do relatório anual das atividades administrativas ao Ministro (art. 18, XVI).
- e) proibição, quanto ao Governador, de afastar-se do Território sem prévia ciência do Ministro (art. 19, § 1º);
- f) designação, pelo Ministro, de Governador interino, nas ausências e impedimentos do efetivo (art. 19, § 3º);
- g) decretação, por lei federal, de natureza especial, dos impostos previstos (art. 37);
- h) necessidade de outorga da União para a cobrança, pelos Territórios, dos tributos de cuja a distribuição participem (art. 38);
- i) consignação, no Orçamento Geral da União, em cada exercício, dos recursos necessários aos encargos da administração territorial (art. 40);
- j) exercício das atividades financeiras sob controle direto do Ministério do Interior (art. 43);
- l) obrigatoriedade da prestação de contas anual, pelo Governador, ao Ministro do Estado (art. 43, § 1º);
- m) imprescindibilidade da autorização do Ministro do Interior para a instalação de Escritórios de Representação dos Territórios (art. 78). (VIEIRA, 1973, p. 63-64).

De fato, a reforma administrativa de 1969 não conseguiu produzir grandes alterações no formato administrativo que já vigorava desde 1943 nos territórios federais. Entretanto, no que tange à intenção de se tentar dar uma resposta apaziguadora às críticas que vinham sendo feitas sobre suas administrações, o Decreto-Lei nº 411/69 atingiu em parte seu êxito no Amapá, ao conseguir minimizar o crescimento das aspirações autonomistas. Vale esclarecer que, como o próprio significado do termo “reforma” aduz, a reforma administrativa de 1969 não pretendia introduzir grandes mudanças, mas apenas realizar alguns ajustes, em uma clara tentativa do governo federal para manter seu controle sobre essas regiões.

Clifford Geertz (2006), ao analisar a relação ambígua entre as leis e os fatos e o próprio risco que se impõe sobre o que é fato e o sobre o

que é lei, leva-nos a refletir que existe sempre um abismo entre aquilo que se legisla e o que de fato se efetiva. Para Geertz a representação jurídica de um fato como tal é normativa por princípio, e sua descrição de tal forma que possibilite aos juristas defendê-los, nada mais é do que uma representação. O problema que isso gera para todos aqueles, sejam juristas ou cientistas sociais, “cujo objetivo é examinar os fatos com tranquilidade reflexiva, não é o de correlacionar dois hemisférios do ser, duas faculdades mentais, duas espécies de justiça, ou até dois tipos de procedimentos. O problema fundamental é descobrir como representar aquela representação” (GEERTZ, 2006, p. 260). No caso dos territórios federais, havia uma necessidade sempre imperativa de se fazer uso do ordenamento jurídico para se representar nas leis uma dada realidade que se queria forjar e impor uma representação condizente com os interesses ali instituído, representação esta que nem sempre correspondia à realidade.

Para Aimberê Freitas, os efeitos, que o Decreto-Lei nº 411/1969 teria produzido na estrutura administrativa dos territórios federais, teriam sido mínimos, pois inúmeros problemas permaneceram após a publicação desse decreto; por outro lado, ele teria dado uma estrutura de governo mais compatível às necessidades destas unidades políticas, pois, anteriormente, “eram dirigidos por um governador e um secretário-geral nomeados pelo presidente da República, os auxiliares de governo eram os diretores de divisão, pessoas que, perante a direção ministerial a quem os territórios estavam subordinados, estavam entre o quinto e sexto escalões” (FREITAS, 1991, p. 66). Após a reforma administrativa, o cargo de secretário-geral foi extinto e os diretores de divisão passaram a secretários de governo, seus poderes foram ampliados e passaram a assumir interinamente o governo dos territórios federais na ausência dos governadores.

Entretanto, objetivando minimizar a centralização política administrativa dos governadores, criou-se o Conselho Territorial, ao qual competia, entre outras atribuições, fiscalizar e emitir pareceres sobre os planos de governo e de planejamento orçamentário anual dos territórios federais. Na prática, esse conselho, que deveria atuar como uma “espécie de Fórum para as discussões atinentes aos problemas locais de

desenvolvimento, e um contrapeso às ações autocráticas dos governadores, tornou-se totalmente obsoleto na medida que era composto por seis pessoas designadas pelo Ministério do Interior” (FREITAS, 1991, p. 68).

Ao se analisar mais detalhadamente o conteúdo do Decreto-Lei nº 411/69, observa-se mais uma intenção de normatização do que já vinha sendo realizado pelos governos nesses lugares, que a tentativa de melhorar suas estruturas administrativas, uma vez que a centralização política se desdobrava no abuso de autoridade dos governadores como um dos grandes pilares de gestão. Não seria, portanto, uma reforma administrativa que alteraria as bases desse modelo. As denúncias registradas contra as arbitrariedades cometidas por esses governadores indicados foram ainda maiores após esse decreto. Segundo Aimberê Freitas, a questão era bem mais complexa, pois como não havia a independência e a harmonia entre os poderes, pois inexistiam o poder legislativo e um Tribunal de Contas local para o exame dos gastos públicos, “o sentimento despótico do governante, sempre encontrou campo aberto para a sua ação” (FREITAS, 1991, p. 152).

Conforme Jerônimo Santana⁹³, em sessão na Câmara Federal, de 19 de setembro de 1979, após dez anos da sanção do decreto de 1969, os territórios permaneceram com suas administrações montadas na base do Decreto-Lei nº 5.839/43 e ainda aguardavam a elaboração de uma legislação que atendesse de fato aos seus interesses, dando-lhes identidade jurídica e política Santana denunciava que, além do decreto de 1969 ter sido uma cópia imperfeita do projeto de lei de autoria do deputado Coaracy Nunes, não teve, durante a sua elaboração, a participação do Congresso Nacional, acabando por não externar seus anseios. Para o deputado rondoniense, isso decorreria de vontade política para se tentar sanar os problemas dos territórios federais, que se agravavam

93 Jerônimo Garcia de Santana nasceu em Jataí-GO, em 1934. Foi advogado e militante político rondoniense, tendo sido eleito deputado federal pelo território federal de Rondônia em 1970, 1974 e 1978, eleito prefeito de Porto Velho em 1985 e primeiro governador eleito de Rondônia em 1986; faleceu em 11 de setembro de 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122941&tipo=O. Acesso em: 12 out. 2015.

a cada expedição de um novo decreto, uma vez que não havia interesse governamental para se modificar esse quadro.

Os Territórios permaneceram com suas administrações montadas na base do Decreto-Lei nº 5.839/43, e isso predomina até hoje. Agora é que surgiu a Lei nº 6.669/79, tentando estruturar a administração dos Territórios. Em relação ao pessoal, até hoje a Lei nº 6.550/77 não foi implantada. A Lei nº 6.448/77 tirou ainda mais a autonomia dos Municípios dos Territórios. Todas essas leis são remendos à Lei Orgânica feita em 1969, abstraindo a realidade dos Territórios. Fez-se uma lei pensando em modernizá-las e sua situação complicou-se ainda mais. Em decorrência desta lei agora temos que fazer outros remendos para corrigir as suas falhas, pois ela está longe da realidade dos Territórios (SANTANA, 1979, p. 9825).

Jerônimo Santana, “o homem de bengala”, como ficou conhecido, foi, talvez, um dos representantes dos territórios federais que mais se destacou nas plenárias da Câmara Federal, pelos inúmeros e inflamados discursos que proferiu contra as administrações dessas unidades. Como ator político da oposição rondoniense, os discursos proferidos por Santana precisam ser analisados dentro de um contexto que lhe dão sentido. Para Bourdieu, os discursos políticos são visões de mundo, produtos de lutas simbólicas, que determinados agentes sociais travam entre si no campo político. Em síntese, é, na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, que os protagonistas do campo político produzem suas visões do mundo, as ideologias e os discursos políticos, compreendidos, por Bourdieu, como uma coisa só. Isso significa que, para se compreender os discursos políticos, em um dado momento, e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, em oposição ao que é relegado para o indizível, seria preciso analisar todo o processo que os produziram.

Ainda que determinados agentes políticos reivindicuem o status de verdade absoluta, os discursos não passam de uma visão relativa do mundo. Portanto, se, por um lado, os discursos de Santana são carregados de denúncias contra as administrações dos territórios federais, por outro, fazem parte de uma determinada posição política, de uma divisão

social estabelecida pelas regras do jogo político. Somente em caráter de exemplificar, na sessão de 21 de maio de 1971, ao usar a tribuna contra o governador de Rondônia, João Carlos Marques Henrique Neto (1969 a 1972), Santana foi interrompido ironicamente pelo deputado José Wilson Siqueira Campos (Arena-GO): “V. Exa. já conseguiu seu intento, isto é, derrubá-lo? Já existe um novo governador?” (CAMPOS, 1971, p. 1217).

Para Jerônimo Santana, um grave problema que se observava nas indicações dos governadores para os territórios federais, como o de Rondônia, era a total ausência de comprometimento com os problemas locais, uma vez que eram políticos vindos de outras regiões do país sem qualquer experiência com a realidade que encontravam. Para ele, esses governadores podiam ser chamados de “governadores paraquedistas”, “coronéis biônicos”, “governadores de provetas” e “missionários prove-tas”, pois “nos territórios federais [...]. Não temos ali, ex-governadores residindo; são todos transitórios, lá chegam fazem o que bem entendem, são dispensados dos cargos e retornam, provam de que não amam a terra, nela não se radicam, não se misturam com o povo da unidade que governam” (SANTANA, 1971, p. 1220).

Muitos desses governadores não chegavam a ficar nenhum ano à frente dos governos nos territórios federais. Além dessa rotatividade, a indicação de um governador dependia do que Santana denominou de “tráfico de influência e paternalismo do Ministério do Interior nos territórios federais”, portanto, nesta premissa, estava “excluída a indicação de um governador que, sendo detentor da maioria absoluta da confiança do povo do território, for adversário político do Sr. ministro. [...] gente que não tem condições de se eleger vereador no território para lá é enviado como governador” (SANTANA, 1971, p. 1220). Santana se referia ao fato de que, depois do Decreto-Lei nº 411/69, as nomeações dos governadores dos territórios federais deixaram de ser um simples ato do presidente da República para depender da indicação do Ministério do Interior e de aprovação do Senado Federal. Essa medida, na prática, apenas transferiu a decisão da indicação dos governadores do presidente para um ministro. Os territórios federais continuaram a vivenciar a descontinuidade administrativa decorrente do abuso de autoridade e de planejamentos

que dessem sequência ao que já vinha sendo realizado. Segundo Santana, Rondônia era um exemplo claro dessa política rotativa desastrosa.

Num período de vinte e sete anos de Território, tivemos uns vinte e cinco Governadores. É que são citados os Governadores titulares, e não interinos que por lá passaram. Da mesma forma os prefeitos de Porto Velho. Estes são em maior número, porque, às vezes, um só Governador teve a oportunidade de nomear e demitir dois ou três prefeitos (SANTANA, 1971, p. 1220).

Considerando que a atuação parlamentar de Santana iniciou somente um ano depois da expedição do Decreto-Lei nº 411/69, suas críticas, apesar de direcionadas diretamente aos problemas gerados por essa normatização, não se restringem a esse período, tampouco é uma voz isolada dentro do parlamento brasileiro. Pelo contrário, a denúncia do “paraquedismo” dos governadores indicados para os territórios federais, que não possuíam quase ou nenhuma afinidade com a realidade local e regional, sempre foi apontado por diversos políticos e estudiosos da matéria como um dos entraves que a administração direta da União ocasionava nessas unidades federadas.

Quase 17 anos antes da expedição desse decreto, em 1952, o ex-governador e deputado acreano José Guiomard dos Santos proferiu dois longos discursos na Câmara Federal, publicados sob o título de *Territórios Federais – Grandezas e Misérias*, no qual resumia as administrações dessas unidades federadas como “governo de poder executivo nomeado sem consentimento público”, tendo como principal vantagem o de “comer na mesa do grande Estado Federal”, o que provocava, segundo ele: “a absoluta deseducação política, e o conformismo diante de qualquer governo” (SANTOS, 1954, p. 17). Denunciava Guiomard que, em quase 10 anos de existência dos novos territórios federais, a União já havia investido nessas unidades 1,5 bilhão de cruzeiros, gerando mais despesas do que arrecadações. Em razão disso, defendia a imediata elevação de todos os territórios federais a estados; advogava Guiomard, em pleno movimento autonomista acreano, pela criação do estado do Acre — fato que viria a ocorrer em 1962.

Outro grave problema que a reforma administrativa de 1969 buscou sanar foi em relação à falta de autonomia dos municípios dos territórios federais, com a reativação das câmaras municipais, inativas desde suas criações, em 1943. A ausência de uma representação política nesses municípios era apenas uma das questões que envolvia a problemática da autonomia municipal dentro dos territórios federais. Para os juristas, políticos e críticos da matéria, o fato de um território federal ser constituído de municípios dotados de autonomia político-administrativa gerava muitos entraves à gestão dessas unidades. De acordo com Santana (1979, p. 9825),

[...] em 1943, fez-se leis para os Territórios com um Congresso fechado. Criou-se então Territórios com Municípios. Os Municípios funcionaram sem Câmara de Vereadores até 1969. Criou-se Territórios sem qualquer autonomia, havendo Municípios com autonomia constitucional. É lógico que o Território como unidade da Federação deveria ter uma autonomia maior do que a dos Municípios, mas até hoje não tem. Constitucionalmente o Município pode mais do que o Território. É um contrassenso, mas é verdade. O Município pode fazer leis, o Território não pode.

Portanto, se a reforma de 1969 garantiu a eleição para a escolha dos vereadores pela população dos territórios federais, o mesmo não ocorreu com relação ao executivo municipal, que continuou a ser nomeado pelo governador. Sobre esse contrassenso, Aimberê Frentes argumentou: “o município, em claro flagrante desrespeito à doutrina do Direito Público interno, mas respaldado na Constituição vigente (art. 17, § 3º) passou a ter um legislativo eleito (câmara municipal) e um executivo nomeado” (FREITAS, 1991, p. 69).

O governador Ivanhoé Marques, em um item específico nomeado de “municipalidade”, no Relatório Anual de 1967, também chamou atenção para o fato inusitado de os municípios amapaenses terem seus prefeitos nomeados pelo governador, mas em concordância com tal medida: “essa circunstância, singular no quadro político brasileiro, oferece oportunidades ao administrador escolher livremente e sem injunções de ordem político-partidário, os gestores das diversas comunas” (MARTINS, 1967,

p. 126). Para Martins, no caso dos territórios federais, essa medida dava ao governador a possibilidade de troca caso os prefeitos não correspondessem à expectativa da administração e criticava as eleições municipais:

[...] tome-se na devida conta que, numa região ainda incipiente em desenvolvimento, onde o pessoal habilitado é escasso, querer colocar à testa de uma comuna de homens despreparados, com Câmara de Vereadores na mesma situação é, antes de mais nada, condenar essas comunas ao jogo desenfreado da politicagem inculta (MARTINS, 1967, p. 126).

O governador militar amapaense compartilhava de uma mentalidade política que via essas regiões como áreas de segurança nacional, e, como tais, deveriam ser mantidas sob a tutela da União. Essa forma de tratar a questão também se fizera presente de modo dominante na elaboração da emenda à Constituição em 1969 e na reforma política que atingiu os territórios brasileiros, nesse mesmo ano. A permanência das indicações dos prefeitos pelos governadores e dos governadores pela União por meio do Minter nos territórios federais refletiu, claramente, a política centralizadora imposta pelos militares ao país, e a pretensão de enrijecer o controle sobre essas regiões. Esse procedimento estava em conformidade com as práticas adotadas, no período ditatorial, em áreas consideradas estratégicas para o país.

Portanto, nesse período, essa não era uma particularidade dos territórios federais somente, pois se a Carta Constitucional vigente garantiu eleições diretas para os executivos e legislativos municipais (art. 16, item 1, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967)⁹⁴, o mesmo não ocorreu para capitais e municípios, circunscritos a estados considerados estratégicos para o país, e a prerrogativa adotada foi a mesma adotada para os Territórios Federais (art. 16, § 1º, da Constituição de

94 Conforme item I, do art. 16 da Constituição de 1967, “a autonomia municipal será assegurada:

I – Pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o país, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa;

1967)⁹⁵. Entretanto, vale registrar que, desde a criação dos novos territórios federais, em 1943, a vedação de eleições diretas para prefeitos e vereadores, bem como a indicação de prefeitos por governadores foram práticas permanentes nessas regiões. No caso do Amapá, as eleições diretas para os executivos municipais somente ocorreriam em 1985.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1987), embora a Constituição de 1967 fosse pronunciadamente autoritária, refletiu as contradições básicas do sistema, pois se uma parte do texto visava o controle, assegurando a aplicação de medidas exigidas pela Doutrina de Segurança Nacional, a outra, que a oposição lograva impor sob a forma da Carta de Direitos, transparecia a pretensão de se restaurar a democracia. Porém, à medida que a dialética entre Estado e oposição evoluía para níveis mais altos em 1967 e 1968, esta contradição passou a fomentar a crise institucional que culminou na promulgação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, dando origem a um novo período da Ditadura Militar, no qual o modelo de desenvolvimento econômico poderia ser plenamente aplicado, enquanto o aparato repressivo buscava a segurança interna absoluta.

Em muitos pontos, o AI-5 apenas reiterava os dois primeiros atos institucionais, com a exceção de que não se estipulou prazos para sua vigência. Ainda em 1965, quando foi lançado o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos políticos vigentes com a criação de um novo sistema de organização partidária, no qual somente poderiam existir dois partidos, e determinando eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores (estes últimos seriam escolhidos pelos legislativos estaduais, que também passariam a indicar em alguns municípios, por um prazo determinado, o executivo municipal) que o governo militar já demonstrava sua clara intenção de fixar consideráveis restrições à

95 Conforme § 1º, do art. 16 da Constituição de 1967, “serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

- a) da Assembleia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;
- b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

representação política. As eleições municipais de 1969 em todo o país ocorreram, portanto, um ano após a instituição do AI-5, durante a fase mais dura do regime e sob o forte controle.

De acordo com Kinzo (1987), a forte presença do Estado na formação e no desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil e o fato de suas trajetórias serem marcadas por rupturas e descontinuidades, e, conseqüentemente, pela baixa institucionalização, são aspectos característicos do sistema partidário brasileiro e não se restringem ao período da Ditadura Militar, entretanto, como lembra Marcelo Ridenti (2014), o regime instaurado em 1964 no Brasil jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como “democracia relativa” e sempre se preocupou em manter uma fachada democrática. O bipartidarismo não era algo estranho à experiência política brasileira, e em muitas disputas políticas e eleitorais era o que de fato acabava acontecendo, mas sua institucionalização foi um arranjo político que se adequou perfeitamente aos interesses centralizadores do período, mantendo por meio de uma “oposição consentida” o controle majoritário eleitoral em todo o país, levando a oposição, conforme Alves, a uma reorganização dos espaços e das estratégias de resistência, em âmbito muito mais clandestino e combativo.

Em 1966, tanto a criação da Aliança Nacional Renovadora (Arena), que reuniu as forças de apoio político-parlamentar ao regime, quanto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se caracterizou como o partido dos opositores do regime com visões divergentes entre si (além dos chamados adesistas, ou seja, políticos que não eram oposição), demonstram o grande controle do Estado sobre as organizações partidárias, sobretudo, sobre o segundo, limitando muito a sua abrangência. Segundo Alves (1987), a representação política da oposição foi constantemente limitada pela cassação de mandatos eleitorais, pelas derrotas nas urnas e pelas arbitrariedades cometidas, pelas constantes modificações na legislação eleitoral, fomentando no MDB um intenso debate interno quanto à validade de sua existência, levando alguns de seus membros a defenderem sua dissolução como maneira de protestar contra os desmandos e de expor o caráter muito mais unipartidarista do sistema.

A “fachada democrática” criada pelo bipartidarismo e pela oposição consentida, talvez, seja mais visível em âmbito municipal, sobretudo, em regiões predominantemente rurais e mais distantes de cidades do centro do país, a exemplo dos municípios amapaenses. Nessas regiões, as práticas clientelistas aconteciam em patamares elevados, e as distribuições partidárias entre a Arena e MDB demonstraram claramente que se estabeleceram em razão de disputas políticas locais, não como uma forma de oposição ao regime. Segundo Fernando Rodrigues dos Santos, não havia no Amapá uma oposição partidária ao regime, e a votação expressiva dos emedebistas nas primeiras eleições do legislativo municipal amapaense, em 1969, decorreu, tão somente, de insatisfações com o desempenho parlamentar do ex-governador Janary Nunes, que era líder da Arena no Amapá: “a postura dos vereadores amapaenses, independentemente de partido, caracterizou-se, sobretudo, pela indiferença, cordialidade e oposição ao deputado e todos de apoio ao governo militar” (SANTOS, 1998, p. 191).

Embora, os governadores tivessem certo controle sobre as decisões municipais, em razão de eles mesmos nomearem diretamente os prefeitos, o Decreto-Lei nº 411/69 significou, pelo menos em âmbito municipal, uma ampliação da participação política nessas unidades federadas. Isso também foi bastante notório no Amapá, uma vez que as eleições para os legislativos municipais forçaram as reorganizações das câmaras municipais, agitando os ânimos políticos e elevando o debate a um campo político mais plural e publicizado. As primeiras eleições municipais no Amapá, em 1969, não só deram o tom mais acirrado à disputa política como também evidenciaram a participação de uma ascendente “juventude de amapaenses” (temática a ser discutida mais adiante), interessados em contribuir, não somente com o debate político dentro das organizações classistas, como partidos, sindicatos, pastorais, grêmios, como também candidatando-se a cargos eletivos e participando ativamente das campanhas eleitorais, tanto em âmbito municipal quanto federal.

Outro tema tratado pela reforma de 1969 com bastante atenção foi a questão da justiça dos territórios federais, mas dentro da lógica do regime autoritário vigente. É fato que o Poder Judiciário, desde o primeiro

momento do Golpe de 1964, sofreu interferência do Poder Executivo, que, por meio do Ato Institucional nº 1⁹⁶, suspendeu, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, prevendo que, mediante investigação sumária, os titulares dessas garantias poderiam ser demitidos ou dispensados, cabendo recurso à Presidência da República. Em 1965, o Ato Institucional nº 2⁹⁷, além de atribuir à Justiça Militar a competência de processar e julgar crimes políticos ou contra a segurança nacional cometidos por civis, admitiu a nomeação de juízes federais pelo presidente da República, sem concurso público, prática anteriormente rejeitada, desde o início da República, e excluiu da apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução Militar e pelo governo federal, entre outras medidas autoritárias.

A Constituição de 1967 manteve as clássicas garantias da magistratura, mas, em 1968, quando da edição do Ato Institucional nº 5, foram as mesmas suspensas, procurando o Poder Executivo, a todo momento, enfraquecer e subjugar os demais poderes. Em 1969, pelo Ato Institucional nº 6, o governo militar determinou uma reforma do Judiciário com a redução do número de magistrados do STF de 16 para 11, transferindo para a competência da Justiça Militar os supostos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares cometidos por civis, bem como os processos contra os governadores e seus secretários, nos quais o Superior Tribunal Militar passaria a atuar como instância originária (LEMOS, 2004).

Portanto, o funcionamento do Poder Judiciário durante a Ditadura Militar exerceu um papel ativo no sistema político, interagindo de forma

96 BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as constituições estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 mar. 2016.

97 BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as constituições estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 mar. 2016.

complementar e contraditoriamente com as demais instituições, tanto as preservadas, quanto aquelas criadas pelo regime ditatorial, contribuindo decisivamente para o estabelecimento da ordem política autoritária; as justiças dos territórios federais não fugiram a essa lógica. A estrutura hierarquizada e precária do Poder Judiciário não só permaneceu durante o período da ditadura dessas regiões como acabou por contribuir para a centralização administrativa e, conseqüentemente, para os excessos de poder, pois, conforme Aimberê Freitas, nos territórios federais o Poder Executivo local dispunha de

meios, e é comum o uso desses, para inibir a ação da Justiça Local, especialmente em causas que, direta ou indiretamente, lhe interessam. Fornece ou retira o imóvel residencial dos juízes, coloca à disposição ou retira-lhe um veículo. Retira ou reforça os recursos humanos do Fórum. Enfim, o governador tudo pode fazer para inibir a liberdade de ação dos juízes, interferindo e quebrando a harmonia e a independência entre os Poderes (FREITAS, 1991, p. 153).

“É precária e quase inexistente a Justiça dos territórios”, assim informava a reportagem do *Jornal do Brasil*, de 20 de fevereiro de 1965, após a finalização do relatório do procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, José Júlio Guimarães Lima sobre a correição (cumprimento do art. 146, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 6.887/1944) que realizara com relação ao Poder Judiciário em Rondônia, Roraima e Amapá. O relatório que foi entregue em mãos do ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Milton Soares Campos, alertava para a urgente necessidade de atualização do Decreto-Lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944, que organizou a justiça nos territórios federais. Entre os muitos debates no âmbito público que o relatório suscitou, o do juiz da comarca de Porto Velho, Joel Quaresma de Moura, chamava atenção para a forma intempestiva com que a justiça nos territórios federais era tratada desde suas origens.

A solução de vinte anos atrás submeteu a Justiça dos Territórios Federais à segunda instância da Justiça do Distrito Federal. Foi uma solução

de emergência, solução provisória, como declara a exposição de motivos do Decreto-Lei que a organizou, imposta mesmo pelo imprevisto da própria criação dos Territórios Federais, àquele tempo não mais do que uma experiência e um ensaio destinado a promover a efetiva integração nacional de regiões afastadas e longínquas, sem lei nem administração (LIMA, 1965, p. 89).

O Poder Judiciário e o Ministério Público dos Territórios Federais foram descritos como caóticos por José Júlio Guimarães Lima e não se diferiam muito de um território federal para o outro. Todas as comarcas apresentavam problemas referentes ao aparelhamento do judiciário, com estruturas precárias, obsoletas e insuficientes para atender à demanda que aumentava no ritmo do crescimento populacional. A estrutura seguia um modelo hierarquizado e de difícil alcance pelo jurisdicionado, uma vez que era administrada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios⁹⁸, com a sede em Brasília (a partir de sua inauguração em 1960). Havia comarcas nas capitais e em um ou outro município dos interiores, e um Ministério Público, sufocado na grande quantidade de processos que aguardavam decisões só em primeira instância. Se houvesse necessidade de recursos, a causa era dada praticamente como perdida, dados os altos custos de deslocamento das partes até Brasília.

98 Com a extinção do Tribunal de Apelação do território do Acre, criado em 1908, as atribuições dessa corte de justiça foram transferidas para o Tribunal de Apelação do Distrito Federal, conforme mencionam os *caputs* dos arts. 140 e 162, do Decreto-Lei nº 2.291, de 8 de junho de 1940. Com a criação de mais cinco territórios federais, pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, da mesma forma como o determinado para o Acre, o Tribunal de Apelação, depois, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, terá a jurisdição nesses novos territórios, de modo que as mesmas dificuldades ligadas à distância e ausência de linhas regulares serão verificadas, também, para a comunicação dessas regiões com a Capital Nacional (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Pesquisa da Proveniência Tribunal de Justiça do Distrito Federal*. Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/SEGAP). 2011. Disponível em: www.tjrj.jus.br/documents/10136/21832/tjdf.pdf. Acesso em: 9 mar. 2016.

À época da correição, o Território Federal do Amapá possuía as comarcas de Macapá, Amapá, Oiapoque e Mazagão, criadas ainda durante a reformulação feita pelo governo de Janary Nunes, e formalizada pelo Decreto-Lei nº 6.887 de 1944. Quando começou a vigorar esse decreto, a comarca de Macapá tinha uma população estimada em 3 mil habitantes na zona urbana; em 1965, já era de aproximadamente 27 mil habitantes⁹⁹, ou seja, uma diferença populacional gigantesca entre os dois períodos. Relativamente à magistratura, existiam apenas dois juízes, um na capital, Macapá, Jarbas de Amorim Cavalcante, e outro no município de Amapá, Vicente Portugal Júnior, e um juiz substituto, Germano Bonow Filho, que era quem estava em exercício quando da inspeção, pois os outros dois juízes se encontravam de licença para tratamento de saúde. Como não havia uma linha regular de transporte aéreo para as demais comarcas, que eram bastante distantes da capital, o exercício da atividade desses juízes ficava impraticável em razão da ampla jurisdição. Somente na sede de Macapá, para que a justiça comesse a operar de forma ágil e eficiente, seria ideal a existência de dois juízes, dois promotores públicos, uma Junta de Conciliação e Julgamento (dado o crescente conflito entre empregados e empregadores e a duplicação do único cartório).

Segundo José Júlio, não era nem um pouco atrativo trabalhar no judiciário em terras amapaenses, pois além dos baixos salários, Macapá tinha um custo de vida elevadíssimo, “possuía apenas um oficial de justiça, muito mal remunerado, como de resto todos os serventuários desses territórios, alguns recebendo até vencimentos abaixo do salário mínimo local” (LIMA, 1965, p. 43). Isso se refletia de forma concreta nas várias reclamações dos habitantes dessas comarcas, em decorrência de inúmeros processos cíveis paralisados, como inventários, questões possessórias, além de numerosas ações penais públicas prescritas ou em vias de prescrições.

A correição realizada por José Júlio nos territórios federais amazônicos, não foi um simples procedimento corriqueiro. Inspecionar

99 Dados corroboram com os do IBGE de 1940.

in loco os problemas que enfrentava a justiça nessas regiões e assim propor soluções emergenciais demarca um capítulo específico das políticas nacionais de integração da Amazônia, dentro de um contexto ditatorial. Milton Santos (1994, p. 49) compreende o espaço como “o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”. O espaço para esse autor seria, portanto, uma construção social e prenhe de intencionalidade. Assim, esses agentes públicos descrevem essas regiões quase sempre pela ótica que lhes convêm.

José Júlio segue uma matriz interpretativa consagrada por outros agentes públicos que visitaram a Amazônia, desde os tempos coloniais, e que tem em Euclides da Cunha¹⁰⁰ um dos seus maiores representantes. Nessa forma de se enxergar a Amazônia, a natureza era sempre vista como imperativa e adversária do homem. Seus habitantes viviam acanhados, assolados por doenças e abandonados à própria sorte. Sem saber a quem recorrer, apelavam para o poder público. Mais que buscar discorrer em seu relatório sobre uma dada realidade, como defensor de um determinado projeto de apropriação e dominação desse espaço, a representação que faz desses lugares, situa-se em um campo estratégico de poder, que visa impor uma verdade e uma legitimação sobre eles. Retomam-se representações antigas sobre essas regiões, como espaços vazios, abandonados, fragilizados, incivilizados, como se precisassem ser ocupados, desenvolvidos e protegidos, dando-lhes novas roupagens, e assim justificam as ações intervencionistas do Estado sobre esses espaços que desconsideram todo um modo de vida ali existente.

Não é nada estranho, portanto, que um dos temas abordados com maior atenção pelo procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios seja justamente a segurança das fronteiras e o do seu efetivo

100 Euclides da Cunha veio para a região a Amazônia, em 1904, para chefiar a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha como objetivo demarcar a fronteira entre o Brasil e o Peru. Seus artigos e ensaios produzidos durante e depois desta viagem, sobre as impressões que teve sobre a Amazônia, foram publicados essencialmente em *À Margem da História*, em 1909, obra póstuma publicada um mês após a morte do escritor (SILVA, 2007).

povoamento, pois, segundo ele, na ausência de um poder público mais atuante, os países vizinhos estavam cuidando dessa parte, procurando “dar-nos o que podemos ter: gêneros de primeira necessidade para Roraima; assistência médica e judiciária para o Oiapoque e Guajará-Mirim” (LIMA, 1965, p. 28). O maior perigo era a desnacionalização da fronteira, pois conforme Lima (1965, p. 28):

[...] o homem rude, embora patriota, não entende esse contraste.
 Pula, sem fazer o sinal da cruz, para o território vizinho.
 É imigrante por excelência.
 É um brasileiro a menos, portanto.
 Precisamos descobrir o Brasil aos olhos dos próprios brasileiros.
 Honrá-lo e defendê-lo, hoje, mais do que nunca, quando a ambição desmedida de certos povos não respeita fronteiras.

A preocupação das fronteiras manifestada por José Júlio em seu relatório nos leva a perceber que sua visita aos territórios federais amazônicos (todos em regiões de fronteiras) está diretamente relacionada à política de segurança nacional dos militares durante a Ditadura Militar. Pesquisas, como a que foi realizada por Renê Armand Dreifuss (1981), demonstraram que ocorreu uma participação ativa de civis não só durante o golpe, mas também no comando do regime autoritário, porém essa atuação foi muito maior do que se tentou evidenciar até o presente. Segundo Renato Lemos (2004), geralmente, os poucos estudos que existem sobre o tema analisam o judiciário brasileiro como mero mecanismo de implantação e reprodução de relações políticas autoritárias. Pouco se discute, por exemplo, o que significou a insistência no imediato pós-golpe da corrente civil-militar em manter em funcionamento, mesmo que sob o controle do executivo, instituições democráticas, como o judiciário, o legislativo e os partidos. É justamente essa dificuldade de se caracterizar o regime ditatorial brasileiro que, segundo Lemos (2004), tem dificultado uma compreensão mais clara sobre o papel desempenhado pelo Poder Judiciário, durante esse período ditatorial.

O alerta que o procurador-geral do Distrito Federal e Territórios faz em relação à segurança das fronteiras amazônicas sinaliza não só

para um retorno da atenção máxima do Estado para a defesa desses espaços considerados estratégicos para o país, como também demonstra uma reapropriação do uso de construções simbólicas, que serviam para justificar a imposição de formas específicas de controle da sociedade civil e delinear um projeto de governo e de sua legitimação. No caso dos territórios federais amazônicos, dadas as suas localizações fronteiriças e estratégicas, os pressupostos da defesa nacional utilizados para justificar suas criações, em 1943, não só seriam retomados durante a Ditadura Militar como reinventados a partir da ótica da Doutrina de Segurança Nacional.

De acordo com Maria Helen Moreira Alves (1987), a Doutrina de Segurança Nacional foi amplamente utilizada durante o regime militar brasileiro para justificar a imposição de um sistema de denominação, mas que não pressupunha nem apoio das massas, tampouco continha uma ideologia fascista e de supremacia racial. Ela previa efetivamente que o Estado conquistaria “certo grau de legitimação graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desenvolvimento como defensor da nação contra a ameaça dos *inimigos internos* e da *guerra psicológica*” (ALVES, 1987, p. 26); associava-se, portanto, segurança interna e desenvolvimento econômico. Assim, a ênfase dada à constante ameaça à nação de inimigos internos, ocultos e desconhecidos, produzia na população um clima de constante suspeitas, medo e divisão que permitia ao regime executar campanhas e políticas de repressões, que em outro contexto talvez não fossem toleradas.

Foi no interior da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁰¹ que a Doutrina de Segurança Nacional se processou. A ESG não contava somente com oficiais militares, mas também com civis, tanto em seu quadro

101 A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada no Brasil em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, objetivando oferecer treinamento de alto-nível e especializado para o exercício de funções de direção e de planejamento de Segurança Nacional. Com o desenvolvimento de teorias da guerra fria foram incorporados à formação métodos de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e filosóficos na formulação da política de segurança nacional (ALVES, 1987).

permanente quanto entre os professores convidados, conferencistas e alunos. Entre 1950 a 1967, dos 1.276 graduados 646 eram civis que, após o golpe, vieram a ocupar muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras.

Um dos mais influentes integrantes da ESG e defensores do papel que a geopolítica deveria exercer nas políticas do Estado do período, foi o general Golbery do Couto e Silva, que escreveu a *Geopolítica do Brasil* (1967). Nesse livro, a divisão sugerida por Couto e Silva para se compreender o espaço brasileiro, colocava a Amazônia, e consequentemente os territórios federais amazônicos, em condição de maior subordinação e dependência em relação ao que denominava de *Núcleo-Central*, o ecúmeno principal da nação e motor do desenvolvimento econômico nacional (o Sudeste, região com maior densidade demográfica). As três penínsulas, vanguardas da ocupação local, também dependentes desse centro econômico seriam as regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, onde o desenvolvimento estaria presente, mas em menor escala; já a Amazônia seria uma terra exótica e impenetrável e praticamente vazia de forças desenvolvedoras. Nessa forma metafórica de Couto e Silva conceber o espaço brasileiro, a Amazônia ia sendo associada a uma imensa *ilha* isolada, deserta e cercada por um oceano inibidor da população.

Conforme Petrônio de Tilio Neto (2010), a estratégia proposta por Couto e Silva para a integração do território nacional consistia justamente no fortalecimento dos laços entre o centro e as penínsulas e então partir para incorporação definitiva da *ilha amazônica*, por meio de dois caminhos: “a utilização da região centro-oeste como base avançada, e o aproveitamento do eixo-navegável do Rio Amazonas” (TILIO NETO, 2010, p. 59). Para João Nahum, a associação do espaço amazônico a uma *hileia indomada* está claramente delineada nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, os PDAs, lançados na década de 1970, tendo como eixo-central atingir a tão propagada integração nacional. Segundo este autor: “eles sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro”

(NAHUM, 2011, p. 18); daí a importância dada a construções de estradas pelos governos militares após esse período.

No Amapá essa política de reafirmação da soberania nacional por meio da construção de estradas foi claramente observada durante a administração do coronel do Exército Ivanhoé Martins. Conforme a revista *Latitude Zero*, sua administração teria sido um marco de integração do sul ao norte do território amapaense, ao executar o mais extenso e planejado programa até então de retomada da construção da BR-156, que ligaria a capital, Macapá, aos demais municípios (Amapá, Calçoene e Oiapoque) e, conseqüentemente, o Brasil ao extremo norte do país: “quem mora no Oiapoque, não pode mais falar que vive no fim do mundo. Isso, desde que foi ligada a rodovia BR-156, agora trafegável em toda sua extensão. Quem sai de Macapá chega à cidade de Oiapoque tranquilamente, viajando em qualquer tipo de viatura” (LATITUDE ZERO, 1971). Porém, isso não se efetivou de fato, pois não foram previstas a pavimentação do trecho em obras da BR-156. Passados mais de 50 anos da reportagem da *Latitude Zero*, dadas as várias denúncias sobre as condições de intrafegabilidade do trecho Amapá-Oiapoque, que corresponde 30% de toda a extensão da BR-156 (trecho norte, até o presente ainda não pavimentado) ainda se localizam muitas falas que mencionam o Oiapoque como o “fim do mundo” em razão da dificuldade do acesso até lá.

Com base no relatório de 1967, Martins teria herdado de seus antecessores um saldo social bastante negativo. Entre os principais índices negativos socioeconômicos enfrentados pela população amapaense, o baixo poder aquisitivo e de consumo eram evidências do baixo índice de desenvolvimento econômico e social, decorrentes da acentuada escassez tecnológica e de uma total dependência do sistema econômico, originando um incipiente mercado de trabalho, subemprego e desemprego generalizado. A escassez da produção de gêneros de primeira necessidade gerava uma extrema dependência econômica regional, que forçava o Amapá a importar quase tudo do que se necessitava para o consumo, ocasionando a elevação dos preços.

De fato, a escassez de alimentos e a inconstância dos preços das mercadorias chegavam a atingir patamares elevadíssimos para a realidade local. Em maio de 1963, a *Folha do Povo* publicou uma matéria intitulada

“está faltando tudo em Macapá”, que chamava atenção das autoridades para a escassez de alimentos básicos, como café, leite, charque e carne. Segundo o jornal, “numa terra como a nossa, onde não temos suprimentos de verdura, peixes, aves e ovos e animais de pequeno porte, a falta de carne é um atestado de óbito passado pelos responsáveis do abastecimento da cidade que por sua vez não podem fazer milagre na atual administração” (*Folha do Povo*, 19 de mai. 1963).

Em 1969, a revista *Latitude Zero*, também publicou um artigo com o título *Disparidade dos Preços*, no qual alertava para o baixo índice local de comercialização dos gêneros alimentícios e para os constantes aumentos dos preços dos alimentos nos estabelecimentos privados em Macapá, mostrando que esse foi um problema que se manteve também durante os anos seguintes da administração de Martins. Segundo a reportagem, a produção de gêneros básicos não havia atingindo volume naquele ano, nem diversificação para atender às crescentes solicitações de um mercado interno em expansão, e, como praticamente tudo o que se consumia vinha de fora, o custo de vida era ditado por outros centros urbanos do país, o que elevava o preço dos alimentos: “assim, registrava-se no Amapá elevados índices de custo de vida, porque os resultados da produção de alimentos tem apresentado frágeis, ao longo da existência da terra como unidade federativa” (*Latitude Zero*, julho-agosto de 1969).

Desde o início dos anos 60 o Amapá vivia um clima de muita insegurança, em decorrência da grave crise política e econômica nacional, pois os territórios federais foram atingidos violentamente pelas medidas que propunham a contenção dos gastos públicos. No exercício de 1962, conforme o jornal oficial *Amapá*, de 6 de novembro de 1963, o Amapá teria sofrido cortes drásticos de 72% de suas dotações orçamentárias. A redução dos recursos públicos e os constantes adiamentos dos repasses foram sentidos em atrasos no pagamento do funcionalismo público amapaense e na paralisação de obras públicas prioritárias. Essas incertezas de repasses geraram um clima de insegurança entre a população que dependia, quase que exclusivamente, da administração pública e que

se via constantemente ameaçada pelos anúncios também de cortes do funcionalismo público¹⁰².

Em 1961, José Francisco de Moura Cavalcante (março a setembro de 1961), no curto período que governou o Amapá, buscou fazer estudos sobre a realidade amapaense com o objetivo de traçar um plano de governo que pudesse alavancar a economia local. Na avaliação do seu governo, a situação era bastante preocupante, haja vista o alto custo de vida e o baixo poder de compra dos trabalhadores amapaenses, ocasionados, em grande parte, pela política desastrosa de fomentação de produção agropecuária, criada desde a implantação do território federal, que, notadamente no que se referia ao abastecimento dos mercados de consumo, não obtiveram sucesso: “por exaustivos que tenham sido os programas das anteriores administrações do território e intensas as práticas de fomento à produção, o fato singelo é o de que seus resultados foram frágeis, até mesmo no desenvolvimento do plantio de culturais vegetais amazônicas” (CAVALCANTE, 1967, p. 77). O relatório de 1961 também apontava para pouca participação da iniciativa privada na geração de empregos, uma vez que o setor mercantil, além de rudimentar na sua organização e pouco atrativo, empregava apenas uma pequena parcela da população economicamente ativa e de forma temporária, assim “grande parte da classe comerciária é praticamente um misto estagiário-aproveitamento de menores, sem consistência, portanto, sob o aspecto salarial” (CAVALCANTE, 1961, p. 77).

A interrupção da construção da Usina Hidrelétrica do Paredão pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)¹⁰³, que prometia resolver em definitivo os problemas do fornecimento de energia elétrica e dos

102 Somente para exemplificar, em fevereiro de 1964 a Prefeitura de Macapá, sob a gestão de Mário Barata, anunciou a demissão em massa de 150 servidores públicos (Fonte: **Mais de cem famílias na miséria** – Prefeito dispensa trabalhadores e funcionários. In: *Folha do Povo*, de fevereiro de 1964).

103 Por determinação da Lei nº 2.740, de 2 de março de 1956, que autorizou a criação no Amapá da Companhia de Eletricidade do Amapá, seu principal objetivo era o de construir a Usina Hidrelétrica de Paredão, vista como espinha dorsal do Plano Nacional de Eletricidade na região.

constantes apagões que ocorriam em toda extensão do território amapaense, especialmente em Macapá, gerou muita insatisfação entre a população. As precárias e insuficientes usinas geradoras e sua rede de distribuição não acompanharam o acelerado crescimento populacional da cidade, que já atingia, somente na área urbana, uma população estimada de 45.953 habitantes¹⁰⁴; desse total, apenas 7.013 pessoas estavam empregadas, sendo que o serviço público absorvia 47% desse contingente de trabalhadores.

Entre os anos de 1967 e 1968, o Amapá registrou, segundo dados levantados pela administração de Martins, um grande crescimento populacional, com um índice anual de 3,8%, gerando uma elasticidade da oferta de mão de obra, a maioria de baixa qualificação, ocasionando a elevação do desemprego. Entretanto, esse percentual era ainda maior quando considerados os índices isolados da capital, Macapá, que apresentava, na época, um crescimento populacional de 7,6% ano. Portanto, sendo o sistema econômico amapaense dependente, não era de se estranhar que possuísse um mercado de trabalho incipiente, com elevada taxa de desemprego. Além disso, há de se considerar que, por existirem somente duas empresas em território amapaense: a Icomi e Bruynzeel Madeira S.A. (Brumasa) — era quase que responsabilidade total das administrações territorial e municipais oferecer empregos. Essa escassez de emprego provocava um escoamento de mão de obra para regiões estrangeiras, como as Guianas, somente observada no caso do Amapá.

Para a administração de Martins, se, por um lado, a renda per capita dos amapaenses se apresentava como uma das melhores relativa à média nacional, sobretudo, em razão dos salários pagos ao alto e médio escalão da administração pública, e pelo ilusório e restrito mercado gerado pela exportação do manganês, por outro, o da distribuição de renda, os

104 Em agosto/setembro de 1968, o Serviço de Geografia e Estatística do Território, com a colaboração da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicou uma pesquisa de Emprego e Salário e um Censo Domiciliar das sedes dos municípios brasileiros. Conforme os dados levantados, a população recenseada nas sedes municipais era de, aproximadamente, 50.427 mil habitantes e desse total 45.953 se concentravam na zona urbana de Macapá.

desníveis sociais eram elevadíssimos, uma vez que, com relação a produção de emprego na área da iniciativa privada, apenas o da indústria extrativista do manganês apresentava condições mais estáveis.

Apesar da promessa da administração de Ivanhoé Martins de romper com esse ciclo econômico dependente, o que se observaria no Amapá nos anos seguintes seria um agravamento desse quadro. Mesmo que se tenha a impressão de que a regularização das dotações orçamentárias federais e a injeção de novos recursos públicos levaria o Amapá ao desenvolvimento econômico, o que se observava era o aumento da dependência econômica, de um expressivo e descontrolado crescimento populacional, de um funcionalismo público cada vez maior e do aumento de uma massa de desempregados de baixa qualificação. Priorizava-se, como meta principal, a urbanização do centro administrativo da capital, Macapá, dando pouquíssima atenção às zonas rurais e aos demais municípios. Essa política excludente contribuiu para o declínio da incipiente produção agrícola e para o êxodo rural, ocasionado um inchaço populacional em Macapá, com a ocupação de áreas periféricas e de baixa infraestrutura, como o Beírol, Buritizal e Pacoval, transformados posteriormente em bairros (SANTOS, 1998).

2.2 “AMAPÁ, TERRA DOS JOVENS”: A PRIMEIRA GERAÇÃO DE AMAPAENSES

A manchete “Amapá, terra dos jovens” publicado na *A Voz Católica*, de 3 de setembro de 1966, para noticiar a visita do presidente Castelo Branco em terras amapaenses, poderia ser uma das representações mais fortes do período. Durante seu discurso oficial, o presidente brasileiro fez questão de dizer aos três jovens escolhidos para representar a mocidade amapaense na solenidade: “o Amapá está nas vossas mãos”. Nessa frase todo o simbolismo que o momento visava retratar: o Amapá dos relatos oficiais do pós-1964 era retratado como a própria juventude: ousada, corajosa, destemida. Foi em meio à imposição de uma política de aceleração de desenvolvimento regional forçada, em pleno período ditatorial, que se observou a formação de uma juventude de amapaenses

originária que chamarei aqui de “cultura territorial”, os “nascidos” no Amapá pós-1943, e como os legítimos “filhos do Amapá”, na leitura oficial eram a expressão mais autêntica de uma identidade regional que o governo buscava forjar.

Esses jovens que, de certo modo, canalizariam para si a responsabilidade de debater os problemas do Amapá, não só os decorrentes do autoritarismo promovido pelo regime ditatorial, mas os de sua condição de território federal. Esse crescimento dos movimentos sociais, políticos e culturais, organizados em grande maioria por essa juventude de “amapaenses”, distante em muitos aspectos do padrão nacional comumente estudado, sobretudo, nas principais capitais do país, também sentiu o pulsar e a agitação das ruas, seja em torno de organizações classistas e partidárias ou simplesmente em espaços que suscitavam a crítica social ao regime, por meio da criatividade musical e literária.

No entanto, no caso das organizações classistas, diferente do que se observou nas principais cidades do país em razão do centralismo administrativo, esse crescimento não foi impulsionado por uma maior abertura entre o Estado e a sociedade, como foi destacado por historiadores como Lucília Delgado (1994) em âmbito nacional. Ele decorreu de um dinamismo populacional e econômico gerado, em grande parte, no seio das atividades de mineração que vinham sendo desenvolvidas pela Icomi no Amapá. Segundo Adalberto Paz Júnior (2011), desde meados dos anos 1950, que o movimento sindical vinha registrando um grande poder de organização entre trabalhadores em todo território federal impulsionados por diversas frentes de trabalho da Icomi¹⁰⁵.

Conforme o censo do IBGE de 1960, a população jovem amapaense crescia assustadoramente. Em um período de 10 anos, entre 1950 e 1960, a população na faixa etária de 14 a 29 anos passou de 12.126 habitantes para 19.032 habitantes. Isso correspondia a um crescimento de 57% e um

105 Entre os anos de 1950 a 1960 surgiu no Amapá um número significativo de entidades classistas tais como: Associação dos Professores Primários do Amapá (1952); Sociedade Beneficente Operária do Amapá (1952); União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA) (1952); União Beneficente dos Motoristas do Amapá (UBMA) (1953) (LOBATO, 2013).

percentual de, aproximadamente, 32% da população constituída entre essa faixa etária. Portanto, eram os mais jovens que constituíam a maior parte dos desempregados, e os mais afetados pelo estrangulamento de um mercado de trabalho que não atendia à crescente demanda populacional, e que tendia a se agravar a cada ano, o que levou o governo local a intensificar a vigilância sobre eles, sobretudo, a partir de políticas educacionais, sem que, de fato, se propusessem ações governamentais no sentido de alterar essa realidade excludente. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a administração amapaense tentava conter o avanço das organizações classistas e estudantis, crescia a participação da juventude em movimentos políticos e culturais contestatórios, mesmo que camuflados em espaços direcionados para o lazer e atividades esportivas.

O governo militar amapaense avaliava de forma positiva o crescimento de uma juventude de “naturais” envolvida com atividades artísticas e culturais, desde que alheia às questões políticas. A edição especial de final de ano do *Amapá* também trazia uma extensa matéria sobre a mocidade amapaense, reportando-se a ela como a mais “autêntica riqueza da região”; seu título, por si só, já era sugestivo: “Mocidade amapaense representa a mais autêntica riqueza da área” (AMAPÁ, dezembro de 1967). O jornal oficial reafirmava o que havia sido dito por Castelo Branco com relação à importância que a juventude possuía no progresso do Amapá, ao mesmo tempo em que deixava claro o controle que buscava exercer sobre eles; porém, também, elucidava aspectos de uma sociedade que crescia em torno de hábitos e costumes típicos de quem vivia em um território federal, ou seja, de uma cultura territorial.

Para o governo, a vida dos jovens se resumiria a uma trajetória bem-sucedida estudantil nas escolas do território federal. Portanto, a edição especial de final de ano tecia elogios aos primeiros jovens educados no sistema de ensino local e que haviam conseguido aprovação nos vestibulares em universidades e faculdades do país. Belém foi, durante décadas, em razão de sua aproximação com Macapá, a principal escolha desses estudantes, e o trapiche de Macapá era o ponto de partida para muitos deles que deixavam a família e amigos para a realização do sonho de cursar o ensino superior. O governo amapaense disponibilizava um pequeno auxílio financeiro para custear as despesas educacionais

fora do Amapá, mas nem todos eram contemplados, e os que eram, também enfrentavam grandes dificuldades, pois o valor da bolsa de estudo não era suficiente para arcar com todas as despesas. Para os que não conseguiam partir, por diversos motivos, ficava a sensação de que o Rio Amazonas era infinito demais para ser transposto. O dia da partida, simbolicamente, passou a ser mais do que um momento de festa e despedida, alimentou no imaginário social sonhos e crenças de toda uma geração que vivia em torno deste ideal de estudar fora do Amapá.

No transcurso dessa trajetória estudantil bem-sucedida, as práticas esportivas e cívicas também eram incentivadas pela administração pública local. Os jogos secundaristas amapaenses e os desfiles cívicos de setembro, que demarcavam, respectivamente, os dias da raça, da independência e da criação do território federal, durante a Semana da Pátria, talvez tenham sido os acontecimentos que mais movimentaram a juventude estudantil, até fins dos anos de 1980, quando se deu início, já na redemocratização, ao processo de transição para o estado.

Os desfiles estudantis, principalmente o de 13 de setembro, organizados pelos estabelecimentos escolares secundaristas, a partir de temas previamente determinados pelo Palácio do Setentrião, cumpriam não só o papel de rememorar a data da criação do Território Federal do Amapá, mas também o de doutrinação e admoestação. Fernando Canto, ex-estudante secundarista do Ginásio de Macapá, considera que as memórias desse período permanecem vivas entre amigos, mas como um tempo sentido pelo isolamento e alienação.

Quando a época de comemoração da nossa Independência se aproxima eu sempre pergunto aos amigos da mesma faixa etária se sentem saudade dos desfiles a que éramos obrigados a participar. Eles não só dizem que “sim” como acreditavam que era um tempo de disciplina, que os ajudou a tomarem “tento” na vida. Depois me confessam que foi só por um momento, quando ainda estavam no ginásio. Mas tarde, porém, já no colegial, é que foram perceber o quanto viveram isolados e alienados da realidade do país. Não só eles, como os educadores, os diretores e principalmente os pais dos alunos. Quase todos eram filhos de funcionários públicos, que viviam sob a dependência dos governantes militares que vinham para o Amapá como poderosos vice-reis (CANTO, 2010, p. 62).

Os desfiles eram organizados pelas escolas como uma atividade estudantil obrigatória, que encenavam as realizações dos governos militares no Amapá, distribuídas em pelotões temáticos compostos por estudantes uniformizados ou fantasiados com adereços e por carros alegóricos enfeitados. Segundo Canto (2010, p. 63): “os desfiles eram obrigatórios sim. Quem não respondesse à chamada na área de concentração podia ser suspenso se não justificasse a ausência depois. Os professores de Educação Física, responsáveis pelos desfiles, faziam a fiscalização”.

A jornalista Alcinéa Cavalcante, filha de Alcy Araújo, também memorou esses anos, mas por meio das disputas estudantis que ocorriam durante os desfiles cívicos na Avenida FAB, em frente à Praça da Bandeira, bem no centro de Macapá, onde eram construídas as arquibancadas para as autoridades locais e o público que iam assistir aos desfiles.

Naquela época, o desfile alegórico de 13 de setembro era o grande acontecimento do ano. Havia uma disputa acirrada entre os quatro colégios: Colégio Amapaense (CA), Instituto de Educação (IETA), Ginásio de Macapá (GM) e Colégio Comercial (CCA). Os preparativos começavam na primeira semana de agosto, com os ensaios das bandas musicais e marciais, ensaios de pelotões, confecções de figurinos e das alegorias. As aulas ficavam em segundo plano. O importante era se preparar para o desfile e ganhar o título de campeão, que sempre ficava com o GM ou com o CA (CAVALCANTE, 2013).

Os ganhadores do desfile e do concurso das bandas musicais e marciais eram anunciados no dia seguinte ao desfile, com a recepção de um grande público de estudantes ansiosos pelos resultados. Conforme Alcinéa, anunciado o ganhador, iniciava o conflito entre os participantes, pois geralmente os perdedores não se conformavam com o resultado. Em 1968, em pleno ano de anúncio do AI-5, foi organizada por estudantes do Colégio Amapaense (CA), com o apoio da direção dessa escola, uma passeata contra o resultado do desfile, que logo se tornou um protesto contra o regime. Segundo a jornalista:

Eu tinha 12 anos e era baliza do Colégio Amapaense. Perdemos para o GM. Não aceitamos o resultado. Vivíamos em plena ditadura. Um grupo de estudantes do curso científico, com a idade média de 18 anos, entre eles Bonfim Salgado, Jorge Armando e Stélio Amaral, teve a ideia de fazer uma passeata de protesto. O protesto contra o resultado era a desculpa para se fazer um protesto contra o regime. Com o apoio do diretor Tinilo compraram peças de pano roxo e nelas pintaram frases que serviam tanto para protestar contra o resultado como contra a ditadura.

E saímos pelas ruas, a banda tocando marcha fúnebre. E fazíamos discursos. Na frente da sede do grêmio estudantil Rui Barbosa — que o governo tinha fechado e tomado — subimos no muro e discursamos (CAVALCANTE, 2013).

Os jogos secundaristas amapaenses, os chamados jogos escolares como corriqueiramente ficaram conhecidos, aconteciam normalmente entre os dias 13 e 19 de setembro, e reuniam muitos estudantes em torno das competições de modalidades como: natação, handebol, futebol, vôlei e outros. Na reportagem de *A Voz Católica*, de 16 de setembro de 1967, é possível se ter um resumo da programação cívica que ocorria nessas competições, que se iniciava ainda no amanhecer do dia 13 de setembro, quando o governador, diante de autoridades, professores, pais e dos “atletas” estudantes, após o hasteamento da bandeira, discursava na praça batizada com o mesmo nome do símbolo hasteado sobre a importância do esporte na formação dos jovens e do progresso do Amapá.

Naquele ano de 1967, *A Voz Católica* lamentava a ausência no desfile do 13 de setembro e nas competições dos jogos escolares de duas das sete escolas ginásiais que existiam na capital, restando na disputa o Ginásio de Macapá (GM), o Colégio Comercial do Amapá (CCA), o Colégio Amapaense (CA), o Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA) e o Ginásio Municipal Augusto Antunes. Os locais dos jogos eram o Ginásio Coberto da Divisão de Educação (atual Ginásio de Esportes Paulo Conrado) e o Estádio Municipal Glicério Marques, onde as disputas entre os principais educandários ginásiais

acirravam as rivalidades entre os estudantes animados pelas torcidas organizadas.

O cenário descrito acima, de alguma forma, também pode ser identificado em outras partes do território brasileiro, durante a ditadura militar, no qual houve um chamamento para os deveres cívicos e patrióticos não só nas escolas, mas em diversos outros espaços públicos, como tentativa de enquadrar o comportamento da população mais jovem dentro de um padrão social, que tinha como base chamar atenção à responsabilidade de cada cidadão com a segurança nacional do país, expressa no artigo 86 da Carta Constitucional de 1967. A ameaça maior não era externa, mas interna, ou seja, o “inimigo” era todo aquele brasileiro que ousasse questionar essa filosofia político-social defendida pelo regime.

Entretanto, no caso particular dos territórios federais, em que a relação entre governantes e governados atingia graus elevados de proximidade, dadas, principalmente, as características provincianas e incipientes dessas sociedades e da grande dependência com o poder público. Esses momentos cívicos eram, sem dúvida, uma boa oportunidade para os governos, encarnados na figura do governador, aproximarem-se da juventude e propagar os ideais e valores do regime e conquistar a adesão ao programa político ditatorial. Também eram momentos em que se demarcava a formação de uma identidade regional fortemente referenciada na vivência em território federal. Dessa forma, mais que o dever cívico de contribuir com a nação, tentava-se colocar em evidência a formação de uma sociedade que desejava ser partícipe dessa mesma nação, tendo esse Amapá político-administrativo, em suas diversas fases de execução, como o condutor dessa identidade regional.

Todavia, a grande participação de estudantes nas programações cívicas organizadas pelos governos amapaenses não significou um impeditivo para que a juventude estudantil se organizasse e construísse formas de resistências, embora com diferenças marcantes em relação ao que foi observado nas principais cidades do país, onde os estudantes, conforme os estudos já realizados, tiveram uma atuação mais direta

contra a ditadura, a exemplo de suas participações em movimentos de luta armada contra o regime¹⁰⁶.

Como pondera Marcos Napolitano (2014), a paradoxal posição da “cultura de oposição”, principalmente nesses primeiros quatro anos do regime ditatorial brasileiro, visto, inicialmente, como um sinal de uma “ditabranda” que não se assumia como tal, precisa ser avaliada em termos mais amplos, tanto como espaço de rearticulação das forças sociais críticas e da resistência democrática (ponto de vista da oposição), quanto como parte da guerra psicológica da subversão a ser combatida (ponto de vista do regime), mas foi fato que a questão cultural foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, mesmo que não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva. Foi talvez nesse aspecto que a resistência no Amapá contra o regime tenha obtido mais êxito na atração de uma parcela significativa dos mais jovens.

Randolfe Rodrigues publicou, em 2010, o artigo *A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64*, no qual ressalta que a história do movimento estudantil amapaense seguiu uma trajetória muito particular comparada à trajetória nacional, pois a ausência de uma instituição de ensino superior no Amapá representou um fator determinante na definição do seu caráter. O perfil do jovem militante era, geralmente, o de ser filho de um funcionário público, fazendo “parte de uma nascente classe média vinculada e tutelada pelo governo territorial” (RODRIGUES, 2009, p. 108). Esse perfil, na visão de Rodrigues, foi determinante na definição do seu conteúdo político e de sua atuação como um todo.

Dessa forma, a trajetória do movimento estudantil no Amapá está vinculada à fundação da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA), entidade criada em 9 de julho de 1950, que exerceu durante anos um papel determinante na atuação do movimento

106 No que tange à resistência armada, como diz Marcelo Ridenti (2014), há muita “mistificação” que pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo.

estudantil amapaense e na sua representatividade junto ao movimento regional e nacional. Os primeiros passos de fundação da UECSA foram dados a partir do surgimento dos grêmios estudantis, criados nas escolas secundaristas, a exemplo do Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa, fundado em 1948, por estudantes do Colégio Amapaense (CA), que teve papel de vanguarda dentro do movimento estudantil amapaense¹⁰⁷. Foi a partir da sua fundação que surgiu a ideia de se criar uma entidade de organização dos estudantes secundaristas amapaenses, “quando foi realizada no cine-teatro territorial uma assembleia geral de estudantes secundaristas do Amapá” (RODRIGUES, 2009, p. 117).

Conforme Randolfe Rodrigues, em meados dos anos 1950 o ensino secundário possuía em todo o Amapá 17 estabelecimentos escolares, a maioria concentrada no centro da capital, Macapá, com um total de, aproximadamente, 900 alunos matriculados. Porém, mesmo sendo uma região predominantemente de jovens com aproximadamente, em 1950, 36,22% da população entre a faixa etária de 15 a 29 anos (correspondendo a 11.250 habitantes), apenas 53% desses jovens tinham acesso à educação formal, que era toda ofertada pelo sistema público de ensino. Somente em fins dos anos 1980 é que irão surgir as primeiras instituições de educação privada no Amapá. Esse quadro descrito permite elucidar a importância que o ensino secundário exerceu em unidade política também com idade jovem, tido como principal referência na formação dessa primeira geração de amapaenses.

107 As escolas secundaristas que exerceram maior destaque dentro do movimento estudantil foram criadas nos primeiros anos de implantação da administração do território. Foram elas: Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1945), Colégio Amapaense (1947), Escola Técnica de Comércio (1948), Escola Agrícola de Amapá (1948), Escola profissional Getúlio Vargas (1949), que depois passou a se chamar, em 1954, de Escola Industrial de Macapá, a Escola Doméstica, e a Escola Normal de Macapá (1954), transformado, em 1965, em Instituto de Educação do Amapá (IETA). Sobre a história e a importância do IETA, ler: CARVALHO, João Wilson. *Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo*. Uberlândia: 2012. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

A historiografia local tem analisado o movimento estudantil secundarista amapaense com uma atuação mais à direita, em razão do apoio de estudantes ao golpe de 1964. Fernando Rodrigues dos Santos (1998) explica esse apoio em decorrência do controle que o governo local sempre buscou exercer sobre a UECSA, desde sua criação. Segundo ele, a massificação propagandista no imediato pós-golpe, por meio de palestras nas escolas contra o socialismo, foi fundamental nesse sentido, a exemplo do que ocorreu em agosto de 1964, quando a UECSA conjuntamente com o governo promoveram, no Cine Territorial, a *Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude* com a presença de Rubens Loureiro e Sérgio Santacrósi, dois universitários da USP apoiadores do regime. O evento, que contou com uma grande participação de estudantes, fez demonstrações de materiais de propaganda socialista que teria sido aprendida no sul do país, apresentou documentos comprobatórios de corrupção em instituições federais do governo deposto e apelos para a adesão incondicional de estudantes ao regime (SANTOS, 1998).

Talvez pela ausência de pesquisas que permitam analisar o movimento estudantil desvinculado da militância universitária, essas análises acabam por buscar reproduzir modelos de outras regiões brasileiras, bem diferentes de realidades como as de territórios federais, como Randolfe Rodrigues tentou chamar a atenção. Desta forma, a parcela do movimento estudantil que resistiu ao golpe em território amapaense, e que foi a maioria, é menosprezada, justamente porque não se enquadra ao perfil do movimento estudantil nacional que resistiu à ditadura. Felizmente a pesquisa de mestrado de Marcella Vieira Viana, defendida em 2023 pela UnB, sanou em grande parte essa ausência, quando demonstrou, utilizando-se das reflexões de James Scott (2002), que a resistência pode adotar diversas frentes, e que, portanto, o movimento estudantil secundarista amapaense não agiu por pura molecagem ou vandalismo como a historiografia local vinha analisado, e sim visou atacar o poder estabelecido e demonstrar seu descontentamento com a sociedade autoritária, a partir das armas que dispunha. Conforme Viana:

Para os estudantes amapaenses, a resistência cotidiana não só era mais eficaz em demonstrar a oposição da classe, mas, muitas vezes, era a única

opção possível. Não por impossibilidade de fazer ou acontecer, mas para que os estudantes não fossem submetidos à tortura e os conhecidos desaparecimentos e assassinatos recorrentes durante a ditadura civil-militar no Brasil (VIANA, 2023, p.71).

Assim como é preciso analisar o movimento estudantil que resistiu à ditadura para além do movimento universitário, também é necessário analisar esta resistência estudantil para além da atuação da UECSA e dos grêmios, pois estas não foram as únicas organizações que reuniram estudantes e jovens no Amapá nesse período. No início dos anos 1950, surgiram os grupos de jovens da Igreja Católica, denominados de Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). A princípio, esses grupos se definiam como “apolíticos”, com alguns segmentos chegando a seguir uma orientação pelo anticomunismo, porém, influenciados pelas ideias do Padre Lebrete, em fins dos anos 1950, a “esquerda cristã” já era maioria no JUC e no JEC – principalmente nesse último – passando a intervir mais efetivamente no movimento secundarista, e chegando a conquistar a direção da UESCA por três mandatos (1960, 1961 e 1963). Foi de iniciativa da JEC a primeira greve de estudantes do Colégio Amapaense e do Instituto de Educação do Território do Amapá (duas instituições de ensino consideradas referências da educação secundarista). Teria sido a JEC a primeira organização estudantil a realizar ações de resistência ao golpe de 1964, promovendo pichações nos muros de Macapá contra os militares (RODRIGUES, 2009). A JEC também ajudou a fundar pela Prelazia de Macapá, em 1959, sob a orientação do Padre Caetano Maielo, o jornal *A Voz Católica*, além de programas que denunciavam o regime na Rádio Educadora São José¹⁰⁸, inaugurada em agosto de 1968 (CUNHA; FREIRE, 2007).

108 A Rádio Educadora São José (1968-1978) foi uma emissora de rádio criada no Amapá que tinha como mantenedora a Prelazia de Macapá, instituição criada por meio da bula *Unius Apostolicae Sedis*, pelo papa Pio XII, no dia 1º de fevereiro de 1949. O projeto de comunicação da Igreja Católica objetivava criar uma alternativa de rádio, já que em Macapá existia apenas uma emissora oficial: a Rádio Difusora. A Rádio

À época, outra organização que reunia em Macapá não só estudantes, como jovens de diversas idades e segmentos sociais, era a agremiação sociocultural *Saci Clube*, criada no início dos anos 60, com o objetivo de incentivar a arte e cultura em um espaço privilegiado para isso. Contudo, conforme seu primeiro presidente, Carlos Nilson, por integrar uma grande maioria de estudantes secundaristas do movimento estudantil, logo passou a ser mais um espaço de politização e contestação ao regime militar, ao governo amapaense e à Icomi: “O Saci começou então se politizar, pela razão de eu pertencer a política estudantil”.

De acordo com Carlos Nilson, poucos dias antes do golpe de 64, enquanto fervilhava a política nacional, e o Amapá um pouco alheio aos acontecimentos que levariam à deposição de Jango, os jovens do *Saci* realizavam protestos que pediam a encampação da Icomi, ou seja, a sua estatização.

Na sexta, 13 de março fizemos uma vigília Saci e CA na Piscina Territorial, onde fiz um pronunciamento favorável à estatização da Icomi, que me custou uma detenção após 31 de março, lá pro fim do ano. Fui defendido pelo Bispo D. Aristides Piróvano e Pe. Caetano Maielo. Foi quando instituímos a camisa do Saci. A cor escolhida era o vermelho, que era pintado por mim e o Ronaldo Bandeira. (NILSON, 2014).

Luiz Mendes, que assumiu o governo amapaense poucos meses após o golpe de 64, tentou utilizar o *Saci Clube* como estratégia para estabelecer o controle dos jovens que frequentavam a agremiação. Seu governo chegou a reconhecê-la como o “abrigo da mocidade” (AMAPÁ, edição especial, de dezembro de 1967), dando a entender que seu governo a apoiava. Porém, a cor vermelha escolhida para a confecção das camisas dos integrantes do *Saci Clube* serviu de pretexto para que o governo os taxasse de comunistas. Mas foram as exposições das peças *Judas no Tribunal*

Educadora, apesar do caráter religioso, oferecia uma programação variada, com noticiários, rádio teatro, programas de auditório e programação musical, baseada na formação social e cultural da população (CUNHA; FREIRE, 2007).

e *Prostitutas Respeitosas*, produzidas pelo elenco do Teatro Amadores do Amazonas, que foi o estopim para que os jovens do *Saci Clube* fossem duramente reprimidos pelo governo amapaense. O espetáculo, baseado em Paul Sartre, que tratava sobre a discriminação da mulher e do negro nos EUA, foi interpretado como subversivo pelo governador Luiz Mendes, que assistia as peças na plateia, mandando prender, ali mesmo, o presidente Carlos Nilson e outros integrantes do *Saci*. Meses depois desse acontecimento, a sede do *Saci Clube*, que ficava nos fundos da Fortaleza de São José de Macapá, foi tomada pelos militares e a entidade foi fechada pelo governo amapaense. “Alguns meses depois nos tomaram a sede da Fortaleza, alegaram não ser possível um clube numa praça de guerra. Hoje é só lembrança” (NILSON, 2014).

Os atos de fechamento dessas agremiações estudantis, como o *Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa* do Colégio Amapaense, a UECSA, o *Saci Clube*, bem como a prisão de alguns de seus membros, revelam um certo receio por parte das autoridades locais com relação a essas entidades estudantis e a força que teriam entre os mais jovens como resistência ao regime, por isso a repressão política foi intensa no sentido de frear esses movimentos no Amapá.

Pode-se afirmar, fazendo-se as devidas ponderações, que a repressão ao movimento estudantil amapaense atuou no mesmo sentido do ocorrido em âmbito nacional, objetivando frear qualquer resistência de estudantes. Foi fato que o endurecimento do regime, a partir de 1968, com o AI-5, esfacelou o movimento estudantil nacional, somente reconstruído a partir da luta pela anistia, em meados dos anos 1970. No caso da UECSA, somente em 1986 será retomada, com a realização do seu XII Congresso e da eleição de Walmir do Carmo para sua presidência (RODRIGUES, 2009). Todavia, os diversos movimentos de caráter estudantil e religioso, ou meramente culturais e artísticos que reuniram um grande número de jovens amapaenses podem ser vistos como a expressão de toda uma geração que crescia em torno de expectativas e de críticas à forma como o Estado brasileiro vinha conduzindo as administrações dos territórios federais amazônicos e as políticas de desenvolvimento econômico na região.

Se, por um lado, os militares buscavam importar modelos nacionais na condução da política local, por outro, a juventude amapaense, mesmo com a precariedade com que as informações circulavam em todo o território amapaense e do monopólio que o governo exercia sobre os poucos canais de comunicação existentes, também encontrou caminhos de diálogos e se manteve próxima das inspirações e projetos vividos pelos demais jovens de outros cantos do país e do mundo; assim, também ouvia artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e outros. Assistia no Cine Territorial e no Cine Paroquial filmes como: *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969); *Como era Gostoso o Meu Francês* (1971) e outros. E sob a influência dos festivais de música, que se multiplicaram pelo país, também participou ativamente, em fins dos anos 1960 e início de 1970, de alguns deles, bem como dos festivais amapaense da canção¹⁰⁹, organizados por artistas e escritores locais de vanguarda e de interlocução nacional, como Isnard Lima, Amilar Brenha, Nonato Leal, Alcy Araújo, Ezequias Assis e outros.

Portanto, mesmo com a censura e com as frustrações das suspeitas de manipulação dos resultados desses festivais, o período da ditadura militar foi decisivo para o surgimento de uma arte genuinamente amapaense, tendo como expressão máxima os artistas do movimento da *Revista Rumo*¹¹⁰, como Alcy Araújo, Álvaro da Cunha, Ivo Torres e Arthur Nery

109 O I Festival Amapaense da Canção ocorreu em 1969; o II Festival Amapaense da Canção, em 1970; o III Festival Amapaense da Canção, em 1971, e o IV Festival Amapaense da Canção, em 1975. Fonte: Revista *Latitude Zero*, edições de jul./ago. 1969, nov. 1970 e dez. 1971.

110 A *Revista Rumo* foi lançada em 1957, logo após a vinda para o Amapá do escritor carioca Ivo Torres, um de seus idealizadores. A revista, que publicava textos de escritores locais e nacionais de influência modernista, abordava temas sobre os movimentos artísticos e culturais locais, nacionais e do exterior. Conforme definiu o escritor amazônida Osório Nunes, “*A Rumo conduz e explica o Amapá*”, portanto foi a *Rumo* que, projetando o Amapá para fora, inseriu, de certa forma, a cultura amapaense no contexto nacional e internacional. O sucesso da revista levou a criação da *Editora Rumo*, que incentivou a produção literária amapaense publicando livros antológicos como: *Quem explorou quem no contrato do manganês no Amapá* (1962), de Álvaro da Cunha, e *Autogeografia* (1962), de Alcy Araújo. A revista *Rumo* também deu origem ao *Clube Arte Rumo* que reunia poetas, escritores, músicos e artistas das

Marinho que ambicionavam divulgar para fora do Amapá a emergência de uma sociedade que nascia no seio de valores vistos por eles como originais. Os anos 1960 e início dos 1970 foram de amadurecimento de uma produção artística local, que refletiram não só a crítica política, social e econômica ao regime, mas também ao programa regional de desenvolvimento político e econômico imposto aos territórios federais.

Esse movimento artístico, que teve na participação ativa da nascente juventude amapaense seu ponto forte, diferiu-se do inicial não só pelo fato de não ter somente intelectuais burocratas importados de outros estados e ligados ao governo amapaense, mas também em razão de estar sendo gerado a partir de referências locais identitárias. A música “*Devaneio*”, de autoria do jovem artista Fernando Canto, classificada em segundo lugar no *IV Festival Amapaense da Canção*, de 1972, é representativa nesse sentido. Não foi à toa que se tornou o primeiro sucesso fonográfico do Amapá, com a irreverência e a originalidade do grupo Os Mocambos¹¹¹, pioneiros na gravação e na divulgação do ritmo do marabaixo nos arranjos musicais (CANTO, 2009). A *Banda*, bloco de rua de carnaval, criado em 1965, por pessoas vistas como opositores do regime, foi a própria expressão do casamento entre a irreverência e a política, tão característicos dos protestos amapaenses no período da ditadura.

artes cênicas e plásticas, ao mesmo tempo em que buscava incentivar o surgimento de novos talentos por meio da promoção de concursos de crônicas e poesias (Fonte: LITERATURA DO AMAPÁ. **Movimento Rumo e modernos poetas do Amapá**. [internet]. Macapá: Paulo Tarso (editor). 6 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://escritoresap.blogspot.com.br/2006/01/movimento-rumo-e-modernos-poetas-do.html>. Acesso em: 16 jan. 2016).

- 111 Os Mocambos foi formado no Amapá por volta de 1963 com a seguinte composição: Hernani Guedes (idealizador e violonista), Guimarães (saxofonista, tecladista e arranjador), Fernando Canto (guitarrista base e vocal), Aldomário Henriques (guitarrista solo e vocal), Zé Maria Teles (contrabandista), Tito (Cícero), Melo (vocal) e Pedro Balieiro (baterista). Foi em 1968, com a gravação do LP *Marabaixo: o folclore amapaense*, que surgiu a ideia de gravar músicas da cultura local (Fonte: PORTA RETRATO. Hernani Guedes e seus mocambos. [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 29 de agosto de 2011. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2011/08/hernani-guedes-e-seus-mocambos.html>. Acesso em: 12 jan. 2016).

Não foi pretensão adentrar em uma temática que versa sobre como o regime se relacionou com a vida cultural no Brasil neste período, ou vice e versa, mas pode-se dizer que, de forma geral, a ditadura militar no Amapá, assim como no restante do Brasil, combinou uma política cultural repressiva com uma política cultural proativa. A vida cultural localmente durante as décadas do regime militar foi efervescente, seja por fatores de ordem social, como o crescimento de juventude de amapaenses envolvidos com movimentos culturais de cunho contestatório e de crítica ao projeto Icomi, seja em razão de ações promovidas pelo próprio regime.

Assim, contrariando todo um discurso oficial de uma aparente calma-ria que se seguiu ao golpe civil-militar no Amapá, com remanências no imaginário social do presente, e da forma como vem sendo interpretada a ditadura em território amapaense, os documentos e depoimentos coletados pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá¹¹² têm fornecido novas possibilidades interpretativas para o estudo desse período autoritário em regiões administradas diretamente pela União, desde antes de 1964, como era o caso dos territórios federais.

Na leitura de Santos (2001), configurou-se no Amapá, desde os primeiros momentos do golpe civil-militar, o que viria a se tornar uma prática estrutural da ditadura brasileira: o terror de Estado: “servidores públicos eram punidos, demitidos, admoestados, sem a menor formalidade administrativa, sindicalistas eram destituídos e detidos, estudantes eram penalizados e expulsos de colégios, opositores eram investigados” (SANTOS, 2010, p. 290). Ainda é preciso pesquisar sobre a atuação do

112 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (da qual faço parte como membro colegiado), foi por meio da Lei nº 1.756, de 24 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial nº 5.490/13 e alterada pela Lei nº 1.771, de 30 de setembro de 2013, durante o governo de Camilo Capiberibe (2011-2014). Após um período de paralisação de quatro meses, foi reativada pelo atual governador, Antônio Waldez Góes da Silva, conforme Decreto nº 4.994/2015. Foi a primeira Comissão criada na Amazônia, objetivando, assim como as demais Comissões estaduais, municipais e institucionais, oferecer subsídios aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Partido Comunista (PC) em nível local, mas compartilho da compreensão de que ele atuou de forma velada e com pouca abrangência, porém, o uso do anticomunismo¹¹³ pelos governos amapaenses nesse período — como recurso ideológico e imaginativo, bem como forma de convencimento da necessidade de determinadas medidas de repressão — foram práticas recorrentes. Para Rodrigo Pato Sá Motta (2002), no período compreendido entre 1961 e 1964, o anticomunismo se constituiu em peça-chave para o entendimento da deflagração do Golpe Militar de 31 de março de 1964. De um lado, ações — movimentos, organizações e campanhas — de outro, as representações — imaginário, iconografia e ideário. Segundo ele, a expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”, ou seja, eram aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo.

A pesquisa sobre esse período em âmbito local ainda tem muito a avançar dada a escassa produção historiográfica sobre o tema, mas já é consenso de historiadores e historiadoras que a Ditadura Militar no Amapá teve seus contornos delineados a partir de particularidades comparadas à realidade dos demais estados brasileiros. Para Dorival Santos (2001), a mais importante dessas especificidades se refere à ressignificação que as ações e as normas preconizadas pelo centro definidor do poder nacional vão adquirir em uma sociedade com as características que a amapaense apresentava, com uma cultura e mentalidade preponderantemente tradicional, comunitária e mitológica, em termos pré-modernos.

Essa linha de argumentação apresentada por Dorival Santos ajuda a explicar o porquê da deflagração da “Operação Engasga” — durante o governo de Lisboa Freire (novembro de 1972 a abril de 1974), o primeiro oficial da era da Marinha no Amapá — a qual teria servido de pretexto para a prisão de várias pessoas, supostamente, envolvidas com o comunismo, obtendo grande repercussão entre a população e ficando marcada

113 Para entender melhor sobre o anticomunismo, ler: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

no imaginário amapaense como um tempo de medo e terror. Diria que para quem analisa a trajetória amapaense pelo enfoque da experiência do território federal, não há como não associar a explicação do surgimento dos “engasgadores” aos fios que teceram a história de estados que surgiram a partir de Territórios Federais dentro da experiência republicana brasileira.



Charges do mapa do Amapá amordaçado, representando a censura à imprensa amapaense durante a ditadura civil-militar brasileira.

Fonte: Revista *Hileia*, ano I, nº 5, jul. 1968.

O “engasga-engasga”, como ficou conhecida popularmente a operação militar de 1973, recebeu esse nome em razão de ter sido justificada pela quantidade de relatos de agressões a mulheres que teriam sido

vítimas de tentativa de estrangulamento por um homem disfarçado, com peruca longa, máscara contra gases, barba comprida, vestuário extravagante e luvas cobertas por lixas grossas. Conforme Adamor Oliveira,

Algumas pessoas diziam que era um alienígena originário da Ilha Inglesa de Santa Lúcia no Caribe, que se encontrava preso em Macapá, como clandestino e, que possuía conhecimentos de guerra de guerrilha, métodos psicológicos, próprios para agitar a cidade tornando atônicos seus cidadãos (OLIVEIRA, 2013, p. 179).

Apesar das várias denúncias à polícia e à Rádio Difusora, não se tem registros de uma mulher assassinada ou gravemente ferida por esses ataques, mas estas notícias falsas geraram em Macapá um clima de tensão e medo generalizados entre os moradores, intensificados por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam com a saída dos estudantes das escolas no turno da noite, conforme narrativa abaixo:

Diariamente agrediam mulheres, na medida em que os dias iam passando, as agressões iam aumentando ao ponto de ocorrer cinco a seis, por dia. O tumulto tomou conta da cidade. Os colégios interromperam as aulas, os cinemas fecharam as portas, o comércio paralisou, em parte suas atividades. Começaram então os boatos, uns viam um homem barbado com uma roupa desconhecida num local, daqui a pouco o mesmo homem já se encontrava em outro local agredindo as mulheres, enfim, não havia mais quem entendesse o que estava acontecendo, nem a polícia, nem o povo, nem ninguém (OLIVEIRA, 2013, p. 178-179).

Em maio de 1973, a aparente pacata capital, Macapá, foi surpreendida com a chegada de várias autoridades das Forças Armadas, e com a prisão de, aproximadamente, 28 pessoas acusadas de agitação e comunismo, os “bodes expiatórios”, como assim Adamor Oliveira se referiu às pessoas presas por essa operação. O jornal paraense *Folha do Norte*, de 1º de junho de 1973, com a manchete “Terroristas estrangeiros agredem mulheres em Macapá”, noticiou as agressões e as prisões dos supostos “engasgadores”, referindo-se a eles como “terroristas que

estariam estrangulando mulheres em Macapá”. Segundo esse jornal, “a população da capital do território esteve intranquila durante quinze dias, até que a Secretaria de Segurança do Governo do Amapá, com a colaboração do 34º Batalhão de Infantaria do Exército ali sediado, conseguiu prender os responsáveis pelos acontecimentos” (*Folha do Norte*, de 1º de junho de 1973).

Para os jovens que faziam parte do movimento cultural *Clã Liberal do Laguinho*¹¹⁴, como Odilardo Lima e Fernando Canto, presos pela Operação Engasga, a versão dos fatos teve um sentido bem diferente do oficial. Foram momentos de insegurança, medo e perplexidade diante de acusações que desconheciam, agravados pelos dias de cárcere, torturas e horas de interrogatórios. Sete anos depois, Odilardo Lima narrou ao jornal *Resistência* os dias de cárcere vividos nessa época.

Abriram o porão e botaram todos de mão para cima, chamando-os de comunistas e terroristas. Aí fizeram a revista. Apertaram tanto o meu saco que quase não aguento. Depois nos levaram para outra cela, aos poucos. Cinco degraus separaram o nível do solo do porão para onde fui levado. Na porta havia dois caras encapuzados. Um sujeito me empurrou e fui aparado a porrada. O Isnard Lima Filho e o Capiberibe estavam apanhando. Apanhavam lambadas de arame, socos e pontapés, com as perguntas e palavrões. Fui torturado durante duas horas. Depois nos manietaram com arame e corrente. Eu fui manietado com arame. Havia um caminhão do Exército nos esperando. Nos jogaram lá dentro como se joga porco. Quando me atiraram lá, o arame começou a cortar meus pulsos. Aí eu fiquei de um jeito que cortasse as veias. Antes disso, nós fomos encapuzados e levados para uma sala. Lembro-me que chamavam pro cara que estava nos interrogando de coronel (RESISTÊNCIA, 1980).

114 O movimento cultural “Clã Cultural do Laguinho” foi fundado por jovens moradores do Bairro do Laguinho com o propósito de discutir questões culturais, religiosas e científicas, e acabou por incomodar o regime, segundo Santos (2001, p. 109), “pelo simples fato de escapar-lhe o controle sobre a independência e a criatividade com que o grupo funcionava”.

As salas e as prisões que Odilardo mencionou em sua narrativa são, provavelmente, ambientações das dependências da Fortaleza de São José de Macapá, que era para onde levavam a maior parte dos presos políticos do período da ditadura, tornando-se, segundo Santos (2001), símbolo e ícone de medo. A maioria das pessoas entrevistadas pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP) destacou essa representação que o Forte de Macapá passou a ter, desde então, em suas vidas, o que nos leva a pensar esses espaços como um dos *lugares de memória*, conforme a expressão cunhada por Pierre Nora. Para ele, os *lugares de memória* são nosso momento de história nacional, possuem papel narrativo de consolidação e totalização, reunindo elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, e unificando-o a uma rede articulada dessas identidades diferentes, “uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma” (NORA, 1993, p. 13). Assim lembra Nora (1993, p. 21): “só é lugar da memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”.

Fernando Canto, poeta e músico, resumiu esses anos de repressão vividos no Amapá com a seguinte frase: “até falar de amor era crime político”. Embora não oficialmente reconhecida como Operação Engasga, saber o que de fato se passava na cabeça de seus construtores ainda é inconcebível, dada a ausência de documentação sobre ocorrido e a recusa de pessoas ligadas ou não a repressão em se manifestarem sobre o assunto, levando a pensá-lo como um evento em que se produziu muitos apagamentos e silenciamentos em razão da destruição maciça de documentos.

Dessa forma, os depoimentos de vítimas, coletados pela CEV-AP, conduzem a interpretá-los com fortes indícios de que tal operação militar foi arquitetada por agentes da repressão, servindo não só de intimidação e difamação dos opositores do regime, mas como pretexto para a prisão de várias pessoas, supostamente comunistas, e manter a população sobre controle e vigilância. Mesmo que se considere a hipótese de terem concebido este plano simplesmente para criar a Polícia Militar no Amapá, como muitos depoentes assim afirmaram, ela foi ressignificada pela cultura vigente, sendo decisiva para o desmantelamento da resistência à ditadura, deixando marcas profundas no imaginário

social amapaense, que permanecem vivas nas memórias das vítimas e de seus descendentes, como experiências traumáticas que não passam, pois como ajuíza Jeanne Marie Gagnebin, a memória afetiva jamais se deixa controlar, no máximo se deixa calar ou manipular, mas volta, pois “as lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos se espera” (GAGNEBIN, 2010, p. 183).

2.3 “O POVO TODO ENJOO DO CAPITÃO”: O AMAPÁ SEM JANARY

*MDB quando chega no Amapá
É sinal que o povo precisa renovar
O povo todo enjoa do Capitão
É sinal que o Amapá vai expulsar o camaleão
O povo quer agora é renovar
Com Antônio Pontes e Lucimar
O povo agora já escolheu
Dois nomes de valor que a terra concebeu
O Pontes vai na frente atrás o Lucimar
E não tem um só remédio para eles não ganhar¹¹⁵
(Letra: Aguides Boaventura da Gama)*

A letra acima foi um dos *jingles* da campanha de Antônio Cordeiro Pontes nas eleições de 1970 no Amapá, para o único cargo eletivo a que os territórios federais tinham direito, o de deputado federal. A vitória da coligação Pontes-Lucimar pelo MDB, composta por dois jovens professores e inexperientes, contra um candidato tradicional e influente da política amapaense, o ex-governador Janary Nunes (que tentava o terceiro mandato consecutivo) foi interpretada, à época, como a vitória de

115 Letra reproduzida por Bernadete Rodrigues da Gama, filha de Aguides Boaventura da Gama, em 14 de março de 2014, durante uma visita a sua casa.

“Davi contra Golias” e acabou por ser compreendido pela historiografia como um marco do fim do *janarismo* na política amapaense.

Antônio Pontes nasceu na Fazenda Tacumã, em 1937, oriundo de uma família tradicional de pecuaristas do município de Macapá. Estudou durante toda sua trajetória estudantil em colégios de Macapá; sua incursão na política decorreu de sua liderança dentro do movimento estudantil secundarista, em grêmios como o do Ginásio de Macapá. Sua campanha foi marcada pela jovialidade, pela promessa de rompimento com o passado, e pela crença de que a renovação na política, por meio da representação de uma liderança jovem e nascida na região, poderia levar o Amapá ao progresso e desenvolvimento econômico. Talvez por isso grande parte dos seus apoiadores e eleitores fosse de jovens que lotavam os comícios irreverentes, realizados, geralmente, com shows da banda *Os Cometas*¹¹⁶, e com canjas do candidato, que ensaiava algumas notas musicais na guitarra. Os showmícios também contaram com a participação especial de artistas nacionais, como a rainha do bolero, a cantora mineira Edna Fagundes, que também teria gravado jingles para a campanha¹¹⁷.

116 *Os Cometas*, conjunto musical formado por estudantes, foi criado na primeira metade da década 1960, por iniciativa de Oscar Santos. O mestre Oscar, como era conhecido, foi instrutor de música paraense autodidata que ensinou música em várias localidades do Pará de antes do desmembramento, e que, depois da criação do Território Federal do Amapá, tornou-se um dos instrutores mais conhecidos entre os jovens que desejavam aprender a arte musical. A banda foi composta inicialmente pelos músicos: Roberval (guitarra), Walfredo (percussão e vocal), Sebastião Mont’Alverne (guitarra), Luís Almeida e Pedro Altair (baixo), Assunção (trompete), Spíndola (sax), Aymoré e Augusto (piano), Joacy, Célia e Nando (vocal) e Muscula (percussão). Em 1968, com a saída de Nando, Joacy e Sabastião entraram para o grupo o guitarrista Gato e o vocalista Humberto Moreira. *Os Cometas* seguiram trocando alguns integrantes até sua paralização em 1976. Macapá Clube, Aeroclube, Piscina Territorial, Sede do Trem e Manganês foram os locais onde o grupo mais se apresentou (Fonte: PORTA RETRATO. **Conjunto, Os Cometas**. [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 19 de junho de 2010. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/06/conjunto-os-cometas.html>. Acesso em: 18 jan. 2016).

117 Para saber mais sobre esse político amapaense, ler: Antônio Pontes: *Deputado Federal*. Coleção: *Os homens que lutaram e fizeram do Amapá um grande Estado*. Perfil do

Conforme Josias Nogueira Hagen Cardoso, militante do movimento estudantil e um dos fundadores da UECSA, a insatisfação com a política de Nunes foi decisiva para que a grande maioria dos estudantes apoiasse Pontes nas eleições de 1970:

A nossa meta era substituir o governo do Território por outro governo que não dependesse da oligarquia Nunes. Na época, em tom de gozação, as professoras ensinavam em geografia: “– Meu filho o que é uma ilha? É uma porção de terra cercada de água por todos os lados”. Pois bem! “– O que é o Amapá?” Ao que os alunos respondiam: “– Era uma porção de terras cercada por Nunes por todos os lados”. [...]. Onde você chega em órgãos do governo sempre tinha Nunes. Então o nosso movimento era exatamente fazer uma retomada do governo para ver que mudanças se iria fazer (Testemunho de 19 de setembro, 2014. Fonte: Acervo da CEV-AP).

Todavia, Pontes não conquistou somente o apoio dos eleitores jovens. Quando se candidatou aos 32 anos de idade, Pontes já tinha percorrido uma trajetória profissional de mais de uma década no serviço público amapaense. Em 1956, com formação técnica pela Escola Industrial de Macapá, ingressou, aos 19 anos, no serviço público, ocupando já a função de professor. Em 1963, ao concluir o curso de bacharelado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, como já havia sido diretor de escola, acabou sendo convidado para assumir a chefia da coordenação da Divisão da Educação¹¹⁸. Portanto, parecia ser a única liderança capaz de vencer um candidato como Janary Nunes, daí, talvez, porque tenha recebido o apoio de um dos maiores adversários de Nunes, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins e de lideranças históricas da oposição ao janarismo.

A vitória de Pontes contra Nunes nas eleições de 1970 talvez tenha sido interpretada como grandiosa, à época, por ele ter derrotado uma

Amapá, Macapá, ed. esp., p.99-102, 1998; e, BARBOSA, Coaracy. *Personagens Ilustres do Amapá*. Vol. III. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 2002.

118 Ibidem.

das lideranças mais influentes da política local, demarcando o fim de um ciclo político que durou 27 anos, iniciado em 1943 com a indicação Nunes para o governo amapaense. Essa derrota acabou por também enfraquecer o grupo político do qual Nunes fazia parte, os “janaristas históricos”. Portanto, as eleições de 1970 precisam ser compreendidas para além da disputa entre esses dois políticos, pois estava em jogo a liderança pelo poder do Território Federal do Amapá, em um momento compreendido como um marco na política nacional que vinha sendo desenvolvida para os territórios federais, que vivenciaram, assim como no restante do Brasil, o endurecimento das políticas intervencionistas e o aumento da exploração econômica na Amazônia durante o regime militar.

Contudo, as eleições de 1970 ainda permitem pensar esse momento no tempo da aceleração histórica, quando se tem a impressão de que o ritmo dos acontecimentos dita a velocidade do tempo e tudo acontece de forma mais acelerada, condensando em um único momento múltiplas temporalidades e acontecimentos. No caso da história que privilegia o político como linha interpretativa, como é o caso desta escrita, tornam-se períodos-chave, pois, ao evidenciar a pluralidade de ritmos articula o contínuo e o descontínuo, e reconstrói em sua narrativa uma síntese do heterogêneo que integra eventos múltiplos e dispersos. Embora tenha essa ambição, de narrar o vivido tal como aconteceu, pretendo com esta reconstrução parcial dar-lhe um sentido que possa compreender essa experiência local dentro de uma lógica nacional de um regime ditatorial no qual o Brasil vivia. Portanto, é fundamental situar os acontecimentos de 1970 em um raio que abranja os fatores históricos e conjunturais, e esses estão diretamente relacionados à rede de intrigas e conspirações que envolveram a posse e deposição de Jango da Presidência do Brasil. Na tentativa de reconstruir os acontecimentos que teriam concorrido para a vitória de Pontes e o declínio do janarismo, analiso as eleições de 1970 como o ápice de um processo que se iniciou anos antes, logo após o Golpe Militar de 1964.

Para tanto, partiremos de dois estudos consagrados da historiografia local que tratam sobre o tema (ambos já citados em diversas passagens deste trabalho). O primeiro é a dissertação de mestrado *O Regime*

Ditatorial Militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974, de 2001, de Dorival da Costa Santos, que apesar de não abordar, especificamente, o janarismo, analisa o período pós-1964 no Amapá; o segundo é o livro *História do Amapá: da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo (1943-1970)*, publicado em 1998 por Fernando Rodrigues dos Santos, a quem se atribui a utilização do termo “janarismo” como viés explicativo para analisar esse período de quase 30 anos em que o Amapá esteve sob a influência política de Janary Nunes. Embora essas duas pesquisas apontem perspectivas distintas para a questão proposta, vejo pontos de convergências entre elas, pois ambos autores nos levaram a compreender 1964 como um momento chave para se compreender o declínio do janarismo, em um período em que ocorreram grandes mudanças na condução da política do/no Território Federal do Amapá.

Dorival Santos (2001) aponta algumas peculiaridades com relação ao Golpe de 64 no Amapá. Enquanto, no restante do Brasil, as lideranças políticas se aglutinavam em torno dos que defendiam ou não as “reformas de base”, o “janguismo” não enfrentava resistência entre os amapaenses, pois “no Amapá, as forças políticas, agrupadas em torno do Partido Socialista Democrático, PSD, e do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, alinhavam-se incondicionalmente às “reformas de base”. Digladiavam-se para definir quem era mais “janguista” (SANTOS, 2001, p. 43). Tanto que no Amapá a primeira reação ao golpe foi de apoio ao presidente João Goulart, em decorrência de uma avaliação de Janary Nunes, que, segundo Santos, foi em razão de um equívoco da única representação amapaense na política nacional.

O deputado federal Janary Nunes, enviou de Brasília, nas vésperas do dia 31 de março de 1964, um telegrama ao governador Terêncio Porto, instruindo-o para que organizasse um movimento nas ruas de Macapá manifestando solidariedade ao presidente Jango. Assim, o governador amapaense o fez. Redigiu nota oficial, que foi divulgada para conhecimento público no dia 1º de abril, por meio da Rádio Difusora de Macapá, na qual manifestava sua “decisão de manter esta unidade da federação dentro da legalidade, fiel à constituição Federal e aos poderes constituídos sob a autoridade legítima do Presidente da República” (PORTO, 1964).

Para Santos (2001), a forma como a representação política amapaense em Brasília interpretou os acontecimentos entre 31 de março e 1º de abril pode ser explicada, em parte, pela distância geográfica, mas o principal motivo reside no fato de a elite local apresentar como característica central uma subordinação extremada aos ditames políticos preconizados pelo centro do poder do país, “chegando a um agudo e caricatural servilismo, identificado pela sensível falta de influência nos bastidores políticos do regime” (SANTOS, 2001, p. 37). Esse comportamento, conforme Santos, ainda que tivesse as suas peculiaridades, não era característica específica do momento político ditatorial, nem da elite local, mas estrutural da elite nacional, identificada por relações de compadrio, de clientelismo, de patrimonialismo, da confusão entre o público e o privado e da tutela autoritária do povo, mas “no caso do Amapá esse comportamento dependente e subordinado veio sendo culturalmente construído desde do período colonial” (SANTOS, 2001, p. 38).

Segundo Santos (2001), a região que compreendeu o Amapá em 1943, desde seus primórdios, em razão de suas riquezas naturais e auríferas, despertou a cobiça desenfreada dos portugueses, e estabeleceu mais adiante, no processo de formação do Estado Nacional, um comportamento paradoxal das elites definidores do poder nacional, pois, se, por um lado, era uma região longínqua demais para gerar uma preocupação cotidiana com a sua sorte, por outro, era uma paragem de imensas riquezas naturais, especificamente minerais e localizada “em uma posição extremamente estratégica — Foz do Amazonas — para a manutenção e segurança do território brasileiro; diante destes fatores, necessitava, de qualquer modo, de uma atenção diferenciada” (SANTOS, 2001, p. 40). Esse paradoxo acabou por estabelecer uma tutela permanente do poder central sobre a região.

Para Maria Odila da Silva Dias (1998), a experiência urbanizadora vivenciada no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1990, abriu novas possibilidades de interpretação para o estudo da desigualdade regional, que teve um peso exagerado do processo de formação do país. Assim, lembra a autora, a historiografia do Império foi durante muito tempo matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade, que acabou por endossar a consolidação da hegemonia

política das elites que projetaram a nação, sendo impossível, dentro dessa visão sistêmica, chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos e as conjunturas que envolviam, também, modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos. Lembra a autora que nada pareceu mais importante para esta historiografia do que documentar diferenças e estudar especificidades na formação da sociedade brasileira, que se caracterizou por um processo, iniciado ainda no período colonial, de concentração de poder e de riquezas em níveis elevados, em comparação a outras sociedades contemporâneas.

Talvez em nenhuma outra região brasileira, como na Amazônia, seja possível identificar, de forma tão acentuada, as características de uma elite nacional apontada por esta historiografia — que teve como autor central Sérgio Buarque de Holanda — a qual optava sempre por reformas que somente reforçavam as tradições em vez de desencadear mudanças. Assim, pondero que, sendo a elite local um reflexo da nacional e o Amapá uma região administrada diretamente pela União, os rumos políticos refletiram, sem dúvida, o grau de subordinação ao poder central, mas também foram reinterpretados em razão de interesses e de disputas políticas locais com contornos definidos a partir de uma realidade específica, própria, peculiar, típica de uma região que foi sendo integrada ao Brasil, desde a colonização, por meio da extração de suas riquezas naturais, do abandono e do improviso político, sem um maior interesse em desenvolvê-la.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que são reconhecidas as características gerais e a extrema dependência na elite local do Amapá, como apontou Dorival Santos, também é possível perceber partes de uma realidade nacional que compõem esse universo plural brasileiro, compreendido apenas quando estudado dentro do contexto que o produziu. Portanto, faz-se necessário uma reflexão sobre os acontecimentos que levaram ao declínio do janarismo na política amapaense, que não deve se reduzir a fatos nacionais e locais somente, mas, também, a uma análise dos elementos estruturais que os condicionaram.

Os desdobramentos do Golpe de 1964 no Amapá sinalizam para a subordinação extrema da elite local destacada por Santos; também revelam os arranjos políticos estabelecidos a partir de interesses e disputas

locais. Não é difícil compreender a posição ambígua de Terêncio Porto em relação ao rumo que o Amapá deveria seguir no novo cenário nacional. Sua formação militar se adequava, perfeitamente, à nova conjuntura nacional, e seu comportamento duvidoso se justificava em razão do seu grande interesse em permanecer no governo amapaense, a qualquer custo. Sua indicação para o cargo de governador do Amapá ocorreu por intermédio de Janary Nunes, que, se utilizando da influência política, já como deputado federal, recorreu ao Marechal Lott, amigo de longa data, para que intercedesse junto ao presidente Goulart para a sua nomeação. Terêncio Porto apenas seguiu as orientações de seu aliado político em Brasília, Janary Nunes, que ao considerar sua primeira avaliação como equivocada dos fatos, tenta desfazer o engano, mas o estrago já havia sido feito. As consequências viriam um mês e meio depois, com a substituição de Terêncio Porto do governo do Amapá pelo general do Exército Luís Mendes da Silva e a tentativa de cassação do mandato de deputado federal de Janary Nunes, acusado de subversão e comunismo.

Fernando Rodrigues dos Santos (1998) parte das disputas locais para compreender o Amapá desse período. Para ele, a eleição de 1966, a primeira após o Golpe de 64, seria decisiva para o declínio do janarismo. A definição de quem seria o candidato do governador era o que estimulava a disputa eleitoral daquele ano, que passou a ter, como principal objetivo o banimento de Nunes da política amapaense. Assim, seguindo essa linha argumentativa, a eleição de 1966 seria reflexo de uma bipolarização da política amapaense, ou seja, da divisão entre os que apoiavam Nunes — os “janaristas” — e aqueles que o queriam fora do Amapá — os “antijanaristas”. De fato, Janary Nunes passou a ser visto como o maior adversário dos governadores amapaenses depois da saída de Terêncio Porto, que se sentiam ameaçados pela sua atuação parlamentar como único representante do Amapá em Brasília e pela sua força política local. Porém, Janary Nunes, que mesmo conseguindo se reeleger para o cargo de deputado federal naquele ano, não indicaria mais nenhum dos governadores depois de Terêncio Porto, e, consequentemente, não teria mais a mesma influência dentro da administração pública local.

Portanto, além de Fernando Rodrigues supervalorizar o período sob ótica de uma única personagem, pouco se considera, nessa análise

centrada no janarismo, os condicionantes históricos e sociais que permitem pensar esse Amapá como lugar socialmente plural e articulado com uma realidade mais ampla. Como historiadora — cujo papel não se limita a descrever, mas em compreender, explicar e de buscar significados para os comportamentos políticos — faço aqui ponderações ao peso atribuído por Fernando Rodrigues dos Santos às disputas políticas locais como viés interpretativo para se compreender a derrota de Nunes nas eleições de 1970.

É evidente que um sistema institucional jamais será um simples agenciamento de poderes, mas traduz, sob a ótica do plano de organização do Estado, a visão global de mundo e da sociedade peculiar que se está analisando. No que tange à relação política do Amapá com a política nacional, mesmo se tratando de um território federal, em que as decisões políticas perpassavam pelo controle direto do poder central, em muitos momentos, como venho tentando demonstrar, a estrutura político-administrativa que foi montada era frágil e permitia não só os excessos dos poderes dos governadores como um grau de autonomia entre os atores políticos locais que extrapolavam os limites de sua funcionalidade.

Vale lembrar que a campanha eleitoral é o primeiro ato de uma eleição. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou as explicações dos programas dos candidatos e dos partidos, é a entrada em operação de estratégias e movimentos de opiniões que modificam a cada dia as intenções e, talvez, as relações de forças. No Amapá, os jornais — inclusive os governistas — seguiram essa lógica, com balanços das disputas eleitorais que nos permitem reconstruir acontecimentos centrais que ajudam a explicar o fim do janarismo na política local. Quando se faz uso de periódicos na escrita da história, sobretudo, os que se reportam a experiências mais recentes (caso específico deste estudo), os períodos das campanhas eleitorais se tornam um campo instigante para os historiadores, pois são nesses momentos que os conflitos e as intrigas se intensificam e se tornam mais constantes nessas publicações, mesmo que filtradas pelos grupos que detêm os seus editoriais.

Na publicação de *A Voz Católica*, de 28 de fevereiro de 1970, intitulada “Política no Amapá: ontem e hoje”, a eleição de 1970 é tratada como fim de uma era política que demarcou o domínio e o declínio dos Nunes

no Amapá. Segundo essa reportagem, o domínio dos Nunes na política nacional e local se consolidou, em 1946, com eleição de Coaracy Nunes, irmão, à época, do governador Janary Nunes, como primeiro deputado federal pelo Amapá, e que se fortaleceu ainda mais com as suas reeleições em 1950 e 1954, sofrendo um duro golpe em 1958, com o trágico acidente aéreo que o vitimou em plena campanha eleitoral para o quarto mandato consecutivo. A época, Coaracy era reconhecido no parlamento brasileiro como o jovem e promissor deputado da “Amazônia”, em razão de sua atuação pela implantação da Superintendência e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A morte precoce de Coaracy é apontada pela *A Voz Católica* como o momento de crise do domínio dos Nunes na região, que passaram a ter dificuldades de encontrar um sucessor, possibilitando a articulação da oposição em torno da disputa eleitoral para o único cargo de deputado federal pelo Amapá. Segundo a avaliação do articulista que assinou a reportagem, Caribe de Souza, “De lá pra cá a coisa fedeu” (SOUZA. In.: *A VOZ CATÓLICA*, 28 de fevereiro de 1970), o que se presenciou foi a mais renhida campanha até então, com o crescimento de uma oposição cada vez mais feroz fortalecida pela dificuldade em se encontrar um sucessor para Coaracy.

A escolha recaiu sobre o médico Amílcar Pereira, à época, governador, que teria assumido o cargo por indicação de Janary, após a sua saída do governo do Amapá. Para seu lugar foi indicado como governador Pauxy Nunes, também irmão de Janary. Do lado da oposição, o também candidato, o advogado do Banco do Brasil, Dalton Lima, que após se tornar defensor das causas trabalhistas contra a Icomi e assumir o controle do PTB, colocava-se como o oponente que somente sossegaria depois que afastasse os Nunes do Amapá, “mas a coisa foi bem diferente...” (SOUZA. In.: *A VOZ CATÓLICA*, 28 de fevereiro de 1970); o cenário acirrado registrou um feito inédito, pois foi a primeira vez que um candidato governista perdeu em várias urnas de Macapá e Mazagão, mas não foi suficiente para superar a candidatura de Amílcar Pereira que viria a ter sua vitória confirmada com a abertura das urnas de Amapá e de Oiapoque.

Para o analista político de *A Voz Católica*, as eleições seguintes à disputa pela sucessão de Coaracy Nunes, as de 1962 e de 1966, ajudam a elucidar o que estaria em jogo na eleição de 1970, mas demonstram claramente que, em se tratando de política, tudo é imprevisível, e as alianças se fazem e se refazem conforme o calor dos acontecimentos. Segundo Caribe de Souza, foi o que acabou acontecendo em 1962, quando Janary Nunes decidiu concorrer contra Amílcar Pereira, que desejava tentar a reeleição com o apoio declarado do então governador Raul Valdez (o mesmo que havia sido o seu primeiro secretário no governo amapaense, uma espécie de vice-governador nos territórios federais). Restou para Nunes, então, sair como candidato da oposição, com apoio de setores conservadores da política local e de dissidentes do PTB, conquistados com promessas impossíveis de serem cumpridas mais adiante.

E foi assim que um dos maiores antijanaristas declarado, Dalton Lima, tornou-se seu suplente na chapa PSP-PDC, com a promessa de que assumiria a presidência da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), fato que nunca ocorreu. Por ter registrado alianças consideradas “irreconciliáveis”, a campanha de 1962, na leitura do articulista da *Voz Católica*, “foi a mais porca que já presenciamos. Até nome de mãe entrou nos comícios” (SOUZA, 1970), e o resultado de tudo isso: “Dalton Lima foi repudiado pela ala decente do PTB e o Janary sofreu grande desgaste no seio dos seus admiradores” (SOUZA, 1970).

Mas, para Caribe de Souza, assim como analisou Fernando Rodrigues dos Santos, foi a eleição de 1966 — a primeira após a implantação da ditadura — que, talvez, tenha protagonizado embates mais acalorados, movimentando os ânimos e animosidades nos dois anos que a antecederam, redefinindo alianças locais decisivas para a derrota de Nunes, em 1970. Na análise de Caribe de Souza, o que tornou as eleições de 1966 *sui generis* em relação às demais, foi o fato de a ditadura ter acabado “com aquela norma de que todo o governador do território ser indicado pelo deputado”, o que, naturalmente, deixava “o governador livre de compromissos com este ou aquele candidato” (SOUZA, 1970). Na sequência, Caribe de Souza completa seu raciocínio sobre o cenário político de 1966, vendo-o como pouco favorável para Nunes: “acontece que, na época, o

Amapá era governado pelo general Luiz Mendes da Silva, cuja amizade pelo deputado é igualzinha à do diabo pela cruz” (SOUZA, 1970).

Caribe de Souza não analisou com maiores detalhes como o Golpe, de 1964 afetou o poder de Nunes nas eleições de 1966, como deixou subtendido na citação acima, mas, desde maio de 1964, quando Luiz Mendes (abril de 1964 a abril de 1967) assumiu o governo amapaense por indicação do presidente Castelo Branco, que começou a serem redesenhadas as novas alianças políticas locais contribuindo, de forma decisiva, para o enfraquecimento do poder dos Nunes e de seus apoiadores no Amapá. Mendes buscou, desde o princípio de sua administração, construir uma política de coalizão não só com conhecidos e pessoas influentes da política local, mas com opositores históricos de longas datas de Nunes, convidando para cargos estratégicos da administração pública petebistas, como Elfredo Távora, Amaury Farias, José Aragarino e outros.

Luiz Mendes apostava muito mais na derrota legalista de Nunes que nas urnas. Juntamente com o ex-tenente José Alves Pessoa e Mário Luz Barata, o ex-governador respondia a um inquérito policial pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Território Federal do Amapá, instaurado em 17 de maio de 1966, a mando de Mendes, sob a acusação de crime de subversão e comunismo, objetivando a cassação de seu mandato de deputado federal. Nos autos do inquérito, havia os telegramas trocados entre Janary e Terêncio, entre 31 de março e 01 de abril de 1964, a cópia do pronunciamento de Terêncio Porto na Rádio Difusora e informações referentes a uma suposta reunião na residência deste, com intuito de se organizar uma passeata de apoio a Goulart e contrária ao golpe, que não chegou acontecer porque Nunes teria interceptado a tempo de impedir a sua realização.

Constavam nos autos, ainda, os testemunhos de dois líderes sindicais locais, Jorge Fernandes Ribeiro (o “Jorge Padeiro”) e Francisco Gomes Pereira — identificados como “extremistas” —, que teriam confirmado a ligação de Janary Nunes a comunistas. Entre os supostos comunistas, estavam: o sindicalista Roberto Moreno, membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria; o estudante paraense Celso Saleh, ex-membro das diretorias da União Nacional dos Estudantes

(UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que teria vindo ao Amapá a convite de Janary para fundar um sindicato rural; o deputado pernambucano Francisco Julião; Cleo Bernardo de Macambira Braga, à época, presidente do PCB no Pará, que chegou a indicar como suplente de sua frustrada candidatura para o senado do Pará. No documentário fotográfico do referido inquérito, ainda estavam anexadas as fotografias de Nunes abraçado com o deputado paraense Bendito Monteiro, identificado como: “um dos principais líderes comunistas da Amazônia, com atuação destacada nos meios políticos e rurais, tendo sido atingido pelo Ato Institucional nº 1” (I.P, Dops-AP, 16 de maio de 1966).

A tentativa frustrada de cassação do mandato de deputado federal de Nunes, mesmo com todas as investidas do governo de Luiz Mendes de associá-lo ao janguismo e comunismo, pode ser um indicativo de que as disputas políticas locais não chegaram a ter eco fora do Amapá, mas, também, podem demonstrar a rede de articulações nacionais e locais que adiaram por oito anos o seu banimento da política local e a ressignificação de sua popularidade entre os amapaenses. Suas vitórias em 1962 e 1966, bem como a grande frente de alianças que se formou para derrotá-lo, denotam não só a durabilidade temporal do capital simbólico de sua administração para além do tempo que governou os amapaenses,¹¹⁹ mas também como ele foi ressignificado em um novo contexto, quando a sua imagem passou a ser a de articulador dos interesses locais fora do Amapá, ao mesmo tempo em que demonstrava apoio irrestrito ao Golpe e lealdade ao regime que se instalara no país

119 Em pleno pleito eleitoral de 1962, Janary Nunes lançou o livro *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*, um compêndio de pequenos artigos com impressões de personalidades que transitaram no Amapá, algumas simplesmente em visitas e outras a trabalho, sobre o período em que Nunes havia governado o Amapá, entre os anos de 1944 a 1956. Entre elas estão: ex-chefes de divisões e chefias do território, jornalistas paraenses, políticos locais e nacionais, professores, estudantes e amigos. A publicação dessa coletânea expressa, naquele momento, o desejo de um homem público de continuar conduzindo o destino dos amapaenses, e, talvez, a reivindicação de um tempo que se pretendeu eternizar.

desde então, deixando claro seu distanciamento com as acusações que foram feitas por seus adversários.

No mesmo momento que enfrentava a perseguição política local e respondia ao IP pelo DOPS-AP, sua estratégia foi desenfrear uma campanha violenta contra o governo Luiz Mendes fora do Amapá. Em outubro de 1965, protocolou um requerimento¹²⁰ no Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, no qual pedia esclarecimentos ao Poder Executivo sobre as verbas pagas pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) ao governo do Território Federal do Amapá e acusava Mendes de não recolher ao Tesouro Nacional o saldo de verba no valor de Cr\$ 362.092.268 referentes ao exercício de 1964, e de utilizar de forma arbitrária esse saldo sem a devida prestação de contas. Também denunciava que, mesmo com consignação em 1964 e 1965 de dotações orçamentárias substanciais pela União, e de muitos bilhões de cruzeiros que já haviam sido destinados a todos os governadores que já haviam passado pelo Amapá, faltavam: “remédios até para indigentes nos hospitais e postos médicos, cobra-se tudo o que é fornecido, é precaríssima a assistência prestada à população, falta carne dias seguidos nos açougues, as cidades vivem no escuro, o povo humilde acha-se abandonado pelo governo” (NUNES. Requerimento de 12 de outubro de 1965).¹²¹

120 Requerimento de Informações protocolado por Janary Nunes, no qual solicita ao Poder Executivo, por meio do ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, informações sobre as verbas destinadas ao Território Federal do Amapá em 1964; requer também informação sobre instauração ou não de inquérito administrativo para aplicação ilegal de saldo de exercício anual, pelo governador Luiz Mendes. Sala de Sessões, 12 de outubro de 1965 (Acervo da família de Janary Nunes).

121 As denúncias de Janary contra Mendes resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, coordenada pelo deputado Abel Raphael, da Arena de Minas Gerais. Em agosto de 1966, integrantes dessa CPI desembarcaram em Macapá, objetivando apurar essas denúncias de irregularidades apresentadas por Janary Nunes contra a administração territorial e o ex-prefeito de Macapá, Cabo Alfredo Oliveira (SANTOS, 1998).

Enquanto Luiz Mendes enfrentava uma das mais altas impopularidades governamentais já registradas no período, a campanha pró-estado do Amapá foi a principal bandeira de Janary Nunes, nas eleições de 1966, que passou a canalizar suas críticas ao modelo antidemocrático dos territórios federais. Para Nunes, além das fontes de poder estarem distantes, esse modelo de gestão ocasionava muita instabilidade administrativa, abuso de autoridade e indicação de governantes sem qualquer experiência e identidade com os problemas locais, resultando no insucesso dos planos de desenvolvimento regionais.

A retórica de Janary deputado se diferenciava da de governador, quando defendia que o território federal era etapa necessária para que o Amapá atingisse a independência econômica e somente depois a autonomia política. Quando deputado, defendeu de forma categórica a imediata elevação a estado como o único caminho para a resolução dos desmandos políticos e do atraso regional, pois, segundo ele, somente a estadualização aniquilaria o que emperrava o desenvolvimento econômico amapaense das desastrosas escolhas de governadores pela União e do excesso de concentração de poder no executivo, uma vez que essas unidades passariam a contar com a fiscalização de um legislativo estadual e federal eleito pelo povo.

As populações dos Territórios também são brasileiras. Têm o direito de escolher os seus vereadores, os seus prefeitos, os seus representantes nas Assembleias Legislativas estaduais e federais, o seu governador, entre as pessoas que hajam prestado serviços à sua coletividade, que conheçam os seus problemas, que auscultem as suas reivindicações e que respeitem e façam respeitar as leis, como é de seu dever (NUNES, 1967, p. 9).

Em 1962, quando Janary Nunes resolveu disputar pela primeira vez uma vaga na Câmara Federal, mesmo que tenha influenciado nas indicações dos governadores que o sucederam do governo amapaense, o cenário político amapaense já era bem diferente daquele que deixou em 1956; já não tinha o mesmo prestígio de antes, nem localmente, nem nacionalmente. A curta estada de dois anos como presidente da Petrobrás durante o governo de Juscelino Kubitschek, em um momento

de consolidação da empresa e de grandes conflitos pelo monopólio e exploração do petróleo no Brasil, rendeu-lhe muitas inimizades políticas. Foi a partir da sua gestão que a Petrobrás, alinhada ao programa do nacional-desenvolvimentismo do governo de JK, experimentou notável expansão, o que lhe rendeu notoriedade na Arena política e desafetos na presidência dessa empresa que culminaram com a sua saída.

De acordo com o depoimento de José de Nazaré Teixeira Dias¹²², que foi diretor administrativo da Petrobrás durante a gestão de Janary Nunes¹²³, ao terceiro presidente se deve a retirada da Petrobrás do clima de mistério até então cultivado pelos nacionalistas, trazendo suas ações para o conhecimento do grande público, mas, ao mesmo tempo, a sua publicização a tornou mais aberta e vulnerável às pressões políticas, levando a crise e ao afastamento de Nunes da presidência da empresa, pois “coube a Janary a missão de jogar para o público a Petrobrás. O público em sentido geral. No fundo, foi o que determinou a saída dele” (DIAS, 1991, p. 72-73).

Segundo José Dias, Janary sempre se mostrou bastante empenhado em alavancar o crescimento da Petrobrás, atitude justificada em razão de sua formação militar e do grande senso de organização e planejamento,

122 A entrevista citada faz parte do acervo digital do CPDOC/FGV, disponibilizado pelo Projeto “Memória da Petrobrás”, de 1991, conforme descrição a seguir: José de Nazaré Teixeira Dias (depoimento; 1988). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV – SERCOH/Petrobrás, 1991. 374 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.

123 José de Nazaré Teixeira Dias, em razão de sua longa experiência na administração pública, como chefe da divisão pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1951-1955) e diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi convidado por Janary Nunes para chefiar a Diretoria de Administração da Petrobrás, atuando na implementação e atualização do Plano Básico de Organização da empresa, até 1958, quando passou a atuar na iniciativa privada (Fonte: Informações técnicas da entrevista de José de Nazaré Teixeira Dias. Projeto “Memória do setor petrolífero no Brasil: a história da Petrobrás, na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás (1987-90)”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.

mas “era chamado de entreguista, por causa do negócio do acordo do Amapá” (DIAS, 1991, p. 50). Possivelmente, o diretor de administração da Petrobrás se referia a assinatura do contrato com a Icomi. O fato de Janary ser visto como entreguista, era encarado com desconfiança, sobretudo, pelos nacionalistas, que eram os que mais faziam pressão na Petrobrás nesse período: “esse procedimento contribuiria, afinal, para o seu afastamento da presidência. Porque ninguém perdoava isso. — Esse entreguista! Está anunciando antes das coisas...” (DIAS, 1991, p. 69).

Getúlio Carvalho entrevistou Janary Nunes em 1974¹²⁴ durante a escrita de *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco* (1977). Segundo ele, ao assumir a presidência da Petrobrás, em fevereiro de 1956, Nunes acreditava que a sua mais urgente missão era a de “conquistar a confiança nacional para a Petrobrás” (CARVALHO, 1977, p. 104); em parte, isso ocorreu. No final de 1957, a Petrobrás já havia atingido a meta de produção de petróleo prevista para 1960, com uma média de 40 mil barris por dia. José de Nazaré Teixeira Dias também enfatizou esse elevado crescimento da empresa durante a presidência de Nunes:

Acho que o dinamismo do Janary, o empenho decidido do Juscelino, o apoio do Lott, então o homem forte do governo, que apoiava totalmente a Petrobrás, tiveram como produto o enorme crescimento da empresa. Em todos os setores, em termos de produção de petróleo, refinação, transporte, organização da empresa e formação e aperfeiçoamento de pessoal. As estatísticas estão aí, é só consultar. Entre 55 e 58, o último ano do Janary. (DIAS, 1991, p. 71).

Todavia, o crescimento elevado da empresa não foi capaz de atenuar a crise que se instalou em 1958 entre o terceiro presidente da Petrobrás e o presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), levando o Estado brasileiro a interferir na questão, culminando com os pedidos de demissões de ambos os envolvidos, Janary Nunes da presidência da Petrobrás e

124 Getúlio Carvalho entrevistou Janary Nunes na sua casa, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1974.

José Alexínio Bittencourt da presidência do CNP. A “crise dos coronéis”, como ficou conhecida na grande imprensa brasileira a crise de 1958 da Petrobrás, teria sido ocasionada, segundo o levantamento feito por Carvalho (1977), por uma combinação de fatores, mas o seu agravamento foi provocado em razão do comportamento agressivo e centralizador de Nunes, que tomava decisões importantes sem consultar o CNP.

Esse comportamento “independente” de Nunes à frente da Petrobrás não desagradou somente o presidente do CNP; algum tempo antes de Alexínio Bittencourt, um dos diretores da empresa, João Neiva de Figueiredo, também apresentou a Juscelino suas queixas, pedindo demissão da empresa com a alegação de que o presidente da Petrobrás teria cometido diversas irregularidades administrativas: tomava decisões sem consultar o Conselho de Administração da empresa; deixava-se guiar por critérios políticos, em vez de basear-se em laudos técnicos, ao definir prioridades para a aplicação de recursos da empresa, e anunciava, prematuramente, os resultados das operações da Petrobrás.

Para Carvalho (1977), o estilo administrativo “agressivo” de Nunes encontrava parcial explicação na crença de que o Estado poderia ser um bom administrador. O que não era de forma alguma incompatível com a filosofia do nacional-desenvolvimentismo defendida, sobretudo, pelos intelectuais e idealizadores do período. Compactuava, dessa maneira, com a ideologia que conferia ao Estado um papel central no desenvolvimento econômico do país, aumentando, consideravelmente, o seu raio de influência e controle sobre as riquezas da nação, tendo a industrialização como estratégia essencial para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, ao invés de promover reformas ministeriais, o governo era estimulado pelos intelectuais desenvolvimentistas a alargar o raio da ação da chamada “burocracia paralela”. A criação de grupos executivos autônomos e empresas estatais, como a Petrobrás, foi uma das formas encontrada para aliviar as tensões entre os valores tradicionais e a procura de inovação administrativa. Entretanto, o conflito entre o presidente do CNP e o da Petrobrás ocorreu em um clima político que favorecia uma atuação mais dinâmica por parte da burocracia paralela.

Esse estilo administrativo “agressivo” de Nunes, observado por Carvalho quando esteve à frente da Petrobrás, também tem sido bastante enfatizado nas diversas narrativas, tanto por intelectuais que se debruçam em estudar sua trajetória política no Amapá, quanto por pessoas que conviveram com ele ou viveram no mesmo período, e nas memórias geracionais, por aqueles que não vivenciaram o período, mas alimentam uma “memória histórica” bastante rica e diversificada. No entanto, diferente do que teria ocorrido durante o tempo que esteve à frente do governo amapaense, quando sua forma personalista e centralizadora de administrar foi avaliada positivamente, sobretudo, durante a assinatura do acordo com a Icomi, na presidência da Petrobrás ela teria sido considerada o provocador da primeira crise política dessa empresa estatal; mas a questão era muito mais profunda.

Conforme o ex-diretor administrativo, Nunes não teria limitado o espaço de atuação do CNP. A crise Alexínio-Janary se explica em razão de discordâncias com a própria criação e expansão da empresa. Segundo José de Nazaré, o motivo do conflito entre ambos teria sido “a ideia fixa de Alexínio em investir no petróleo da Bolívia, reduzindo o extraordinário desenvolvimento da Petrobrás” (DIAS, 1991, p. 105). A questão ficou ainda mais séria após a Petrobrás elaborar uma proposta de unificar a importação de petróleo e derivados, com grande economia para o país. Para José de Nazaré Teixeira Dias, Alexínio transparecia, abertamente, sua ligação com setores privados que tinham interesses em frear o crescimento da Petrobrás. Na sua conclusão, a política expansionista e agressiva presidida por Janary Nunes teria incomodado interesses privados que temiam a perda do mercado petrolífero no Brasil.

Em fins de 1957, o jornal *O Globo*¹²⁵, de 8 de outubro de 1957, publicou a reportagem bombástica “Suspeita de corrupção na Petrobrás”, na qual

125 *O Globo*, conjuntamente com outros jornais como o *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo* e dos periódicos do grupo *Folha* e os *Diários Associados*, como representantes da grande imprensa no Brasil comprometida com o liberalismo econômico e com os grupos econômicos que o defendiam, foram os porta-vozes da defesa da abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, nacional e estrangeira. Assim, combatiam a intervenção do Estado na economia e o nacionalismo. *O Globo*, do

o diretor da Associação Comercial, Mariano Soares, afirmava haver suspeitas de corrupção na empresa estatal¹²⁶. Essas denúncias e ataques que se mantiveram nos dias seguintes a essa publicação e durante todo o ano de 1958, e nos demais jornais de grande circulação nacional, culminaram na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as primeiras denúncias de irregularidades na Petrobrás, “com o fim específico de investigar as acusações formuladas pelo Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo contra a administração da Petrobrás”¹²⁷ e na criação, por Juscelino, de uma comissão¹²⁸ responsável em verificar as acusações do presidente do CNP. As conclusões descritas no extenso relatório¹²⁹ dessa CPI revelaram que as denúncias de corrupção na empresa não tinham qualquer fundamento e, conseqüentemente, acabaram por isentar Nunes também de envolvimento com essas acusações. Já a comissão criada por Kubitschek concluiu que o presidente da Petrobrás havia de fato tomado várias decisões que envolviam, por exemplo, a aquisição de navios petroleiros e a localização de novas refinarias, sem a aprovação do Conselho; por outro lado, também concluiu que o CNP

grupo de Roberto Marinho, e os *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand, foram os mais beneficiados pela concessão de créditos facilitados por grupos políticos favoráveis à livre iniciativa de mercado, por meio de bancos estatais (CARVALHO JÚNIOR; CELSO, 2005).

126 “Suspeita de corrupção na Petrobrás”, publicada em *O Globo*, de 8 de outubro de 1957.

127 Resolução nº 137, de 1958. O presidente da CPI foi o deputado Oliveira Brito (PSD/BA) e o relator, o deputado Unírio Machado (PTB/RS). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1950-1959/resolucaodacamaradosdeputados-137-18-novembro-1958>. Acesso em: 21 jan. 2016.

128 A comissão foi composta de três membros: o procurador-geral da república, Antônio Gonçalves de Oliveira, e os generais, Jair Dantas de Ribeiro e Aurélio Lima Tavares. O relatório final foi redigido pelo coronel Albino Silva (nomeado, em 1963, por João Goulart como presidente da Petrobrás) (Carvalho, 1977).

129 “CPI sobre acusações feitas pelo Conselho Nacional de Petróleo”. In: (Câmara dos Deputados). *Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás (2015) – Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados. (Relatório). Disponível em: www2.camara.leg.br/...legislativa/...legislatura/cpi-petrobras/.../relatorio-fin. Acesso em: 12 jan. 2016.

se mostrava muito lento na análise dos programas submetidos pela empresa (CARVALHO, 1977).

Conforme a filha, Iracema Carvão Nunes (2013), os problemas enfrentados pelo pai dentro da Petrobrás foram muito além das denúncias feitas pelo presidente do CNP. A razão de sua saída teria sido motivada por pressões provocadas pela imprensa brasileira, mais especificamente, por um dos jornais cariocas mais oposicionistas e influentes da época, o *Correio da Manhã*, de propriedade de Paulo Bittencourt. De acordo com Iracema, a segunda esposa Bittencourt, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, teria exigido de Nunes uma certa quantia em dinheiro para não publicar denúncias contra ele com relação a Petrobrás. Como Janary se recusou a ceder à pressão, o caso teria chegado até Kubitschek, que optou por demiti-lo a se indispor ainda mais com o proprietário do *Correio da Manhã*. Segundo ela, a nomeação de Nunes para a Embaixada da Turquia “foi uma maneira elegante de resolver o impasse. O papai pediu um lugar que tivesse petróleo. E aí ele mandou para a Turquia” (NUNES, 2013).

A versão apresentada pela filha de Janary, mesmo se tratando de uma memória construída por laços afetivos e de uma forma romantizada de interpretar as decisões do pai no caso da crise instalada na Petrobrás em 1958, revela a rede de intrigas e inimizades em que Nunes estava envolto pelo fato de presidir uma empresa de grande visibilidade política como a Petrobrás, e confirma que sua permanência no cargo se tornou insustentável em razão das pressões que o Estado brasileiro enfrentava de setores que representavam a defesa da livre iniciativa do mercado petrolífero brasileiro. A forma com que Janary Nunes conduziu a Petrobrás desagradava grupos financeiros poderosos e influentes, internos e externos, levando a grande imprensa a atacá-lo de forma ininterrupta durante o tempo que ficou à frente da empresa.

Em 30 de novembro de 1958, o *Correio da Manhã* publicou uma matéria com o título “Os defensores da Petrobrás”, na qual enfatizava ser contra o monopólio da indústria do petróleo e a favor do princípio econômico do livre empreendimento, e colocava Janary Nunes como a maior expressão até então do que denominava de “defensores de Petrobrás”,

ou seja, dos que defendiam o monopólio da empresa estatal sobre a produção petrolífera.

Essa assessoria e essa “luta” vieram a atingir o seu auge na administração Janary. Nunca se “lutou” tanto em “defesa” da Petrobrás: seminários, frentes, conferências, excursões, feiras... Distribuíram-se flâmulas e distintivos, enquanto o “Hino à Petrobrás” era editado pela assessoria que, já então, além da verba orçamentária de 56 milhões, passou a dispor de verbas secretas encobertas na rubrica “serviços e encargos”.

Enquanto a “luta prosseguia, o sr. Janary realizava o seu “acervo de descalabros”. (Correio da Manhã, 30 de novembro, 1958).

Todos os problemas e pressões que enfrentou durante o curto período que esteve na presidência da Petrobrás deixaram um desgaste, que não seria superado com a sua saída estratégica e temporária do cenário político nacional, como chegou a acreditar. Assim, sua indicação como candidato em 1962, depois de seis anos ausente do Amapá, após deixar o cargo de embaixador na Turquia, foi interpretada como oportunista por muitos dos seus correligionários que passaram a compor com os seus inimigos de longa data, e utilizada como trunfo por seus adversários. Na leitura dos antijanaristas, o Amapá teria sido a sua última opção, depois da tentativa frustrada de sair candidato como senador pelo Pará, das recusas de seu nome para a Embaixada no México e para o Conselho Nacional de Economia:

Ele teve que se voltar para o Amapá, seu antigo feudo. Porém sabia de antemão que o presidente João Goulart jamais o nomearia para governar o Território. A solução seria conseguir candidatar-se a deputado federal, derrubando Amílcar Pereira, que era dono da legenda do PSD (GONSALVES, 2010, p. 69).

A reeleição de Nunes, em 1966, sem a máquina pública administrativa local, e a sua saída definitiva da política amapaense foram ocasionadas por uma série de fatores e eventos, aos quais não é possível atribuir um peso maior ou menor a nenhum deles. Os embates políticos, desnudados

de forma mais visível nas campanhas eleitorais dos anos 1960, transpareciam não só a cisão da elite política local e o fim da pactuação da elite local, observada nos anos iniciais do Território Federal do Amapá como também a luta simbólica travada por aqueles que disputavam o controle do poder em torno desse capital político “imaginado”. Nesse ponto, Fernando Rodrigues dos Santos tem razão ao afirmar que “o confronto foi particular”, pois tanto os janaristas quanto os governistas se reivindicavam como legítimos representantes do poder federal e da promoção das ações governamentais que difundia a crença de que, somente por meio da intervenção direta da União e de investimentos públicos federais, o Amapá conquistaria o desenvolvimento e autonomia político-financeira.

O contexto político e social de fins dos anos 1960 e início de 1970 era bem diferente daquele que contribuiu para a hegemonia dos Nunes na região. A grande instabilidade político-administrativa que os governadores passaram a gerir nesse período, somente, em parte, contornada com a administração de Ivanhoé Martins, foi reflexo da grave crise política e econômica que o país vivenciava, mas se traduziu na crescente insatisfação dos amapaenses com a administração pública federal, personificadas na figura do governador, representante máximo desse modelo político-administrativo. Não foi à toa que o movimento autonomista ganhou adesão não só de políticos que utilizavam a retórica da elevação do Amapá a estado, como Janary, mas também dos mais jovens, particularmente, daqueles que atuavam em movimentos de cunho político contestatório, como os que já debati no item anterior, que passaram a defender que o desenvolvimento econômico somente seria possível com a imediata estadualização. Para tanto, fazia-se necessária a eleição de alguém que pudesse lutar por essa aspiração no Congresso Nacional, como Antônio Pontes.

Quando Janary Nunes saiu em definitivo do cenário político amapaense¹³⁰, o Amapá vivenciava um período de uma crescente classe média

130 Janary Nunes, depois da derrota nas eleições de 1970 para Antônio Pontes, saiu em definitivo do cenário político nacional e local, sem jamais voltar a se candidatar ou

e do surgimento de novas lideranças políticas locais, que se colocavam como a própria expressão de um novo recomeço para o desenvolvimento da região. Nunes, que no passado havia se tornado, em razão de sua administração, a própria personificação do programa bem sucedido que criou os territórios federais em 1943 no Brasil, passava a ser representado nesses embates políticos como a própria encarnação do atraso regional, como representante de um passado que carregava todas as mazelas e problemas que precisavam urgentemente serem banidos no presente. Não se quer dizer com isso que Nunes seria vítima de uma conspiração de seus adversários, mas, ao contrário, colocá-lo na condição de mais um sujeito histórico que transitava no Amapá nesse período e disputava o poder de continuar no comando deste território federal amazônico.

exercer qualquer cargo público. Em outubro de 1977, em correspondências trocadas com o amigo Newton Cardoso, que vivia no Amapá, chegou a ser consultado pela possibilidade de sair novamente candidato a deputado federal pelo Amapá nas eleições de 1978, pois, segundo Cardoso, mesmo com a prudência que deveria ter ao analisar como poderia enfrentar uma população que estava bastante descontente, o nome de Janary ainda era “muito lembrado por muitos dos seus amigos e por grande parte do eleitorado” (CARDOSO, Newton. **Correspondência enviada a Janary Nunes**. Macapá, 31 de outubro de 1977. Acervo pessoal da família de Janary Nunes). Como resposta, Cardoso obteve do amigo a seguinte ponderação: “Não posso esconder que o Amapá continua a ser a grande fascinação da minha vida. Não consigo esquecer tantos anos de luta, tantos bons amigos, tantos ideais que foram concretizados e sinto até remorso de ter seguido outros caminhos, embora o principal responsável seja o eleitorado que em determinado momento representou o povo amapaense. Mas isto é da vida. Não vejo condições no momento para voltar a disputar um cargo eletivo de deputado pelo território. Principalmente, porque nas condições atuais, o Representante do Amapá nada pode fazer de útil para atender as imensas e justas reivindicações de seu sofrido povo. Não é possível que as coisas venham a mudar. Se o Amapá for elevado a estado, confesso ao amigo, gostaria de ser senador. Mas teria que voltar a permanecer dias, semanas e meses na terra, entrar em contato com os velhos amigos e com a juventude, auscultar as novas aspirações, desfraldar bandeiras atuais e traçar rumos futuros”.

Nunes nunca escondeu que tinha pretensões políticas de sair senador pelo Amapá, caso fosse elevado a estado. Em outras correspondências com amigos do Amapá, mesmo nos bastidores da política, expôs as articulações que fazia com amigos locais e nacionais para que essa aspiração fosse concretizada. Morreu em 1984, no Rio de Janeiro, quatro anos antes do Amapá se tornar estado.

Como ajuíza Berstein (2009), nem a tese idealista da adesão racional a uma doutrina ou a um *corpus* constituído, nem as proposições de sociólogos ou psicanalistas do comportamento que recorrem a noções como interesse, busca de segurança, senso do dever, dedicação cívica, fidelidade ao grupo, até mesmo a inveja, nada disso, ainda que somemos uns aos outros, parece fornecer uma explicação convincente para os comportamentos políticos. Sem dúvida, que eles têm o seu papel. Os estudos empíricos dos fenômenos políticos têm mostrado que os comportamentos dos atores políticos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade. Portanto, deve-se considerar, na análise dos comportamentos políticos, essa complexa rede de relações, que envolve, no caso do Amapá, a dinâmica de um território federal enquanto período transitório para se atingir o estado, e como fruto das ações promovidas pelos agentes enviados pela União para a região.

Não há como negar uma insistente vitalidade histórica no presente do janarismo no imaginário social amapaense e na historiografia local, ainda não arguida com a devida atenção; daí porque achei pertinente dedicar algumas linhas para essa questão. O Amapá de 1970 — e não o das eleições em seu sentido restrito — refletiu todas as contradições e ambiguidades de uma sociedade de “amapaenses” em formação, já fortemente marcada pela experiência territorial, bem como pelas escolhas e aspirações de uma primeira geração de jovens “amapaenses” que começava a se engajar politicamente e que apostou muito mais na renovação e na representação local como caminho para a superação das mazelas que o Amapá enfrentava, do que na permanência de uma figura pública que era a própria personificação de um passado que não se queria mais.

O embate entre janaristas e governistas foi só uma das muitas faces de uma política nacional para os territórios federais que chegava ao seu esgotamento sem ter cumprido o papel pelo qual havia sido justificada, quando os discursos da transitoriedade não surtiem mais o mesmo efeito dos primeiros anos da implantação do Território Federal do Amapá. Nada mais pertinente que citar a poesia de Derossy Araújo, um dos

muitos jovens paraenses que veio ao Amapá, em fins dos anos 1950, atraído pelas promessas de oportunidades de trabalho, e que depois presenciou as expectativas de muitos homens e mulheres se transformarem em descrença em meio ao agravamento de vários problemas políticos e sociais que a região enfrentava em meio a ditadura militar.

Depois que tudo, tudo passou.
E miragem toda se desfez.
Restou apenas ao poeta que sonhou.
O consolo de poder sonhar outras vez¹³¹.

131 Em entrevista concedida à autora, em 14 de setembro de 2015, Derossy Araújo não soube precisar a data em que escreveu o referido poema, mas esse e outros poemas, que estão publicados em forma de postais conjuntamente com outros autores, em *Sêlos* (2014), descreveu o período que residiu no Amapá. Derossy veio para Macapá, em 1959, após ter sido aprovado em um concurso público para o Banco do Brasil, permanecendo até 1979. Ajudou a fundar o primeiro Cine Clube do Amapá e atuou, entre os anos 1960 e 1970, como crítico de cinema na Rádio Educadora São José e nos jornais *Voz Católica* e *Amapá*.

3

TERRITÓRIO EMANCIPADO

*Eia! Povo destemido
Deste rincão brasileiro.
Seja sempre o teu grito partido
De leal coração altaneiro.
Salve! Rico torrão do Amapá.
Solo fértil de imensos tesouros,
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros.
Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hão de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil.
Eia! Povo herói, varonil
Descendente da raça guerreira.
Ergue forte, leal, sobranceira
A grandeza do nosso Brasil.
Salve! Rico torrão do Amapá...*

CANÇÃO DO AMAPÁ

Letra: Joaquim Diniz. Música e arranjos: Oscar Santos. (1944).

Em 28 de setembro 1983, o governo de Annibal Barcellos tornava público a abertura do concurso que escolheria os símbolos oficiais para criação do estado do Amapá. A comissão julgadora do certame foi criada alguns meses depois, em 30 de janeiro de 1984, composta pelo escritor e jornalista Alcy Araújo Cavalcante, pelo engenheiro civil Hercílio da Luz Mescouto e o historiador Estácio Vidal Picanço, e, como convidado, o

carioca arquiteto Antônio Antunes Soares Filho. A citação acima é a *Canção do Amapá*, cuja letra, escrita em 1944, e de autoria do amazonense Joaquim Gomes Diniz — a música e arranjos são do maestro paraense Oscar Santos —, foi escolhida neste concurso como o hino do futuro estado (Decreto-Lei nº 8, de 23 de abril de 1984).

Barcellos que foi o último governador da ditadura militar no Amapá, foi também a maior representação de uma política que atingiu seu ápice com a partilha dos territórios federais entre as Forças Armadas, em 1969. Representa o extremo de um poder militarizado na Amazônia que sempre justificou e sustentou as ações do Estado sobre a região, desde a colonização. O primeiro governo de Barcellos¹³², de março de 1979 a julho de 1985, com o slogan "O futuro é agora", permite pensar este "Amapá imaginado" da véspera da estadualização onde se buscava forjar uma identidade regional para a região que pudesse romper com a experiência de território federal sem deixar de ressaltar sua importância para criação do estado, mas que se colocasse como um novo tempo, no qual não haveria mais lugar para o passado nem mais tempo para se esperar pelo futuro.

Pertinente, portanto, citar Reinhart Koselleck em seu reconhecido ensaio sobre o tempo histórico, *Futuro Passado*, no qual o autor compreende o tempo como uma construção social que se estabelece entre o que já é conhecido e experimentado e as possibilidades que se lançam nos horizontes de expectativas. No entrelaçamento entre passado e futuro, entre o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa", constitui-se algo como o "tempo histórico", diz o autor. A experiência é o passado atual, aquele que incorpora acontecimentos que podem ser lembrados, que fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamentos, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes. Já a expectativa se realiza no hoje, no futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto, em uma explosão de sentidos, alguns racionais,

132 Annibal Barcellos foi eleito, em 1991, com uma votação expressiva de 70% dos votos, o primeiro governador do estado do Amapá (PENNAFORT, 1994).

outros subjetivos e ambivalentes, como medo, esperança, desejo, receio, inquietude: “a presença do passado é diferente da presença do futuro, pois as expectativas podem ser revistas e as experiências feitas recolhidas” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Parece-me que a grande questão, colocada a partir da utilização das categorias experiência e expectativa, é que ambas remetem a uma característica estrutural da história: o presente não é uma equação simples do passado. Embora não se possa desprezar as medidas do calendário, o tempo histórico não se confunde jamais com o cronológico. Para Koselleck, ao se analisar e interpretar as ações dos atores individuais e coletivos, o tempo perde a linearidade, a homogeneidade e a continuidade, pois os destaques não são apenas os movimentos objetivos, mas as subjetividades e descontinuidades promovidas pelas ações políticas e sociais. O tempo e sua relação com a história adquirem, então, uma pluralidade de ritmos e sentidos como expressão das ações sociais e políticas estabelecidas pela forma como, em cada época, uma dada sociedade elabora essa experiência temporal.

Como o tempo histórico é uma representação intelectual, produto do talento do historiador de interpretar o passado, e jamais será, portanto, uma expressão pura e simples do passado, os anos finais do Território Federal do Amapá são aqui compreendidos como um tempo de descontinuidades em relação aos demais períodos já estudados, vislumbrado a partir de novos horizontes de experiências e expectativas. À medida que se aproximava o fim de um ciclo, mais afastado se parecia querer estar de um passado recente, pois este evidenciava que o Amapá não só não atingiria o desenvolvimento econômico, como parecia estar cada vez mais distante do ideal propagado quando da criação do território federal, em 1943. Este tempo não poderia mais ser modificado, mas a forma de se conceber o futuro sim. O tempo novo era justamente a mudança das expectativas com relação ao futuro, que passaram a ser vistas à luz de novos horizontes. Dessa forma, a perspectiva passou a ser outra: a de que não se esperaria mais pelo desenvolvimento econômico para a transição para estado.

As quatro décadas de experiência amapaense como território federal foram sendo projetadas com um olhar sempre voltado para o futuro,

em que o progresso era posto como linear e predestinado pelas ações político-administrativas que estavam sendo realizadas. Aqui estaria uma conotação evolucionista e positivista tão presente na criação da nossa República, uma vez que o tempo era convertido em instrumento normativo, como objeto de preposições que compreendem a si mesmo como intérpretes fiéis dos verdadeiros propósitos universais. Um tempo singular coletivo que se assumia como a própria expressão de uma época, de uma sociedade. O tempo histórico deste Amapá político-administrativo que surgiu em 1943 foi, na maior parte de sua trajetória, pensado pelo discurso do futuro, da transitoriedade, do provisório, mas o que se observava de fato eram as suas permanências.

As permanências eram visíveis, sobretudo, nas práticas de poder ali instituídas, em que se buscou estabelecer desde o princípio, como afirma Dorival Santos, uma espécie de tutela permanente sobre a região: “primeiro foram os donatários das capitâneas, em seguida a província do Grão-Pará e posterior estado do Pará, e no final do segundo quartel do século XX, o Ministério do Interior” (SANTOS, 2001, p. 41). Com a criação do território federal, a região que atualmente compreende o estado do Amapá passou a receber vários intermediários do poder federal, indicados em grande maioria sem qualquer rigor técnico-administrativo, nem afinidade com a região que passavam a governar. Foram vários os “adjetivos” dados a estes governadores: alienígenas, paraquedistas, coronéis biônicos, governadores de profetas e missionários profetas, foram alguns deles. E não vieram sós, uma vez que com eles vieram vários “burocratas” que passaram a constituir a elite local do período.

Para Indira Marques (2009), a ação dessa elite político-administrativa foi fundamental para se forjar simbólica e objetivamente a imagem de um Amapá predestinado ao “progresso” como futuro estado. A autora, que analisou o processo da estadualização amapaense como consequência de uma relação direta com a Icomi, defende a tese de que a exploração do manganês amapaense não só consolidou o território federal como entidade economicamente e socialmente viável, como forneceu as condições objetivas e simbólicas para a autonomia federal, em 1988, entendida por ela não como um movimento separatista, mas como legitimação política, econômico-financeira. Concordo com Marques, quando

diz que a Icomi foi fundamental para consolidar o território federal, mas, no que tange à criação do estado, tomando como base a realidade amapaense das vésperas da emancipação política, ele não dotou a região de condições objetivas para que isso ocorresse em 1988.

No início dos anos 1980, a forma como o Estado brasileiro passou a se relacionar com os territórios federais mudou drasticamente de perspectiva, e vários agentes públicos passaram a defender a ideia de que suas permanências eram o maior empecilho para o desenvolvimento econômico dessas regiões. A criação do Território Federal do Amapá, justificada pela incapacidade econômica de autoadministração dessa região e como etapa transitória e preparatória para a criação do estado, pretendeu garantir desde o princípio a tutela político-administrativa da região pelo Estado brasileiro, bem como o controle da exploração das riquezas naturais da região, sem que de fato houvesse uma ação efetiva e planejada no sentido de desenvolvê-la economicamente e, assim, favorecer a emancipação política.

A criação do estado do Amapá foi algo construído ao longo de um percurso arenoso, nem sempre claro e objetivo, decorrente de uma variedade de fatores — alguns de ordens estruturais e outros conjunturais —, sem que a região reunisse a maturidade política e econômica para que atingisse a autonomia política, ou seja, sem a superação dos entraves que justificaram a sua criação primeiramente como território federal para depois transformá-lo em estado. O que nos fez pensar que a sua permanência como território federal foi sendo determinada por diversos fatores e interesses que não estiveram diretamente subordinados às condições concretas pelas quais havia sido criado, assim como sua transformação em estado não decorreu, necessariamente, como consequência direta de sua fase federal.

3.1 “EFETIVAMENTE BARCELLOS”: O BARCELISMO E O
MOVIMENTO AUTONOMISTA AMAPAENSE

Queremos falar sobre a nossa imensa satisfação em ver nossos acalentados sonhos realizados. Tanta certeza tínhamos nessa concretização que com antecipação de quatro anos e meio tomamos todas as providências cabíveis, não só em relação aos símbolos, como também projetamos e demos início à construção da Assembleia Legislativa, do Banco do Amapá deixando pronto um projeto completo para construção do futuro Tribunal de Contas.

Annibal Barcellos

Sessão do Congresso Nacional, 13 de dez., 1988.

Segundo o ex-governador e, então, deputado federal Annibal Barcellos, na ocasião em que deixou o governo amapaense, em julho de 1985, o Amapá já se encontrava pronto para a transição a estado. Porém, isso só viria a ocorrer três anos depois, já na “Nova República”, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que pôs fim à República com territórios, ao extinguir os três últimos territórios federais existentes. Eram eles: Amapá e Roraima, transformados em estados, e Fernando de Noronha, incorporado ao estado de Pernambuco.

O que se convencionou chamar de “Nova República” no Brasil vem sendo compreendido historicamente como o período em que o país entrou em uma nova fase da experiência política republicana. Assim como “transição”, ambos os termos vêm sendo utilizados para explicar esse momento, em que o país teria iniciado a passagem do regime autoritário para o democrático. Entretanto, os próprios usos dessas expressões, no sentido pelos quais são empregados, são problemáticos, principalmente em razão de não conseguirem sintetizar esse momento ambíguo da experiência histórica brasileira, como pretendido, e, sobretudo, por não darem conta de abarcar todas as contradições e as complexidades que o período exige elucidar.

A Nova República teve início no Amapá, oficialmente, com o governo de Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990), mas foi

durante a gestão de Barcellos que se observou mudanças na condução política administrativa dos territórios federais pelo Estado brasileiro, os quais passaram a receber orientações para que se iniciasse a transição em estados. Tudo parecia seguir um rito já previamente estabelecido. No mesmo dia em que Barcellos tomava posse oficialmente do governo amapaense, em 15 de março de 1979, por indicação consensual, entre o ministro do Interior, Mário Andreazza, e o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, assumia a presidência do Brasil, depois de eleito pelo Colégio Eleitoral, o general João Batista Figueiredo (1979-1984), o último militar do regime autoritário, que recebeu como missão dar sequência à transição *lenta, gradual e segura* para a democracia, iniciada por seu antecessor, o general Ernesto Geisel (1974-1978). Segundo Marcos Napolitano (2014), durante o discurso de posse, o presidente Figueiredo, reafirmou o gesto que simbolizaria seu governo: “a mão estendida na conciliação”, ou seja, o país entraria em uma nova fase política, na qual a democracia “ainda não era”, mas a ditadura “já não era mais tão ameaçadora”. Infelizmente, a experiência recente no Brasil, entre 2018 e 2022, mostrou-nos que a ditadura continua uma ameaça à consolidação da democracia brasileira.

Barcellos chegou em terras amapaenses com a promessa de acelerar seu desenvolvimento, mas não havia ainda incorporado em sua retórica, e a nenhum planejamento e ação política, a tese de transformação do Amapá em estado. Foi no curso do processo de transição e de sua administração que essa ideia foi ganhando força. Foi fato que, desde o princípio do seu governo, sua imagem foi sendo construída a partir da ideia de uma descontinuidade administrativa, passando a ser visto, por alguns, como aquele que promoveu melhorias no traçado urbano da capital e das cidades interioranas e que rompeu com o modelo de governabilidade autoritário imposto por seus antecessores, mesmo que na prática o personalismo e o centralismo político-administrativo tenham atingindo patamares elevadíssimos durante sua gestão.

Conforme o discurso do deputado federal opositorista, Paulo Guerra (PDS), na Câmara Federal, em 21 de maio de 1982, Barcellos seria uma liderança extremante autoritária a frente do executivo amapaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em oportunidades anteriores falei a respeito da administração ou do Governo nomeado do Território do Amapá. Trata-se de administração que usa da exacerbação do poder e da força; aliás, só do poder da força, o poder imposto, e não aquele fundado na aprovação do grupo social. É um Governador ilegítimo, porque não tem autoridade. Por isso mesmo exercita o autoritarismo. E não tem autoridade porque não se explica pelo consentimento tácito dos governados, pela participação efetiva daqueles que constituem a sociedade local; enfim, é um mandatário sem mandato, um solitário no exercício do poder ilegítimo. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 1987, p. 3701).

Os abusos de autoridades não foram as únicas críticas feitas a Barcellos quando esteve no Executivo amapaense. É possível se localizar um número expressivo de discursos políticos com denúncias de irregularidades e de desvios de recursos públicos que envolveram a administração barcelista, não observados em nenhum outro período, mesmo que elas tenham sido práticas corriqueiras nos demais governos amapaenses. Isso talvez tenha ocorrido, em razão da ampliação do número de vagas dos deputados dos territórios federais para a Câmara Federal, que passaram de dois para quatro após o “Pacote de Abril” de 1977¹³³, e, como nas eleições de 1982, a oposição elegeu três destes parlamentares esse foi um período de muitas denúncias¹³⁴.

Contudo, não foi por acaso que o primeiro governo da era barcelista tenha povoado no imaginário social amapaense uma visão desse

133 De acordo, com Marcelo Ridenti (2014), o chamado Pacote de Abril Ato (Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977) consistiu em uma série de medidas para assegurar o controle do governo sobre o processo político e econômico, e assim ditar o rito da abertura política). Medidas como: continuidade para eleições diretas para os governos federal e estaduais; eleição indireta de um terço dos senadores, o que garantia colégios eleitorais com maioria da Arena; cassações de parlamentares e outros. Dentre essas medidas, também, duplicou-se de dois para quatro o número de deputados federais dos territórios federais, unidades onde o governo acreditava ter maior peso político.

134 Faziam parte da oposição ao governo de Barcellos, os deputados Clarck Platon (PDS), Paulo Guerra (PDS) e Giovani Borges (PDS).

período como momento em que se promoveram as condições objetivas e simbólicas para que o Amapá virasse estado. Essa representação de Barcellos como político local a quem se deve a emancipação política foi decisiva para ele ter sido eleito o primeiro governador do estado do Amapá e para a sua perpetuação na política amapaense por quase trinta anos, que lhe rendeu eleições: de deputado federal constituinte pelo PFL (1987-1991); de primeiro governador do estado (1991-1994); de prefeito (1997-2001) e de vereador (2004-2008) de Macapá, quando encerrou sua carreira política¹³⁵.

Em 1992, Barcellos já eleito govenador, publicou *Primeiro Passo da Segunda Caminhada*, no qual buscou fazer um balanço do exercício do ano anterior com o objetivo de responder às críticas que vinha sofrendo de seus adversários. Barcellos explicava sua decisão de ter concorrido e de ter sido eleito primeiro governador do estado, a existência de um forte elo que o ligava ao Amapá, construído durante o tempo que foi governador do Território Federal. Nele está expresso o desejo de um homem público de permanecer comandando o destino dos amapaenses e a intencionalidade de construir uma narrativa que o colocasse como aquele que, ao iniciar a construção da infraestrutura necessária para a transição a estado, teria antecipado a autonomia política, e, portanto, quem melhor corresponderia os anseios da população naquele momento de implantação do estado.

Quando encerrei a missão de governar o Território, em 1985, adversários políticos apregoavam que a minha saída do Amapá seria definitiva, que jamais voltaria ao exercício de qualquer cargo, fosse qual fosse.

A visão conturbada desses adversários não foi capaz de enxergar que os quase sete anos da convivência inicial com os amapaenses serviram

135 O filho, Sérgio Barcellos, e o neto, Alexandre Barcellos, elegeram-se pelo mesmo partido de Barcellos, PFL, respectivamente, para os cargos de deputado federal (1991-1994, 1995-1998 e 1999-2003), e deputado estadual (1999-2002, 2003-2006). Posteriormente, Alexandre Barcellos foi reeleito para o terceiro mandato consecutivo pelo PSL (2007-2010), quando o avô encerrava sua trajetória política. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 15 mar. 2015.

não apenas para estabelecer um forte laço de amizade entre nós, como também para fortalecer a minha disposição de trabalhar pelo Amapá em qualquer lugar e em qualquer circunstância. Pensaram — errado — que iria ficar inerte pelo fato de ter concluído minha tarefa no governo. Nem tampouco imaginavam que o que me une ao Amapá é algo mais forte, mais sólido, mais profundo do que simples ocupações passageiras (BARCELLOS, 1992, p. 11).

Assim como os demais governadores, Barcellos chegou em terras amapaenses de repente, por uma indicação de fora, mas construiu-se em torno dele um marketing político que o diferenciava de seus antecessores por ser um governador, como descreveu seu assessor e jornalista Hélio Pennafort¹³⁶, em *Barcellos: síntese de dois governos* (1994), dado a hábitos e tradições locais, que gostava de andar pelo interior e aceitava “com enorme prazer os convites para festas e comemorações em lugares remotos, onde se abanca com desembaraço em almoços e jantares de comidas bem regionais” (PENNAFORT, 1994, p. 22).

Ângela de Castro Gomes (1996), em *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*, constatou a reminiscência de práticas populistas observadas nos anos 1980 e 1990 no Brasil, o que a fez afirmar que populismo era “um gato de sete vidas”. Mesmo se tratando de uma reeleitura neoliberal da roupagem clássica desse fenômeno, pode-se dizer que com Barcellos, ou com o “Comandante” (como ficou conhecido popularmente), o populismo ou o neopopulismo¹³⁷ teria mostrado sua vitalidade no Amapá.

136 Durante o primeiro e segundo governo de Annibal Barcelos no Amapá, o jornalista Hélio Pennafort foi seu Assessor de Imprensa, subchefe de Gabinete e chefe de Gabinete do Governador e Diretor do Departamento de Comunicação Social do Governo do Estado (PENNAFORT, 1994), além de atuar como marqueteiro, que cuidou de perpetuar e popularizar a imagem de Barcellos.

137 Gomes (1996) utiliza como referencial para refletir sobre uma possível reeleitura do fenômeno populista na política brasileira, o artigo: “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina”, de Décio de Azevedo M. Saes, publicado na coletânea: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, organizada por Evelina Dagnino. Nesse artigo, segundo Gomes, o autor parte da reflexão de uma possível reemergência do

O uso corriqueiro de um boné azul transformou-se em um dos maiores símbolos do *barcelismo*¹³⁸, passando a ser colocado em todo o material de imprensa e propaganda que identificavam ações governamentais como, por exemplo, as obras públicas em construção durante a sua gestão. Contudo, o termo “efetivamente” utilizado nos discursos, para fazer afirmações, foi o que talvez tenha lhe dado maior popularidade, já que a palavra se tornou uma marca de seus discursos e passou a ser identificada a sua pessoa. Nas eleições de 1986, quando concorreu a uma vaga na Câmara Federal pelo Amapá, o refrão do *jingle* de sua campanha política dava destaque a essa expressão: “Barcellos aqui/ Barcellos lá/ Barcellos amigo você vai voltar/ Barcellos aqui/ Barcellos lá/ efetivamente no Amapá” (PENNAFORT, 1994, p. 22).

Para Rauol Giradert (1989), a ligação entre a narrativa e os traços das características pessoais da figura política com a conjuntura histórica em que viveu uma determinada personalidade política evidencia, de forma clara, que tais características biográficas pertencem ao domínio do imaginário mitológico, ou seja, quanto mais o mito político ganha amplitude, mais estes traços tendem a ser reforçados, e mais se observa os detalhes biográficos e as características físicas ganharem importância, ao mesmo tempo em que se estende também seu marco cronológico e prolonga sua permanência no imaginário coletivo. Um exemplo do uso do poder como forma de se auto referenciar pela gestão barcelista para além do período que governou o estado, foi a criação, em 1997 (Lei Municipal nº 900/1997), do bairro “Boné Azul” em Macapá, que fazia

fenômeno populista, através da criação de tipologias diferentes para distinguir um “populismo clássico”, vigente entre as décadas de 1930-1960 e interrompido pelo regime militar, e um “populismo neoliberal”, que estaria atualizando aquela matriz política após a reativação do processo eleitoral e do pluripartidarismo, instalados nos anos 1980. Haveria assim um “neopopulismo” não só brasileiro, mas latino-americano, interferindo nas expectativas de consolidação da democracia no continente.

138 O termo empregado popularmente na sociedade amapaense, assim como o *janarismo*, é utilizado aqui para definir o período, de quase três décadas, em que o Amapá esteve sob a influência do político Annibal Barcellos, de seus familiares e de seus correligionários, iniciado em 1979, quando foi indicado para o governo do território do Amapá, encerrando-se em 2007, quando saiu em definitivo da política amapaense.

referência ao uso de um boné de cor azul por Barcellos, em, praticamente, todas as suas aparições, como já mencionado.

Todavia, como nos leva a refletir Bourdieu (2005), o homem ou a mulher para atuar na vida política, acaba se tornando detentor de certos instrumentos de dominação e ideologias, os quais o autor denomina de “sistemas simbólicos” e/ou representações do mundo social, que não só lhe revele os fins a serem alcançados, mas o motive a participar da vida política. Ainda conforme Bourdieu, o campo político (entendido pelo autor ao mesmo tempo como campo de forças e de lutas) é o lugar por excelência onde se opera a “concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BOURDIEU, 2004, p. 164), e está constantemente em reformulações e mudanças.

Barcellos, como militar da reserva, no posto de capitão-de-mar-e-guerra, com 40 anos efetivos de serviços prestados à Marinha, havia atingindo o ápice da carreira militar em sua cidade de origem. Mesmo tendo ocupado outros cargos civis na administração pública no Rio de Janeiro, foi no Amapá que vislumbrou um campo aberto de perpetuação política, e onde viu sua vida pública deslanchar. É claro que, sendo o Amapá um território federal, a chegada de novos atores políticos era algo que acontecia frequentemente, mas o início dos anos 1980, que terá como fator determinante o processo de transição em curso no país, foi marcado por um reordenamento do campo político e da própria condução do poder local, quando a questão da autonomia foi ganhando força e foi sendo incorporada à retórica dos novos e velhos atores, passando a ser alvo de disputa entre grupos políticos adversários.

Para Barcellos e para o grupo que se aliou a ele, o discurso autonomista era traduzido em possibilidades de perpetuação política. Da mesma forma, seus adversários, formados em sua maioria por jovens nascidos ou com permanências mais duradouras no Amapá, colocavam como os legítimos “filhos do Amapá”, que lutavam em âmbito nacional para concretizar o que chamavam de “maior sonho dos amapaenses”: a autonomia política.

Faz-se necessário enfatizar que a ideia de elevação do Amapá a estado já era algo estabelecido desde sua criação, em 1943. Desde o princípio,

quando se começou a cogitar no Brasil a criação de territórios federais, mesmo que não tenha sido estabelecido como e quando isso ocorria, as finalidades de suas criações foram justificadas como etapas transitórias para as suas transformações em estados-membros. A novidade consistia exatamente na mudança de perspectiva com relação ao tempo e ao momento de sua permanência, quando se passou a ganhar substância a tese de que o território federal, ao invés de possibilitar o desenvolvimento econômico dessas regiões, havia se tornado um empecilho nesse sentido.

Indira Marques (2009) ao demonstrar o papel preponderante que a Icomi teria desempenhado na consolidação do território federal e na elevação a estado, mas, como enfatiza a própria autora, “os anos 1980 marcaram a exaustão da mina de manganês do Amapá” (MARQUES, 2009, p. 214). Porém, desde o início da década de 1960, a Icomi já vinha demonstrando os primeiros sinais de que a exploração do manganês da Serra Navio não levaria ao Amapá ao desenvolvimento prometido quando de sua instalação, e as críticas não só se intensificaram ao longo dos anos como adquiriram solidez, levando a empresa a ser alvo de ataques não só em nível local, mas por parlamentares de estados amazônicos, a exemplo do paraense Lobo de Castro, que passou a cobrar uma fiscalização mais rigorosa sobre a atuação da empresa. Assim, questiono: se no momento da elevação a estado a produção da Icomi se encontrava em decadência, não foi justamente pela constatação de que a produção mineral amapaense chegava ao seu esgotamento, que o Amapá deixou de representar uma região importante para o Estado brasileiro?

O tema da Icomi merece um capítulo à parte, e tem levado diversos pesquisadores a se debruçarem sobre ele, na tentativa de explicar o papel que teria desempenhado no desenvolvimento do Amapá e na economia brasileira, porém parece-me correto afirmar que a Icomi, a essa altura, já não mais despertava o mesmo interesse político nacional e a mesma euforia na elite local de meados da década 1940, quando da implantação do território federal. Portanto, a partir do início dos anos 1980, ficava claro que a questão da autonomia passava a ser tratada pelo Estado brasileiro, e levada a cabo por Barcellos, como um fator preponderante de ordem política. Tudo leva a supor que foi a partir daí que ganhou respaldo por representantes da base governamental a

tese de que o Amapá não precisaria, necessariamente, apresentar um desenvolvimento econômico para virar estado.

Até início dos anos 1980, não chegou a existir um movimento autonomista forte no Amapá. Esse acabou ocorrendo de forma mais velada, entre conversas de botequins, lares e vizinhanças. Pelo contrário, era quase consenso, pelo menos entre as lideranças políticas, que o Amapá permanecesse sob a tutela da União o máximo de tempo possível. Era perceptível a simpatia que a elite local, em grande parte formada por pessoas vindas de fora, nutria com a política estabelecida por uma típica administração de um território federal, sobretudo, em razão de enxergar nesse modelo mais ganhos políticos e econômicos do que perdas.

Portanto, poucas foram as manifestações autonomistas explícitas durante as quatro décadas que seguiram a implantação do território federal. O movimento de caráter mais organizado e com maior participação da sociedade amapaense, de que se tem registro até o presente, ocorreu logo após a criação do estado do Acre, em junho 1963, quando foi fundado o Movimento Popular Pró-Estado do Amapá (MPPEA), e durou até meados de 1964, quando o regime militar foi implantado no país, quando o governo militar amapaense neutralizou as manifestações autonomistas, alegando que ainda era uma decisão imatura a criação do estado.

O MPPEA, que se definiu, conforme o Manifesto Pró-Estado do Amapá publicado na *Folha do Povo*, de 23 de junho de 1963, como uma “organização apolítica e apartidária”, surgiu em um momento extremamente delicado da política brasileira, com grandes repercussões em território amapaense. Esse foi um período, como já analisado no capítulo anterior, de grande instabilidade política e econômica, com constantes mudanças de governos no Amapá, atrasos e cortes das dotações orçamentárias. De 1961 a 1964, o Amapá chegou a ter cinco governadores nomeados¹³⁹, transparecendo a falta de um planejamento para conter

139 Passaram pelo governo do Amapá nesse período, José Francisco de Moura Cavalcante (março a setembro de 1961), Mário de Medeiros Barbosa (setembro a outubro de 1961), Raul Monteiro Valdez (outubro de 1961 a novembro de 1962), Terêncio

a crise, agravada pela escassez de alimentos, demissões de servidores públicos e constantes cortes do fornecimento de energia elétrica. Seu propósito era, mediante campanha de esclarecimento, a sensibilização da opinião pública regional e nacional para a imediata transformação do Amapá em estado.

Segundo Indira Marques (2009), lideranças empresariais que faziam parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)¹⁴⁰, como o presidente da Icomi, Augusto Antunes, contrário à política de nacionalização de João Goulart, mobilizaram-se a favor do golpe junto a organizações internacionais, sobretudo, logo após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, quando a imprensa de Belém noticiou que o presidente assinaria decreto de encampação da Icomi. Foi nesse ambiente de grande instabilidade política e pela defesa de campanhas de nacionalização da Icomi, que se observou o crescimento das críticas ao modelo de um território federal, que se desdobrariam no aumento das organizações sindicais, estudantis e culturais, e, conseqüentemente, no fortalecimento do movimento autonomista.

Furtado de Mendonça (novembro de 1962 a abril de 1964) e Luiz Mendes (abril de 1964 a abril de 1967). Disponível em: <http://amapaemdestaque.webnode.com.br/historia/administradores>. Acesso em: 24 ago. 2016.

- 140 Segundo Dreifuss (1981), as sementes do IPES foram lançadas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, núcleo que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, oriundos de diferentes *backgrounds* ideológicos, mas o que os unificavam eram as relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e formular o Estado, e visavam uma liderança compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática. O IPES passou a existir, oficialmente, em 29 de novembro de 1961, rapidamente se expandindo para Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores, desenvolvendo desde o princípio uma dupla vida política. Sua face pública mostrava uma organização apartidária de “respeitáveis homens de negócios” e intelectuais que chamavam para si a responsabilidade “democrática” de debater os problemas sociais do país, com objetivos essencialmente educacionais e cívicos. O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha ideológica e militar, avidamente dedicada à manipulação de opiniões e guerra psicológica.

O MPPEA, que tinha como *slogan* “Não estamos contra ninguém. Estamos a favor do estado do Amapá”, foi fundado por uma composição mista, por integrantes da igreja católica, membros da elite local, intelectuais e políticos da oposição. Logo ganhou a adesão do movimento estudantil e da imprensa local (*A Voz Católica e Folha do Povo*), este último, foi a quem coube o papel de divulgar os boletins produzidos pelo movimento e de suscitar a opinião pública, que passou a se manifestar, cotidianamente, a favor da autonomia, e em espaços destinados a essa finalidade, como nos debates organizados na piscina territorial pelo MPPEA. Para as lideranças o movimento havia conseguido atingir seus fins, pois o tema era,

Assunto frequente de conversa e discussão em qualquer roda. Nas festas, nos encontros informais, nas casas dos amigos, nos bares, nas ruas. Uns contra, muitos a favor, e uns poucos na expectativa. Vai assim se formando o clima desejado e necessário para o debate democrático e elevado. E não são apenas os que aqui vivem. Também o de fora que transitariamente visitam o Território, por este ou aquele motivo (FOLHA DO POVO, 1963).

A euforia autonomista, que também foi encampada pelo governo amapaense e por parlamentares do Amapá e do Pará, apoiava-se na experiência recente acreana e no Projeto de Lei nº 4.821/62, de autoria dos deputados dos territórios federais, Valério Magalhães (RR), Aluísio Ferreira (RO) e Amílcar Pereira (AP), no qual se defendeu anos antes, a exemplo do que foi feito no Acre a imediata elevação de Rondônia, Roraima e Amapá em estados. No entanto, o próprio MPPEA, ao fazer um histórico do caminho já percorrido, reconhecia que o projeto não recebeu a atenção merecida, à época, e encontrava-se “engavetado em uma Comissão qualquer da Câmara dos Deputados” (FOLHA DO POVO, 1963).

A estratégia dos participantes do movimento, ao recuperar esse projeto, era fazer com que Janary Nunes, recém-eleito deputado federal pelo Amapá, fizesse um substitutivo a esse projeto e desse andamento para sua tramitação e aprovação no Congresso Nacional. O que de fato não ocorreu. Somente em 1966, durante a difícil campanha para

sua reeleição, foi que Janary incorporou em sua atuação parlamentar a bandeira da autonomia como luta política. Foi só em 1967 que apresentou uma emenda ao projeto de Constituição em curso, que propunha a criação do estado do Amapá¹⁴¹. Seu objetivo era que o de concorrer para o cargo de senador pelo Amapá, caso o estado fosse criado.

Portanto, o movimento pela autonomia do Amapá era visto pelo governo amapaense e por membros da elite política local ligados à base governista nacional com certas ressalvas. Essa posição era claramente repudiada pelo movimento, que chegou a manifestar-se contra as lideranças contrárias a criação do estado, fazendo severas críticas à permanência do território federal, vendo-o como antidemocrático.

Destes se ouve com frequência que não existem condições econômicas de sobrevivência para o Território poder ser Estado. Temos estado concorrendo neste particular, pois é verdade meridiana, como também é verdade que após vinte anos de tutela da União esta deveria ter dado a área essas condições e se não o fez é porque esse sistema de governar a área é falho. [...]. Compreendemos, entretanto, que essas pessoas pensam assim. Não moram aqui, não sentem os problemas da área à luz de outros fatores, tal como sentimos. [...] há outros fatores em jogo, como sejam os valores morais que influenciam e dão ênfase cada vez mais substancial aos aspectos políticos e administrativos, estes sim, pedras angulares do problema. E não há como negar, à luz da moderna ciência social, que estes se sobrepõem aos fatores econômicos, pois do indivíduo, neste século de conquistas do homem isolado ou coletivamente, decorrem as manifestações do Estado, seu caminho e seu comportamento. Desconhecê-lo seria transformá-lo em peça anônima de um impiedoso sistema hoje repudiado pela humanidade, cada dia que passa mais exigente pela livre expressão do pensamento e da iniciativa privada, respeitados os interesses coletivos. Pelo Estado do Amapá, portanto. TOCA PARA A FRENTE (FOLHA DO POVO, 1963).

141 Essa defesa pela autonomia amapaense está expressa no seu pronunciado na sessão do Congresso Nacional, de 14 de janeiro de 1967 (NUNES, 1967).

Desta forma, as participações do único representante parlamentar do Amapá na bancada federal e de seu aliado, o governador Terêncio Porto, no movimento autonomista de 63, precisam ser pormenorizadas. Ambos, conforme os boletins publicados pelo MPPEA e em artigos da imprensa local, não mostravam qualquer interesse pela causa autonomista. Nunes teria chegado a afirmar publicamente, em um dos encontros com políticos e autoridades locais, que achava precipitado a criação do estado naquelas circunstâncias, na qual o Amapá ainda apresentava uma economia frágil e extremamente dependente. Contudo, alguns anos depois, ao defender a criação do estado do Amapá na Constituinte de 1967, os argumentos que apresentou recuperava a mesma tese do MPPEA, de que, assim como o Acre, a criação do estado daria ao Amapá a autonomia política necessária para impulsionar a economia e o desenvolvimento que se encontravam estagnados em razão do modelo antidemocrático de um território federal.

A transformação do Amapá em Estado poderá ser incluída entre as medidas fundamentais da “Operação Amazônica”. A estrutura administrativa do Território já desempenhou a missão que lhe competia no desbravamento do Amapá. Hoje a sua população aspira organização política mais democrática e com mais amplas possibilidades de atrair investimentos e promover a sua expansão: reivindica a constituição do Estado Amapá (NUNES, 1967).

Não é difícil compreender a postura ambígua adotada por Janary Nunes e Terêncio Porto no MPPEA. Ao mesmo tempo em que tentavam preservar a posição confortável que ocupavam politicamente no Amapá, que seria abalada, caso a principal bandeira dos autonomistas viesse a se concretizar com a criação do estado: eleição para governador e prefeitos e a ampliação do número de vagas dentro do Congresso Nacional; também temiam que suas recusas em participar do movimento fossem interpretadas por seus opositores e pela população como contrárias aos interesses do Amapá, e assim perdessem espaço no cenário local.

O MPPEA era incisivo quanto à necessidade urgente de se criar o estado para ampliar o número de vagas de representantes do Amapá

na esfera federal, o que na época não agradava nada Nunes essa defesa, conforme o Boletim nº 6 do MPPEA:

Um deputado é um homem, apenas.

Um homem que representa mais de setenta mil criaturas, a espera de uma solução para os seus inúmeros problemas.

Um homem apenas, para atender a população inteira do Território do Amapá.

[...].

Um homem apenas, um deputado na Câmara Alta do país, é um solitário. A sua significação, limita-se. A sua presença, a sua voz, perdem-se na imensidade de outras presenças e de outras vozes solitárias. Falam mais alto que ele, as bancadas estaduais, os grupos compactos.

[...].

E porque não se multiplicar por 7.

Isso é possível?

É sim com a criação do Estado do Amapá (FOLHA DO POVO, 1963).

Entretanto, para o articulista da *A Voz Católica*, Felipe Gillet, que passou a publicar semanalmente matérias a respeito do movimento autonomista amapaense, a criação do estado do Amapá ainda era mais falácia do que realidade. Para ele, além de a população assistir a tudo como mera expectadora, a ideia ainda não tinha encontrado ressonância suficiente capaz de concretizá-la. Para Gillet, a defesa da autonomia havia se tornado questão de disputa pela melhor performance entre as lideranças políticas locais.

Até agora o que se nota é a composição de comentários mais ou menos inconsequentes, convenientes ou não, e esses mesmos esparsos, sem eco ou providências palpáveis e de envergadura. São remédios que a própria região absorve por quase nulos ou para encenação. Enquanto o problema não sair do campo das conjecturas ou elucubrações, nada mais será feito senão dar tempo ao tempo e guardar as aparências (A VOZ CATÓLICA, 8 de março, 1964).

Indira Marques destaca um aspecto importante da campanha autonomista amapaense de 63, pois é nesse momento que “as reivindicações de autonomia político-administrativa, bem como econômico-financeira, passavam a adquirir elementos de crítica ao governo federal” (MARQUES, 2009, p. 192). Segundo a autora, para o MPPEA, a intervenção federal como meio de governo já estava superada, e era vista como a principal responsável pelo atraso regional. Em contrapartida, para o governo local, as críticas à União eram mais comedidas e sutis, não sendo dirigidas diretamente ao governo brasileiro, mas relacionadas aos obstáculos financeiros e burocráticos, que impediam a independência econômica e a autonomia política do Amapá, como, por exemplo, a conclusão da Usina Hidrelétrica do Paredão, suspensa, naquele momento, por falta de recursos. O que se observa na campanha autonomista de 63 é que esta esteve distante de representar um anseio da elite política e do governo amapaense, tornando-se alvo de disputas entre as lideranças políticas enquanto capital simbólico.

Como dito, os argumentos utilizados pelo governo brasileiro para criar o Território Federal do Amapá, e não o estado em 1943, eram que o mesmo não poderia gozar das prerrogativas da autonomia política, por não ter condições econômicas de se autogerir e por ter densidade demográfica baixa e ausência de uma organização social capaz de se auto administrar. Durante quatro décadas, salvo as raríssimas exceções, esse modelo de governabilidade dependente da União, agradou de forma quase que unânime aos interesses, tanto de uma elite política e econômica que vivia no espaço paraense que seria desmembrado para criar o Amapá, quanto de uma elite que se formou após o desmembramento. Portanto, a luta política, nesses mais de 40 anos de existência da administração territorial esteve mais direcionada à disputa pelo poder local, e não diretamente, ao fato de o Amapá ser um território federal sem autonomia política. Que mudanças aconteceram nos primeiros anos de 1980 para que grupos adversários locais passassem a defender a bandeira da autonomia quase como unanimidade?

Faço aqui duas reflexões com relação à questão levantada, ciente que se faz necessário pesquisas que possam responder de forma satisfatória tal questionamento. A primeira diz respeito ao cenário nacional da

década de 1980, que era bem diferente de 1963. A defesa da autonomia por Barcellos foi uma decisão nacional, construída ao longo do processo de transição brasileiro para a democracia, como tentativa do governo federal de manter o controle sobre o processo de transformações dessas unidades em estados, que se apresentava como caminho mais provável, dada a falência das organizações que a teriam criado. Agravava-se a isso o fato de já se transparecer, desde o fim do governo Geisel, que não mais se via com bons olhos as permanências dos territórios federais, considerando os vultosos gastos que a União tinha que desprender para mantê-los, com poucos retornos econômicos.

Quanto à segunda reflexão destaco que a retórica democrática, em ascendência no país, parecia combinar, perfeitamente, com o propósito autonomista de algumas lideranças políticas locais, que aproveitaram o momento para inflamar esse debate. Como dito, quando Barcellos assumiu o governo do Amapá, por um período que se estendeu por quase seis anos e meio, o Brasil vivenciava um processo de transição que, mesmo tutelado pelo regime militar, combinava ao mesmo tempo uma avalanche de incertezas e esperanças, em que as regras se afrouxavam e o jogo político ficava aberto. Segundo Napolitano, desde o início de 1979 e nos dois anos seguintes, “tudo pressagiava que o regime autoritário não aguentaria a pressão de uma sociedade que, contra sua própria história, parecia aderir em bloco a uma democracia que combinasse amplo direito ao voto com justiça social” (NAPOLITANO, 2014, p. 282).

O tempo mostrou que essa busca por uma democracia com ampla participação política, defendida, em grande parte, pelos movimentos sociais e por políticos mais à esquerda, aliada à imprevisibilidade do processo em curso, levou a conciliação entre liberais conservadores, moderados e autoritários no poder. Portanto, ainda era incerto também, nesse cenário de mudanças e conciliações, se ocorreriam as transformações dessas unidades políticas em estados da federação, mesmo parecendo não fazer mais sentido as suas permanências, que já viviam quase meio século de restrições à direitos, como a do voto.

Enquanto o governo de Figueiredo tentava administrar uma transição que atendesse uma agenda social democrática, sem abrir mão dos valores e princípios do regime, como afirmou Napolitano (2014, p. 283): “se a

política animava, a economia preocupava”, a inflação de 1980 atingiu um índice anual incontrolável de 110% no país, ficando na faixa de 90% ao ano durante os anos seguintes, agravada por uma piora da crise externa, que levou o governo americano a aumentar os juros básicos da economia, impulsionando a taxa cobrada dos empréstimos bancários como um todo. No caso do Brasil, o governo acabou contraindo empréstimos com juros flutuantes para bancar o II PND, como “as exportações não cobriram os custos da dívida, e com o país altamente dependente de petróleo importado, o déficit da balança comercial saiu do controle” (NAPOLITANO, 2014, p. 284), ocasionando, conseqüentemente, um aumento do custo de vida.

No Amapá, o período foi marcado também por muitas ambiguidades. Esse foi o momento em que se observou um aumento significativo dos investimentos públicos federais na região, aplicados na expansão de setores da administração pública, como educação, e da execução de obras públicas, concentradas em grande maioria na capital, que alteraram significativamente os traçados urbanos de Macapá, como, por exemplo, a revitalização e construção de vários prédios públicos, praças¹⁴², pavimentação de ruas, ampliação da rede de água encanada e da iluminação elétrica, bem como o aterramento e construções de habitações populares, que determinaram o surgimento de vários bairros

142 A campanha governamental “MAIS PRAÇAS MENOS MARGINAIS”, ganhou as ruas da cidade de Macapá, materializadas na construção de três praças. Foram elas: a Praça do Barão do Rio Branco, onde foi erguido um complexo esportivo, localizada no bairro central; a Praça Floriano Peixoto, construída em um antigo buracão que vinha sendo utilizado como depósito de lixo, localizado também no centro da cidade; e no bairro do trem, um antigo areial, a Praça da Conceição foi revitalizada e ampliada, com a construção de um campo de futebol (Fonte: *Revista do Amapá*. Macapá: Imprensa oficial. Ano III – março, 1982). Ocorreu nesse período, também, a revitalização e ampliação da Praça Euclides Figueiredo, localizada na área em que fica o Trapiche Eliezer Levy e o Igarapé das Mulheres, bem na orla da capital, que depois de aterrada foi construído um complexo esportivo, na sua proximidade edificada a Praça Zagury, inaugurada em 1981, e no bairro do Laguinho foi construída a Praça Chico Noé, também com complexo esportivo (PENNAFORT, 1994).

na capital, aumentando ainda mais a concentração populacional em Macapá.

Em contrapartida, se o barcelismo recebeu índices de aprovação populares, que seria decisivo para a eleição de Barcellos como primeiro governador do novo estado, em 1991¹⁴³, não se observou, como a retórica política buscou legitimar, nos quase seis anos e meio que seguiram ao seu primeiro governo, mudanças no quadro econômico e social do território amapaense. Pelo contrário, com aumento populacional, concentrado em grande maioria na capital, e como a economia girava basicamente em torno dos salários do funcionalismo público, o período foi marcado pelo aumento da dependência econômica amapaense, do inchaço da folha de pagamento, do agravamento da crise de abastecimento, da elevação do custo de vida e do desemprego.

Todavia, como já destacado, o Brasil vivenciava um contexto paradoxal e de muitas ambiguidades. Se a economia preocupava e produzia desânimos, a redemocratização acendia os horizontes e gerava novas expectativas. Foi nesse universo político conturbado e de muitas incertezas que a bandeira da autonomia dos territórios federais passou a ser incorporada à euforia democrática que tomou conta do país.

Segundo Leonardo Avritzer (1996), a redemocratização se tornou o grande fenômeno dos anos de 1980 no Brasil, na América Latina e no Leste Europeu. Todavia, no caso brasileiro, as análises sobre o funcionamento da democracia pós-1985, apontam para a persistência de um comportamento não democrático das elites políticas, que continuaram a seguir estratégias patrimonialistas ou corporativistas e de não aceitação da cidadania civil e social, que traduziria em resistências aos avanços constitucionais nesse campo. Essa persistência antidemocrática a que Avritzer se refere pode ser claramente observada no comportamento da elite amapaense pré-criação do estado.

De acordo com Margaret Keck (2010), em fins dos anos 1970, quando a democratização era uma esperança no horizonte, a possibilidade do

143 Barcellos foi eleito governador do estado do Amapá, no segundo turno, com uma votação expressiva de 70% dos votos (PENNAFORT, 1994).

declínio do poder militar levou a um conjunto desordenado de expectativas e sentimentos conflitantes entre as diversas camadas sociais brasileiras, mas, nesse primeiro instante, as distinções entre essas expectativas estavam em grande parte subordinadas a um amplo movimento de sentimento popular em favor de um retorno de um governo democrático. Nesse período, a sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política.

Nas fases posteriores da transição brasileira, o que se observou foi um deslocamento do campo da luta política para as organizações estatais e, conseqüentemente, dos atores políticos para as organizações político-partidárias e aparelhos burocráticos. A ditadura deixou ‘seus representantes’ espalhados pelo país. A eleição de Barcellos como primeiro governador eleito do Amapá pelo PFL é exemplar nesse sentido, pois ele tinha suas bases políticas assentadas na antiga Arena. O processo de transição brasileiro, que teria se iniciado com a flexibilização das restrições que os governos militares impuseram aos direitos civis, sequenciado pela posse de um governo civil e pela redação de uma nova Constituição, tornou-se notável pela sua duração e pela moderação e cautela com que as forças dominantes de oposição se posicionaram no decorrer do seu curso: “alguns tipos distintos de atores políticos desempenharam seu papel no debate e na luta contínua acerca do futuro do país” (KECK, 2010, p. 42-43). À medida que o tempo avançava, essas características reforçavam vários aspectos ambíguos do processo de transição brasileiro, desnudando seu caráter restritivo e coercitivo.

A retórica democrática, que se tornou bastante evidente no decorrer de toda a década de 1980, foi fundamental para que ocorresse uma mudança de perspectiva com relação aos territórios federais amazônicos, em um contexto político em que parecia não caber mais suas permanências. Da mesma forma que a atuação de atores políticos, que se encontravam na linha de frente das decisões políticas, nesse período de transição e incertezas, foi fundamental para a incorporação, na Constituinte de 1987-88, da bandeira pela autonomia e extinções dos territórios federais. É interessante observar que os vários discursos de políticos locais que defendiam a emancipação do Amapá se embasavam na crítica à restrição ao direito do voto, mas silenciavam-se sobre as

“Diretas Já”; criticavam o fato de o governador não ser eleito de maneira direta, mas nada se referiam à eleição direta para presidente.

Avritzer (1996), compreende como aspecto central no processo de democratização as disputas entre atores políticos democráticos e atores políticos tradicionais. No caso do Amapá, os atores políticos, alguns em campo adversário, passaram a defender a bandeira da autonomia política não exatamente porque compartilhavam de um projeto democrático para o país onde não caberia mais a permanência dos territórios federais, mas, sobretudo, porque enxergaram naquele contexto possibilidades de manutenção ou aquisição de novos privilégios políticos com a estadualização, como a criação de cargos eletivos para o Congresso Nacional, como o de senadores e de deputados federais, e em nível local, para o executivo e o legislativo estadual.

Portanto, foi, em meio a um processo de transição tutelado, sob a nova hegemonia neoliberal conservadora, que o ministro Mário Andreazza tomou a decisão, em outubro de 1983¹⁴⁴, de criar um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar estudos de viabilidade para a transformação dos territórios federais do Amapá e Roraima em estados da Federação, que contou com a colaboração da Coordenadoria da Amazônia e Centro-Oeste, Sudam e os governos de Roraima e Amapá.

Como resultado dessa ação conjunta, foi proposta a imediata transição dessas unidades políticas em estados, através da elaboração de uma peça documental intitulada “Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados” (1984), que abordou os seguintes pontos: proposta de despacho pelo Ministério do Interior e Presidência da República ao Congresso Nacional, instruindo o processo de transformação dos territórios federais do Amapá e Roraima em estados; um anteprojeto de lei complementar, de criação dos estados de Roraima e Amapá, com uma exposição de motivos; relatório conclusivo do Grupo de Trabalho, com orientações de medidas e providências a serem tomadas ao longo do

144 Conforme Portaria nº 134, de 26 de outubro de 1983, expedida pelo Ministério do Interior, que criou o “Grupo de Trabalho”, foi em cumprimento à autorização pela presidência exarada no despacho, de 26 de setembro 1983.

caminho para a efetivação do novos estados; e um diagnóstico sintético dos territórios federais do Amapá e Roraima, seguido de um planejamento de ações a serem desenvolvidas em ambos os territórios federais, por meio de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, a fim de garantir a autonomia econômica dessas unidades federadas.

Nas exposições dos motivos apresentados pelo documento elaborado pelo GT para as transformações do Amapá e Roraima em estados, nota-se uma mudança com relação à defesa do momento em que a autonomia política poderia ocorrer. Se, anteriormente, defendia-se que essa decisão estaria condicionada a um estágio de desenvolvimento econômico tal que garantisse a capacidade de autoadministração dessas unidades, passou-se a argumentar que a decisão política precedesse à evolução socioeconômica, devendo atuar como fator catalisador da dinâmica e da consolidação do desenvolvimento dos novos estados. Basicamente, defendiam que inexistiam critérios claros e incontestáveis que permitissem definir em que condições econômicas um território federal poderia virar estado, bem como parâmetros constitucionais rígidos que determinassem quando essa transição deveria ocorrer, não existindo qualquer impeditivo para que a autonomia política ocorresse antes da autonomia econômica.

Para fundamentar tal defesa, arguiu-se que se o Acre tivesse aguardado as condições objetivas impostas, à época, só se tornaria estado junto com Rondônia, em 1982, e não em 1962¹⁴⁵, pois as constituições de 1934, 1937 e 1946 foram imprecisas, contraditórias e arbitrárias quanto aos critérios definidores das criações desses estados. A de 1934, ao estabelecer em seu art. 16, parágrafo 1, essa possibilidade só após o território federal alcançar 300 mil habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços, acabou criando mais um entrave à autonomia política. Já a de 1937 previu situação inversa, ao determinar a passagem à condição de

145 Depois de acirradas discussões e modificações, a emancipação política do Acre decorreu do Projeto de Lei nº 2.654/53, proposto pelo ex-governador e deputado do Acre José Guimard dos Santos em 1953, e aprovado em sancionado em 15 de junho de 1962.

estado do território federal que por três anos consecutivos não arrecadasse receita suficiente à manutenção de seus serviços. Em contrapartida, as câmaras municipais acreanas foram dissolvidas, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo governo local e foi retirado o direito dos acreanos de elegerem os dois deputados federais, só restaurado pela Constituição de 1946. Essa última passou a estabelecer que somente o Acre, dos demais territórios federais, seria elevado à categoria de estado, quando suas rendas se tornassem iguais aos dos estados de menor arrecadação.

De fato, como se vê por esses critérios, nem o Acre, nem Rondônia, quando foram transformados em estados (depois de muito debate que se arrastaram por décadas) reuniam condições objetivas para a estadualização. Na decisão de transformá-los em estados, foram imperativas questões de ordem política conjunturais, determinadas por interesses locais de suas elites. Vejamos o que concluiu o historiador Francisco Bento da Silva (2013), com relação à criação do estado do Acre, em 1962:

este longo e duradouro parto autonomista, embora necessário, ocorreu de cima para baixo, sem participação ou clamor popular e dirigido por grupos políticos internos, que viam na autonomia o deslocamento e a definição do poder para a esfera local. Deve-se pensar que junto a isto, houve vontade do governo federal em mudar o estatuto acreano. Também não parecia ser mais interessante à União manter e administrar os problemas acarretados pelas demandas acreanas, território cujo modelo econômico já não justificava mais a tutoria exercida durante mais de meio século. Foi dada ao Acre uma alforria semelhante àquela concedida aos escravos em 1888: paradoxalmente ser livre para se submeter às novas amarras, tirando o peso da responsabilidade do seu então tutor, o Estado nacional (SILVA, 2013, p. 81).

No caso de Rondônia, observa-se que foi a partir do momento em que parlamentares e políticos rondonienses passaram a defender de forma mais incisiva a tese da autonomia política, que se passou de fato a cogitar sua elevação à categoria de estado. Foi em 1971 que o deputado Jerônimo Santana apresentou no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 543/71, no qual propunha a criação do estado de Rondônia.

Daí em diante, travou-se uma luta política de quase dez anos, narrada pelo próprio autor em uma peça intitulada “A situação institucional dos Territórios Federais como fato impeditivo de seu desenvolvimento – a luta pela criação do estado de Rondônia no Congresso Nacional”, de 1981. Nela, Santana transcreveu trechos da luta política, que teria travado pela autonomia de Rondônia.

O estado de Rondônia foi criado mediante outro projeto de lei complementar, o de nº 221, de 17 de agosto de 1981, encaminhado pelo presidente João Batista Figueiredo. A medida¹⁴⁶ recebeu duras críticas pela bancada peemedebista rondoniense, na qual Santana liderava. Nas justificativas à emenda substitutiva que apresentaram a este projeto de lei, que foi rejeitada, os parlamentares da oposição rondoniense aplaudiam a iniciativa governamental, mas acusavam o projeto de inconstitucionalidade e de ser antidemocrático, pois defendiam a tese de eleição direta para governador e vice-governador, já em 15 de novembro de 1982, quando seriam eleitos os demais governadores dos outros estados, e não só após o final dos seus mandatos, como propunha o governo federal, ou seja, somente no final de 1986. Também criticavam a constitucionalidade proibitiva à expedição de decretos-leis pelo executivo que permaneceria nomeado, governando com base no art. 18 do Decreto-Lei nº 411/69, e o fato de ter sido dada à União a atribuição de ditar as normas para a organização do Poder Judiciário estadual. Como resumiu Santana: “não é possível criar-se um estado para continuar como território” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXVI, 1981, p. 15067)¹⁴⁷.

146 O Projeto de Lei Complementar nº 221/81, foi aprovado em primeira discussão em 16 de dezembro do mesmo ano e, em 22 de dezembro, foi aprovada a Lei Complementar nº 41/81, que criava o estado de Rondônia. A instalação do estado deu-se em 4 de janeiro de 1982.

147 Por essa manobra comandada pelo governo federal, permaneceu governador de Rondônia, o coronel Jorge Teixeira, que era grande amigo do ministro Mário Andreazza, com quem Santana travava uma oposição acirrada em Rondônia, desde sua nomeação, em abril de 1979. Santana, possivelmente, era àquela altura, como o tempo mostrará mais adiante, o principal nome da oposição rondoniense para o cargo de governador, mostrando grandes chances de ser eleito. Tanto que, em 15

O embate do executivo brasileiro e da bancada de seus aliados no Congresso Nacional contra uma oposição local do legislativo rondoniense, pela criação do estado de Rondônia, desnuda várias facetas de uma república assentada em uma forte base fisiologista, clientelista e patrimonialista. Nas entrelinhas dos vários discursos acalorados trocados entre governistas e oposição, na sessão histórica do dia 16 de dezembro de 1981, que aprovou a criação do estado de Rondônia, ficaram evidentes os interesses pessoais e de grupos que ambos os lados defendiam, obscurecendo a conquista de uma autonomia, em que o que menos importava era o bem-estar de uma população que já atingia, conforme o censo demográfico de 1980, 503.125 habitantes. Um índice bastante elevado comparado ao estado do Acre que era de 306.893 habitantes, e dos demais territórios federais, Amapá de 180.078 e Roraima de 82.018¹⁴⁸.

As tensões sempre presentes no parlamento brasileiro entre um poder central e um local em constantes disputas ficam mais evidentes nesses momentos em que questões, como a de criação de novos estados, entram na ordem do dia. Os ânimos se exaltam, e se inicia um longo processo de negociações e acordos, alguns explícitos, outros velados, mas ambos os lados buscam tirar vantagens. No início dos anos 80, parecia não ser mais possível a manutenção do status territorial, em razão das pressões políticas e econômicas, porém o governo brasileiro e aliados, assim como a elite local e econômica, buscaram tirar o máximo proveito da situação. Tudo indicava que a única forma de manter o controle sobre o processo de estadualização e neutralizar uma oposição que crescia, juntamente com os descontentamentos da população, seria manter a indicação do executivo brasileiro para o cargo de governador de Rondônia, pelo menos nesses primeiros anos de implantação do estado.

de novembro de 1986, Jerônimo Santana se tornou o primeiro governador eleito do estado de Rondônia, empossado em 15 de março de 1987.

148 Dados extraídos de: IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1980*. IX Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, Tomo I, nº I. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

Portanto, alguns atores passam a ser figuras-chaves nesse processo de disputas e negociações. Esse é o caso dos governadores Jorge Teixeira e Annibal Barcellos, que desde suas nomeações para os governos de Rondônia e Amapá, em 1979, tentaram construir a imagem de conciliadores e de apatidários. Segundo Paola Conceição Foroni (2013), Teixeira, como militar, tinha um discurso que beirava a uma interpretação “apolítica”, ou seja, como alguém que se apresentava como aquele que não tinha afinidades com o meio político e que ocupava a função de governador apenas por ser necessária à organização do país, e que “após essa estruturação e organização da democracia, quando o Brasil estiver preparado, eles devolveriam pouco a pouco o poder para os verdadeiros donos da função, os políticos” (FORONI, 2013, p. 7). O fato é que a indicação de Teixeira em Rondônia, assim como a de Barcellos no Amapá, sinaliza para uma ação articulada do governo federal como forma de manter o controle no processo de emancipação política destes territórios federais.

Todavia, a concessão dada pelo governo brasileiro a Rondônia, elevado à categoria de estado mediante a lei complementar, passou a ser utilizada como uma justificativa para que Roraima e Amapá também pudessem reivindicar suas autonomias. Segundo os argumentos dos técnicos do Grupo Trabalho, mesmo que tenha prevalecido na decisão política, no caso de Rondônia, o fato de apresentar, diferente dos demais territórios federais, uma melhor condição socioeconômica, seu exemplo se igualava às demais, em razão da sua manutenção do *status quo* também ter se tornado um impeditivo para o seu pleno desenvolvimento. Para eles, tanto Amapá quanto Roraima, em condições adversas a de Rondônia, padeciam do mesmo mal.

Vislumbra-se que a transformação desses Territórios Federais (depois de 40 anos de existência) à categoria de Estados, desencadeará naquelas novas Unidades, um acelerado processo de desenvolvimento, o que dificilmente ocorreria, se o *status quo* permanecesse inalterado. Pois, a permanência dessas Unidades como Territórios Federais demandaria ainda mais tempo a um custo social relativamente mais elevado para que fosse atingida a

auto sustentação pretendida (*Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados, 1984*, p. 36).

A proposta apresentada pelos técnicos do Grupo de Trabalho do Minter, para que o Amapá e Roraima fossem transformados em estados, também estabelecia que isso ocorresse, assim como Rondônia, por meio de lei complementar¹⁴⁹, com a total ingerência da União no processo de suas estadualizações. Nesse sentido, o anteprojeto previa a elaboração de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de viabilizar suas emancipações econômicas, executados com recursos orçamentários da União, por um período de duração mínima de 10 anos, contados já a partir do ano de 1985, quando seriam realizadas a curto prazo as primeiras ações, com implantação da infraestrutura necessária. Determinava também, que as despesas com pessoal, até o exercício de 1994, inclusive, com o pessoal transferidos para os novos estados, fossem de responsabilidade da União.

Segundo Chelala (2008), é possível se estabelecer relações entre as modalidades hegemônicas em escala global de relação Estado-economia, tanto com a criação do Território Federal do Amapá, quanto com a sua transformação em estado, pois, se em 1943 estava disseminado mundialmente o modelo keynesiano de intervenção estatal, no qual a proposta de territórios federais se encaixava perfeitamente, já em 1980-90, com a predominância do neoliberalismo “a União descartar-se de seus últimos territórios federais e entregar-lhes a autonomia, reduzindo assim os dispêndios para com essas regiões” (CHELALA, 2008, p. 131). Para ele, há motivos suficientes para se concluir que a decisão de se transformar Amapá e Roraima em estados está incluída no rol de medidas liberalizantes que estavam sendo adotadas no Brasil

149 No Relatório Conclusivo apresentado pelo Grupo de Trabalho ao Minter, constava, em anexo, uma proposta de Anteprojeto de lei complementar que criava o estado de Roraima e Amapá e demais providências. O referido Anteprojeto obedecia a determinação da Lei Complementar nº 20, de 1º de junho de 1974, em sua Seção I do Capítulo I, onde dispunha sobre a criação de estados e tomava como modelo a experiência recém implantada em Rondônia.

no final dos anos 1980, típicas da cartilha neoliberal em curso, “em especial porque o país enfrentava problemas de equilíbrio orçamentário e tencionava comprimir os gastos públicos” (CHELALA, 2008, p. 201). Medidas como a desregulamentação, desestabilização, liberalização do comércio exterior, adoção do câmbio flutuante, conjuntamente com o equilíbrio macroeconômico do orçamento público, estavam na pauta da agenda neoliberal brasileira para a contenção dos gastos públicos. Portanto, “a retirada dos custos de manutenção dos territórios do Orçamento Geral da União implicaria em economia para o Erário federal” (CHELALA, 2008, p. 201).

Faltando pouco menos de dois anos para encerrar o meu governo no Território Federal do Amapá, o presidente João Figueiredo e o Ministro Mário Andreazza, aprovando estudos feitos pela minha equipe técnica, liberaram para o Território uma soma de recursos extraorçamentários de modo a viabilizar a construção de obras públicas e incrementar outros setores da administração (BARCELLOS, 1992, p. 9).

Porém, nenhuma das medidas realizadas pela administração barcelista, produziram alterações significativas no quadro econômico amapaense. Esses índices econômicos negativos ficaram mais visíveis na gestão do seu sucessor, o agrônomo Jorge Nova da Costa, que, segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, os indicadores socioeconômicos amapaenses no período de 1985-86 eram extremamente preocupantes e conservavam, basicamente, as mesmas características detectadas em décadas anteriores. No entanto, esse quadro econômico alarmante pouco influenciou na atuação dos políticos amapaenses no Congresso Nacional, porque os indicadores da defesa pela autonomia política já eram outros.

3.2 OS MUNICÍPIOS AMAPAENSES ÀS VÉSPERAS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Em todo 15 de maio, durante quase nove décadas, a cidade de Amapá amanhecia cedo, mais precisamente às cinco horas da manhã, sacudida pelas músicas dos alto-falantes (formado por cinco projetores de som) e pelo pipocar de artifícios, que iniciavam uma série de comemorações pela passagem de mais um aniversário do feito heroico de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, o herói que comandou a batalha contra a invasão francesa, em 1895, mantendo a região sob domínio brasileiro.

Mas existiam na cidade aqueles que duvidavam do “heroísmo” de Cabralzinho, como o comerciante cearense Siáudio Assunção Lemos, que havia migrado para a região décadas depois desse acontecimento. Considerava estranha a saída estratégica de Cabralzinho, durante o combate com os franceses e o fato de só ele ser lembrado. Lamentava a falta de reconhecimento dos demais brasileiros anônimos que morreram lutando ou simplesmente foram assassinados, quando a vila ficou à mercê dos franceses. Lemos havia conhecido um senhor de nome Roberto, já falecido, que conhecia muito bem a história do 15 de maio, que lhe contara que quem teria matado o capitão Lumier teria sido Francisco Rezende, conhecido como “Chico Preto”. Em sua opinião, Cabralzinho se tornou herói apenas porque liderou um movimento de defesa da terra sem apoio de ninguém, a não ser de uma cabocla que vivia no lugar.

Veja, aqui foi onde enterraram os verdadeiros heróis. E olhe como está. Tudo mato, tudo abandonado. Eu acho que deveriam pelo menos colocar uma placa, por pequena que fosse, para reverenciar a memória dessa pobre gente que foi arrastada a um conflito covarde (PENNAFORT, 1984, p. 21).

Esses e outros relatos fazem parte da coletânea *Estórias do Amapá*, publicada em 1984 pelo jornalista e escritor oiapoqueense, Hélio

Pennafort¹⁵⁰, em que o autor narra fatos do modo de vida simples de homens e mulheres, colhidos nas andanças pelo interior do território amapaense. A narrativa apresentada por Pennafort, ao trazer uma descrição dos demais municípios amapaenses distantes da área urbana da cidade de Macapá, poucos anos antes da emancipação política do Amapá, em muitos aspectos se assemelharia àquela que descrevi no primeiro capítulo, com base nos relatos de viajantes e técnicos que visitaram território amapaense antes do desmembramento do Pará, onde tudo parecia ainda seguir um ritmo lento, calmo, próprio de lugares onde a natureza ditava o fluxo e a velocidade do tempo.

Quando você vê uma pequena choupana, dessas que não têm “lá dentro”, marcando a presença humana na solidão verde das margens, pode contar que ali existe um igarapé, enchendo de água, peixes e galhos a vala que o rio cavou dentro da floresta (...) Para o caboclo, o igarapé representa, primeiro, muito paz, muita tranquilidade, muito aconchego (PENNAFORT, 1984, p. 9).

150 Hélio Pennafort nasceu em 21 de janeiro de 1938, em Oiapoque, quando o vilarejo ainda integrava o município de Amapá. O poeta e escritor paraense Alcy Araújo, assim descreveu o amigo, em 1988: “Quando conheci o Hélio Pennafort os vícios da civilização ainda não haviam poluído a sua singela maneira de transitar nas ruas do meu mundo, deteriorado por uma sociedade sem anjos, onde os poetas lutam para que a poesia não se perca entre ruídos de máquinas, sons de buzina, assaltos e políticos. [...]. Suas reportagens são contos, com personagens dançando o cacicó ou o turé, cavalgando ondas na costa oceânica ou singrando rios em igarités. Nas suas histórias, a mata, a terra molhada, o rio, a cachoeira do Firmino ou de Grand Roche. Na paisagem, sempre o homem. O caboclo, o índio, o negro. E mulheres de pernas bonitas e corpo cheirando a marés, a mato no amanhecer, a ervas que Deus plantou no chão amapaense. Hélio Pennafort é uma antologia folclórica. Um estudo de antropologia. Um livro para sociólogos e frequentadores reincidentes do Bar do Abreu. Entre uma história e uma lenda, entre um mito e uma carraspana, ele já foi radialista, telegrafista, fotógrafo, prefeito municipal, juiz de paz, chefe de gabinete do governador, diretor de rádio, produtor de textos e programas de rádio e TV e sabe Deus mais o que” (CAVALCANTE, 2011).

No entanto, como nos leva a refletir Koselleck, o tempo histórico não é exatamente ditado pelas marchas imperiosas cronológicas do relógio; o tempo histórico é, antes de tudo, uma construção social condicionada pela forma como cada sociedade se movimenta e como apreendemos o tempo. É esse caráter social da temporalidade que torna o *ido* e o *povir* tão difícil de ser desvendado pela historiografia. A narrativa de Pennafort permite pensar o Amapá das vésperas da emancipação política, em 1988, bem diferente da narrativa oficial, que tomava como base a realidade apresentada pela capital, Macapá, onde os investimentos públicos federais foram mais intensos.

Nos demais municípios se visualiza um Amapá que, em toda a sua extensão, pouco teria se modificado pelas ações do Estado nos quase quarenta e cinco anos que permaneceu território federal. Ali, nos lugares distantes da área urbana da capital, o tempo e o espaço possuíam outras variantes. Para o homem e a mulher interioranos, os “caboclos”, como Pennafort se referia a essas populações, o tempo não só tinha um ritmo mais lento, mas era sentido através de toda uma dinâmica própria, de um modo de vida peculiar, que mesmo com todos os problemas, chegava a ser fascinante e belo na visão do jornalista:

Os sociólogos do asfalto escrevem e falam que o caboclo da Amazônia é acomodado, indolente. O oposto do nordestino que se mata de tanto trabalhar. Agora que culpa tem o Benedito que nasceu cercado de fartura e no centro da tranquilidade, que lhe permitiram chegar aos 76 anos pleno de vitalidade e bom humor? Barriga cheia e cabeça fria são coisas raras e até mesmo desconhecidas do homem do sertão. Segundo Luiz Gonzaga, ele “já nasceu aperreado, vendo o fogo roçado sem ter água para molhar”. Mais ainda, morar no Matuacá seria desastroso para nós simplesmente porque os ensinaram a pensar no futuro. Mas para Benedito e seus parentes o futuro está ali, já chegou. O resto fica por conta da padroeira, há muito custo consegui que Benedito falasse do seu passado. Daí foi que concordei com um cursilista que durante uma conferência garantiu que “quem vive falando do passado é porque tem medo do futuro”. Assim, é melhor dizer que o caboclo é paciente e não preguiçoso e improdutivo (PENNAFORT, 1984, p. 49).

Entre os lugarejos do roteiro visitado pelo grupo de Pennafort, estão Porto Grande¹⁵¹ e Ferreira Gomes, duas pequenas comunidades muito parecidas e relativamente próximas de Macapá, localizadas à margem direita do Araguari, no caminho da BR-156 (antiga estrada Macapá-Clevelândia e único acesso ao norte do Amapá, na divisa com a Guiana Francesa). Porto Grande era uma localidade de poucas ruas e, por estar localizada em um trecho privilegiado da rodovia, a sua rua principal (onde estavam situadas as principais construções públicas e as casas comerciais) havia se tornado entrada obrigatória para os carros que vinham de Macapá. Na opinião entusiasmada de Luiz Costa, proprietário do principal restaurante do lugarejo, citado por Pennafort, o problema do fornecimento da energia elétrica em Porto Grande teria sido solucionado com a instalação da Usina de Paredão, recém-inaugurada, mas faltava resolver o fornecimento da água encanada. Segundo o proprietário, que era acostumado a atender muitos garimpeiros nordestinos que passavam diariamente por ali: “o comércio é apenas remediado, mas dá pra gente ir vivendo” (PENNAFORT, 1984, p. 56).

Ao contrário de Porto Grande, a principal rua de Ferreira Gomes ficava na beira do rio, onde estavam localizadas as melhores edificações. Para José Mareco, morador de Ferreira Gomes, desde 1949, citado também por Pennafort, a vila, que sobrevivia praticamente da economia de subsistência e dos empregos gerados pela Hidrelétrica de Paredão, enfrentava vários problemas de infraestrutura: “a agricultura daqui é pequena e o peixe não é todo tempo que dá. Se tivesse uma fábrica para aproveitar toda essa madeira — andiroba, massaranduba, acapu — com certeza ia haver emprego para essa gente” (PENNAFORT, 1984, p. 57). Para Mareco, maiores investimentos públicos e de outras atividades econômicas ajudariam a acabar com o grande desemprego da vila.

Contudo, segundo Pennafort, o Rio Araguari era um dos mais longos e caudalosos do Território Federal do Amapá, e bastante aproveitado devido à boa qualidade de suas margens para a criação de búfalo e para

151 O município de Porto Grande foi criado pela Lei Estadual nº 3, de 1º de maio de 1992 (IBGE, 2016).

o plantio de arroz. Na época, calculava-se que existiam “400 núcleos de pequenos criadores no percurso de Ferreira Gomes até a foz, sem contar com as fazendas de maiores proporções como a de São Miguel e Restauração” (PENNAFORT, 1984, p. 58). Para o jornalista, o Araguari, uma das regiões mais belas, onde era possível visualizar a “mais valente pororoca já vista no Brasil”, deveria ser melhor aproveitado para o turismo, pois, caso contrário, teria o mesmo destino da sua dança folclórica mais famosa, inspirada nas gaiatices do coatá. Dela restaram somente as lembranças dos versos que a embalava: “ai, meu Deus que coisa boa/é dançar o coatá/minhas pernas são de vidro/elas podem se quebrar” (PENNAFORT, 1984, p. 58).

Seguindo a trilha da BR-156, mais adiante de Ferreira Gomes e Porto Grande, estava o município de Calçoene, criado em 22 de dezembro de 1956, do desmembramento do município de Amapá, após intensa campanha de lideranças locais pela emancipação da vila¹⁵². Segundo Pennafort (1984), Calçoene já havia sido, logo após a descoberta do ouro no século XVIII, um dos destinos mais cobiçados por países europeus e crioulos da Guiana Francesa, mas, após a assinatura de Laudo de Berna, em 1900, teve seu fluxo bastante reduzido e era uma vila praticamente vazia.

Calçoene ficava a aproximadamente 420 km e a 8 horas de distância pela BR-156 de Macapá. Se a viagem fosse de barco, o percurso aumentava para 768 km e de 96 horas. Vivia-se, praticamente, desse passado movimentado, e das belezas naturais que a transformava, esteticamente, na opinião do jornalista, em “um dos mais apreciados lugares do interior amapaense”. Nela estava localizada, a Cachoeira do Firmino,

152 Entre os principais defensores da criação do município de Calçoene estão os proprietários Joel Ferreira de Jesus e Coaracy Sobreira Barbosa, que discordavam do fato de todo o imposto arrecadado na vila ser transferido para a prefeitura de Amapá. Contudo, havia um outro grupo, liderado pelo coronel Arlindo Eduardo Correia, que era contrário à emancipação de Calçoene, pois defendia que havia poucas condições econômicas para isso. A intensa campanha realizada pelo grupo de Joel e Barbosa conseguiu motivar as autoridades territoriais, levando o deputado Coaracy Nunes a apresentar um projeto de lei para a criação do município de Calçoene. Em 25 de janeiro de 1957, o município foi instalado oficialmente, com solenidade de posse do primeiro prefeito, exatamente, Coaracy Barbosa (PENNAFORT, 1984).

onde havia sido construído “um moderno conjunto turístico, idealizado pelo empresário José Vauro Cavalcante, com bar, boate e restaurante” (PENNAFORT, 1984, p. 61).

Na verdade, esse modesto balneário construído de madeira, que foi o primeiro empreendimento do gênero no interior do Amapá, não poderia ser considerado um “conjunto turístico moderno”, como Pennafort descreveu, mas possuía uma linda paisagem natural e era bastante frequentado pela população amapaense, à época. O comércio no município era tímido, mas, segundo o jornalista, tenderia a crescer com o aumento das atividades decorrentes de novas descobertas de ouro, na região do Lourenço, distrito de Calçoene.

Logo após Calçoene, estava localizada, na fronteira com a Guiana Francesa, a cidade de Oiapoque que, para Pennafort, indiscutivelmente, era a mais bela do interior do Amapá. Segundo ele, não se podia “fazer um cálculo preciso da população, dada a dispersão, mas pode-se arriscar uma estimativa em torno de sete mil habitantes” (PENNAFORT, 1984, p. 79). Distante aproximadamente 600 km da capital, Macapá, a cidade — que aos olhos do jornalista era mais povoada que as demais por ter uma população mais concentrada no centro administrativo — possuía além do bairro central, mais outros dois, popularmente conhecidos, a Ponta do Vento Fresco e o Cheiroso. A rua mais famosa ficava bem no centro da cidade, na beira do rio, e recebeu o nome de Caetano da Silva, escritor gaúcho que escreveu *L'Oyapoc et L'Amazonie*, principal obra que o Barão do Rio Branco utilizou para sustentar sua tese de defesa deste território contra os franceses. Segundo Pennafort, quando essa rua atingia o meio da cidade, “vê-se um monumento à Pátria, erguido pela comunidade em 1943, com citações do Hino Nacional. Posteriormente, substituídas por uma placa onde se lê: ‘aqui começa o Brasil’” (PENNAFORT, 1984, p. 79).

A cidade que já vivenciara momentos de altos e baixos em seu povoamento, segundo relatos de moradores a Pennafort, com a criação do território federal, em 1943, e dois anos depois com a elevação a categoria de município, voltou a se entusiasmar, quando os poderes públicos prometeram melhorias em razão de sua localização estratégica, em área de fronteira. Contudo, como lembrou o jornalista, “nem todos os problemas puderam ser imediatamente solucionados” (PENNAFORT, 1984, p. 80),

tanto que a cidade continuou a sofrer com a falta de abastecimento: “os barcos veleiros que traziam mercadorias de Belém levavam até uma semana da foz da cidade devido ao enorme repiquete. Enquanto isso as latas de conserva sumiam das prateleiras” (PENNAFORT, 1984, p. 80). No verão o problema era minimizado pela grande oferta de peixe na região, mas no inverno a escassez voltava a assolar novamente os moradores do Oiapoque.

Desta forma, os escritos de Pennafort, ao trazerem a dimensão social e as experiências de sujeitos históricos inviabilizados pelas ações do Estado, por estarem na interpretação euclidiana à “margem da história”, permitem refletir sobre um Amapá diverso, plural e com diferenças daquele que o discurso oficial tentava forjar para justificar a transformação para estado. Os sujeitos sociais que Pennafort evidencia em sua narrativa não correspondem a todo o universo das populações que compõem os municípios, em toda a sua extensão, urbana e rural (não faz parte de seu roteiro, por exemplo, a região de Laranjal de Jari, no sul do Amapá), como também alguns desses sujeitos históricos viviam alheios ao que estava ocorrendo na capital, onde a campanha pró-estado do Amapá, promovida pela elite política, tentava ganhar a adesão da população local, através dos meios de comunicação.

Conforme o *Plano de Prioridades – 1988-1989*, do governo de Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990), dos seis municípios, Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene, Oiapoque e Ferreira Gomes¹⁵³ (esse último recentemente criado), que existiam no Território Federal do Amapá, das vésperas da emancipação política, com exceção de Macapá, que havia crescido, desde 1943, quase 500%, e Mazagão que tinha uma população estimada de 27.888 habitantes, os demais apresentavam um índice populacional baixíssimo, que se assemelhava ao do momento da implantação do território federal, com uma média entre 9 mil a 4 mil

153 O distrito de Ferreira Gomes, emancipado mesmo sem ter infraestrutura adequada, tornou-se município pela Lei nº 7.639/87, em 17 de dezembro de 1987, projeto de autoria do deputado Anníbal Barcellos. Como sua criação data do final de 1987, sua população não chegou a ser quantificado pela pesquisa governamental realizada no mesmo ano (IBGE, 2016).

habitantes/km. Diferente do que a Pennafort afirmara, o Oiapoque era o menos povoado, com uma população estimada em 4.648 habitantes.

A população de todo o Território Federal do Amapá, nesse período, aproximava-se de 232.400 habitantes. Desse total, 79% residia na capital, Macapá. Essa concentração elevada de pessoas em território macapaense decorreu, sobretudo, do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro na região, que priorizava os investimentos públicos na capital, provocando o êxodo rural, e atraindo um número elevado de pessoas, vindas de outros municípios e de outros estados para Macapá. Essa movimentação grande na capital, fez com que o próprio jornalista Hélio Pennafort, um admirador declarado da vida pacata do interior, reconhecesse que a Macapá dos anos 80 guardava pouquíssimo do tempo romântico-boêmio que conhecera.

Não poderia ser diferente. O antigo sítio de Mendonça Furtado, e a bucólica cidade dos anos 40, possui hoje aproximadamente 130 mil habitantes e quilômetros de ruas e avenidas, quase todas asfaltadas. O antigo campo de futebol é uma praça florida, diariamente ocupada por jovens e crianças. Os velhos casarões recheados de barro deram lugar a construções modernas. A Rádio Difusora não existe mais. Em seu lugar apareceram a Equatorial e a Nacional, com programação idêntica à das outras que operam na Amazônia. A conversa da boca da noite foi trocada pelas novelas de TV. A vida noturna é intensa. A cidade cresce (PENNAFORT, 1984, p. 104).

Pode-se dizer que Macapá crescia a um ritmo populacional alucinante. Em menos de 10 anos, conforme o governo de Jorge Nova da Costa, a população da cidade saltou de aproximadamente 137.451, em 1980, para 183.596 habitantes, em 1987. Em parte, isso pode ser explicado pelo anúncio da expectativa da criação do estado, entretanto, essa ascensão demográfica de Macapá com relação aos demais municípios do Amapá, manteve-se praticamente durante todo o decorrer da existência do território federal.

Entretanto, para o governo de Nova da Costa, profundas mudanças teriam ocorrido a partir da década 1950, que alteraram as metas iniciais traçadas quando da implantação do território federal, que previa

o incentivo maior para a criação de colônias agrícolas em pontos estratégicos de ocupação. De fato, a exploração do manganês, facilitada pelas construções de rodovias e da estrada de ferro, interligando o eixo Macapá – Santana – Serra do Navio, impulsionou as migrações em direção a Macapá, produzindo um êxodo rural e o enfraquecimento das atividades econômicas dos demais municípios interioranos, principalmente a da produção agrícola, agravando ainda mais os problemas da capital, que não possuía infraestrutura que atendesse a esta demanda populacional.

As taxas de crescimento demográfico eram altíssimas também em grande parte em razão da migração gerada pela exploração do manganês, que atraiu muitas pessoas para o Amapá. Essa constante migração populacional para Macapá teria levado a um grande desequilíbrio demográfico entre os municípios e gerado um quadro de dependência da população e do empresariado emergente junto ao poder público. Segundo Nova da Costa na Constituinte 1987, apesar da grande incidência de minérios, bastava uma rápida análise para se constatar que sua economia local era deprimida e precisava urgente ser alterada: “se analisarmos o setor primário, veremos que sua participação tributária é de cerca de 2%. A economia mais expressiva está no setor secundário, porque a exploração de minério é considerada indústria o que é discutível, pois é uma simples, transformação” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Ano I, Suplemento nº 78, 1987, p. 58).

De fato, a atividade agrícola, de modo geral, ainda se caracterizava como de subsistência pelo cultivo tradicional e pela predominância de pequenos agricultores, tendo, como principais produtos: a mandioca, banana, o milho, o arroz, o feijão e pimenta-do-reino. A pecuária também permanecia de forma extensiva, concentrada no município de Amapá, em grande parte pelo desenvolvimento da bubalinocultura¹⁵⁴. Tanto uma quanto a outra atividade, além de suas baixíssimas representatividades na economia local, com raras exceções, apresentavam variações decrescentes das áreas cultivadas e do volume produzido, decorrentes

154 Bubalinocultura se refere a criação doméstica dos bubalinos.

dos escassos investimentos públicos e privados, e pelo crescente esvaziamento da zona rural.

Também chamava atenção o governador para o fato de que, por ser um território federal, o Amapá recebia dois fluxos de investimentos. Um, que provinha de fora, enviado pelo governo federal; e outro, que se processou de setores produtivos, mas voltado para fora, desenvolvido pela exploração mineral. Portanto, a economia não só era abastecida pelas grandes praças industriais de fora do Amapá, como também exportava muito capital, porque os investimentos neles realizados, em infraestrutura, em prédios, em urbanização geravam um custo médio de emprego muito alto; por outro lado, os setores produtivos não tiveram o desenvolvimento suficiente para gerar benefícios à população economicamente ativa, o que ocasionou um elevado grau de dependência do poder público, fonte de muita preocupação. Segundo Nova da Costa: “é preciso que se atente para isso, a população econômica ativa do território tem um grau de dependência com a população em geral que me preocupa muito: são vinte e dois trabalhadores para cada cem habitantes” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Ano I, Suplemento nº 78, 1987, p. 58).

Para o economista Charles Chelala (2008), essa configuração marcante da presença estatal gerava riscos, como o da vulnerabilidade em momentos de crises de financiamento dos governos, como as que foram recorrentes durante a década de 1980, ou seja, a mínima “possibilidade de atrasos em pagamentos de servidores e de fornecedores da máquina pública acarretaria uma crise de grandes proporções locais, que atingiria a todas as camadas da sociedade, de modo mais sensível do que a média do país” (CHELALA, 2008, p. 206); e foi o que, de fato, sempre se observou nesse e em outros períodos de crises nacionais.

Como a principal característica do sistema econômico amapaense era o alto grau de dependência externa com relação aos grandes centros produtores do país, e pela precária infraestrutura interna para o escoamento da produção, em meados dos anos 1980, não era de se estranhar que, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, intitulada *Indicadores Socioeconômicos amapaenses no período de 1985-86*, Macapá fosse uma das capitais brasileiras que apresentava

um dos mais altos Índice de Custo de Vida (ICV)¹⁵⁵. No período de fevereiro a dezembro de 1985, o ICV de Macapá registrou variação acumulada da ordem de 223,40%. Dos grupos que constituíam o orçamento familiar macapaense, a alimentação foi o que apresentou o maior incremento no período, de 255,77%. Dos 428 produtos e serviços da cesta básica de consumo, 90 itens registraram crescimento superior ao do índice geral. Os demais grupos, como saúde, vestuário, habitação, fumos e bebidas, educação e transporte, também tiveram taxas elevadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação dos grupos no orçamento familiar e variação percentual acumulada do Índice do Custo de Vida da cidade de Macapá – 1985-1986

	Participação no orçamento (%)	Variação acumulada (%)	
		1985 (Fev. a Dez.)	1986
Alimentação	56,77	257,77	37,30
Habitação	16,11	170,32	66,57
Vestuário	12,82	194,57	69,75
Despesas Pessoais	6,44	219,48	85,93
Fumos e Bebidas	2,26	157,59	52,45
Saúde	2,10	203,46	8,28
Transporte	2,03	131,19	75,34
Educação	1,46	150,11	131,92
Geral	100	223,40	52,17

Fonte: Território Federal do Amapá (s/a, p. 19).

Em fins de 1985, quando a inflação atingiu no país alarmantes índices de 235,1%, até final de 1988, quando se passou a sentir de forma mais efetiva as medidas pelo Estado brasileiro de controle inflacionário, o

155 Na montagem do sistema de cálculo do ICV foram utilizadas duas premissas básicas: o sistema de ponderação dos diversos bens e serviços no orçamento familiar e o sistema de coleta de preços. O sistema de coleta de preços teve seu início em janeiro de 1985 e no mês seguinte elaborou-se o primeiro ICV de Macapá. Para tal, foi utilizada a fórmula de Laspayres (Custo de Vida. In: TERRITÓRIO DO AMAPÁ. **Indicadores Sócio-Econômicos do Amapá (1985-1986)**. Ministério do Interior: Governo do Amapá/Secretária de Planejamento e Coordenação, s/a, p. 18-19).

que se observou no Amapá foi o agravamento deste quadro. Em Idbas do Amaral Pantoja (2013)¹⁵⁶ há dados interessantes sobre a crise de abastecimento que o Amapá enfrentou nesse período, esse levantamento demonstrou que além da constante alta de preços, entre os anos de 1985 a 1988, a escassez de alimentos foi frequente na mesa dos amapaenses, que passaram a enfrentar longas filas em qualquer hora do dia para aquisição de produtos básicos, como leite, carne, óleo, café e até gás de cozinha.

A crise de abastecimento de alimentos e outros produtos, nesse período, era uma faceta do contexto brasileiro. Segundo Adriana Gomes (2009), o vice-presidente José Sarney, ao assumir o governo brasileiro, encontrou um cenário econômico adverso, fruto de políticas econômicas desastrosas, como a do “milagre econômico”, dos anos 1970. Como forma de conter a inflação descontrolada e aquecer a economia, foi lançado em fevereiro de 1985, o *Plano Cruzado*, que substituiu a moeda e congelou os preços e salários, acabando com a correção monetária e instituindo o reajuste salarial mediante gatilho, a cada vez que a inflação atingisse 20%; um dos resultados negativos dessa política desinflacionaria foi a explosão de consumo e desabastecimento.

Os macapaenses, que já sofriam com as corriqueiras crises de escassez de alimentos em razão das políticas locais pouco eficazes no combate ao problema, sentiram de forma violenta essas medidas. Além das questões já mencionadas, existiam outros agravantes, como destacou Idbas Pantoja (2013), que faziam dessa cidade um caso à parte nesse contexto de crise nacional. Macapá que já enfrentava grandes dificuldades na aquisição de alimentos e da baixa produção local viu a produção de um gênero alimentício de grande oferta interna, como o pescado, praticamente desaparecer, pois com a isenção do ICMS e tributos locais, sua comercialização foi destinada quase que exclusivamente à exportação. Também havia a cobrança exorbitante de preços pelos atravessadores,

156 A pesquisa realizada por Idbas Pantoja foi fruto de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Crise de abastecimento: a genealogia do agravamento em Macapá de 1985 a 1988*, desenvolvido durante sua graduação em história pela Universidade Federal do Amapá, defendido no ano de 2013.

que passaram a fornecer grande parte dos gêneros alimentícios que a cidade consumia, como os hortifrutigranjeiros.

O problema de fornecimento de carne, que sempre havia sido precário, tornou-se insustentável com o fechamento para reforma, em fevereiro de 1987, do único matadouro de gado bovino da capital, levando a população a recorrer ao mercado clandestino, comercializado de forma inadequada e sem nenhuma fiscalização. Além disso, as más condições de comercialização e funcionamento de feiras ocasionaram graves problemas sanitários, “a começar pela contaminação do rebanho de bovinos e suínos por tuberculose e brucelose, transmitida aos humanos através do consumo de carne ou leite” (PANTOJA, 2013, p. 25).

O surto migratório dos anos de 1980 para a capital, agravou ainda mais a crise de abastecimento que Macapá já vivia, com consequências negativas das mais diversas, como no aumento da criminalidade e dos problemas infraestruturais, levando o governo a buscar sanar a demanda crescente dos serviços de saneamento básico e segurança pública em detrimento dos demais municípios, que foram ainda mais penalizados. O processo de urbanização acelerado e desordenado ocorrido nos últimos anos na capital, agravaram as condições de vida da população mais carente que, marginalizada do mercado formal, passou a incorporar a grande massa de desempregados, que crescia a cada ano.

Os números referentes ao fornecimento de água potável, por exemplo, refletiam sem dúvida a distribuição espacial bastante desigual, em que a participação maior do consumo total ficava por conta de Macapá, com 98,14%; no entanto, os setores que mais eram atendidos eram o industrial, comercial e público, com pouca participação do setor que mais crescia na cidade, o residencial. Com relação à geração de energia, observam-se as mesmas preocupações do fornecimento de água, com uma grande concentração em Macapá, onde se verificavam também duas situações contrastantes. De um lado, o sistema interligado da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes¹⁵⁷ (ou do Paredão, como era mais

157 Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes foi construída em Ferreira Gomes, a 150km de Macapá objetivando a utilização do potencial hídrico da Cachoeira do Paredão,

conhecida), já pertencente à Eletronorte, com a comercialização de energia pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) em lugares com maior concentração populacional, localizadas em Macapá e Mazagão; do outro, os sistemas isolados de diesel elétricos para o atendimento às principais localidades dos demais municípios amapaenses.

Em 1986, ocorreu um aumento de 12,83% no consumo de energia elétrica. Esse crescimento teve como fator determinante a expansão do sistema de distribuição hidrelétrica para o atendimento aos crescentes aglomerados populacionais na periferia da capital. Somente uma pequena parcela deste aumento, de caráter predominante vegetativo, ocorreu nos sistemas isolados, com destaque para a região de Laranjal do Jari, no sul do estado. A classe de “Poderes Públicos” foi a que apresentou maior incremento percentual, com o total de 122,45%. Esse aumento ocorreu em razão da implantação da infraestrutura para a expansão da administração pública, para sediar o futuro estado. Apesar da classe “rural” ter apresentado um acréscimo energético de 17,89% em relação ao ano de 1985, tais valores percentuais eram bastante modestos, pois isso correspondia a somente 145 consumidores, dos quais 86,21% estavam localizados na zona rural de Macapá, 12,41% em Mazagão e 1,38% em Amapá. Os demais municípios sequer tinham representação nesse setor.

O sistema de saúde também apresentava a mesma distribuição espacial desigual dos demais serviços, com elevado grau de concentração na capital, onde estavam localizadas 73% das unidades de saúde e 87,85% do total de leitos. Além disso, deve-se mencionar que as condições sanitárias deficientes acarretavam graves problemas na saúde da população em

no Rio Araguari. Os primeiros estudos, mais direcionados para a construção da usina datam de 1950, por iniciativa da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Porém, depois de muitas incertezas e paralisações em sua construção, decorrentes dos atrasos das verbas pelo governo federal, em julho de 1974, pelo Decreto-Lei nº 74.303/74, os bens e instalações vinculados à *Usina* e seu sistema de transmissão, então pertencentes à CEA, foram encampados e a Eletronorte, que assumiu oficialmente as responsabilidades da Usina desde a fase inicial de construção, no início da década de 1970 até a sua conclusão em 1975, quando foi finalmente inaugurada, com a presença do ex-governador Janary Nunes, irmão do deputado já falecido Coaracy Nunes (AMAPÁ, 1975).

todo o território amapaense, sobretudo, em áreas urbanas e rurais onde esses serviços eram praticamente inexistentes, ocasionando um alto índice de mortalidade infantil. Segundo dados da Secretaria de Saúde, em 1986, quase 30% dos óbitos registrados correspondiam à idade inferior a um ano de vida. Os casos de mortes decorrentes da malária, que desde a implantação do território federal sempre foi motivo de preocupação pública, mesmo nos anos em que se atingiram os mais baixos índices, esteve entre as dez principais causas de mortalidade. Em 1985 e 1986, a malária voltou a ocupar o primeiro lugar, apresentando um índice de 6,21% e 8,82% das mortes em todo o território amapaense, decorrente, principalmente, da abertura de novos garimpos e pelo aumento das formas resistentes ao tratamento convencional existente.

Com relação à educação, os dados eram semelhantes aos já apresentados em outros anos anteriores. Das 414 escolas existentes em todo Amapá, 38,90% estavam localizadas nas áreas urbanas e 61,10% nas áreas rurais. Já o quadro de salas de aulas por localização, ao contrário do que se constatava com relação ao número de escolas, era extremamente discrepante. Das 1.177 salas de aulas, em 1986, 69,92% estavam nas zonas urbanas e 30,08%, na zona rural. A centralização era bem mais acentuada quando se analisava a distribuição de salas por municípios. Do total dessas salas, 90,16% estavam na zona urbana de Macapá. Ao se observar a oferta do sistema educacional, no extinto 1º grau como um todo, notar-se-á que a rede particular apresentou, em termos relativos, um maior crescimento, com 24,66%, enquanto que as redes públicas federal e municipal apresentaram um crescimento de 5,63% e 22,39%, respectivamente. Contudo, apesar desse considerável crescimento na rede particular de ensino, verifica-se que, em 1986, a rede pública federal ainda era responsável pela maior parte da oferta do ensino de 1º e 2º graus oferecidos em todo o Amapá, com 82,17% e 97,04% respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Matrícula no início do ano no ensino de 1º grau, por dependência administrativa no Território Federal do Amapá e município de Macapá – 1985-1986

Especificação	Anos			
	1985	%	1986	%
Território	52.561	100	56.943	37,30
1º Grau				
Rede Federal	44.297	84,28	46.789	82,17
Rede Municipal	6.520	12,40	7.980	14,01
Rede Particular	1.744	3,32	2.174	3,82
Macapá	44.383	84,44	47.532	83,47
1º Grau				
Rede Federal	36.673	69,77	38.338	67,33
Rede Municipal	5.966	11,35	7.020	12,33
Rede Particular	1.744	3,32	2.174	3,81
Território	6.743	100	6.424	100
2º Grau				
Rede Federal	6.623	98,22	6.234	97,04
Rede Particular	120	1,78	190	2,36
Macapá	6.504	96,45	6.231	96,99
2º Grau				
Rede Federal	6.384	94,67	190	94,03
Rede Particular	120	1,78	157,59	2,96

Fonte: Território Federal do Amapá (s/a, p. 27).

Porém, apesar desse grande crescimento populacional, Macapá conservava, em fins dos anos 1980, um misto de modernidade e tradição, de progresso e atraso, que em muitos aspectos lembrava a cidade da implantação do território federal, e que a aproximava da cultura interiorana amante do rio, descrita por Pennafort. Ao mesmo tempo em que o acelerado crescimento demográfico forçava modificações em seu traçado urbano, de forma desordenada e sem um planejamento adequado, que agravavam os problemas sociais e econômicos já existentes, também coexistiam na desordem urbana características de uma sociedade provinciana, em que as relações de vizinhanças ainda predominavam, mesmo que com referenciais modernos, como é o caso da televisão, inaugurada em 1974, que levou muitos vizinhos a se reunirem em torno dela. Era visível, mesmo com a imposição de novos padrões e hábitos, a existência de uma sociedade fortemente marcada pelas tradições culturais locais, como bem descreveu Pennafort:

a sobrevivência daquilo que já foi a mais importante manifestação folclórica do Amapá é hoje cuidada por dois pequenos grupos, o do Laguinho e o do Curiaú. Teimosamente, eles garantem vida a uma tradição que começou a existir com a própria Macapá. Quando o Marabaixo foi tocado durante uma conversa do repórter com a folclorista Maria Brígido, ela procurou justificar o desaparecimento paulatino, tanto do Marabaixo quanto de outras festas folclóricas, com o ajuste dos grupos de *folks* à evolução da comunidade, ao progresso da região.

Que fazer, então, para preservar o folclore? Existem, segundo Maria Brígido, dois caminhos. Um seria, por exemplo, como a atitude de um médico para com um cardíaco: dar paliativos, ajudá-lo mesmo financeiramente — mas sem mexer na bagagem cultural — para que ele aumente mais um pouco a sua vida, até um certo tempo, quando os mais antigos desaparecerem e os jovens não quiserem mais fazer o mesmo, porque estão integrados ao novo estágio da comunidade. Outro — imediatamente — seria procurar uma turma que tenha conhecimento do fato, esteja por dentro do assunto, para registrar os acontecimentos folclóricos. Esse registro pode ser feito através de filmes, fitas e fotos. Também são necessários depoimentos de como vive aquele grupo economicamente e como se comporta socialmente. Como não se pode eternizar os fatos folclóricos, que pelo menos procure-se guardá-los, seja em celulose ou em fita magnética (PENNAFORT, 1984, p. 89-90).

Hélio Pennafort talvez não percebesse que em meio ao caos do progresso a cidade que crescera ao redor da Foz do Rio Amazonas resistia.

3.3 “O FUTURO É AGORA”: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA AMAPAENSE

Quarenta e um ano de tutela, vivendo das “mesadas” da União, administrado por governadores alienígenas, com equipes também alienígenas, completamente divorciada da problemática da região, tornaram o que era o mais promissor dos territórios, pelo imensurável potencial de recursos naturais que possui e pela

privilegiada situação geográfica que desfruta, em área-problema para o Tesouro Nacional, verdadeiro sorvedouro de recursos sem retorno e sem um mínimo de resultados sociais.

Com 80% da população aglomerada nos centros urbanos (a maioria a caminho da marginalização) e com menos de 10% da população ativa no setor primário, o Amapá inverteu a posição de exportador que ostentava em 1943, para tornar-se um importador de gêneros de subsistência — último estágio de uma economia decadente. Os campos escravizados, a prática agrícola incipiente, a inexistência de assistência técnica e creditícia às atividades rurais retratam o resultado de uma política administrativa inconsequente e aleatória.[...].

O Amapá tem condições de deixar de ser o “tutelado” esbanjador de “mesadas”, para integrar o complexo econômico da região Amazônica, produzindo os próprios meios de subsistência, dar início à sua agroindústria, explorar o seu potencial mineral e, principalmente, valorizar o HOMEM que é o objeto supremo da ciência política e a única razão da existência do Estado.

Para isso, para que o Amapá dê mais e peça menos, é necessário que se permita ao seu povo a faculdade de optar pelos objetivos mais convenientes ao seu desenvolvimento. As novas gerações do Amapá que têm convivido com os problemas, ainda não tiveram, a oportunidade de demonstrar que, melhor do que os estranhos, eles estão capacitados a administrar a sua terra. Essa oportunidade não lhes deve ser negada.

Elfredo Távora Gonsalves (1985)¹⁵⁸

Os trechos acima são da carta de Elfredo Távora Gonsalves endereçada ao recém-eleito presidente da República, Tancredo Neves. Assim como Tancredo Neves, que não chegou a governar o Brasil porque faleceu antes, a carta jamais chegou ao seu destinatário. Porém, mesmo se tratando de um documento escrito por alguém que representava a elite, ou seja, apenas uma pequena parcela dos “amapaenses”, ele externa as angústias e as frustrações com relação a um Amapá “imaginado” às vésperas da

158 Transcrito do livro póstumo do autor, *O Amapá d'Outrora*. Macapá: Editora Paulo Tarso, 2016, p. 165-168. (Prelo).

emancipação política. Portanto, a “carta sem resposta” contém todo um simbolismo que o momento buscava reivindicar.

Segundo Douglas Marcelino (2011), a elaboração de uma imagem heroificada de Tancredo Neves em um momento de crise profunda e de transição para a democracia, propagada pela imprensa durante esse momento inaugural da Nova República, colocava-o “como uma espécie de arcabouço de fórmulas mágicas com as quais o candidato da Aliança Democrática conseguiria superar os grandes problemas nacionais. [...] Certamente teve um papel importante na construção de uma enorme expectativa na sociedade brasileira” (MARCELINO, 2011, p. 142-143). Tancredo, segundo Marcelino, foi a própria personificação da república que se queria reconstruir, “nova” na aparência, mas “velha” na sua essência. Em uma leitura bem aproximada, pode-se afirmar que no Amapá a estadualização obedeceu à mesma lógica, vira estado sem deixar de ser território federal.

Analiso esses anos finais do território federal não como um fechamento de um ciclo, mas a partir da continuidade, tomando como documentos centrais os discursos travados entre os atores políticos que fizeram parte diretamente do campo de decisão que levou a emancipação política amapaense, em 1988. Dito de outra forma, o recorte se deu mais em razão das exigências metodológicas, que propriamente por uma defesa de que a conquista da autonomia significaria o fim de um período na história do Amapá. A transição para estado ainda teria outros capítulos, que, por questões metodológicas, não fizeram parte do escopo desta pesquisa.

A efetiva instalação da máquina pública estadual ocorreria somente em 1991, com eleição do primeiro governador do estado. Tanto o Amapá quanto Roraima continuaram a receber subsídios da União por um período de dez anos, mantendo e acentuando os laços da dependência econômica externa. Deve-se mencionar, também, que ainda são visíveis na experiência republicana amapaense do presente muitos resquícios do período de território federal, a saber, o fato de a economia local girar, basicamente, em torno dos salários do funcionalismo público e dos serviços financiados pelo estado.

Conforme Eni Orlandi (2008), os discursos estabelecem uma história, que não se define apenas pela cronologia e evolução, tampouco por seus acidentes, mas na produção de sentidos, ou seja, não há história sem discurso, e é através deles que se percebe que ela não é só evolução, mas sentido. Dessa forma, os discursos da emancipação política possibilitam evidenciar as disputas ideológicas que se travaram em torno do capital simbólico da luta política pela autonomia, como também permitem a desconstrução de uma narrativa que se colocava como expressão de um novo tempo para o Amapá como se fosse possível apagar o passado para se reconstruir o futuro. Em síntese, livre das mazelas da fase de território federal, o Amapá poderia enfim caminhar rumo ao progresso e desenvolvimento. Contudo, mais que a desconstrução de uma narrativa cheia de apagamentos e silêncios, busco compreender como a institucionalização do discurso toma lugar do discurso histórico, e passa ser a verdade histórica sobre esse acontecimento.

No embate que se travou pela emancipação política dos territórios federais em âmbito parlamentar, passou-se a defender basicamente que a permanência do território federal era o fator impeditivo para o desenvolvimento de Roraima e Amapá, e que, portanto, o melhor caminho era a transformação imediata em estados. Era quase consensual entre os políticos locais a defesa de que as restrições dos direitos civis à eleição dos cargos de governador e senadores, com a ampliações das vagas de deputados federais, bem como a inexistência de uma Assembleia Legislativa que pudesse fiscalizar o executivo, constituíam-se como o maior entrave para que o Amapá pudesse caminhar com suas próprias pernas e pudesse deslanchar economicamente.

A criação de um estado implicaria, necessariamente, na formação de sua estrutura político-administrativa dos seus poderes, com a criação das instituições necessárias para o seu funcionamento, tais como: Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e órgãos do Poder Executivo. A autonomia levaria, conseqüentemente, à ampliação e à criação de novos cargos eletivos e técnicos-administrativos. Isso era o que mais atraía os políticos locais, tanto os da oposição quanto os da base governista para encampar a bandeira da autonomia.

A formação de um grupo de políticos oposicionistas com cargos eletivos somente ocorreria em razão da ampliação do número de vagas para a Câmara Federal, que passou de uma para duas em 1978, e de duas para quatro em 1982. Além disso, em 1969, começaram a ocorrer as primeiras eleições para o legislativo municipal, levantando o tom do acirramento da disputa eleitoral nos municípios amapaenses, pleito após pleito. Em 1985, esse embate se intensificou com as primeiras eleições para o executivo dos municípios, que já eram em número de cinco, Macapá, Amapá, Oiapoque, Calçoene e Mazagão.

Não é à toa que se observaria nesse período uma modificação significativa do campo de atuação político amapaense, que terá como protagonismo central a disputa pelo capital simbólico e pela autonomia, o que nos faz citar novamente Bourdieu (2005), quando afirma que os discursos políticos são produtos das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político, e são duplamente determinados: exprimem os interesses das classes ou facções de classes das quais são partícipes e expressam, também, interesses específicos daqueles que as produzem e a lógica do campo de sua produção. Desta forma, ao se travar a luta simbólica por uma representação legítima do mundo social, determinados agentes políticos procuram introduzir em seus discursos elementos que permitem diferenciá-los daqueles que são elaborados por seus adversários.

Não parece precipitado afirmar, tomando como referência os discursos proferidos pela bancada amapaense (nesse momento formado por quatro deputados, três deles da oposição), coincidentemente ou não, a partir do momento em que o Estado brasileiro sinalizou, em 1983, para anuência das criações dos estados de Amapá e Roraima, que se intensificaram os posicionamentos das lideranças políticas locais a favor da autonomia. Aquele parecia ser o momento mais favorável para se reivindicar a autonomia.

A pressão desencadeada pelas duas bancadas, do Amapá e Roraima, apoiadas por parlamentares dos territórios federais do Acre e Rondônia e dos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, foi decisiva para elevação do Amapá e de Roraima em estados. Como já dito, a reivindicação pela autonomia dos últimos territórios federais existentes no Brasil, liderada

no Congresso Nacional pelas bancadas amapaenses e roraimenses em nível nacional, pegava carona nos mais de vinte anos de luta política feita pelos parlamentares acreanos e rondonienses.

As experiências desses territórios federais eram constantemente lembradas nos discursos proferidos pelos deputados amapaenses quando reivindicavam a autonomia, objetivando, fundamentalmente, dirimir as dúvidas e receios da população, que se mostrava temerosa, caso o estatuto jurídico do Amapá se modificasse. Segundo Clarck Platon, um dos maiores defensores da criação do estado e que fazia oposição a Barcellos: “não nos esqueçamos de que nem o Acre, nem Rondônia sofreram qualquer redução da sua condição econômico-financeira com a nação, após a transformação em Estado” (PLATON, 1984, p. 74).

Desde fins dos anos 1970, já era possível observar a formação de um grupo de lideranças que conquistaria cargos eletivos, formado em sua maioria por jovens nascidos ou criados no Amapá pós-1943, que retomarão com maior intensidade as críticas contra a permanência dos territórios federais e a tutela da União sobre eles. Alguns deles vieram do movimento estudantil amapaense dos anos 1960, e haviam conseguido cursar o ensino superior no Pará ou em outros estados do país, a exemplo dos deputados federais, o macapaense Paulo Guerra e do mazaganense Geovani Borges. Parte dessa liderança, que irá fazer oposição ao governo amapaense, é quem conduzirá a luta parlamentar pela criação do estado do Amapá. Essa geração de jovens políticos buscava se diferenciar das demais, justamente, por terem estabelecido laços identitários mais permanentes com a região, conforme se apresentou o deputado Clarck Platon, em seu primeiro pronunciamento na Câmara Federal, logo após tomar posse do cargo:

venho do Território Federal do Amapá, onde como empresário me situei, juntamente com familiares meus, já mais de trinta anos, quando lá não havia sequer água encanada, luz elétrica, telefone, televisão, asfalto ou avião a jato. Havia, sim, malária, muita malária. Por isso me considero um Deputado, nesta Casa, com muita moral para defender os interesses do povo e da terra amapaense (PLATON, 1983, p. 17).

Neste sentido, tem-se, por um lado, o governo federal tentando, através dos governadores indicados, manter o controle sobre o processo de transformação dos últimos territórios federais em estados e tirar vantagens desse momento, no Amapá, e, por outro, os parlamentares da oposição, nascidos na região ou identificados com ela, reivindicando-se como os legítimos representantes dos interesses da população em prol da autonomia.

Em discurso comemorativo pela passagem do 40º aniversário de criação do Território Federal do Amapá, Clarck Platon fez questão de enfatizar que uma nova luta estava sendo travada no Amapá, “promovida por aqueles que lá nasceram e cujos ancestrais construíram a formação histórica amapaense, como ainda por milhares de famílias vindas de outras partes do Brasil, do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, e também os estrangeiros amigos que para lá imigraram” (PLATON, 1983, p. 53). Segundo o deputado amapaense, que se reivindicava como legítimo representante da luta por uma administração própria para a região, “O Amapá só conseguiria estabelecer seus verdadeiros caminhos do progresso e desenvolvimento, quando seu povo puder traçar, por suas forças, os projetos e alternativas que mais lhe interessam [...]” (PLATON, 1983, p. 54).

A defesa de Clarck Platon de um governo legitimamente oriundo do Amapá e escolhido pelos amapaenses permite pensar a luta política pela autonomia, também, enquanto momento em que se buscou forjar uma identidade regional para se justificar a criação do estado. Se, por um lado, o Amapá político-administrativo apresentava uma dependência externa grande com relação ao poder federal e ainda precisando vencer várias etapas em seu desenvolvimento econômico para poder se tornar um estado, por outro, o Amapá do regionalismo apresentava-se como uma unidade que possuía uma sociedade sólida já consolidada de “amapaenses”, capaz de conduzir seu próprio destino. Essa sociedade, na defesa dos parlamentares amapaenses que lutavam pela autonomia, já estava madura suficiente para escolher seus próprios representantes locais sem a interferência da União.

Sobre esse aspecto, Indira Marques (2009) argumenta que, se em um primeiro momento, foi o governo federal que impulsionou a formação

da elite local, sem que essa se colocasse em uma posição de confronto, durante a luta política pela autonomia nos anos 80, o poder central passou a ser alvo de questionamentos, e passou a receber duras críticas pela falta de apoio à região. Porém, não se observa na elite política local, que reivindicava a autonomia, críticas mais contundentes a esse poder federal que juridicamente governava o Amapá. As críticas se voltavam para o formato de território federal e para aqueles que receberam, como afirmava Océlio de Medeiros (1946), um poder delegativo nessas regiões, e não exatamente para as práticas ali instituídas, sob o comando do Estado brasileiro. Desta forma, se havia abuso de poder e desvio de finalidade de recursos públicos, isso era decorrente, sobretudo, de um modelo administrativo que permitia distorções à sua funcionalidade pelos governadores nestas regiões. Clarck Platon deixa claro esse posicionamento em um de seus apartes durante o discurso do deputado Giovani Borges.

Quero apenas concluir minhas, em contrapartida a um enunciado do nobre colega da oposição, Deputado Virgildásio de Senna, quando colocou que esses males e essas agruras são devidos ao próprio Presidente João Figueiredo. [...] não entendemos assim esses fatos. Entendemos sim, que o Território do Amapá tem sido substancialmente beneficiado por volumes imensos de recursos que o governo federal tem enviado para lá, procurando melhorar a qualidade de vida e gerar desenvolvimento que propicie ao Amapá entender aos reclames que quarenta anos de Território tem imposto, com uma qualidade de vida inferior a pior, com certeza, de toda a Amazônia (PLATON, 1984, p. 117-118).

A defesa era por uma nova estrutura administrativa, que corrigisse as imperfeições da atual, e que proporcionasse, efetivamente, o desenvolvimento nos níveis observados em outras regiões do país. Para que o Amapá conseguisse estabelecer o caminho do progresso e desenvolvimento, era necessário que a sociedade amapaense tomasse para si essa responsabilidade de traçar seus próprios projetos e alternativas, sem que estivesse submetida, pela respectiva legislação a classificação de unidade inferior, ao assistencialismo e à dependência extrema do Ministério do Interior. Isso só seria possível, na visão dos parlamentares amapaenses,

caso a estrutura administrativa fosse urgentemente alterada, modernizada, adequada à nova realidade política, social e econômica que estava em curso, com a redemocratização.

Diferentemente do que se observou no movimento autonomista dos anos 60, a crítica recaiu de forma mais violenta sobre os governos dos territórios federais. No Amapá a administração barcelista era a própria personificação de um modelo de governabilidade, que passava a ser responsabilizado pelas lideranças políticas locais, pelas mazelas da região e pelo atraso regional. O período foi marcado pelo uso corriqueiro da tribuna do Congresso Nacional pelos deputados amapaenses da oposição, onde faziam críticas à forma barcelista de governar e defendiam a bandeira autonomista, conforme trecho do discurso do deputado Paulo Guerra, em 21 de outubro de 1983:

urge que o governo federal tome imediatas providências no sentido de que cesse essa figura esdrúxula de Território, esta excrescência jurídica que é a figura do Território Federal, e que possamos ter legitimado, dentro dos princípios basilares da democracia, um Governo que traduza o sentimento do nosso povo, que se dê um basta a esta praxe de Governadores, como temos o último lá, cuja a administração, ao invés de se configurar por atitudes que possam desenvolver o Território do Amapá, caracteriza-se muito mais pelos atos de corrupção e pelas perseguições mesquinhas, que agredem e violentam a consciência do nosso povo e da nossa terra (GUERRA apud PLATON, 1983).¹⁵⁹

Portanto, esse foi um período de grandes embates, e um período em que cresciam, mesmo que restritas a um pequeno grupo de atores, as críticas à estrutura política de um território federal, que passou a ser responsabilizado de forma direta pelo atraso regional e como empecilho

159 Aparte de Paulo Guerra ao discurso de Clarck Platon, na sessão de 21 de outubro de 1983 (PLATON, 1983).

para o seu desenvolvimento, e, conseqüentemente, cresciam também as manifestações políticas favoráveis à autonomia política.

Nos discursos dos deputados amapaenses, ao mesmo tempo em que se observava um elevado número de críticas ao modelo administrativo de território federal, também é notória a acentuação da defesa pela autonomia política, agora como solução para a superação dos entraves econômicos que essas unidades vivenciavam, mas sem a perda de apoio do governo federal. Para a bancada amapaense, a melhor escolha seria a emancipação política com a manutenção dos repasses públicos federais por um período de dez anos.

São inúmeras as vantagens de transformação do Território em Estado, desde que assentada em bases sólidas e definitivas. Politicamente, substituiremos a inevitável condição de inferioridade, caracterizada pelo sentido assistencialista do auxílio que move as ações governamentais, pelo reconhecimento de um direito à participação como Unidade integrante no esforço de desenvolvimento do País. Os Estados concorrem com idênticas oportunidades na distribuição dos encargos e direitos, enquanto os Territórios ficam definidos como apêndices da estrutura central de Governo, dele dependendo quase que integralmente. Com a estrutura política de que dispõe os Territórios, jamais poderemos comandar a arrancada para o desenvolvimento de nossa economia e, assim, num círculo vicioso, nunca atingiremos a autossustentação econômica pretendida. Urge, pois, que antecipemos os fatos. Com a estrutura política de Estado, seremos capazes de gerar a estrutura econômica desejada (PLATON, 1983, p. 112-113).

A transformação do Amapá e de Roraima em estados, só ocorreria após 1985, na Nova República, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Após a morte de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu a presidência do país, seu vice, José Sarney. Para o Amapá, foi indicado como primeiro governador civil, após a saída de Barcellos (o último militar da ditadura militar a governar o Amapá) o agrônomo Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990). Sua escolha para o cargo não ocorreu de forma tranquila e transparece claramente a disputa política pelo capital

simbólico autonomista, visto naquele momento, como meio de manutenção do poder no Amapá.

Elfredo Távora Gonsalves (2010) narrou em suas memórias que, no início do governo de Sarney, os políticos do Amapá começaram a se movimentar para indicar o sucessor de Barcellos. Entre os nomes indicados estava o do deputado Antônio Pontes que, diziam, tinha o veto de Ulisses Guimarães, presidente do PMDB. Alguns pemedebistas lutavam pela indicação de Otavio Oliveira, amapaense, economista e ex-prefeito de Macapá. Outros nomes apareceram, mas não havia consenso. Segundo Távora:

foi quando surgiu o nome do Dr. Jorge Nova da Costa, que na época respondia pela superintendência da SUDENE. Amigo de Sarney e conhecedor do Amapá, trabalhara alguns anos como agrônomo, chefe do fomento agrícola do Amapá e diretor da Escola de Iniciação Agrícola daquele município. Nova da Costa não tinha qualquer ligação partidária, era economista, e a única pessoa para conseguir o consenso (GONSALVES, 2010, p. 80).

A questão não foi resolvida de forma tão consensual assim. Depois de várias conversações no Gabinete Civil da Presidência, sob a orientação do ministro José Hugo Castelo Branco, ficou assentado um acórdão documentado sob o nome de “Aliança Democrática”, na qual se repartia os cargos da administração pública amapaense entre o governo e os dois principais partidos locais, PFL e PMDB, cabendo ao governador a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Administração (SEAD) e a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP). O PFL ficou com a Secretaria de Saúde (SESA), SEPS, SOSP, Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). E o PMDB ficou com SSEG, Secretaria de Finanças (SEFIN), Secretaria de Educação (SEEC), Companhia de Desenvolvimento do Amapá, (CODEASA), Superintendência de Navegação do Amapá (SENAVA) e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER) (Ver imagem 8, em anexo).

O que chama a atenção nesse acórdão, mesmo se tratando de uma prática corriqueira da administração pública brasileira, mas que acaba

existindo de forma mais velada, nesse caso particular, documentou-se o acordo, institucionalizando-se abertamente o fatiamento da administração pública amapaense entre as lideranças locais, que àquela altura já davam como certa a emancipação política. Foi diante do “fatiamento” do Amapá que Nova da Costa teve que governar, em que cada uma das correntes partidárias, apoiadas pelos ministros que compunham também chamada “Aliança Democrática”, considerava-se autônoma como se fosse um governo separado do todo. Conforme Gonsalves, de Nova da Costa se,

exigiu muito jogo de cintura, muita habilidade para aparar arestas entre as correntes, muita tolerância e extraordinária paciência para poder costurar tamanha colcha de retalhos. Se não se faz mais, que se cobre dos “donos das áreas”, pergunta-se quem faria melhor” (GONSALVES, 2010, p. 83).

No Amapá, o estado nasce em uma República de conchavos e retalhos, em que a autonomia era apenas uma mera formalidade. O fatiamento da administração pública amapaense não foi só um ensaio para a vivência política em um território federal que estava próximo de ser mais um estado da federação brasileira às avessas, mas que não perdia seu *status quo*; ela sinaliza para a representatividade que a autonomia significou para uma elite política local sedenta pelo poder.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁACORDO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Em 19.03.1987, na sede do Ministério do Interior, os Partidos da Frente Liberal e do Movimento Democrático Brasileiro estabeleceram, em nome da Aliança Democrática, o seguinte ACORDO.

1. Os órgãos que integram o Poder Executivo do Território passam a ter a seguinte distribuição:
 - A. Do Governador do Território
SEPLAN
SEAD
SEGUP
 - B. DO PFL
SESA
SEPS
SOSP
CAESA
CEAG
CEA
 - C. DO PMDB
SEAG
SEFIN
SEEC
CODEASA
SENAVA
ASTER
- 2.. Os órgãos vinculados aos Partidos terão seus titulares designados pelo Governador, a partir de lista tripla a ser apresentada pelos respectivos Partidos, em prazo máximo de 15 dias, a contar desta data.
3. O Governador do Território assume o compromisso de exigir dos titulares dos órgãos por ele próprio indicados, comportamento e decisões compatíveis com os interesses e os objetivos da Aliança Democrática.
4. Se, a critério do Governador, o titular de qualquer órgão estiver apresentando desempenho inaceitável, o Governador livremente poderá realizar a competente exoneração, comunicando previamente ao Partido correspondente e solicitando apresentação de nova lista tripla.
5. Os Partidos signatários deste documento comprometem-se a lutar pelos interesses e fortalecimento da Aliança Democrática no Território, o mesmo se aplicando ao Governador que, neste ato, também assume o compromisso de conferir à Aliança Democrática prioridade máxima, com igualdade de tratamento no que se refere aos Partidos, em nome dos objetivos comuns.

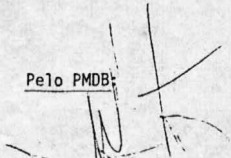
Acordo de Aliança Democrática (pág. 1).

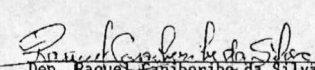
Fonte: Gonsalves (2010, p. 81).

6. Ambos os Partidos comprometem-se a atuar e proporcionar incondicional apoio para que o Governo do Território opere em equipe.
7. Com relação às indicações para preenchimento dos cargos federais no Território, fica estabelecido que os representantes abaixo assinados, do PMDB e da FRENTE LIBERAL, manterão entendimento para propor os nomes correspondentes, observada a igualdade com relação ao número de cargos.

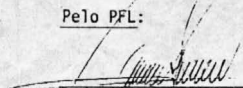
Brasília, 19 de março de 1987..

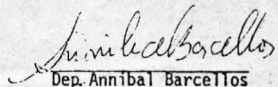
Pelo PMDB:

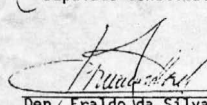

Manoel Ferreira dos Santos
Presidente do PMDB/AP


Dep. Raquel Capiberibe da Silva
Deputada Constituinte

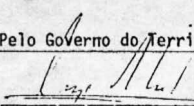
Pelo PFL:


Dep. Geovani Pinheiro Borges
Presidente do PFL/AP e
Deputado Constituinte


Dep. Annibal Barcellos
Deputado Constituinte


Dep. Eraldo da Silva Trindade
Deputado Constituinte

Pelo Governo do Território:


Jorge Nova da Costa
Governador do Território

Acordo de Aliança Democrática (pág. 2).

Fonte: Gonsalves (2010, p. 82).

A problemática da unidade política e territorial brasileira foi uma preocupação constante das elites políticas, no período de formação do Estado Nacional, e permaneceu em todo o período republicano. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88¹⁶⁰, em que, mais uma vez, a problemática da redivisão territorial voltou a movimentar as animosidades entre os parlamentares, a proposta de se transformar Amapá e Roraima em estados, dessa vez, não enfrentou grande resistência dentro da Constituinte.

Era quase que unanimidade entre os deputados constituintes, que integravam a Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, que os mesmos não podiam mais permanecer como estavam, pois as restrições ao direito do voto para o executivo, senado e as inexistências de uma Assembleia Legislativa e um Tribunal de Contas feriam os preceitos democráticos preconizados pelo novo momento, no qual a democracia deveria ser estendida a todos os cidadãos. Na visão dessas lideranças, os Territórios Federais, da forma que estavam estruturados, seriam exemplos de governos antirrepublicanos. Lembrava o constituinte Mozarildo Cavalcanti, na reunião ordinária, realizada no dia 4 maio de 1987, que

o tema União, Distrito Federal e Territórios Federais deve ser abordado e discutido nesta Subcomissão com vistas a escrever uma Constituição justa, moderna, que atenda realmente aos legítimos anseios do povo brasileiro. Assim, devêmos trazer à discussão ternas relevantes.

Tenho observado a apresentação de propostas, como a do Constituinte Ruben Figueiró — a quem respeito — com relação à criação dos distritos federais; a postulação dos Constituintes do Amapá, que defendem, por exemplo, a manutenção do nome de Território Federal, mas defendem a eleição de governador, de vice-governador, senadores, deputados federais e deputados à Assembleia Legislativa. Este deve ser realmente o tema

160 A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 se organizou em torno de nove comissões, sem mencionar as subdivisões que foram muitas. Coube à Comissão de Organização do Estado, subdivida em: a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; b) Subcomissão dos Estados; e c) Subcomissão dos Municípios e Regiões.

sobre o qual devemos debruçar-nos e analisar. Como disse o nosso Governador, todos nós, Constituintes, temos uma missão histórica, que não se situa simplesmente no exato momento dos debates, mas, muito além, no produto dos nossos trabalhos. (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. ANO I - Suplemento nº 66, 1987, p. 164).

Deve-se mencionar, no âmbito da Constituinte de 1987-88, debateu-se a redivisão territorial do Brasil de uma forma relativamente ampla, e várias propostas de criação de novos estados foram formuladas, nem todas essas propostas advindas da realidade de territórios federais. Conforme o que se verificou nos anteprojetos da Subcomissão dos Estados, foram propostas objetivamente, e discutidas, a criação dos estados de Juruá, Tapajós, Santa Cruz, Maranhão do Sul, Triângulo e Tocantins, com o possível desmembramento, respectivamente, do Amazonas, Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Goiás. Sem mencionar outras indicações que não chegaram a ser debatidas. Porém, a maioria dessas propostas não tiveram a menor consistência e força política.

Acompanhando-se os debates dos parlamentares, concomitantemente às etapas do processo constituinte, através dos Diários da Assembleia Nacional Constituinte, nota-se que, mais uma vez, o permanente campo de tensão entre os interesses locais, regionais e nacionais emperraram as criações de novos estados e, conseqüentemente, as expectativas daqueles que nutriram pretensões emancipacionistas por desmembramentos de territórios. Na reta final da elaboração da nova Constituição quase todas as propostas nesse sentido foram suprimidas do texto constitucional, com exceção de Amapá e Roraima, transformados de territórios federais em estados, somente o estado de Tocantins foi criado do desmembramento do estado de Goiás pela nova Constituição.

Herbert Toledo Martins (2013), ao analisar a proposta de se criar o estado do Triângulo (MG) durante a Constituinte de 1987-88, chegou à conclusão de que a problemática de criação de novos estados, inseridos em processos de desmembramentos e no qual envolvem disputas acirradas de poder e recursos, cujos interesses particulares se sobrepõem aos da região, articula-se com questões como: representação política, sistema eleitoral, identidades regionais, lógica do jogo político em escala

nacional e local, além das implicações que a implantação da máquina administrativa de um novo estado pode trazer para o frágil federalismo brasileiro.

Todos esses aspectos apontados por Martins, de alguma maneira, também são observados no caso amapaense, uma vez que a luta pela eleição direta para governador e pela criação e ampliação dos demais cargos eletivos para o legislativo estadual e federal passou a ser maior que a própria bandeira da autonomia; tanto que chegou a ser proposto na Constituinte por um dos parlamentares do recém-fundado Partido da Frente Liberal (PFL), Geovani Borges —, a essa altura o PFL era formado pelos demais deputados, o ex-governador Annibal Barcellos, e Eraldo Trindade — uma autonomia político-administrativa na qualidade de território federal, ou seja, que permanecesse território federal, mas com uma nova fisionomia, garantindo-lhes eleições diretas para governador, para o Senado e para uma assembleia territorial. Segue o trecho no qual o deputado amapaense Geovani Borges defendeu claramente essa proposta durante os debates na Constituinte.

Na minha concepção, não de economista, mas de leigo no assunto, homem prático, porque aprendi o que a vida me ensinou — foi a minha grande universidade —, vejo que os Territórios devem continuar no mesmo estágio. Entretanto, sua política jurídico-institucional tem que ter outra conotação, tem que receber uma nova roupagem, porque é inadmissível que ao longo dos 44 anos ainda não tenhamos conseguido chegar ao patamar necessário à sua transformação em Estado. Mas vejo que a Constituinte irá nos proporcionar estes mecanismos para mantermos a condição de Territórios, ou, como falou o nobre Deputado Ruben Figueiró, criar novos distritos federais, com autonomia política e administrativa, aumentar o poder do Governador quando seu nome for homologado pelo povo que representa, aqui no Distrito Federal e em qualquer parte do País. E os Senadores e Deputados Federais, aumentando suas bancadas, com seu poder político, naturalmente pressionarão as autoridades quanto à distribuição de recursos para os Territórios (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. ANO I - Suplemento nº 78, 1987, p. 61).

A proposição do integrante da bancada amapaense, definida como “meia-sola” pelo governador de Roraima, Getúlio Alberto de Souza Cruz, também presente na reunião, foi rechaçada por ele ao lembrar que a mesma proposta já havia sido feita durante campanha pró-estado em Roraima, em 1985, e havia sido rejeitada por significar um perigo maior para a democracia, uma vez que se teria um governador eleito, mas sem um órgão estadual com poder fiscalizador.

Num debate, questionava-se muito a questão da transformação em Estado, as incertezas, os recursos, e um companheiro nosso inventou a doutrina da “meia-sola”: quer dizer, ao invés de nos transformarmos em Estado, colocássemos um salto novo na figura do Território. Então, ele propôs a eleição de um governador, a criação de um tribunal de contas, de um tribunal de justiça e de uma assembleia territorial. Um outro companheiro nosso, muito sarcástico e irônico, disse para esse companheiro: “Escuta, Liberato, tu estás querendo um animal com cabeça de leão, com pata de leão, com pelo de leão, com cara de leão e queres chamá-lo de gato” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. ANO I - Suplemento nº 66, 1987, p. 168).

O propósito de promover mudanças na estrutura jurídica dos territórios federais que permitissem eleições para o executivo e demais cargos do legislativo, conservando o *status quo*, a princípio pode parecer estranha, mas externa claramente uma corrente de pensamento local que sempre viu com simpatia a tutela da União sobre a região. Portanto, objetivava garantir a manutenção de repasses públicos federais, algo que, indiscutivelmente, sempre agradou à elite política amapaense, formada a essa altura, em grande maioria, por pessoas oriundas de fora do Amapá, mas, ao mesmo tempo, também tentava minimizar o grande receio que a população demonstrava ter com relação à suspensão do pagamento dos salários dos servidores públicos, caso o Amapá deixasse de ser território federal e se tornasse estado.

Em contrapartida, o governo de Jorge Nova da Costa, representante dos interesses do governo federal no Amapá, apoiando a proposta autonomista da bancada romariense, mostrou-se contrário à proposição

do deputado amapaense, enquanto buscava esclarecer junto à população, através dos meios midiáticos, que a criação do estado não abalaria nem os repasses públicos, uma vez que a proposta apresentada pelos constituintes garantia que os ex-territórios federais continuassem recebendo os subsídios federais por um período de dez anos, e muitos menos afetaria os salários do funcionalismo público, que continuariam a receber pela União.

Possivelmente, a euforia democrática que tomou conta dos constituintes foi fundamental no fortalecimento da defesa apresentada pelos parlamentares de Roraima e dos estados do Pará e Mato Grosso do Sul pela imediata criação dos estados de Roraima e Amapá. Entretanto, a campanha pró-estado do Amapá e Roraima foi mais retórica política que fundamentada no real interesse de melhorar as condições de vida dessas populações, ao colocar fim a um peso político que a República brasileira não tinha mais interesse em sustentar, uma vez que o problema dos territórios federais não foi enfrentado, nem pelos parlamentares que travaram um debate extremamente rico sobre o tema, tampouco pelo Executivo brasileiro, em que ambos optaram por manter os pressupostos legais na Constituição para a criação de outros territórios federais por desmembramentos, e adiar para outro momento a solução para a política-administrativa débil dessas unidades. Portanto, a extinção dos últimos três territórios federais não significou o fim da possibilidade de suas criações, ao continuar sendo prevista sua existência legal pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 18, § 2º, ao afirmar que: “Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar”.

Se para os atores políticos, que defenderam a bandeira autonomista, Amapá e Roraima não poderiam mais permanecer territórios federais, em razão da contrariedade aos preceitos democráticos defendidos pela nova Carta Constitucional, para a maioria das populações desses territórios federais, que assistiram mais como expectadores a luta política pela autonomia, possivelmente, a chegada do estado despertou sentimentos variados e expectativas diversas sobre um futuro que, apesar de se colocar como promissor, ainda era incerto. No Amapá, a ausência

de manifestações populares favoráveis à emancipação política poderia significar a sensação de que, se território federal não o era mais, o estado ainda era um horizonte de expectativas.

Não foi nosso objetivo estudar a reação popular à emancipação política amapaense, tampouco o processo de estadualização que se instalou no Amapá após a decisão constitucional de 1988, mas vejo como necessária a realização de uma pesquisa nesse sentido. Há muito a ser revelado sobre os impactos sentidos dessa decisão na trajetória recente de estados que nasceram de experiências de territórios federais, e nada é mais revelador do que refletir sobre isso a partir das vozes daqueles que foram silenciados nesse processo.

Por isso, nada mais oportuno concluir esse capítulo com as histórias contadas e recontadas na cidade de Macapá, de um dos seus mais famosos “personagens”. Seu Paulino¹⁶¹, como era popularmente conhecido, era descendente do reconhecido mestre de marabaixo, Julião Thomaz Ramos, líder dos negros do bairro do Laguinho. Funcionário de meia idade da Prefeitura de Macapá, como não havia muito o que fazer, raramente aparecia na repartição. Contudo, a cada final do mês precisava assinar a “famigerada” folha de ponto. Foi aí, em uma das idas até a prefeitura, que ao assistir à movimentação em torno da perspectiva de o Amapá virar estado, deixou sair uma das suas pérolas, diante das mudanças que estavam por vir:

Meu filho, político é como puta esperta: te rouba sorrindo. Nem presta. Vocês vão ver quando os homens do colarinho branco lá da capital federal transformarem isto aqui em Estado: vai ser a pior desgraça do mundo, pode escrever, pois vai ter político de toda espécie e qualidade, candidato saindo pelo ladrão. Aí nós vamos ver roubalheira, patifarias, desavenças, trapalhadas e tudo o que não presta (TARSO, 2002, p. 57).

Com o passar do tempo não se dava mais o trabalho de ir ao antigo prédio da prefeitura, nem para assinar o ponto. Foi quando protagonizou

161 Crônica retirada do livro *História de um Sino* (2002), do autor Paulo Tarso.

uma das suas mais famosas histórias. Passou a ser procurado, por funcionários mais novos da prefeitura, para assinar a folha do ponto, na residência do seu primo, Pavão, onde costumava passar as tardes com uma turma de aposentados e amigos jogando dominó e tomando gengibirra¹⁶².

Certo prefeito, ao tomar posse e querendo resolver a ineficiência do serviço público, fez publicar um edital convocando todos os funcionários públicos municipais para que se apresentassem no acanhado prédio da Prefeitura de Macapá e passassem a assinar o ponto no local de trabalho. Como o prédio da prefeitura era pequeno e deficitário para acomodar todos os funcionários lotados na repartição, a medida gerou tumulto e muita insatisfação entre os funcionários públicos, até que se montou uma espécie de revezamento, em que se trabalhava um ou duas vezes na semana, meio expediente. Seu Paulino, quando soube das ordens do novo prefeito, no mesmo local de sempre que costumava passar as tardes, soltou mais uma das suas:

Meu filho, eu sabia que isso ia acontecer. Era só mudar o prefeito que ia logo começar a perseguição política em cima da gente! Nesta terra ninguém tem sossego, não se pode nem mais viver em paz, jogar um dominó ou tomar um tacacá que ficam logo inventando moda e serviço. Por isso é que esse país nunca vai pra frente — e aqui nesta terra muito menos, onde tudo parece crescer para baixo feito rabo de cavalo. A gente quer viver em paz, com tranquilidade, junto da família e dos amigos, quando aparece um espírito de porco com ideia de jumento! Não se respeita mais nem os cabelos brancos de um cidadão, pai de família que tanto trabalhou nessa cidade desde a época de padre Júlio Maria Lombaerde. Eu era menino barrigudo e pimbudo, mas me lembro. Sou do tempo em que esta cidade era pequena, só tinha mato, lama, poeira e malária. Não se tinha salário nem nada (TARSO, 2002, p. 59-60).

162 Bebida típica, composta de álcool e gengibre, consumida durante a dança do Marabaixo, no Amapá.

Seu Paulino, sem essa pretensão, fazia críticas a um modelo de governabilidade imposto pela administração pública federal, que, com exceção de uma elite local que se beneficiou com a sua implantação, pouco dialogou com uma sociedade que já existia antes da criação do território federal, e que teve que encontrar formas de sobreviver e resistir em meio ao caos político-administrativo que se instalava.

3.4 A CRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Para Marques (2009), a construção de uma identidade regional foi importante para o movimento autonomista no Amapá, conduzido por uma elite política em formação, cujos discursos e ações buscaram a afirmação como unidade da federação brasileira e, conseqüentemente, a de elevação a estado. Parto da premissa de que se a retórica estabelecia essa relação linear entre território federal e estado, não necessariamente essa elite política esteve direcionada, desde o princípio, à conquista da emancipação política, mas, enquanto capital simbólico a experiência de território federal será utilizada na luta política pela autonomia.

Como afirma Iná Elias de Castro, no jogo de poder sobre uma determinada região, pode-se “inibir ou estimular identidades regionais, assim como, forjá-las” (CASTRO, 1992, p. 34), portanto o discurso fundador de um Amapá projetado como futuro estado — experienciado de maneira diferente pelos diversos homens e mulheres que viveram na região durante o período do território federal — foi um dos elementos agregadores de uma identidade regional que se buscou forjar e fundamental no processo de transição para estado em 1988. Se o Amapá político-administrativo foi produto de ações elaboradas pelo Estado, no que se refere à construção de uma identidade regional, tomando como base as análises de Pierre Bourdieu (2004), Stuart Hall (2005) e José Clemente Pozenato (2003), essa foi fruto de um processo muito mais complexo, no qual os símbolos e as representações foram elementos fundamentais nesta construção.

Identidade, como Hall (2005) nos faz compreender, não é algo com a qual nascemos, mas formada ao longo do tempo através de processos

inconscientes, e que muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado, tornando-se, então, politizada. Ao mesmo tempo em que as semelhanças têm a função de formatar a identidade, as diferenças têm um papel preponderante nos sistemas coletivos de representação. Já a identidade regional tem como base o contexto social e histórico de dado território, e visa realçar as características e os valores próprios de cada lugar, em contraposição aos elementos representativos de outras culturas como identidades que dão personalidade aos lugares dentro de um contexto global. A esse respeito, Bourdieu (2004) considera que o discurso regionalista, voltado para constituir a identidade de uma determinada região é performativo, isto é, constrói a realidade que ele designa. Neste caso, tanto o que se compreende por região quanto por regionalismo são construções e representações simbólicas do mundo social em contraposição a ideia de nação.

Como Pozenato (2003) analisa, um importante deslocamento do conceito de região vem ocorrendo nas últimas décadas, quando a referência à nacionalidade começa a ser deslocada, pelo menos em parte, à globalidade das relações políticas, econômicas e culturais. Porém, durante o período de organização das nações e, ainda hoje, em territórios em que a questão da divisão nacional ainda não foi completamente resolvida ou nos quais a consolidação das relações internas constituintes da nacionalidade ainda está em processo, a ideia de região sempre se ergueu em contraposição a de nação, ora com intuito separatista, na perspectiva dos movimentos regionalistas, ora com intuito de diferenciação no sentido de integração, na perspectiva nacionalizadora. No Brasil, de acordo com Pozenato (2003), no que tange ao plano político administrativo, a questão regional nunca deixou de estar presente, principalmente durante a República quando se instituiu um poder central forte em um precário desequilíbrio com a ideia do federalismo — no plano cultural isso também não foi diferente. Portanto, apesar de movimentos isolados de separatismo, as lutas regionais no Brasil têm sido observadas mais com intuito de integração nacional, desde de que respeitadas as diferenças de cada região e de atendimento administrativo de suas carências. No caso da experiência amapaense, os discursos regionalistas observados

durante a transição para o estado, adequam-se perfeitamente a esse segundo aspecto apontado por Pozenato (2003), o de integração nacional.

Refletindo sobre a problemática da inversão da “tese da fronteira” na dinâmica territorial brasileira ocorrido na virada para o século XX, mais expressivamente após a década de 1930, César Ricardo Simoni Santos demonstra que isso não foi um fenômeno restrito ao Brasil: “começa a se desenhar nas Américas um pensamento que se volta para a interpretação de uma dinâmica territorial comum. Esses países, todos ex-colônias de países europeus, encontram no movimento de avanço da fronteira um plano de identidade” (SANTOS, 2010, p. 140). A fronteira passava a ser, então, vista como encontro entre civilização e barbárie, como primordial no processo de modernização. No caso do Brasil, há um esforço de intelectuais de recontar uma história de formação da identidade nacional a partir da ótica da dinâmica territorial, e isso se observou também no Amapá, sobretudo durante o movimento autonomista dos anos 1980.

A faixa fronteiriça que separa o extremo norte da Amazônia, mais precisamente o estado do Amapá, do departamento francês (de ultramar) da Guiana Francesa, e que corresponde a maior fronteira terrestre francesa, posto em termos geopolíticos, aproxima a Europa e a América do Sul como continentes vizinhos¹⁶³. A criação de um Amapá político-administrativo, em 1943, e a sua manutenção como território federal por um período tão longo estiveram condicionadas, sobretudo, às pretensões do governo brasileiro nesta faixa de fronteira tão vital para política interna e externa do país. Em 1973, Teixeira Soares chamou a atenção para a grande movimentação em torno dessa região fronteiriça, a ponto de já ter sido escrita muita coisa sobre o assunto, em que elogiava a forma como o regime militar vinha consolidando uma política nacional sobre a região, que deveria ter ocorrido ainda em 1900, quando a questão do

163 A fronteira Brasil-Guiana Francesa, tem sua extensão do curso do Rio Oiapoque, desde a foz no Oceano Atlântico até sua nascente, localizada no divisor de águas entre o marco de trijunção das fronteiras do Brasil-Guiana Holandesa - Guiana Francesa (Viana, 1948).

conflito com a França foi resolvida por intermédio da diplomacia brasileira: “a vitória diplomática de Rio Branco exaltou-se na previsão do aproveitamento político e econômico do imenso estuário amazônico, tarefa que vem sendo desenvolvida pelo governo do presidente Médiçi” (SOARES, 1973, p. 88).

De acordo com Carmentila Martins, o tratamento dado pelo governo brasileiro à fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, até a institucionalização da cooperação fronteiriça, por meio do Acordo-Quadro¹⁶⁴, era de área de Segurança Nacional e soberania territorial. Sob essa perspectiva, segundo Martins, foi se constituindo suas variantes: fronteira de separação dos tempos coloniais, fronteira periférica das primeiras décadas republicanas, fronteira de recursos naturais da modernização autoritária e fronteira da cooperação da globalização como espaço potencial, quando se rompe com esse modelo. Essa forma de se compreender as áreas de fronteira no Brasil como estratégicas para a formação e para o desenvolvimento do Estado-Nação, manteve-se, portanto, presente no decorrer do século passado, e se intensificou, pelo menos até o fim do regime militar no país.

Para Stéphane Granger (2012), que parte do olhar de uma historiografia francesa sobre o tema, o que fez a imprecisão da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa se estender por três séculos foi o desejo de se apoderar ou proteger o acesso ao Estuário do Amazonas, mas em territórios demasiados periféricos que não eram prioridade nacional, assim

164 Em 28 maio de 1996 foi firmado, em Paris, o Acordo-Quadro de Cooperação fronteiriça entre Brasil e França. Segundo seu artigo 1º: “as Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo”. Conforme Martins, esse acordo fez parte de um amplo reordenamento da política nacional de relações exteriores que se redesenhou no país a partir das imposições da globalização, não como resultante de um relacionamento fronteiriço propriamente cooperativo. Ler: MARTINS, Carmentila das Chagas. *Relações Bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global*. Brasília: 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília.

os guianenses não agiram de má-fé quando consideraram o Contestado como uma parte da Guiana Francesa, já que o oeste do território era povoado de crioulos guianenses e antilhenses, por este motivo, perceberam o laudo suíço como uma amputação do seu território. Segundo a autor, foi só a partir de fins do século XIX e durante o decorrer do século XX que o aspecto aparentemente expansionista da geopolítica brasileira, concretizada pelo avanço das frentes pioneiras e auríferas, fez a desconfiança aumentar em relação a um vizinho sempre percebido como um potencial invasor, e de onde provinha grande parte dos fluxos migratórios na região.

Diria, talvez, que esta representação é uma das que possui maior força no imaginário social amapaense do presente: a ideia de que toda a extensão do território paraense desmembrado para dar origem ao Território Federal do Amapá, que fazia fronteira com a Guiana Francesa e teria sido contestada pela França, é resultado da bravura e do heroísmo de Cabralzinho que lutou para que esta região continuasse brasileira. É muito comum se escutar a expressão “o Amapá quase foi da França”, como se a história de uma parte da região que foi desmembrada do Pará fosse a síntese de um Amapá político-administrativo que nem existia ainda quando ocorreu o conflito entre a França e o Brasil pelo território contestado.

Nesse sentido, mesmo que o movimento autonomista tenha buscado se apropriar positivamente de alguns elementos simbólicos relacionados ao Amapá federal, como: pioneirismo, sentimento glebário, ideia do orgulho coletivo, outros períodos anteriores à criação do território federal serão reivindicados como definidores da identidade regional. Foi exatamente na história local anterior ao desmembramento do Pará que o discurso emancipatório encontraria um de seus principais portos seguros. A trajetória histórica da região anterior a 1943 passa a ser ressignificada como um passado que deveria ser rememorado, sobretudo, aquele que se reporta à luta nacionalista de defesa do território amapaense das investidas estrangeiras durante a disputa entre o Brasil e a França pelo Contestado Franco Brasileiro.

Sem pretender adentrar em um debate historiográfico de uma narrativa histórica que tem como acontecimento central o conflito de

maio de 1895, ocorrido na vila de Amapá, entre os homens armados de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), do lado brasileiro e os soldados comandados por Lumier, do lado francês, e que “passou a fazer parte, embora como um pequeno parágrafo, da República Brasileira” (CARDOSO, 2008, p. 69), chamo a atenção para o uso que se fez destas representações no processo de emancipação política amapaense, concordando com Francinete Cardoso, que essa forma de representá-lo como luta nacionalista foi uma construção que objetivou se sobrepor à diversidade social ali existente, com intuito de forjar uma versão condizente com o projeto nacional, em um momento crucial, em que se buscava, durante os primeiros anos de implantação da República, solucionar os problemas das delimitações de territórios fronteiriços para formação do Estado-Nação no Brasil. A gênese deste conflito, segundo Cardoso, foram os interesses divergentes quanto à exploração do ouro na região. Ele só passou a ser representado como disputas de brasileiros contra franceses invasores primeiramente pelos jornais paraenses *A Província do Pará* e *O Diário de Notícias*, e posteriormente reutilizado nos discursos nacionalistas durante a implantação da República.

Segundo José Murilo de Carvalho (1990), desde a implantação da República os republicanos se viam às voltas com os problemas de explicar o novo regime recém criado no Brasil, portanto na “busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção nacional, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)” (CARVALHO, 1990, p. 32). No início da República, havia, em geral, alguns elementos que faziam parte de uma identidade nacional, como unidade linguística, religião e unidade política, mas inexistia um sentimento nacionalista capaz de garantir uma unidade nacional forte. Daí a importância, segundo Carvalho, de se construir heróis para a República recém-instalada, pois “são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação dos regimes políticos” (CARVALHO, 1990, p. 55).

Se a busca em torno de um mito de origem para a República, como demonstrou Carvalho, encontrou dificuldade em encontrar um herói

para o novo regime, o mesmo não se observou no Amapá. De herói do Contestado Franco-Brasileiro, Cabralzinho tornou-se o herói do Amapá. O mito do herói Cabralzinho surgiu na imprensa quase que instantaneamente a este acontecimento, passando a ter essa representação pela imprensa e pela história oficial, ainda nos últimos anos que antecederam a decisão burocrática arbitral, que deu a posse definitiva das terras contestadas ao Brasil, da mesma forma que ocorreu com conflitos auríferos, que passaram a ser representados como lutas nacionalistas.

Segundo Cardoso (2008), a representação do Contestado como ato de brasileiros, que reconheceu grupos, antes vistos como marginais, como legítimos compatriotas, ignorando a presença dos grupos indígenas anteriormente utilizados para garantir as fronteiras, foram construções da República recém implantada, e não ficaram circunscritas ao momento de sua fundação, nem ao espaço a que elas se reportavam. Ao longo do século XX, essas representações contribuíram para sustentar o argumento vencedor da posse efetiva em uma região que permaneceu sendo vista pelo restante do Brasil como vazia demograficamente.

Como procurei demonstrar no segundo capítulo, os estudos realizados sobre essa região fronteira por diversos estudiosos e técnicos a serviço do Estado brasileiro serviram para consolidar a ideia de um espaço vazio e ameaçado por focos de desnacionalização, bem como para legitimar não só o desmembramento dos municípios paraenses que deram origem ao Território Federal do Amapá, como foi também determinante no processo de consolidação de um Amapá político-administrativo

Em 1944, a recém instalada administração territorial buscou se apropriar da representação do mito do herói Cabralzinho como recurso simbólico para a legitimação do novo governo. O *Amapá*, de 15 de maio de 1950, trazia estampado, como de costume todos os anos, uma reportagem rememorativa pelo aniversário do conflito na vila de Amapá, intitulada: “15 de maio de 1895. Relembrando uma data histórica”, na qual dava ênfase à figura de Cabral como o herói que comandou a resistência contra os franceses invasores. Segundo o jornal, de todas as datas históricas do Amapá, essa era a mais importante, em razão do civismo e de bravura de Cabralzinho. Janary Nunes, como o primeiro

governador amapaense, foi o primeiro a se utilizar dessa representação, mas não foi o único.

Em meados dos anos 80 do século passado, recuperou-se o sentido patriótico e nacionalista atribuído aos conflitos da região compreendida como Território Contestado, interligando-o às lutas políticas pela autonomia como forma de legitimação da transição para estado. As lutas fronteiriças na região não só foram ressignificadas pelo discurso autonomista, como foram fundamentais no processo de formação de uma identidade regional que se reconhecia enquanto partícipe dessa luta pela autonomia, iniciada ainda por Cabralzinho e seus companheiros. A luta pela nacionalidade passou a ser o elo entre as duas temporalidades de todos aqueles que, nascidos ou não no Amapá, viviam em território amapaense.

A esse respeito, Lucien Febvre (1998, p. 88) afirma que “todos alimentamos em nós mesmos a ideia de que nada é mais forte que esses laços que unem os homens aos lugares”. A essa forma de representar o acontecimento de maio de 1895, como lutas fronteiriças pelo desejo de permanecerem brasileiros, outras representações foram sendo acrescentadas, passando, também, a serem vistas como a luta de todos aqueles que se uniram — independentemente de suas origens — pelo desenvolvimento e progresso do Amapá. No discurso proferido pelo senador amapaense Randolfe Rodrigues, por ocasião da Sessão Solene em Comemoração ao Centenário de Janary Nunes¹⁶⁵ no Senado Federal, em 2012, a representação do Amapá como lugar de todos aqueles que se

165 Em junho de 2012, ocorreu, em Macapá, uma programação rememorativa pelo Centenário de Nascimento do primeiro governador amapaense, Janary Nunes, promovida pelo governo do estado do Amapá. Como parte das atividades, a Sessão Solene no Senado Federal ocorreu em 4 de maio de 2012, por iniciativa de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), e contou também com a participação na plenária do senador José Sarney (PMDB-AP), do deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), do deputado federal Luiz Carlos (PSDB-AP), do filho mais velho, Janary Carvão Nunes, da vice-governadora pelo Amapá, Doralice Nascimento de Souza, e do ex-governador amapaense, Jorge Nova da Costa.

tornaram amapaenses só pelo fato de virem residir na região, conforme trecho que transcrevo a seguir:

o Amapá é tão acolhedor que, para ser amapaense, não é preciso nascer no Amapá, basta amar aquele canto, basta amar aquela terra. Janary não nasceu no Amapá, mas amou-o como se lá tivesse nascido e lá tivesse vivido os primeiros dias de sua infância. O Amapá se distingue por isto: pelo seu espírito acolhedor, por um povo diverso, miscigenado, de todos os cantos do País [...] e por ser forjado por brasileiros. Não é à toa que é uma terra brasileira, porque os que lá viviam decidiram ser brasileiros e emprestaram o sangue para viver no Brasil (RODRIGUES, 2012, p. 25).

Convém reforçar, como observou Stuart Hall (2005), que as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. Portanto, a nação não é apenas uma entidade política, mas uma comunidade que não existe em outra instância senão no imaginário dessa comunidade, e é isso que explica, segundo Hall, seu poder de gerar sentimentos de identificação, diferenciação, identidade e lealdade. No folheto de lançamento do concurso para a escolha dos símbolos oficiais do estado, intitulado *Amapá Estado: concurso para os símbolos oficiais*, lançado em 1983, é possível perceber um apelo pelo discurso oficial ao resgate das lutas nacionalistas no Contestado Franco-Brasileiro como elo de unidade entre os que ali viviam e a nação, ou seja, a luta pela emancipação política era antes de tudo uma luta pela nacionalidade, pelo direito ao pertencimento de ser brasileiro. A nacionalidade era o que fazia de todos os amapaenses, antes de qualquer outra coisa, brasileiros, e como brasileiros a luta pela emancipação era uma causa mais que política, era uma causa nacional. Conforme os autores do concurso: “o amapaense é brasileiro como outro qualquer que venha de quaisquer partes do Brasil” (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n). Fora o regionalismo, as características étnicas formadoras da identidade amapaense eram as mesmas já dissertadas por estudiosos, como Sílvio Homero, Euclides da Cunha, Arthur Ramos, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, entre outros, para se compreender o brasileiro das demais regiões do país.

Quais eram, portanto, essas características étnicas formadoras da identidade nacional que tornavam os amapaenses tão brasileiros quanto qualquer outro? O trecho abaixo retirado do folheto do concurso, apesar de longo, descreve quais eram essas características e como se deu a formação de uma identidade regional que teria obedecido à mesma lógica nacional:

pode-se dizer que, os troncos formadores, são os mesmos, representados pelo Branco – o lusitano, Negro – o Africano e Amarelo – o indígena. Como no resto do País, houve aqui e ali a intromissão do francês, holandês e inglês que eram justamente os povos que mais acossavam esta região nos primórdios de sua história. Posteriormente outros representantes da raça branca entraram em cena. A miscigenação aqui foi tão viva e significativa como nas demais regiões do Brasil, no início, sendo, porém, visível a pouca participação de brasileiros do Centro-Sul, na movimentação de migrações internas. Com mais frequência, mas também, sem expressão se vê certos Estados do Nordeste serem representados com poucas dezenas de pessoas por estas regiões. O índio em estado puro é encontrado, como acontece nos demais Estados da Federação, quase todos já se aculturaram e se misturaram entre os lavradores e moradores das cidades do Território. O tipo físico mais encontrado é o mulato, visto a grande incidência de elemento silvícola na população. As colônias de imigrantes são reduzidas, encontrando-se alguns portugueses, libaneses, japoneses, completamente entrosados com os costumes da terra (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n).

Seguiam-se, assim, na formação da identidade local, a rigor, as matrizes interpretativas que deram origem ao que Renato Ortiz (1994) definiu como “ideologia da miscigenação democrática”. Para ele, caso seja verdade que realmente exista no Brasil uma democracia racial, é importante mencionar que ela é um produto recente, construído intelectualmente e forjado, sobretudo, pelo Estado. As primeiras interpretações de cunho científico que se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira surgem no bojo de uma sociedade que ainda tentava digerir o fim da escravidão e a inclusão do negro como cidadão. O dilema que movia os primeiros intelectuais brasileiros que se debruçavam, na virada do século XIX para o XX, sobre a problemática da identidade nacional,

como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha — conhecidos como os percussores das ciências sociais no Brasil — consistia em como pensar a realidade de uma nação emergente em um quadro que sinalizava para uma defasagem no estágio evolutivo civilizatório com relação aos países europeus.

Explicar o atraso brasileiro e apontar para um futuro próximo a possibilidade de o país se constituir como nação, passou a ser fundamental para a formação de um Estado Nacional que pretendia caminhar rumo à modernização. Para elucidar acerca da defasagem entre teoria e prática era necessário encontrar o que consubstanciaria a construção de uma identidade nacional, que combinasse não só as compreensões mais gerais das sociedades humanas, como o evolucionismo, mas as especificidades sociais e regionais. Daí porque, para os idealizadores do concurso, nada mais substancial do que uma sociedade emergente que tentava, a todo custo, superar o atraso regional reconhecendo-se como partícipe desse todo. O Amapá, por ainda conservar muitos dos elementos de suas raízes “mestiças” e se encontrar em um estágio evolutivo mais atrasado com relação às demais unidades federadas, seria, portanto, a expressão de uma sociedade brasileira que caminhava rumo à superação do atraso e do progresso.

Segundo Ortiz (1994, p. 15), “o pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça”; para o autor, a história brasileira era apreendida em termos deterministas e racistas. A compreensão do meio, da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia os próprios fenômenos econômicos e políticos que, combinada aos efeitos da raça, fornecia uma explicação que se completava aos olhos da “ciência”: “a neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos providentes e racionais (Nina Rodrigues)” (ORTIZ, 1994, p. 16).

No entanto, ainda faltava responder a uma questão pendente e mais abrangente: como tratar a identidade nacional diante das disparidades raciais? O primeiro autor a fornecer uma resposta mais contundente a essa problemática foi Gilberto Freyre, mesmo que, como diz Ortiz,

aquilo que posteriormente analisará como termos culturais caracterizava-se como racial para os autores das teorias deterministas e raciológicas. É a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala* que se torna “corrente a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio” (ORTIZ, 1994, p. 19), mais que isso, ao reconhecer que os brasileiros não eram só uma junção entre três raças, mas resultantes de um encontro muito mais complexo, ou mais rico de culturas; o “mito da junção das três raças”, ao mesmo tempo em que encobrirá os conflitos raciais, possibilitará que todos se reconheçam como nacionais.

Para Alberto da Costa e Silva (2000), o impacto da obra de Gilberto Freyre e as discussões que provocaram levavam a constatação de que o Brasil não era uma democracia racial — como propugnava —, mas a partir de então passou a querer: “ser uma democracia racial tornou-se uma das grandes aspirações nacionais. Passamos a não ter medo de nossa mestiçagem e a esgrimi-la como uma vantagem” (SILVA, 2000, p. 26). Essa ideia do mito da democracia racial está defendida, de forma expressa, pelos idealizadores do concurso ao afirmarem que, na sociedade amapaense, o que mais chamava a atenção era o fato de não haver “sinais de segregação, brancos, negros e indígenas se confraternizam, dando e recebendo influência étnico-cultural” (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n). Esse encontro entre as culturas se manifestava em território amapaense, na visão oficial, especialmente, nas heranças das tradições negras e indígenas,

cujos os sinais da herança cultural se espalham nas danças, nas comidas, nos hábitos, nos costumes e no modo de vida população. Até no modo de cultivar a terra estão os sinais das raízes étnicas do amapaense, culturas de subsistência, itinerantes e sem técnicas apuradas. Nas comidas os mesmos vestígios do passado distante, mas vivo em cada grupo, o pato no tucupi, a farinha d’água, a maniçoba, o tacacá, e as bebidas das plantas típicas da região como bacaba, o buriti, o mucajá, o açaí e outras. A montaria, constituída de um pequeno barco, serve de transporte certo para se conseguir peixe para matar a forme, sua carne é servida nos moldes usados pelos indígenas, africanos e brasileiros de outras paragens. A cultura represen-

tada pelo culto às tradições africanas, pela festa de São Tiago, Batuque, Marabaixo, Capoeira, a Dança do Turê, a festa do Espírito Santo, está presente a todo instante (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n).

Aproximavam-se as características identitárias do amapaense às do brasileiro no que dizia respeito à formação étnica racial e do convívio tolerável entre as culturas, mesmo que no regionalismo alguns poucos hábitos e costumes africanos e indígenas tenham se sobressaído no modo de vida da população de forma mais visível que no restante do Brasil, levando “a morosidade, a pouca organização, os devaneios, sonhos de riqueza, amor à liberdade e pouca tradição em termos de organização, disciplina e hierarquia, bem como a falta de direcionamento e planificação do futuro” (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n). Mas, se o amapaense não se diferenciava do brasileiro na sua formação étnica-cultural, o que explicaria, portanto, o atraso regional comparado às demais regiões brasileiras que se encontravam em patamares de modernização e de desenvolvimento econômico e social bem mais elevados?

Para os idealizadores do concurso, a explicação para essa problemática se encontrava nos condicionantes históricos de como a região foi sendo integrada ao Brasil nos seus mais de 400 anos de história, em que o abandono político-administrativo e os desmandos favoreceram a livre circulação de pessoas e de usurpadores estrangeiros sem qualquer compromisso com a região, levando à constituição de uma população local apática, descrita como de “brancos, índios e negros, quase sem direitos a constituir famílias, a ter uma religião, a cultuar seus deuses, a andar no ato de ‘ir e vir’ de suas vidas” (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n).

Segundo os idealizadores do concurso, “basicamente a história do Amapá, pode ser dividida em dois grandes períodos, tais como, de 1500 até 1900 e de 1900 até a nossa época, podendo este segundo período ser subdividido em duas etapas, sendo uma de 1900 até 1943 e a outra de 1943 até nossos dias” (AMAPÁ ESTADO, 1983, s/n). A primeira fase foi definida como de “lutas pela posse das terras, tanto no campo militar como nos tribunais”, resolvida em definitivo em 1º de dezembro de 1900 por intermédio diplomático de José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio Branco), através de Laudo Suíço que arbitrou em definitivo

a favor do Brasil; mas esse desfecho só foi possível graças àqueles que lutaram pelo direito à nacionalidade e defenderam o território dos invasores franceses. A segunda fase estava subdividida em dois momentos, de 1900 a 1943, em que “pouco se fez pelo Amapá, talvez por saber que ele já pertencia em definitivo ao Brasil”. A região era retratada na narrativa oficial como uma unidade federada já existente muito antes do desmembramento do Pará, porém essa fase era vista como período no qual a região, conforme Euclides da Cunha já havia descrito no início do século XX, de uma “terra sem história” ou, nesse caso, de um período de pouca importância para a história regional, porque nada de importante acontecera.

Na sequência, esta parte do texto é finalizada com uma pequena referência ao Decreto-Lei nº 5.812/43 e aos objetivos que motivaram sua criação, de “sanear, povoar e educar”. Para os idealizadores do concurso, “muito se fez nestes campos e em outros, contudo, o progresso chegou em determinados setores, a um ponto cuja a saída será difícil, se persistir a forma de território” (AMAPÁ, 1983). Estava superada, na opinião dos idealizadores, o “formato” de território federal, faltava apenas a oficialização de seu fim, pois sua criação, em 1943, deu ao Amapá status jurídico de unidade política, mas o crescimento que promoveu chegou ao ponto de estagnação e contribuiu ainda mais para aumentar o conformismo e morosidade da população, pois “o povo acostumou-se também ao paternalismo, aceitando a dependência das soluções dos seus problemas, discutidas e analisadas distantes da realidade amapaense” (AMAPÁ, 1983).

Portanto, na visão dos idealizadores do concurso, as raízes do atraso amapaense estavam condicionadas nas marcas negativas deixadas por esse modelo administrativo dependente, que sempre teve a ingerência de fora. Só com o rompimento com esse passado, através do estabelecimento de um poder político local, com as criações de um executivo, de um judiciário e de um legislativo próprios, que dessem aos amapaenses o comando de seus destinos, o Amapá conseguiria avançar do ponto em que se encontrava. Para tanto, fazia-se necessário que a população se visse ali representada, daí a importância da criação de símbolos oficiais que expressassem a identidade regional em seus elementos.

De acordo com o José Murilo de Carvalho (1990), a elaboração de imaginários são partes integrantes da legitimação de qualquer regime político. É por meio deles que se pode atingir os medos, as aspirações e as esperanças de um povo, e é através deles que as sociedades definem suas identidades e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por meio de ideologias e utopias, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Sua manipulação, segundo o autor, é particularmente importante em momentos de mudança política e social e de redefinição de identidades coletivas, ou seja, os símbolos oficiais, tendo ou não uma grande aceitação popular, constituem uma importante e reveladora fonte para se estudar a formação de identidades regionais. O processo que levará à emancipação política amapaense não foi simplesmente só como um acontecimento político, mas foi um momento de elaboração de uma identidade regional que pudesse contribuir para a reconstrução de um passado a partir dos novos horizontes e expectativas. Os heróis e símbolos escolhidos deveriam expressar uma sociedade que já se encontrava preparada, pelo menos simbolicamente, para comandar seu destino daí para frente.

Desta forma, era necessário oficializar os símbolos que representariam o Amapá estado a fim de se criar uma homogeneidade identitária. Foi com essa finalidade que governo amapaense realizou o concurso dos símbolos oficiais, tomando como base a história dos municípios que compuseram o Amapá a fim de organizar o passado e contar a história do lugar. O concurso, que cumpriu com os objetivos propostos, movimentou os ânimos locais em torno da elaboração dos símbolos oficiais e ascendeu as aspirações locais em torno da proximidade da transição para o estado, que contou com a participação de 68 trabalhos inscritos. Os ganhadores do certame, Antônio Duarte Brito Filho e Herivelto Brito Maciel, respectivamente, criadores das concepções da *Bandeira e Brasão*, juntamente com o *Hino do Amapá* (Decreto-Lei nº 008, de 23 de abril de 1984) que foram escolhidos como símbolos oficiais do novo estado, tiveram seus nomes e criações amplamente divulgados na imprensa, nas instituições públicas e nos vários estabelecimentos escolares, que passaram a estudar seus significados.

A *Bandeira* e o *Brasão de Armas* (Imagens 6 e 7) foram elaborados em conformidade com as regras estabelecidas pelo edital do concurso, seguindo uma simbologia que procurava identificar de forma figurativa o passado e as tradições do povo amapaense, com ênfase nos seus construtores, na história e a na geografia da região. A *Bandeira*, em formato retangular, trazia, à esquerda, a forma geométrica do 8º modo de Vaubem (engenheiro militar) da Fortaleza de São José de Macapá. Com exceção da cor preta, as cores da bandeira eram as mesmas da nacional: azul, verde amarelo e branco. O *azul* simbolizaria a justiça e o céu do Amapá; o *verde* as extensas matas e florestas, a esperança, a fé no futuro, o amor, a liberdade e a abundância; o *amarelo* a fé, a união e a riqueza do solo e subsolo amapaense; o *branco* representa a pureza e a paz e a vontade do estado do Amapá em viver em segurança e em comunhão com todos os que nele vivem, onde a discórdia não terá lugar entre o poder público e o povo; e, por último, a cor *negra* simbolizaria o respeito permanente aos que tombaram no passado, em lutas ou não, mas fizeram algo de bom para o engrandecimento da região.



Bandeira do estado do Amapá.

Dos elementos simbólicos que compõe a *Bandeira do Amapá*, talvez, o da imagem do Forte de Macapá seja aquele que mais mereça uma reflexão. Segundo Fernando Canto (2014), muitas já foram as representações atribuídas a esse monumento histórico do século XVIII, que se tornou não só um ícone da gênese e da edificação da cidade de Macapá e uma vinculação com o passado, mas uma lente para as percepções e os sentidos a ele atribuídos e das identidades coletivas, “permitindo a sociedade traçar suas origens e reconhecer suas permanências independente do tempo, ela também possibilita o reencontro com o sentido do pertencimento” (CANTO, 2014, p. 22). Macapá tem vários signos com significados amplos, mas nem um deles tem maior significado e representatividade histórica e identitária que a Fortaleza de São José de Macapá, sobretudo, por estar junto ao Rio Amazonas, em um conjunto paisagístico que dá aos amapaenses a identificação amazônica do “transbordar de tanto amor” expressa na canção *Jeito Tucuju*. Segundo Canto, “é nesse nicho amoroso que se estabelece a condição sinal, simbólica da imagem. A ela está ligada a seiva identitária que cobre e impregna de sentido a população local” (CANTO, 2014, p. 161). Dessa forma, ao lado dela, do lugar, há um tempo, um tempo plural, multifacetado, de mudanças e transformações, mas também de um discurso pragmático e político, pois, como bem lembrado por Canto, as transformações ocorridas no espaço de uma cidade são também dominadas por estratégias produzidas pelos sistemas políticos e por suas decisões, que reforçam as relações de poder e dominação.

Deve-se considerar que as fortificações construídas na Amazônia são marcos das lutas dos portugueses pela conquista e expansão das fronteiras, e, como tal, a história da Fortaleza de Macapá traz também uma história dos vencidos registrada pelos vencedores, carregada de censura, apagamento e deslembrações. Nos anos que seguiram ao Império até a criação do Território Federal do Amapá, essa fortificação, inaugurada em 1782 sem que a sua construção fosse finalizada, ficou abandonada e tomada pelo mato. Foi somente durante o governo de Janary Nunes que esse forte passou a ser visto como patrimônio histórico da região e recebeu as primeiras restaurações. A partir desse marco, muitos já foram os usos políticos que dela se fez, especialmente, em momentos

que se requer inaugural de um novo tempo, como o dos anos finais do Território Federal do Amapá, quando se queria fazer acreditar que a emancipação política já era dada como certa. No recorte abaixo, das orientações gerais dadas pelos organizadores do concurso aos participantes da elaboração dos símbolos oficiais, é possível se perceber um apelo do poder público por uma representação do Forte de Macapá como elo entre esse passado colonial e um presente que se colocava como (re) construtor de um Amapá que caminhava para a sua transformação em estado, no qual se ressignificava a histórica da conquista e da posse do território amapaense pelos colonizadores portugueses como a própria luta dos “construtores” da cidade.

Os monumentos ou fortificações, ainda que apenas seus sinais ou restos, não podem ser esquecidos por um povo, que à custa de sacrifícios conseguiu manter a *posse* da terra contra os aventureiros e invasores. Aí registramos a figura impoluta da Fortaleza de São José de Macapá, que simbolicamente, demonstra força, a bravura, a guerra, o desaparecimento de nossos ancestrais e muito pode significar para o presente e futuro se analisar seus aspectos arquitetônicos, sua disposição, sua organização, suas divisões, e sua resistência, alheados a paciência e persistência de seus construtores (DECRETO-LEI nº 008, de 23 de abril de 1984).

Os “construtores”, de acordo com Fernando Canto, eram os colonizadores europeus, praticamente desterrados, que receberam a incumbência de construir o edifício militar a fim de salvaguardar a Amazônia dos invasores estrangeiros, mais especificamente o engenheiro encarregado das obras da fortaleza, sargento-mor do Exército português, Henrique Antônio Gallucio, e seus ajudantes, como o engenheiro João Henrique Wilkens e o comandante da Praça de Macapá, o coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona. Nos discursos desses *construtores*, registrados nas várias cartas escritas por eles durante a construção da fortaleza, “embora não se tratando de ficção, as personagens reais da construção da Fortaleza de Macapá também têm características ficcionais das personagens dos romances amazônicos” (CANTO, 2014, p. 35), pois são descritos como pessoas que realizam uma ação heroica, ao virem “para um

lugar caracterizado pela degradação física e moral e pelas contingências ambientais desfavoráveis, como a falta de abastecimento e as doenças tropicais” (CANTO, 2014, p. 36).

Contudo, pode-se afirmar que o próprio sentido atribuído aos *construtores* também seria ressignificado ao logo do tempo. No processo de emancipação política eles passaram a ser compreendidos como aqueles que, sem abandonar a força das tradições históricas locais, deram sequência à construção não só de Macapá, mas do Amapá como um todo. Barcellos, como personagem que teria dado os primeiros passos para dotar o território amapaense de uma estrutura política-administrativa condizente com o novo momento, passou a ser visto, como destacou Hélio Pennafort, não só como um dos “administradores que mais realizaram e mais fizeram sentir as ações governamentais em todos os quadrantes do Amapá” (PENNAFORT, 1994, p. 47), mas como aquele que em julho de 1985 deixou o Amapá “pronto e em condições ideais para sua transformação em estado”. Barcellos seria, conforme essa visão, um dos *construtores* do Amapá moderno.



Brasão de Armas.

No *Brasão de Armas*, conforme a imagem 7, também é possível perceber os mesmos apelos aos elementos simbólicos das tradições e da história regional. Sua composição é de um escudo laureado pelas cores azul e vermelho, que se reportam ao antigo uniforme da Guarda da Fortaleza de São José de Macapá. Ao topo, a estrela branca e arestas amarelas simbolizando o nascimento de mais um estado da federação. Logo abaixo, os dizeres: *Aqui começa o Brasil*, faz menção à localização geográfica fronteira ao norte do Brasil, que tem como seu ponto extremo o Cabo Orange, localizado no município do Oiapoque. Seu significado é explicado com o seguinte trecho no folheto do certame para escolha dos símbolos oficiais:

perpetuando em todos os brasileiros de que, desde lá, tudo isso são terras brasileiras, pertencem aos brasileiros e não como queriam os invasores, dominar até o Rio Araguari ou Amazonas. É a determinação suprema e soberana de um povo destemido, como que dizendo, para lá não nos pertencem as terras, mas para cá a consagração universal concede-nos o direito pátrio. (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n).

Na parte superior, dos lados esquerdo e direito, as formas da Fortaleza de São José de Macapá; seguindo as laterais, verificam-se os escudos nobres até se juntarem os lados, com retas e semicírculos de raios opostos, um dos raios internos do lado direito tem como ponto de partida a capital, Macapá. No seu interior está representado o mapa geográfico do Amapá, fazendo uma referência às riquezas naturais da região. A cor amarela significa as riquezas minerais. Na parte mais inferior do seu centro, um corte de ordem horizontal representando a linha divisória do hemisfério, ou seja, a Linha do Equador, e bem abaixo dele enraiam-se 25 arestas pretas, fazendo lembrar a convergência para um ponto comum no mapa, cuja cor faz menção a uma das mais representativas riquezas minerais da região, o manganês. O *Brasão*, ainda, possui desenhos que simbolizam as palmas protetoras do amapazeiro, que são unidos por um laço branco que significam a fita do Divino Espírito Santo, tradição religiosa africana.

A utilização do *amapazeiro* como um dos elementos simbólicos que fazem parte do desenho do *Brasão de Armas* talvez seja, como destacaram os idealizadores do concurso, o “que tenha mais fama e significado”. O *amapazeiro* é uma árvore nativa que teria sido encontrada no passado em grande quantidade em toda a extensão do território amapaense, em terras firmes, nas regiões de várzeas e em beiras de rios e igarapés. Quando adulta pode medir até 25 metros de altura, tendo tronco reto, copa frondosa, ramos horizontais e as folhas verde-escuras e suas flores são brancas e amarelas. Seu tronco rígido já foi largamente utilizado pelas populações locais para a retirada da madeira e as cascas, as folhas e raízes para uso medicinal, atualmente, encontra-se ameaçada pelo desmatamento e pela ausência de políticas de reflorestamento. Assim como, em 1500, o nome “Brasil” passou a ser utilizado pelos colonizadores para o país recém-descoberto, em razão da expressiva quantidade das árvores do pau-brasil, possivelmente a palavra “Amapá”, que é de origem indígena, derivou-se dessa árvore nativa, primeiramente, sendo utilizada para designar a pequena vila do Espírito Santo de Amapá, localizada à margem direita do Rio Amapá Pequeno ou Amapazinho, onde teria ocorrido o conflito armado entre dos homens de Cabralzinho e os franceses.

Após a posse definitiva do antigo território Contestado Franco-Brasileiro dada ao Brasil, toda a região, que atualmente compreende os municípios de Oiapoque, Calçoene e Amapá, passou a se chamar Território do Aricari (Decreto-Lei nº 938, de 21 de janeiro de 1901), abrangendo duas circunscrições: Amapá e Montenegro (Decreto-Lei nº 799, de 22 de outubro de 1901). Um ano depois, por lei estadual (Decreto-Lei nº 820, de 14 de outubro de 1902), os dois municípios foram incorporados e passaram a se chamar Montenegro, em homenagem ao governador do estado do Pará, Augusto Montenegro¹⁶⁶. Essa decisão gerou críticas, expressas no livro *O Amapá*, do juiz Manoel Buarque, publicado em 1925, pois, segundo seu autor, além de ser uma mudança feita pelo

166 Informações retiradas de: TERRITÓRIO DO AMAPÁ. *Verbete do município de Amapá*. IBGE, s/a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 10 jan. 2015.

governo do Pará que atentava contra o patriotismo, era um apelido que honrava os paraenses e não a nação, como no caso do nome Amapá.

Isto é absurdo e impatriótico!

É um atentado contra a verdade, um ludíbrio atirado à face da terra de Santa Cruz, pelo pedantismo dos inovadores. Amapá recorda uma vitória de nosso patriotismo, contra os aventureiros franceses, e o triunfo mais assinalado que alcançamos na diplomacia, durante a nossa existência nacional: não poderá nome tão glorioso ser riscado das páginas da história (BUARQUE, 1925, p. 92).

Mesmo após a incorporação definitiva da região do antigo Contestado ao estado do Pará, o nome “Amapá” tinha, para algumas autoridades locais, uma maior representatividade, por seu significado ter uma relação direta com as lutas nacionalistas que ocorreram na região, sobrepondo-se, ou até mesmo como negação, a uma identidade paraense. Argumentava Buarque: “por mais eminente que seja um cidadão, não poderá ser superior às glórias do seu país, anexas às tradições locais, que enriquecem o patrimônio nacional. Veiga Cabral não defendeu Aricary, nem Montenegro, defendeu Amapá” (BUARQUE, 1925, p. 91).

Durante o Estado Novo, por uma lei estadual, a região passou a ser denominada de município de Amapá, sendo escolhida, em 1943, pelos técnicos do IBGE que propuseram a nova redivisão territorial para ser a capital do novo território federal, que teria o mesmo nome, Amapá, com a justificativa de que dos demais municípios paraenses desmembrados (Macapá e Mazagão), ele era o que reunia as melhores condições para sediar a nova unidade política. Como já mencionado no primeiro capítulo, conforme alegação apresentada pelo governo de Janary Nunes, a capital foi transferida para Macapá, pois apesar da localização estratégica fronteiriça, o município de Amapá apresentava graves problemas de acesso e comunicação com os demais municípios e estados do país, em razão da precariedade da rodovia Clevelândia-Macapá, único acesso terrestre até o sul do Amapá, além de ter poucas vias fluviais existentes que funcionavam sem regularidades.

Contudo, se o município de Amapá perdeu o *status* de capital, pode-se dizer que o mesmo não aconteceu com sua história, que passou a ser a história de toda a extensão do território amapaense. Como diz Benedict Anderson, uma nação não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade, e essa comunidade imaginada se identifica a partir de uma série de símbolos. O Amapá das vésperas da emancipação política já era uma comunidade imaginada, com todos os seus símbolos e representações.

Concluo este capítulo lembrando que a canção que se tornou o *Hino do Amapá* e os demais símbolos oficiais do novo estado sofreram muitas críticas, entre elas do governo Jorge Nova da Costa, sucessor de Barcellos, com a alegação de que os mesmos não “refletem a história nem a tradição da terra e da gente amapaense” (ESTADO DO AMAPÁ, s/a). De fato, este “povo destemido, desse rincão brasileiro”, cantou, em verso e prosa, sua história por outras letras e melodias. Em 1997, o Movimento da Música Popular Amapaense (MPA), lançou *Jeito Tucuju*, que se tornou uma espécie de “Hino do Amapá”, com grande aceitação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de 1980, Norbert Elias admitiu sem rodeios que “gostaria muito de escrever sobre todo o período nazista; ainda há muitas coisas que não foram esclarecidas”¹⁶⁷. Ao finalizar a escrita deste livro, mesmo se tratando de uma frase que se reporta a um evento traumático e doloroso como foi o nazismo, essa é sensação que fica diante das muitas lacunas e de questões suscitadas por essa pesquisa, que não foram satisfatoriamente respondidas. Talvez porque a tentativa de se fazer uma síntese de um passado recente, que perdurou por um período de quase cinquenta anos, com muitas continuidades no presente, não foi uma tarefa demasiadamente simples.

Todavia, deve-se considerar que a escrita da história há muito deixou de pretender alcançar a totalidade dos acontecimentos, e se voltou para recortes que privilegiam análises regionais e locais, assumindo-se como provisória e inacabada. É bem como enfatizou Andreas Huyssen: “penso que todo conhecimento é situado. Situado no presente, na história da investigação, situado pela metodologia que utilizamos”¹⁶⁸. Também, sinto-me confortada com o que escreveu Sandra Pesavento (2008, p. 115), sobre o sentido relativo da verdade histórica: “a racionalidade não explica tudo, operando o historiador com um regime de verdade segundo a qual as conclusões podem ser admitidas como provisórias. Há mais dúvidas do que certezas”. Por isso, nessas linhas finais permiti-me deixar levar pela própria consciência da subjetividade do ofício de historiadora,

167 *Entrevistas autobiográficas de Norbert Elias* (ELIAS, 1991 *apud* HAROCHE, 2004, p. 329).

168 Entrevista realizada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em maio de 2009, publicada em *Comunicação & Cultura*, n° 7, 2009, pp. 141-151. Disponível em: cc.bond.com.pt/wp-content/.../07_08_Entrevista_Andreas_Huyssen.pdf. Acesso em: 7 ago. 2015.

de minha intuição, fragilidade, individualidade e isenção no mundo acadêmico e social, sem a cobrança rígida da ciência histórica.

Portanto, esta escrita que pretendeu ser antes tudo uma pesquisa historiográfica, acabou sendo, também, um esforço pessoal rumo ao encontro com um passado que explica em grande parte minhas origens. Foi por meio da história de vida simples e da origem interiorana dos meus pais, José Pereira da Silva e Josefa Leal da Silva, que descobri o desejo de pesquisar sobre a história do lugar onde nasci. A trajetória de vida de José e Josefa se cruzam com as diversas outras histórias de personagens contidos ao longo desse texto. Meu pai foi, como afirmou o memorialista Amiraldo Bezerra (2008), “um dos braços fortes e vigorosos” que ergueram centenas de casas de madeira para os moradores de Macapá. Minha mãe foi uma das muitas professoras que ajudou a minimizar o alto índice de analfabetismo das populações que viviam em terras amapaenses, em meados dos anos 1970.

Objetivei pelo distanciamento, que a meu ver é obrigação de todo historiador de ofício, mas minha ligação afetiva com o tema se manifestou desde minhas primeiras incursões sobre ele. Como amapaense, cursando graduação em História, durante os primeiros anos de implantação do estado e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), implantados em 1991, acabei por acompanhar a eleição, também nesse mesmo ano, do primeiro governador do novo estado, com os olhos renovados da história. Era a primeira vez que os amapaenses escolhiam sua representação política. Tudo muito recente e imbricado entre si. Levando a perceber que a vivência em um estado, que nascera de uma experiência de território federal, denota algumas peculiaridades, tornando-se um objeto instigante para uma historiadora nascida e formada na região. Por isso, talvez, tenho a impressão de que minha trajetória acadêmica se confunde com a de muitos amazônidas que aprenderam o ofício da história quase que pelo impulso, por um desejo contido de trazer à tona memórias silenciadas pela “escrita hegemônica”.

Ao longo dessas linhas, busquei por meio de alguns fragmentos desse passado, extraídos de uma variedade de documentos, espalhados em diversos e esparsos arquivos, públicos e privados, bem como

nas memórias de homens e mulheres que viveram no Amapá entre os anos de 1943 a 1988, contribuir com um debate sobre esse capítulo de estados que nasceram de experiências de territórios federais, ainda pouco inquirida pela historiografia nacional, mas importante para ajudar nessa árdua tarefa de se desvendar a República brasileira e as suas várias facetas.

O nascimento do Amapá, como um dos mais jovens estados da nação brasileira, está inserido na turbulenta história da formação e redivisão dos traçados territoriais brasileiros, desde o Império até meados de 1930, quando foi surgindo o propósito de se realizar uma redivisão territorial por meio de novos territórios federais, como modelos político-administrativos transitórios para formação de novos estados da federação. Foi nesse contexto que o Amapá foi sendo “inventado”, como unidade federada administrada diretamente pela União. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, as fontes e as questões levantadas a partir delas me fizeram concluir que a criação do estado do Amapá não decorreu, necessariamente, do que foi traçado durante a experiência territorial, mas de fatores de ordens estruturais e conjunturais, que levaram atores ligados diretamente ao campo político de decisão, em cada período específico, a optarem por sua criação como território federal, em 1943, e só depois, em estado, em 1988, sem que, exatamente, fossem realizados planejamentos e ações eficazes que favorecessem durante a fase territorial, como pretendido, a conquista da autonomia política amapaense, como fruto de seu amadurecimento econômico.

Como nos orienta Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 19-20): “os homens inventaram a História por meio das ações e de suas representações”. O termo invenção pode tanto significar a busca de um tempo de fundação ou de origem, como o instante de fabricação de algo novo, remetendo, conseqüentemente, a um tempo de ruptura, a algum evento humano novo. A criação do Território Federal do Amapá foi um desses “tempos” de invenção humana, em que se buscou, por meio da desconstrução e desqualificação de todo um modo de vida ali existente, a fundação de um momento inaugural, de um novo começo. Esse instante fundacional produziu nos homens e nas mulheres que

habitavam as terras da antiga Capitania do Cabo Norte¹⁶⁹ também um tempo de euforia, de esperança e de confiança depositadas no poder público (ator político ainda estranho para uma boa parte daquela população). O Amapá, do tempo e do território, parecia deixar para trás o atraso, o abandono, o marasmo, o analfabetismo, as epidemias tropicais e a invisibilidade. Os anos passaram e o tempo de ruptura deu lugar a outro: o da permanência. Os territórios federais, criados como justificativa de oferecer condições necessárias para que regiões, antes despovoadas e fragilizadas pela precariedade do poder público, pudessem fazer a transição tranquila para estado, são exemplos, dentro da República brasileira, de experiências malsucedidas nesse sentido.

Entretanto, vale lembrar que o Amapá está circunscrito no espaço compreendido como Amazônia, e que, portanto, denota algumas particularidades que determinaram sua trajetória e a forma como o governo federal foi administrando sua existência. O próprio termo “Amazônia” é uma invenção, que trouxe consigo uma variedade de representações negativas, que condicionaram o olhar e as narrativas dos de “fora” sobre a região, desde os tempos dos primeiros viajantes. “*Hiléia Amazônica*”, “*El Dourado*”, “*Inferno Verde*”, são apenas alguns exemplos. Essa forma externa de pensar a “Amazônia” e quem “ousou” residir nela se tornou a lente pela qual se construíram as representações sobre ela, que se propagaram na história e chegaram à modernidade, amplamente enraizada no imaginário popular e expressa nos discursos políticos, pilares da motivação dos projetos de desenvolvimento e ocupação da região no decorrer da trajetória republicana brasileira.

169 A capitania do Cabo Norte — ou Cabo do Norte — corresponde ao atual estado do Amapá. Por volta de 1616, com a fundação do Forte do Presépio, a região foi conhecida por esse nome. Não há nenhuma prova material de quando, realmente, a região se tornou Capitania; sabe-se que, em 1637, foi doada a Bento Maciel Parente, militar e desbravador português, que prestou serviços de defesa do território, ainda em formação, do estado do Maranhão e do Grão Pará. Fonte: MORETTI, Luiza. *Cabo Norte*. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/biblioatlas/Cabo_Norte. Acesso em: 20 abr. 2014.

Assim sendo, qualquer pesquisador que se dispõe a estudá-la parece, necessariamente, precisar compreender que não há como seguir sem antes pelo menos buscar “desmistificar” as representações que dela se fez e que ainda se faz. E as exigências não encerram por aí. A questão da história regional é outro aspecto que carece de esclarecimentos. Para uma maioria de “avaliadores” não é possível se escrever uma história da região, sem que seja alicerçada nas teorias regionalistas esclarecedoras, que visam muito mais situar o leitor sobre o lugar de fala de seu intérprete do que uma escolha do seu interlocutor.

Por isso, vi-me diante da necessidade de retomar, rapidamente, alguns pontos no que tange a uma abordagem regional. Primeiramente, o propósito dessa investigação pretendeu dialogar com as duas dimensões, *nacional* e *regional*, de forma interdependente, tomando o *local* como epicentro. Como o objetivo foi compreender como o Estado brasileiro conduziu a implantação e consolidação do Território Federal do Amapá, e como essa experiência foi determinante ou não na criação do estado, pareceu-me improvável compreender como o Amapá foi sendo gestado enquanto unidade político-administrativa, sem considerar que isso fez parte de um projeto maior, ou seja, uma aplicação de uma política nacional para parte do território brasileiro, que dependeu, sobretudo, da forma como o governo federal foi se relacionando com a região ao longo desse processo, uma vez que cabia a ele, juridicamente, o poder de decisão sobre o destino que o Amapá deveria seguir.

No entanto, ao mesmo tempo, pretendi demonstrar que o processo de criação de um Amapá político-administrativo não decorreu somente do desejo das políticas desenvolvidas de fora para dentro, mas em uma relação constitutiva, entre um poder nacional e local, às vezes em concordância, outras em desacordos e conflitantes, com as decisões vindas do centro do poder do país. Portanto, tentei demonstrar que esse poder delegado, em razão da fragilidade decorrente da própria linha de subordinação, levou a distorções da sua funcionalidade, e a práticas autônomas que acabaram por favorecer, também, a exacerbação da autoridade e os desmandos daqueles que governavam ou faziam parte do campo de decisões dentro do território, sem esquecer de que as escolhas políticas não são simples decalque das relações de forças

entre as categoriais sócio profissionais, pelo contrário, são múltiplas e estão longe de se entender.

Uma história política que só se interessava pelos feitos dos “grandes homens” e se esquece dos demais sujeitos sociais, certamente, não se aplica mais, pois “não há história mais total que a participação na vida política” (RÉMOND, 2003, p. 33-34), e essa não se restringe às relações estabelecidas somente entre os que governam, mas está engendrada em todos os segmentos sociais. Não que tudo seja político, mas “é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula, os outros componentes do conjunto social” (RÉMOND, 2003, p. 447). Daí o porquê da escolha por uma narrativa que privilegiasse os personagens locais, e que integrasse todos os atores do jogo político; figuras populares, homens e mulheres nascidos ou não na região, como o ribeirinho Aurélio e a tia Zefa, mas que acompanharam as transformações decorrentes da implantação do território, e buscaram construir táticas e estratégias de sobrevivência em meio às mudanças impostas pelo Estado, elaborando suas próprias percepções sobre isso. Todavia, reconheço que esse estudo está distante de uma abordagem que traga para o palco da história como protagonistas centrais sujeitos históricos diversos que não fizeram parte do campo de decisão político, daí porque chamo atenção para a necessidade de se realizar estudos sobre as reações populares à emancipação política amapaense.

Um segundo aspecto que gostaria de mencionar sobre abordagens compreendidas como regionais pela historiografia diz respeito à própria escolha de um tema que por si só já remete a uma necessária apropriação de uma história regional, compreendida aqui enquanto narrativa que se centra em micros espaços, que abrigam populações localizadas, como a capital Macapá, e os demais municípios territoriais, que constituem o Território Federal do Amapá. Recorro a Réne Rémond quando afirma que: “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele se abraça, às vezes sem saber, as curiosidades, as inclinações, aos pressupostos [...], aos postulados de sua época” (RÉMOND, 2003, p. 13). Sem dúvida, que a escolha pelo tema, com toda certeza está relacionada a minha experiência como pesquisadora, nascida e criada na região. No entanto, mais que isso, como já justificou Dorival Santos

(2011, p. 20), “em primeiro lugar, porque no caso do Amapá, uma história precisa ser escrita; e segundo lugar, porque é inconcebível uma verdadeira história nacional sem as respectivas histórias regionais”.

Dito de outra forma, será que é possível, em se tratando de um universo multifacetado, como o do Brasil, a escrita de uma história nacional sem os pressupostos de uma história regional e local? Pode-se dizer que praticamente toda história nacional que se escreveu até o presente é também uma história regional e/ou local, e vice-versa. Aliás, grandes obras de interpretação da sociedade brasileira, a exemplo, de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, reportam-se muito mais a uma região, no caso mencionado, ao Nordeste, do que ao Brasil como todo. Portanto, por mais que esse estudo privilegie o regional/local, não está desconexo do contexto nacional.

Um exemplo de como a experiência amapaense poderia ajudar na compreensão de temas de uma historiografia que se intitula nacional, diz respeito às pesquisas que versam sobre as elites brasileiras. Quando essas partem de uma perspectiva regional/local é possível revelar aspectos de uma cultura de difícil compreensão quando feitas a partir de recortes maiores. Daí porque considero de fundamental importância compreender como a criação do Território Federal do Amapá, em pleno espaço amazônico, alargou o campo de abrangência e/ou contribuiu para a decadência de proprietários de terras e seus descendentes que ali residiam antes de 1943, ou até que ponto esses proprietários, pecuaristas, negociantes e comerciantes foram absorvidos pela administração territorial, ou qual o grau de pactuação política entre eles. Apesar de a problemática proposta abranger a formação de uma elite local que será absorvida pela burocracia estatal, não foi possível dar conta satisfatoriamente dessa questão, por inúmeras razões, a maior delas, sem dúvida, corresponde à fragilidade de pesquisas que permitam traçar um retrato mais contundente das elites residentes na região anterior ao desmembramento.

A história de estados como o Amapá, que nasceram de experiências de territórios federais, não foi, até o presente, somente pouco estudada pela historiografia, mas, também, incompreendida ou desconhecida por grande parcela da população brasileira, acostumadas a estudar o

passado de seu país, tendo como síntese sempre os fatos marcantes da experiência da colonização europeia no Nordeste e do desenvolvimento agrário e industrial do Sudeste.

Durante minha trajetória como historiadora amapaense tenho me deparado constantemente com o estranhamento do termo “território” para designar um modelo político-administrativo. Sou sempre questionada pela necessidade de se debater o tema sobre o enfoque do que é considerado mais inovador sobre a temática. Questões como “territorialidade”, “desterritorialização”, são sempre postas como imprescindíveis, sobretudo, quando se toma conhecimento que o Amapá está situado em uma região de fronteira. Não que não seja relevante que se faça uma abordagem a partir dessas teorias, que, aliás, têm gerado um leque de estudos bastante significativos sobre a região, mas também as suas não utilizações não são imprescindíveis, como não são para outros estudos sobre outras regiões do país, que também privilegiam o enfoque político na análise central.

Todavia, se por um lado ainda há um longo caminho a ser percorrido para que uma historiografia da Amazônia ou do Amapá, de Roraima, do Acre, assim por diante, possam se configurar, também, como uma historiografia nacional, não como uma síntese dessa história, como, infelizmente, acabou prevalecendo com relação a regiões como o Sudeste, mas como expressão desse espaço plural, diverso e de múltiplas identidades, que é o Brasil. Por outro lado, sem ignorar que a história profissional é também um campo minado pela disputa do poder, e, conseqüentemente, pela dominação e pelo silêncio, são visíveis os esforços que pesquisadores têm despendido por uma escrita da história cada vez mais regional e local, e, por que não, mais plural e cada vez mais próxima da realidade nacional.

Concluo, com um poema de Arthur Nery Marinho, publicado em *Sermão de Mágoa* de 1993, quando o Amapá ainda era um estado com pouco mais de quatro anos de idade, mas já muito calejado pela trajetória antes percorrida até a conquista da autonomia política. O poema sintetiza com o olhar sensível do poeta o que compreendeu ter sido a herança de um Amapá que primeiro foi território federal, para depois se tornar um dos estados da Federação brasileira.

Significado¹⁷⁰

Longe passa o navio

talvez levando:

Ouro,

Manganês,

Madeira,

Palmito,

Camarão rosa

Querem saber o que significa?

Pois vou dizer, com minha voz nervosa:

Nossa riqueza que se vai embora.

A fortuna vai...

Só a miséria fica

170 Poema extraído do livro: MARINHO, Arthur Nery. *Sermão de Mágoa*. Macapá: imprensa oficial, 1993.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Vera. *Era Preciso Redescobrir o Brasil*. Terra Brasilis (Nova Série) [On-line], 26 Agosto 2014. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/982>. Acesso em: 23 set. 2015.
- AGUIAR, Wilson. *Ainda não Chegou aos Territórios o 29 de Outubro*. Diário da Noite, de 3 de abril de 1949.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Bauru: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Pinsonia, ou Elevação do Território Septentrional da Província do Grão-Pará à Categoria de Província*. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. P. Hildebrandt, 1873.
- ALVES, João Luis. O 'Território', como Entidade Administrativa no Nosso Direito Constitucional. *Revista Forense*, Belo Horizonte, nº 1, v. 1, p. 91-94, jan., 1904.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AMADO, Janaína. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos Antônio da. *República em Migalha: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/Brasília: CNPq, 1990. p. 6-15.
- AMAPÁ, edição de 27 de abril de 1946.
- AMAPÁ, edição de 8 de abril de 1950.
- AMAPÁ, edição de 15 de maio de 1950.
- AMAPÁ, edição de 1 de maio de 1954.
- AMAPÁ, edição de 5 de março de 1955.
- AMAPÁ, edição de 6 de novembro de 1963.
- AMAPÁ, edição de 16 de dezembro de 1967.
- AMARAL, Alexandre. et al. *Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açaí, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações*

- sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- A VOZ CATÓLICA, edição de 3 de setembro de 1966.
- A VOZ CATÓLICA, edição de 16 de setembro de 1967.
- A VOZ CATÓLICA, edição de 28 de fevereiro de 1970
- AVRITZER, Leonardo. *A Moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva/Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- Aurélio Silva. Entrevista realizada em setembro, 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP. 2011. Ano do Fim: 2013.
- BACZKO, Bronislaw. *O Imaginário Social* In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARATA, Magalhães. *Relatório ao Senhor Presidente República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Interventor Federal: problemas Fundamentais, ideias de governo, administração, prestação de contas. Relatório*. Pará, 1944.
- BARBALHO, João. *Constituição Federal Brasileira: comentários*. Rio de Janeiro: Litho-typ. Sapopemba, 1902.
- BARBOSA, Coaracy. *Personagens Ilustres do Amapá*. Vol. I. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 1997.
- _____. *Personagens Ilustres do Amapá*. Vol. III. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 2002.
- BARCELLOS, Annibal. *Primeiro Passo da Segunda Caminhada*. Macapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1992.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BASTOS, Arthur Miranda. *Uma Excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BEZERRA, Amiraldo. *Macapá: a margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premium, 2008.
- BECKER, Bertha K. *Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira*. In: Catherine Aubertin (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 1986. p. 60-89.

- BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 29-46.
- _____. *Os Partidos*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria das Elites*. In: BOBBIO, Norberto et.al. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- Boletim Geográfico. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano I, nº 7, outubro de 1943.
- Boletim Geográfico. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano I, nº 11, fev. 1944.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Quem Foi Quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Vol. 1. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1998.
- BRASIL (Capital Federal). *Anuário Estatístico do Brasil (ANO XI-1950)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. Disponível em: https://bibliotecaibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- BRASIL (Capital Federal). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)*. Casa Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2014.
- BRASIL (Capital Federal). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- BRASIL (Capital Federal). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

- BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.
- BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943.
- BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969.
- (Brasil). Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.
- (Brasil). Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.
- BRITO, Edson. *Do Sentido aos Significados do Presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. São Paulo: 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRITO, Daniel Chaves. *Modernização da Superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.
- BUARQUE, Manuel. *O Amapá depois do Laudo Suisso*. Belém: Typographia da Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Câmara, 1908.
- _____. *O Amapá*. Belém: Papelaria Suisso, 1925.
- CANTO, Fernando. *Vertentes Discursivas da Fortaleza de São José de Macapá: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas*. Macapá: Editora da UNIFAP, 2014.
- _____. *Adoradores do Sol: novo textuário do meio do mundo*. São Paulo: Scortecci, 2010.
- _____. Festivais da Canção. *CANTO DA AMAZÔNIA* [internet]. Macapá: Fernando Canto (editor). 8 de setembro de 2009. Disponível em: <http://fernando-canto.blogspot.com.br/search?q=festivais+>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CARDOSO, Francinete do S. Santos. *O Contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações*. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 573-626.

- _____. *Entre Conflitos, Negociações e Representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UNAMAZ- NAEA/Ufpa, 2008.
- CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *Entre a Autoridade e a Liberdade*. In: SOUSA, Paulino José Soares de. *Visconde do Uruguai*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- _____. *A construção da Ordem. A elite imperial. Teatro das Sobras*. Rio de Janeiro: Relume Duma-UFRJ, 1996.
- _____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO JÚNIOR, Celso. *A Criação da Petrobrás nas Páginas dos Jornais: o Estado de São Paulo e Diário de Notícias*. Assis: 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- CAVALCANTE, Francisco Moura. *Projetos do Governo do Amapá. (Território Federal do Amapá)*. Sexta Reunião de governadores com o presidente Jânio Quadros. Manaus, 1961.
- CAVALCANTE, Alcinéa. *Lembranças do 13 de Setembro*. ALCINÉA CAVALCANTE [internet]. Macapá: Alcinéa Cavalcante (editor). 13 de setembro de 2013. Disponível em: <http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2007/09/13-de-setembro-feriado-no-amap.html>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- _____. *Para não Esquecer o Hélio Pennafort*. Alcinéa Cavalcante [internet]. Macapá: Alcinéa Cavalcante (editor). 23 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.alcinea.com/sem-categoria/um-poema-em-homenagem-ao-helio-penafort>. Acesso em: 8 jan. 2016.
- CHELALA, Charles. *A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense*. Macapá: UNIFAP, 2008.
- COHN, Amélia. *A Questão Social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999. p. 385-403.
- CORREIO DA MANHÃ, 30 de novembro de 1958.

- COSTA, Jorge Nova da. *Plano de Prioridades – 1988-1989*. Ministério do Interior. Governo do Amapá. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Macapá, 1988.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na Ilhargá da Fortaleza, Logo Ali na Beira, lá Tem o Regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970*. Belém: Açaí, 2008.
- COSTA E SILVA, Alberto de Costa e. *Quem Fomos Nós no Século XX: as grandes interpretações do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Via-gem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2000. p. 19-41.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- “CPI sobre Acusações Feitas pelo Conselho Nacional de Petróleo”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás (2015) – Relatório Final. Brasília: Câmara dos Deputados. (Relatório). Disponível em: www2.camara.leg.br/...legislativa/...legislatura/cpi-petrobras/.../relatorio-fin. Acesso em: 12 jan. 2016.
- CUNHA, Álvaro da. *Relações Públicas Governamentais no Amapá*. Território Federal do Amapá: Imprensa Oficial, 1954.
- _____. *Amapacanto*. Macapá: Imprensa Oficial do Amapá, 1984.
- CUNHA, Rodrigo; FREIRE, Milena. *Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 2 de junho de 2007.
- CUNHA JR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Amapá. Um estudo para a colonização*. Série “Colonização”. Rio de Janeiro: INIC, 1958.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 5 set. 2015.
- _____. *Amazônia e Desenvolvimento à Luz das Políticas Governamentais: a experiência dos anos 50*. Rev. Brasileira, de Ciências Sociais, nº 19, ano 7, jun. 1992.
- D’ALESSIO, Marcia Mansor. *Estado Nação e Construções Identitárias. Uma leitura do Período Vargas*. In: SEIXAS, Jaicy A.; BRESCIANI, Maria Stel-

- la; BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002. p.159-180.
- DE DECCA, Edgar. 1930. *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma interpretação freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIÁRIOS ASSOCIADOS, edição de 7 de maio de 1946.
- DIAS, José de Nazaré Teixeira. *José de Nazaré Teixeira Dias (depoimento; 1988)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOH/Petrobrás, 1991. 374 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: CANDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11-28.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe e classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DRUMMON, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *Amapá nos Tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- Elfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013. *Estudos de Desenvolvimento Regional (Territórios Federais)*. Série Levantamentos e Análises. Vol. 23. Rio de Janeiro: CAPES, 1959.
- FARIAS, Amaury Guimarães. *Meus Momentos Políticos*. Macapá, 2006. Memória.
- _____. *Ecossistemas e Logias Amapaenses*. Macapá-AP: [s.n.], 2001.

- FICO, Carlos. *O Brasil no Contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2000. p. 163-182.
- FOLHA DO NORTE, edição de 14 de setembro de 1943.
- FOLHA DO NORTE, edição de 1 de junho de 1973.
- FOLHA DO POVO, edição de 19 de maio de 1963.
- FOLHA DO POVO, edição de 23 de junho de 1963.
- FOLHA DO POVO, edição de 14 de julho de 1963.
- FOLHA DO POVO, edição de 28 de julho de 1963.
- FOLHA DO POVO, edição de 15 de setembro de 1963.
- FOLHA DO POVO, edição de 26 de janeiro de 1964.
- FOLHA DO POVO, edição de fevereiro de 1964.
- FOLHA DO POVO, edição de 4 de abril de 1964.
- FOLHA DO POVO, edição de 12 de julho de 1964.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Nacionalismo e Economia: segundo governo Vargas*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial SP, 2002. p. 17-29.
- FORONI, Paola Conceição. *Jorge Teixeira de Oliveira, Primeiro Governador de Rondônia, entre a Modernidade e a Cordialidade*. NH2013 - XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 de julho de 2013. Natal-RN.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *A Ordem do Discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FREITAS, Aimberê. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: Ed. Boa Vista, 1991.
- KINZO, Maria Dalva Gil Kinzo. *Oposição e Autoritarismo, Gênese e Trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo: Sumaré, 1987.
- KECK, Margaret. A transição brasileira para a democracia. In: *PT – A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 37-63. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 29 jul. 2016.

- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. *As Fronteiras do Brasil*. (Tese de concurso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II, apresentada à Congregação do Colégio em 1918). Rev. Studia, Rio de Janeiro, ano IV, nº 4, p. 84-174, dez. 1953.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O Preço de uma Reconciliação Extorquida*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que Resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.177-186.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Fatos e Leis em uma Perspectiva Comparativa*. In: *O saber local*. 8. ed. São Paulo: Vozes, 2006. p. 249-356.
- GILLET, Felipe. *Distorção*. In: *A Voz Católica*, edição de 8 de março de 1964.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo. Companhia das letras. 1987.
- GOMES, Adriana. *Anos 80: década perdida?* Rev. do Legislativo, Belo Horizonte, nº 42, p. 51-55, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: SCHWARCZ, L. M (org.). *História da vida privada no Brasil - contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.
- _____. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. Rev. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 31-58, 1996. Disponível em: historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/art2-2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2015.
- GONÇALVES, Elfredo Távora. *Folhas Soltas do Meu Alfarrábio: um livro para os meus filhos. (Memória)*. Impressão Gráfica Papers Brasília, 2010. Memória.
- _____. *O Amapá d'Outrora*. Macapá: Editora Paulo Tarso, 2016. Memória.
- GRANGER, Stéphane. *O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia*. Rev. Cantareira, ed. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012.

- GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as Províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. São Paulo: 2012. 487 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. *Divisão Regional do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1942.
- GUSMÃO, Saladino. *Erros a Corrigir na Geografia do Pará*. Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tomo XLV, p. 31-52, 1938.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do Passado-Presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico: População e Habitação. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Nacional. Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Território do Amapá: censos demográficos e econômicos*. Série Regional. Vol. IX. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística – Serviço Nacional de Recenseamento, 1957.
- IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico de 1960: Rondônia, Roraima e Amapá*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, TOMO I, 1ª Parte.
- IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980*. IX Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – TOMO I – NÚMERO I. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- Iracema Carvão Nunes. Entrevista realizada em fevereiro de 2013. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. *Salvando Memórias na Cidade de Macapá*. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Em andamento.
- Josefa Lino da Silva. Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2013. Projeto de pesquisa: *Salvando Memórias na cidade de Macapá*. UNIFAP.

- Pesquisadoras: SILVA, M.L. e XAVIER, V. L. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- Josias Nogueira Hagen Cardoso. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2014. Acervo Oral da Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Disponível em: <http://www.cev.ap.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2015.
- LA ROCQUE, Jorge Pereira de. *Viagem ao Amapá*. Rev. Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XII. Nº 2, p. 123-160, abr./jun. 1950.
- LEMONS, Renato. *Poder Judiciário e Poder Militar (1964-1969)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004. p. 409-438.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Soldados da Borracha. Das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas*. Manaus: Valer e Fapeam, 2014.
- LIMA, José Júlio Guimarães (Procurador Geral de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios). *O Ministério Público e a Realidade dos Territórios Federais*. Departamento de Imprensa Nacional, 1965. p.89. Relatório.
- LINS, Cristóvão. *Amazônia: as raízes do atraso*. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.
- LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá*. São Paulo: 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- LOPES, Siméia Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará.
- MALCHER, José. *Relatório Apresentado ao Exmo. Presidente da República pelo Dr. José Carneiro da Gama Malcher, Interventor do Pará (1937-1939)*. Pará - Belém. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. Relatório.
- MAYER, Luís Rafael. *A Natureza Jurídica dos Territórios Federais*. Arquivos do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, nº 138, p.1-27, abr./jun. 1976.

- MARCELINO, Douglas Attila Marcelino. *O Corpo da Nova República: Funerais de Presidentes e Memória de Tancredo*. Rio de Janeiro: 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARINHO, Arthur Nery. *Sermão de Mágoa*. Macapá: imprensa oficial, 1993.
- MARROU, Henri-Irinée. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, Carmentila das Chagas. *Relações Bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global*. Brasília: 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.
- MARTINS, Ivanhoé Gonsalves. *Relatório Anual*. Exercício de 1968. 2º ano de administração do governo do General Ivanhoé Gonsalves Martins. Macapá: Governo do Território Federal do Amapá, 1968. p. 15. Relatório.
- _____. *Relatório Anual*. Exercício de 1967. Macapá: Governo do Território Federal do Amapá, 1967. p. 9. Relatório.
- MARTINS, Herbert Toledo. *As Propostas de Redivisão Territorial do Estado Nacional Brasileiro*. 37º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia, 2013.
- MARQUES, Indira. *Território Federal e Mineração de Manganês: gênese do estado do Amapá*. Rio de Janeiro: 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944.
- _____. *Administração Territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, Realizado em 1 de Setembro de 1920*. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: TYP. Da Estatística, 1922.

- Ministério do Interior. *Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados*. Documentação básica elaborada pelo Grupo de Trabalho e pela Coordenadoria da Amazônia e do Centro-Oeste (CAC/SPR). Min-ter: Secretária-geral/Secretária de Planejamento. Brasília-DF, maio de 1984.
- MORTARA, Giórgio. *População de Fato do Território do Amapá nas suas Novas Fronteiras*. Boletim Geográfico, IBGE: Conselho Nacional de Geografia, ano II, nº 17, p. 665- 667, ago. 1944.
- MOURA, Pedro de Moura. *Fisiografia e Geologia da Guiana Brasileira (Vale do Oiapoque e Região do Amapá)*. Boletim do Instituto Geológico e Mineralógico, Rio de Janeiro, v. 65, p. 5-89, 1934.
- NAHUM, João Santos. *Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento*. Belém: Editora Açaí, 2013.
- _____. *Região, Discurso e Representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento*. Boletim Geográfico, Maringá, v. 29, nº 2, p. 17-31, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAXARA, Márcia. *Encantos e Conquistas do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político*. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia; LOPES, Maria Aparecida (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP/São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 225-248.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentação e re-composição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS/ Salvador: Arcádia, 2002.
- NEVES, Lucília de Almeida. *Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-102, 1997.
- NILSON, Carlos. *A História do Saci Clube*. PORTA RETRATO [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 3 de setembro de 2014. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2014/09/a-historia-do-saci-club-de-macapa.html>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORONHA, Andrius. *Como Estudar Elites Locais em Regiões de Fronteira? O caso de Macapá (território federal do Amapá, 1943-1988)*. In: NORONHA, Andrius et al. *A Fronteira Setentrional Brasileira: das histórias pós-co-*

- loniais à formação de uma fronteira tardia*. Rio de Janeiro: Edunifap/Autografia Editora, 2015. p.202-225.
- NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá: impressões sobre o território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.
- _____. *Criação do Estado do Amapá*. Discurso pronunciado na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 12-13.
- _____. *Dados Bibliográficos de Janary Gentil Nunes*. Rio de Janeiro: Currículo, s/a.
- _____. *Plano de Palestra para a Escola Superior de Guerra*. 19, de junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família de Janary Nunes.
- _____. *Palestra, por meio da Rádio Difusora*. 23 de junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família Nunes.
- _____. *Requerimento, no qual Solicita ao Poder Executivo, Informações sobre as Verbas Destinadas ao T.F. Amapá em 1964 e se Foi Instaurado Inquérito Administrativo para Aplicação Ilegal de Saldo de Exercício Anula, pelo Governador Luiz Mendes*. Sala de Sessões, 12 de outubro de 1965. Acervo Pessoal de Janary Nunes.
- _____. *Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, Apresentado ao Exmo. Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Relatório.
- NUNES, Osório. A defesa nacional. In: *Vida Política: suplemento de A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1948.
- _____. *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*. Vol. CXLV. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1950.
- O GLOBO, edição de 8 de outubro de 1957.
- OLIVEIRA, Adamor de Sousa Oliveira. *Tesouros de Memória*. Fortaleza: Premium, 2013. Memória.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso – Princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Editora Pontes, 2007.
- _____. *Terra à Vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PANTOJA, Idbas do Amaral. *Crise de Abastecimento: a Genealogia do Agravamento em Macapá de 1985 a 1988*. Macapá: 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) – Universidade Federal do Amapá.
- PASSERINI, Luisa. *A Lacuna do Presente*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 211-214.
- PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os Mineiros da Floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira da mineração industrial amazônica*. Campinas: 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PENHA, Eli Alves. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informação, 1993.
- PENNAFORT, Hélio. *Estórias do Amapá*. Território Federal do Amapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1984.
- _____. *Barcellos: síntese de dois governos*. Macapá: Governo do Estado do Amapá: Departamento de Comunicação Social, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PEREIRA, Nunes. *Ilha de Marajó: estudo econômico-social*. Série Estudos Brasileiros. Nº 8. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Divisão de Caça e Pesca, 1956.
- PLATON, Clarck. *Amapá: fundamento de minha luta*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 1983.
- _____. *Amapá: fundamento de minha luta II*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 1984.
- PORTELLI, Alessandro. *O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. p.103-130.

- _____. *O Movimento da Minha Vida: funções do tempo na história oral*. In: FENELON, Déa et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 296-313.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. *AMAPÁ: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: Edição do Autor, 2003.
- PORTO, Terêncio. (NOTA OFICIAL). Armas da República. GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Gabinete do governador. Macapá, 1º de abril de 1964. (Rádio Difusora de Macapá).
- POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educus, 2003.
- PRAZERES, Otto. *Os Territórios e os Municípios*. Rev. do Serviço Público, ano VIII, v. II, nº 3, p. 66-68, jun. 1945.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/SEGAP). Junho de 2011. Disponível em: www.tjrj.jus.br/documents/10136/21832/tjdf.pdf. Acesso em: 9 mar. 2016.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.
- REIS, Arthur César Ferreira Reis. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 3. ed aum. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- _____. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1949.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Diário do Congresso Nacional*. Ano I. Nº 10. Quarta-Feira, 17 de dezembro de 1890. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:

- http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em: 28 fev. 2015.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1933)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1933)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1933)*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 mar. 2015.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1934)*. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 mar. 2015.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1946)*. Vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). *Anais da Assembleia Constituinte (1946)*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XII – Nº143. Rio

- de Janeiro, 13 de agosto, 1957. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XXVI – Nº33. Brasília-DF, 22 de maio, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XXXIV – Nº115. Brasília-DF, 20 de setembro, 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 4 abr. 2014.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XXXVI- Nº168. Brasília-DF, 17 de dezembro, 1981, p.15067. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XXXVII- Nº064. Brasília-DF, 22 de maio, 1982. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. ANO I- Suplemento nº 66. Brasília-DF, 27 de maio, 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. ANO I- Suplemento nº 78. Brasília-DF, 17 de junho, 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, ANO XLIII- Nº127. Brasília-DF, 14 de dezembro, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- RESISTÊNCIA, edição de 12 de maio de 1980.

- REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano I, Nº 1, 48pg., julho-agosto de 1969.
- REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano II, Nº 7, 59pg., dezembro de 1971.
- REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano II, Nº 4, 48pg., novembro de 1970.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.
- _____. *A memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 30-47.
- RODRIGUES, Randolfe. *A Participação Política dos Estudantes Amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64*. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe. *Amazônia, Amapá: escritos da história*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p.105-142.
- _____. *Discursos Pronunciados na Sessão Solene em Comemoração ao Centenário de Janary Nunes, Pioneiro e Primeiro Governador do Amapá*. Plenário do Senado Federal, no dia 4 de maio de 2012. Centenário de Janary Nunes. Brasília: Senado Federal, 2012.
- SANTANA, Jerônimo. *A Situação Institucional dos Territórios Federais como Fato Impeditivo de seu Desenvolvimento – A Luta pela Criação do Estado de Rondônia no Congresso Nacional*. Câmara dos Deputado – Brasília, 1981.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. *A Dinâmica Territorial Brasileira e a Inversão da “Tese da Fronteira” na Porção Sul do Novo Mundo*. Rev. de Geografia Norte Grande, v. 47, p. 121-142, 2010.
- SANTOS, Dorival da Costa. *O Regime Ditatorial Militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974*. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, Fernando Rodrigues. *Da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo (1943-1970)*. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

- SANTOS, José Guiomard dos. *Territórios Federais – Grandezas e Misérias*. Rev. do Serviço Público, Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público. Serviço de Documentação do D.A.S.P, 1954. (Publicação avulsa).
- SANTOS, Milton. *O Retorno do Território*. OSAL: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, ano 6, nº 16, jun. 2005.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, Meire Adriana. *Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kaliña e Karipuna: Demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193410> Acesso em: 9 nov. 2020.
- SILVA, Francisco Bento. *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano (1921-1964)*. Acre: Edufac, 2012.
- SILVA, M.L. *A (Onto)gênese da Nação nas Margens do Território Nacional: o Projeto Janarista Territorial para o Amapá (1944-1956)*. São Paulo: 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. *Integração, Nacionalização e Povoamento nas Margens do Território Nacional*. In: AMARAL, Alexandre et al. (orgs.). *Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Editora Açaí, 2011. p. 95-113.
- SILVA, José Otacílio da. *A Produção de Discursos Políticos na Visão de Pierre Bourdieu*. Tempo da Ciência, v. 23, nº 12, p. 187-200, 1º sem. 2005.
- SILVA, Márcio José Andrade da Silva et.al. *Sê-los*. Campinas: Lince Gráfica e Editora, 2014.
- SILVA, Moacir. M.F. *Os Territórios Federais (Novo Capítulo das Geografias de Fronteiras no Brasil)*. Boletim Geográfico, ano I, nº 10, p. 34-47, jan. 1944.
- SOARES, Lúcio de Castro. *Território do Amapá*. Boletim Geográfico, ano II, nº 17, p. 661-664, ago. 1944.
- _____. *Contribuição ao Estudo da Ocupação Humana do Território do Amapá*. Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, ano II, nº 2/3, p. 11-36, 1949.
- SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1973.

- SOUSA, Everton Verne Silva de; PARENTE, Rosinete Vale. *A Ditadura Militar por Meio da História Oral: impactos da ditadura militar e os reflexos do 'milagre' econômico no Amapá no período de 1967 a 1973*. Macapá: 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Amapá
- SOUSA, Paulino Soares de (Visconde de Uruguai). *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- SOUZA, Caribe de. *Política no Amapá: ontem e hoje*. In: VOZ CATÓLICA, edição de 28 de fevereiro de 1970.
- Sudam. *Operação Amazônica (Discursos)*. Ministério do Interior: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém: Pará, 2008.
- TARSO, Paulo. *História de um Sino: contos*. Macapá: Tarso Editora, 2013.
- TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. *Inquérito Policial referente ao crime de subversão*. Indiciados: José Alves Pessôa, Janary Gentil Nunes e Mário Luiz Barata. Divisão de Segurança e Guarda: Delegacia de Ordem Política e Social do Território Federal do Amapá. 16 de maio de 1966. (Arquivo: Comissão Estadual da Verdade do Amapá – CEV-AP).
- TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Amapá Estado. Concurso para os símbolos oficiais. Secretaria de Planejamento e Coordenação – Governo Annibal Barcellos, 1983.
- TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. *Indicadores Sócio-Econômicos do Amapá (1985-1986)*. Ministério do Interior, Governo do Amapá, Secretaria de Planejamento e Coordenação, s/a.
- TERRITÓRIOS FEDERAIS – CRIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TOMADA DE CONTAS DOS GOVERNADORES. ATO Nº 9, Brasília, 1962. p. 315-333.
- TILIO NETO. *Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira*. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edeslstein de Pesquisa Social, 2010.
- TRINDADE, Joseline Simone Barreto. *No tempo das Águas Cheias: memórias e história dos negros do curial-AP*. Florianópolis: 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- VARGAS, Getúlio Vargas. (Discursos). *A Nova Política do Brasil*. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940-1941.

- VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*. Biblioteca Militar. Vols. CXXXII e CXXXIII. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1948.
- VIANNA, Francisco Oliveira. *Pequenos Estudos de Psychologia Social*. 3. ed. aum. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.
- VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, Dança Afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- VIEIRA, José Medeiros. *Aspectos de Controle Administrativo sobre os Territórios Federais*. Rev. do Serviço Público, Brasília, v. 108, nº 2, p. 1-25, maio/ago. 1973.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Território imaginado, de Maura Leal da Silva, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Polen Natural 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em dezembro de 2024, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

Jeito Tucuju
(Joãozinho Gomes e Val Milhomem)

*Quem nunca viu o Amazonas
Nunca irá entender a vida de um povo*

*De alma e cor brasileiras
Suas conquistas ribeiras
Seu ritmo novo
Não contará nossa história
Por não saber e por não fazer jus
Não curtirá nossas festas tucuju
Quem avistar o Amazonas nesse momento
E souber transbordar de tanto amor
Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui
Quem nunca viu o Amazonas
Jamais irá compreender a crença de um povo
Sua ciência caseira
A reza das benzedeadas
O dom milagroso.*



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

